

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD**

Marcleide Maria Macêdo Pederneiras

**Um estudo sobre o papel da UFPB - Campus IV -
a partir da indissociabilidade do ensino, pesquisa
e extensão no desenvolvimento da região do Vale
do Mamanguape**

Recife, 2014

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e dos compromissos assumidos com suas fontes, o acesso às monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte. Consequentemente, a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada é restrita;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito. Por isso, o texto deve ser confiado a bibliotecas que assegurem a restrição e ser mantido em local sob chave ou custódia.

A classificação desta tese se encontra definida abaixo por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da Administração.

Título da Tese: Um estudo sobre o papel da UFPB - Campus IV - a partir da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento da região do Vale do Mamanguape.

Nome do autor: Marcleide Maria Macêdo Pederneiras

Data da aprovação: 27 de fevereiro de 2014

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1

Grau 2

Grau 3

Recife, 27 de fevereiro de 2014.

Assinatura do autor

Marcleide Maria Macêdo Pederneiras

**Um estudo sobre o papel da UFPB - Campus IV -
a partir da indissociabilidade do ensino, pesquisa
e extensão no desenvolvimento da região do Vale
do Mamanguape**

Orientadora: Dr^a. Jackeline Amantino de Andrade

Tese apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Doutora em Administração, área de concentração em Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2014

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

P371e Pederneiras, Marcleide Maria Macedo
Um estudo sobre o papel da UFPB – Campus IV – A partir da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento da Região do Vale do Mamanguape / Marcleide Maria Macedo Pederneiras. - Recife: O Autor, 2014.
204 folhas: il. 30 cm.

Orientador: Prof^a. Dra. Jackeline Amantino de Andrade.
Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2014.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Universidade - organização. 2. Extensão universitária. 3. Ensino superior Pesquisa. 4. Desenvolvimento Regional – Brasil, Paraíba. I. Andrade, Jackeline Amantino de (Orientador). II. Título.

658 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2014 – 023)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração - PROPAD

Um Estudo Sobre o Papel da UFPB - Campus IV- A Partir da Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão no Desenvolvimento da Região do Vale do Mamanguape

Marcleide Maria Macêdo Pederneiras

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 27 de fevereiro de 2014.

Banca examinadora:

Prof^a. Jackeline Amantino de Andrade, Dr^a., UFPE - Orientadora

Prof. Aldemar de Araújo Santos, Dr., UFPE - Examinador Externo

Prof^a. Débora Coutinho Paschoal Dourado, Dr^a., UFPE - Examinadora Interna

Prof. Fernando Gomes de Paiva Júnior, Dr., UFPE - Examinador Interno

Prof. Jorge Expedito de Gusmão Lopes, Ph.D UFPE - Examinador Externo

*Dedico este trabalho ao meu marido, Niedson, e as nossas
três filhas, Tayssa, Laryssa e Layse.*

*Aos meus pais, as minhas irmãs, aos cunhados e sobrinhos,
que estão comigo desde sempre.*

Ao meu genro Rafael Paz, e meu netinho Felipe.

Ao meu futuro genro Rafael Lopes.

Aos meus Amigos, verdadeiros amigos!

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a **Deus**, por permitir que eu alcançasse, apesar de todas as dificuldades, o final de uma etapa tão importante;

Ao meu marido, **Niedson Pederneiras**, pelo eterno orgulho de nossa caminhada, pelo apoio, pela compreensão, pela ajuda e, em especial, por todo o amor e carinho que recebi ao longo desse percurso;

As minhas filhas, **Tayssa Mayara, Laryssa Layra e Layse Nelyê**, pelo carinho e pelo apoio que recebo diariamente;

Aos meus pais, **Ivete e Macêdo**, razão da minha existência;

A **família Lopes**, em especial a **D. Adelaide** que, em todos os momentos, estiveram ao meu lado, incondicionalmente, e sempre me apoiaram. O meu imensurável e eterno agradecimento. A vocês não encontro a melhor forma de agradecer o “tudo” que fizeram e fazem por mim;

Ao meu “irmão” **Rafael Lopes** que, nos momentos difíceis desta caminhada suas palavras me confortaram;

Um agradecimento carinhoso a **Rafael Lopes, Rafael Paz** e ao meu netinho **Felipe**, pelos momentos de alegria que passei durante todo processo de elaboração desta tese - momentos difíceis!

Um agradecimento muito especial a **Prof^a. Jackeline Amantino de Andrade**, que com suas valiosas contribuições me fez conquistar o maior sonho da vida acadêmica, ser Doutora.

Ao mestre e amigo, professor **Fernando Gomes de Paiva Júnior**, por ter estendido a mão em um momento decisivo em minha vida acadêmica;

Aos membros da Banca, **Prof^a. Débora Coutinho Paschoal Dourado, Prof. Aldemar Araújo, Prof. Jorge Expedito de Gusmão Lopes e Prof. Fernando Gomes de Paiva Júnior**, que contribuíram para a completude da minha tese;

Ao meu eterno amigo, **Prof. José Francisco Ribeiro Filho**, que tanto me incentivou e que, mesmo não estando mais entre nós, tenho certeza de sua imensa alegria por mais uma conquista alcançada. Um dia, meu amigo, estaremos juntos de novo e celebraremos a eternidade;

Ao meu inesquecível e eterno amigo **Prof. Lino Martins da Silva**, que hoje já não está entre nós, agradeço pelas palavras de incentivo e pelos momentos felizes compartilhados;

Ao **Prof. Walter Moraes**, um agradecimento muito especial, pela atenção e carinho que sempre recebi;

A todos **os Professores do PROPAD**, pelos conhecimentos que me transmitiram durante as disciplinas;

Ao meu amigo **Rosivaldo de Lima Lucena** agradeço pelos momentos ‘rosivaldofreud’;

Aos **Colegas da Turma 15 de Mestrado (Fabiana, Glória e Fredy) e da Turma 04 do Doutorado do PROPAD**, pela troca de experiências, cumplicidade, ajuda e amizade;

A **Irani** e a todos os que fazem a administração secretarial do PROPAD, meu muito obrigada!

À UFPB – Campus IV, através do **Professor Jassuipe** e demais **colegas/amigos do Curso de Ciências Contábeis**, que sempre colaboraram para facilitar os meus horários e pelo apoio incondicional que me deram;

Um agradecimento muito especial a minha sempre amiga: **Daniela Menezes**;

Ao amigo **Prof João Wandemberg** pela ajuda incondicional na coleta de dados essenciais a minha pesquisa.

À aluna **Cláudia** (do Curso de Hotelaria), pela ajuda que recebi durante o processo de doutoramento;

A **Esdras e Thiago Soeiro**. Valeu tê-los pertinho de mim. Sou grata pelo apoio e pela ajuda incondicional;

A **Polyandra, Severino, Priscilla, Luís Félix Júnior, Dyhego, Jacimara** e todos os meus alunos do Campus IV. Obrigada pela ajuda;

Aos alunos **Genilson, Daniele e Alex**, agradeço pelo empenho fazendo a ponte do agendamento de minhas entrevistas com os gestores municipais;

Ao **Prof. Luís Sousa Júnior**, pelo empenho em agendar minha entrevista com o Reitor da UFPB;

Ao **Dr. Nelson Machado**, muito obrigada pela ajuda no agendamento de entrevistas junto ao MEC;

Um agradecimento especial ao **Prof. Murilo Silva de Camargo**;

Uma palavra de agradecimento a todos os **Gestores da UFPB, Dirigentes dos Sindicatos e Associações e Gestores dos municípios de Rio Tinto e de Mamanguape**, que disponibilizaram tempo e paciência para responder às minhas perguntas, através de entrevista presencial, pois as suas respostas foram fundamentais para atingir o meu objetivo final: **a tese**.

*Para realizar um sonho é
preciso alguém que acredite nele.
Eu acreditei!*

Marcleide Pederneiras

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo analisar de que maneira a UFPB - Campus IV - vem exercendo seu papel com as atividades de ensino-pesquisa-extensão para contribuir no desenvolvimento do Vale do Mamanguape. Trata-se de um estudo de caso único com abordagem qualitativa e de caráter exploratório-interpretativista. Os dados foram coletados em duas etapas. Na primeira etapa se utilizou como fontes de evidências as 24 entrevistas realizadas, a observação e documentos relativos a todo processo de criação e implantação do campus. Ainda na primeira etapa, foi realizada uma análise preliminar das entrevistas através da técnica da Análise Pragmática da Linguagem (MATTOS, 2005). Na segunda etapa, a pesquisadora retorna aos dados, mais especificamente, as transcrições das entrevistas para a realização da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) com o objetivo de situar os achados sobre as temáticas. A pesquisadora intencionando buscar mais evidências sobre o fenômeno estudado também coletou, diretamente no Campus IV, documentos relativos à sua construção física e implementação, assim como dados relativos às cidades de Mamanguape e Rio Tinto. Os dados qualitativos foram analisados através da análise de conteúdo e os quantitativos através do programa *Excel* 2007 da Microsoft (estatística básica) e apresentados em forma de gráficos e quadros. Dos resultados apresentados sobre a construção política do projeto, a construção provisória do campus, a construção física e todo processo de implementação dos cursos e das ações da indissociabilidade do tripé do ensino, da pesquisa e da extensão do Campus IV, concluiu-se que o Campus IV – tendo em vista todos os percalços e intervenções externas que ainda hoje enfrenta – não apresenta as condições desejáveis para contribuir no desenvolvimento do exercício de seu papel na construção do conhecimento.

Palavras-chave: Universidade. Indissociabilidade. Ensino-Pesquisa-Extensão. Desenvolvimento Regional.

Abstract

This research aimed to analyze how UFPB - Campus IV - comes to play its role in the activities of teaching -research-extension to contribute to the development of the Vale do Mamanguape. This is a single case study with a qualitative approach and exploratory- interpretative character. Data were collected in two stages. In the first step was used as sources of evidence the 24 interviews, observation and documents relating to the whole process of creating and deploying campus. Still in the first stage, a preliminary analysis of the interviews was performed using the technique of Pragmatic Analysis Language (MATTOS, 2005). In the second stage, the researcher returns to the data, more specifically, the interview transcripts for conducting content analysis (BARDIN, 1977) in order to situate the findings on the issues. The researcher intending seek more evidence about the phenomenon studied also collected directly Campus IV, documents relating to their physical construction and implementation, as well as data relating to the cities of Mamanguape and Rio Tinto. Qualitative data were analyzed through content analysis and quantitative through Excel 2007 from Microsoft (basic statistics) and presented in graphics and tables. The results presented on the political construction of the project, the construction of the temporary campus, the physical construction and the whole process of implementation of courses and actions of the inseparability of the tripod of teaching, research and extension of the Campus IV, it was concluded that the campus IV - considering all the mishaps and external interventions that still faces today - does not have the desirable conditions to contribute to the development of the exercise of their role in the construction of knowledge.

Keywords: University. Inseparability. Educational-Research-Extension. Regional Development.

Lista de abreviaturas e siglas

ABE	Associação Brasileira de Educação
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior
APA	Área de Proteção Ambiental
BM	Banco Mundial
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCAIE	Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCHSA	Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CE	Centro de Educação
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CF	Constituição Federal
CFT	Centro de Formação de Tecnólogos
CONSEPE	Conselho Superior de Pesquisa, Ensino e Extensão
CONSUNI	Conselho Universitário
CT	Centro de Tecnologia
CTDR	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
EAD	Educação a Distância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
PSS	Processo Seletivo Seriado
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
ProUNI	Programa Universidade para Todos
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROPAD	Programa de Pós Graduação em Administração
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SESu	Secretaria de Educação Superior
UDF	Universidade de Distrito Federal
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UB	Universidade do Brasil
USP	Universidade de São Paulo
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
TI	Teoria Institucional

Lista de figuras

Figura 01 (1) – Mapa da divisão política da Região do Vale do Mamanguape - Paraíba	20
Figura 02 (2) – Modelo Teórico – Inserção da tríade ensino-pesquisa-extensão	40
Figura 03 (3) – Desenho da Pesquisa	79
Figura 04 (4) – Planta baixa do Campus IV da UFPB – unidade Mamanguape	100
Figura 05 (4) – Planta baixa do Campus IV da UFPB – unidade Rio Tinto	100

Lista de gráficos

Gráfico 01 (4) – Origem dos ingressantes no Campus IV - 2006 a 2012	107
Gráfico 02 (4) – Número de alunos ingressantes no Campus IV por ano em cada curso de 2006 a 2012	111

Lista de quadros

Quadro 01 (3) -	Lista dos gestores municipais de Mamanguape	81
Quadro 02 (3) -	Lista dos dirigentes de sindicatos/associações de Mamanguape	81
Quadro 03 (3) -	Lista dos gestores municipais de Rio Tinto	81
Quadro 04 (3) -	Lista dos dirigentes de sindicatos/associações de Rio Tinto	81
Quadro 05 (3) -	Lista dos gestores da UFPB	82
Quadro 06 (3) -	Listas das Entrevistas realizadas com os atores sociais	82
Quadro 07 (4) -	Cronograma da realização das obras do Campus IV	101
Quadro 08 (4) -	Cronograma de Implantação plena do Campus IV	102
Quadro 09 (4) -	Evolução anual da necessidade de contratação de professores e servidores técnico-administrativos para o Campus IV	104
Quadro10 (4) -	Evolução anual de contratação de professores efetivos e substitutos e servidores técnico-administrativos para o Campus IV	104
Quadro 11 (4) -	Cursos de graduação implantados no Campus IV em 2006 e 2007, o número de disciplinas ofertadas e número de entrada por ano	105
Quadro 12 (4) -	Demonstrativo da evolução da oferta de vagas nos cursos de graduação do Campus IV	109
Quadro 13 (4) -	Demonstrativo dos setores econômicos das cidades de Mamanguape e Rio Tinto - ano 2013	114
Quadro 14 (4) -	Escolas públicas e privadas dos municípios de Mamanguape e Rio Tinto	119
Quadro 15 (4) -	Demonstrativo dos graduados por curso e por período do Campus IV	122
Quadro 16 (4) -	Demonstrativo de Evasão dos discentes do Campus IV	123
Quadro 17 (4) -	Evolução do número máximo de alunos matriculados no Campus IV	123
Quadro 18 (4) -	Demonstrativo dos projetos de pesquisa do Campus IV– unidade Mamanguape	126
Quadro 19 (4) -	Demonstrativo dos projetos de pesquisa do Campus IV– unidade Rio Tinto	127
Quadro 20 (4) -	Localidades onde residem os professores contratados do Campus IV	129
Quadro 21 (4) -	Demonstrativo dos Projetos de Extensão - Campus IV – unidade Mamanguape	133
Quadro 22 (4) -	Demonstrativo dos Projetos de Extensão do Campus IV – unidade Rio Tinto	134

Sumário

1 Introdução	17
1.1 Objetivos da Pesquisa	21
1.2 Justificativa	22
1.3 Estrutura da Tese	23
2 Referencial Teórico	24
2.1 Universidade Brasileira: origem e perspectivas	24
2.1.1 A Universidade e o Desenvolvimento Regional a partir dos Vetores do Tripé- Ensino-Pesquisa-Extensão	38
2.1.1.1 Desenvolvimento Regional	42
2.2 A Universidade como Organização Especial	48
2.3 Estudos Organizacionais e a Perspectiva Institucional	60
2.3.1 A Teoria Institucional	65
2.4 A Universidade como Instituição	72
3 Metodologia da Pesquisa	76
3.1 Postura Epistemológica: paradigma interpretativismo	76
3.2 Estratégia de Pesquisa: estudo de caso	77
3.3 Natureza da Pesquisa	78
3.4 Desenho da Pesquisa	79
3.5 Primeira Etapa da Pesquisa	80
3.5.1 Sujeitos da Pesquisa	80
3.5.2 Instrumentos de Coleta dos Dados	82
3.5.3 Técnica de Análise das Informações das Entrevistas	84
3.6 Segunda Etapa da Pesquisa	87
3.6.1 Técnica de Análise das Informações da Segunda Etapa	88
3.6.2 Validade e Confiabilidade da Pesquisa	90
4 Descrição d Análise Dos Resultados	92
4.1 Categorias Temáticas	92
4.1.1 Construção do Projeto	92
4.1.2 Implantação Provisória e a Construção Física	98
4.1.3 Processo de Implementação e as Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão	103
5 Conclusões	136
5.1 Sugestões para Futuras Pesquisas	138
Referências	139
Apêndices	149
Apêndice A-Roteiro das Entrevistas para Gestores Municipais	150
Apêndice B-Roteiro das Entrevistas para Gestores da UFPB	151
Apêndice C-Roteiro das Entrevistas para os Dirigentes das Associações e dos Sindicatos	152
Anexos	153

Anexo A - Projeto de Criação e Implantação Campus IV da UFPB	154
Anexo B - Ata do CONSUNI sobre o Processo de Implantação do <i>Campus</i> do Litoral Norte	190
Anexo C - Resolução 5/2006 (CONSUNI) - Autoriza a Implantação do <i>Campus</i> IV da Universidade Federal da Paraíba (Litoral Norte)	194
Anexo D - Escritura de Doação do Terreno da UFPB – Unidade Mamanguape	196
Anexo E - Escritura de Doação do Terreno da UFPB – Unidade Rio Tinto	201

1 Introdução

A universidade como uma instituição milenar, que passou por mudanças substanciais ao longo dos anos, conseguiu consolidar-se e ganhar legitimidade por se mostrar capaz de transmitir e produzir conhecimentos (PANIZZI, 2003).

No Brasil, as tentativas de criação da universidade foram muitas. Contudo, ao se debruçar sobre sua história, implica rever uma caminhada complexa plena de obstáculos.

Em decorrência dos estudos e pesquisas realizados sobre a história da universidade brasileira, suas origens, desenvolvimento e impasses vivenciados, (SCHWARTZMAN, 1979; TEIXEIRA, 1998; CUNHA, 1980, 2000; FÁVERO, 1997, 2006; SAVIANI, 2010; BACELAR, 2013), observar-se que um longo caminho foi percorrido. Não se pretende, com isso, afirmar, que algumas conquistas já não tenham sido concretizadas. Neste sentido, a universidade é convocada a ser o palco de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos, abstratos (FÁVERO, 2006).

Durante todo o período que se desdobrou a história da universidade brasileira até a Constituição de 1988, houve uma contínua prevalência do modelo napoleônico na organização e expansão do ensino superior no Brasil (SAVIANI, 2010). Apesar disso, a partir da década de 90, num processo que transcorre até os dias atuais, “emerge nova mudança caracterizada pela diversificação das formas de organização das instituições de ensino superior alterando-se o modelo de universidade na direção do modelo anglo-saxônico na versão norte-americana” (SAVIANI, 2010, p.13).

Todo este intróito quer ressaltar a Assembléia Constituinte de 1988, que em seu artigo 207 determina que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Este artigo determina que o tripé em sua ação indissociável, uníssona, veio garantir que o reconhecimento das suas próprias circunstâncias internas – sua estrutura administrativa, estatutos e tradições, seus dirigentes, seu corpo de professores e demais servidores - vão estar sempre presentes no reconhecimento de que elas não são perfeitas,

e não estão acima do bem ou do mal, no julgamento da sociedade que a utiliza e a subvenciona.

A indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão que compõem o tripé, veio contemplar a igualdade entre eles de forma legal, em que qualquer atitude discriminatória será punida com os rigores constitucionais.

Deste modo, o artigo 207 garante um papel disseminador da cultura nacional a todos aqueles participantes das suas atividades acadêmico-científicas. A indissociabilidade apontou que as universidades existem para construir conhecimentos, desenvolver o pensamento do saber crítico, retornar a sociedade como forma de custo-benefício os cidadãos com capacidade de conduzir os destinos da própria sociedade em que está inserido. Deve-se reconhecer os limites de suas atribuições como um instrumento do conjunto das instituições que atuam no sentido de sempre procurar melhorar a qualidade de vida da sociedade que as mantêm. Contudo, é importante que as universidades tenham a total compreensão do artigo 207, entendendo ela ter ampla autonomia para cumprir as suas finalidades, “garantindo o pluralismo de ideias e a liberdade de pensamento” (WANDERLEY, 2003. p. 11).

A universidade é o lugar privilegiado da produção e intervenção do saber sistematizado, do exercício da reflexão, do debate e da crítica como seu papel central junto à sociedade. Desta forma, é necessário construirmos uma Universidade que realmente desenvolva a incubência que lhe é destinada, indo mais além de formar profissionais de várias áreas que conheçam e atuem na realidade na qual está inserida.

Neste sentido, quais as ações realizadas pela universidade no contexto em que está atuando? Qual sua efetiva contribuição para a região? São muitas interrogações...

Ao ser implantada em determinada região, com suas especificidades a universidade não tem competência para resolver todas as questões sociais (ANDIFES, 2004¹), tendo em vista que esta se limita às ações da indissociabilidade.

Assim, é importante que a universidade reconheça a dimensão de suas possibilidades de contribuição quanto ao papel que irá desempenhar no local de sua criação, implantação e implementação, sempre levando em consideração o fato de que a localidade escolhida já era possuidora de um grupamento social com valores, crenças e hábitos próprios regionais.

¹ <http://www.anped11.uerj.br/Revista.pdf>

A universidade, por conseguinte, estará praticando suas ações desenvolvidas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inserida como umas das que contribui ao conjunto de instituições responsáveis por suas intervenções para melhorar a qualidade de vida da população da localidade na qual ela esteja instalada.

Para que a universidade possa desempenhar suas atividades, torna-se necessário que outras instituições educacionais locais, que cuidam do ensino fundamental e médio, cumpram o papel de acesso ao ensino superior. Afinal, “a educação é instrumento social, político e econômico não para produzir, de forma isolada, a mudança social, mas para servir de instrumento para que os sujeitos sociais sejam sujeitos do processo de mudança” (BELLONI, 2000, p.38).

Assim, estando a Constituição de 1988 ainda em plena juventude de vinte e poucos anos e Eu, doutoranda do PROPAD/UFPE e também docente em um campus avançado, com apenas 7 anos de funcionamento, aguçada pelas minhas observações sobre como está sendo realizado o papel da indissociabilidade no contexto da região em que este campus está inserido - seja por meio das atividades de ensino, como por meio das atividades de pesquisa e extensão-, atuando na diminuição das disparidades sociais existentes (FROTA JR., 2004), desta forma esta pesquisa tem como *locus* de investigação a UFPB - Campus IV – situada na região do Vale do Mamanguape da Paraíba, localizado no Litoral Norte da Paraíba.

O Vale do Mamanguape é uma das microrregiões do estado brasileiro da Paraíba pertencente à mesorregião da Mata Paraibana. Sua população foi estimada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 135.467 habitantes possui uma área total de 1.960,503 km² e tem seu perímetro de atividade envolvendo, diretamente, onze municípios (Figura 01), cujos estudantes frequentam uma das duas sedes situadas nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto.

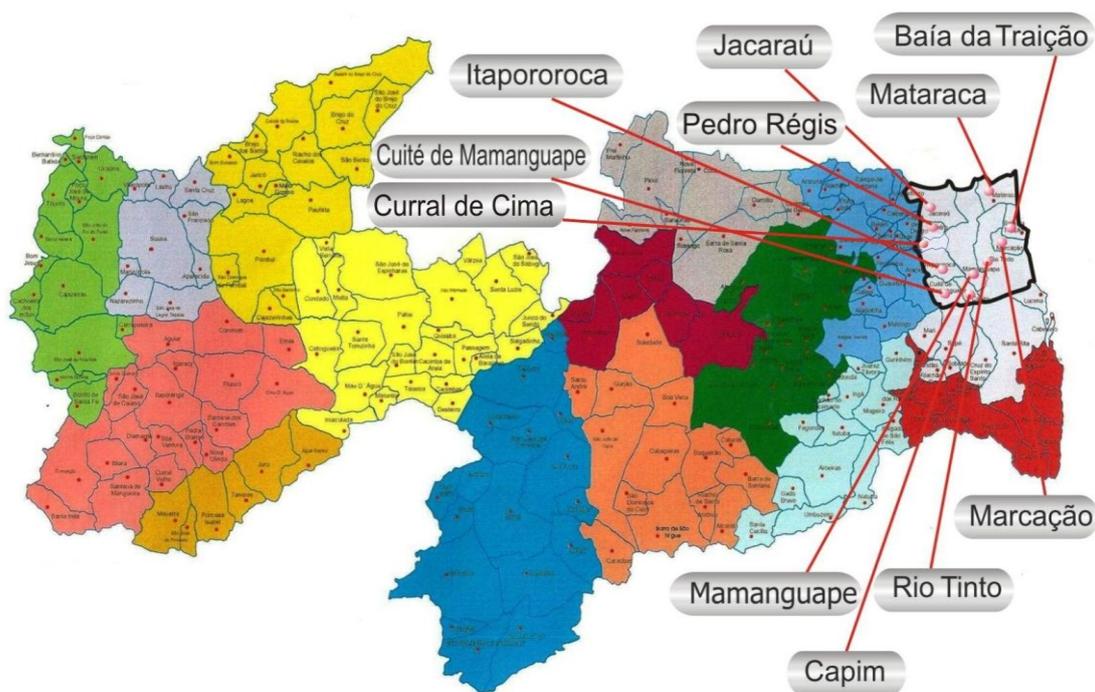
Mamanguape está a 35m de altitude, 50 km distante de João Pessoa. Sua população em 2013 foi estimada pelo IBGE² em 43.678 habitantes, distribuídos em 349 km² de área. Rio Tinto apresenta altitude média de 50 a 100 metros, estando a 63 km distante de João Pessoa. Sua população em 2013 foi estimada pelo IBGE³ em 23.883 habitantes, distribuídos em 464,886 km² de área. O município da Baía da Traição se situa a 20 km a Norte-Leste de Rio Tinto e a 85 km da cidade de João Pessoa com uma

² <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250890&search=paraiba|mamanguape>

³ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251290&search=paraiba|rio-tinto>

população em 2013 estimada pelo IBGE⁴ em 8.561 e com uma área de 102,369 km². Itapororoca possui uma área de 146,067 km² e tem população estimada pelo IBGE em 2013 de 17.918. Jacaraú de acordo com os dados do IBGE⁵ tem uma população de 14.248 e uma área de 253,009 km². A cidade de Mataraca pelos dados disponíveis no *site* do IBGE⁶ tem uma população 7.952 e uma área de 184,299. Pedro Régis tem uma população de 5.963 e uma área de 73.560 km² de acordo com os dados do IBGE⁷. Curral de Cima tem uma área de 85,096 km² e uma população 5.259 (IBGE, 2013)⁸. A cidade de Cuité de Mamanguape tem uma população, estimada pelo IBGE⁹ (2013), de 6.321 e uma área de 108,448 km². A cidade de Marcação pelos dados do IBGE¹⁰ tem uma população de 7.609 e uma área de 122,896 km². O município de Capim conforme dados do IBGE¹¹ tem uma população estimada em 2013 de 5.601 e uma área de 78,167 km².

Figura 01 (1) - Mapa da divisão política da Região do Vale do Mamanguape - Paraíba



Fonte: Elaboração própria, 2012.

⁴ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250140&search=paraiba/baia-da-traicao>

⁵ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250730&search=paraiba/jacarau>

⁶ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250930&search=paraiba/mataraca>

⁷ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251272&search=paraiba/pedro-regis>

⁸ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250527&search=paraiba/curral-de-cima>

⁹ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250523&search=paraiba/cuite-de-mamanguape>

¹⁰ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250905&idtema=16&search=paraiba/marcacao/sintese-das-informacoes->

¹¹ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250403&idtema=16&search=paraiba/capim/sintese-das-informacoes->

Os indicadores sociais desses onze municípios são os piores, mesmo em relação à precária condição de vida da população da região (Projeto de Criação – Anexo A).

Nessa conjuntura, este campus deve desenvolver projetos e atividades integrando as comunidades, cumprindo, assim, o papel educacional de forma a dar visibilidade à caracterização de suas ações na área do ensino, pesquisa e extensão.

É importante sinalizar os pressupostos que orientaram esta tese. O pressuposto inicial é que a criação do Campus IV foi consequência de uma vontade política dos envolvidos nos procedimentos de sua criação; que todo processo de implantação e implementação foi realizado sem qualquer planejamento; que a universidade, vem se perpetuando, como uma instituição estrategicamente criada para diminuir as desigualdades sociais através do acesso ao ensino superior e; que as ações da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão são praticadas na universidade de maneira heterogênea e fragmentada e que estas ações não estão contribuindo no desenvolvimento da região em que a universidade está instalada.

Partindo destes pressupostos e sob a perspectiva do compromisso institucional, da UFPB - Campus IV-, com seus objetivos definidos no projeto de criação e implantação (Anexo A), fez surgir a seguinte questão de pesquisa: *De que maneira a UFPB - Campus IV - vem exercendo seu papel com as atividades de ensino-pesquisa-extensão para contribuir no desenvolvimento da região do Vale do Mamanguape?*

1.1 Objetivos da Pesquisa

O **objetivo geral** desta pesquisa foi de analisar de que maneira a UFPB - Campus IV - vem exercendo seu papel com as atividades de ensino-pesquisa-extensão para contribuir no desenvolvimento da região do Vale do Mamanguape. Para tanto, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**:

- Evidenciar os processos de criação e implantação da UFPB - Campus IV- na região do Vale do Mamanguape;

- Demonstrar o processo de implementação da UFPB - Campus IV- na região do Vale do Mamanguape;
- Analisar as atividades de ensino-pesquisa-extensão da UFPB - Campus IV- e sua relação com o desenvolvimento da região do Vale do Mamanguape.

1.2 Justificativa

São recentes as pesquisas sobre o papel que uma universidade desempenha no desenvolvimento da região em que está inserida, com destaque, as universidades públicas [...] (ROLIM, e SERRA, 2009, p. 87). Desta forma, esta pesquisa justifica-se por contribuir com um aprofundamento nas investigações sobre o desempenho que um campus universitário pode realizar, em relação às atribuições de seu papel na localidade em que estiver inserido.

Neste contexto, em relação à construção de uma universidade, faculdade isolada ou mesmo um campus avançado, Sampaio (1991) deixa entender que estes são resultados de uma construção política, antes mesmo de sua existência física iniciada, ao afirmar que:

as universidades (...) não se constituíram a partir de demandas de amplos setores da sociedade nem de reivindicações do pessoal das instituições de ensino superior existentes. Foi antes uma iniciativa de grupos políticos, intelectuais e educadores, nem sempre ligados ao ensino superior. A universidade se implanta através de confrontos, negociações e compromissos que envolviam intelectuais e setores dentro da própria burocracia estatal (SAMPAIO, 1991, p.12).

Deste modo, esta investigação pode trazer contribuições teóricas sobre a importância de *campi* avançados, uma vez que se busca analisar o papel que estes desempenham, a partir da indissociabilidade, no contexto em que ele está inserido, especificamente, sendo este localizado no interior de uma das áreas mais carentes do Estado da Paraíba. Sabe-se que, de norte a sul, leste e oeste, os aspectos naturais e sociais são divergentes, produzindo diferentes formas, valores, culturas e fundamentação educacional, nos grupamentos humanos e seus interesses e suas organizações sociais e políticas que sempre estão inseridas nas decisões locais.

Ademais, a contribuição desta pesquisa pode ser estendida não apenas para o campo teórico acadêmico, mas também para todos – gestores, professores, alunos, funcionários e à sociedade - que estão envolvidos, direta ou indiretamente, nas atividades desempenhadas pela universidade.

1.3 Estrutura da Tese

Esta tese está estruturada em cinco capítulos. Neste Capítulo 1, encontram-se a introdução, os objetivos geral e específicos, a justificativa e estrutura da tese.

No Capítulo 2, foi descrita a fundamentação teórica que servirá de base para as discussões e reflexões acerca do objeto de estudo. Nesta pesquisa, buscou aprofundar o conhecimento sobre as temáticas: a universidade brasileira - origem e perspectivas, a universidade e o desenvolvimento regional a partir dos vetores do tripé - ensino-pesquisa-extensão, a universidade como organização especial, estudos organizacionais e a perspectiva institucional, a teoria institucional e a universidade como instituição.

No Capítulo 3, foi desenvolvido o plano metodológico desenhado para a pesquisa e que permitiu o alcance dos objetivos propostos. Neste Capítulo, além da descrição do desenho de estudo adotado, foram apresentados os detalhes da aplicação da abordagem metodológica, bem como os aspectos relacionados à coleta e análise dos dados e a validação dos dados.

O Capítulo 4 explicita os resultados, apresentam-se respostas decorrentes das pesquisas bibliográficas, documentos impressos e eletrônicos, além das coletadas pela pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas junto a vinte e quatro partícipes dos desígnios das ações da UFPB - Campus IV - (gestores da UFPB, gestores municipais e dirigentes de associações e sindicatos das cidades de Mamanguape e Rio Tinto).

Apresentada no Capítulo 5, a conclusão traz as principais constatações e conteúdos que embasam os resultados do estudo, depois de percorridas todas as etapas de desenvolvimento da tese. Por fim, são apresentadas sugestões para futuras pesquisas.

2 Referencial Teórico

Neste capítulo estão apresentados conceitos teóricos e relações sobre os seguintes temas: a universidade brasileira: origem e perspectivas, a universidade e o desenvolvimento regional a partir dos vetores do tripé- ensino-pesquisa-extensão, a universidade como organização especial, estudos organizacionais e a perspectiva institucional, a teoria institucional e a universidade como instituição.

2.1 A Universidade Brasileira: origem e perspectivas

Várias interpretações foram apresentadas sobre a origem e perspectivas da universidade brasileira (SCHWARTZMAN, 1979; TEIXEIRA, 1998; CUNHA, 1980, 2000; FÁVERO, 1997, 2006; SAVIANI, 2010; BACELAR, 2013; MICHELOTTO, 2006) e, em decorrência desses estudos e pesquisas sobre a história, suas origens, desenvolvimento e impasses vivenciados a Reforma Universitária de 1968, observa-se que ao longo do caminho percorrido a universidade foi protagonista de diversos debates sobre sua importância na sociedade (FÁVERO, 2006).

A história da criação de universidade no Brasil mostra, inicialmente, uma resistência tanto por parte de Portugal – como reflexo de sua política de colonização – quanto da parte de brasileiros que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia, considerando mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores (MOACYR, 1937, p. 580-581).

No decorrer dos anos, foram várias as tentativas de criação de universidade no Brasil, “registra-se no nível das intenções, a que constava da agenda da Inconfidência Mineira” (FÁVERO, 2006, p. 20). Tentativas – sem sucesso – continuaram por mais de um século.

Durante o período colonial e monárquico, esforços foram empreendidos visando à criação de universidades. Todos sem êxito, o que deixa visível uma política de

controle por parte da Metrópole quando das tentativas, sinalizando a independência cultural e política da Colônia (FÁVERO, 2006).

Mesmo como sede da Monarquia, o Brasil inicia o funcionamento de escolas superiores de caráter profissionalizante. Surge então “o novo ensino superior sob o signo do Estado Nacional” (CUNHA, 1980). Assim, a partir de 1808, foram instituídos cursos e academias destinados a formar os profissionais para o Estado, os especialistas para produção de bens simbólicos e profissionais de nível médio (CUNHA, 1980).

Neste contexto, no ano da transmigração da Família Real para o Brasil (1808) foram criadas escolas superiores (SCHWARTZMAN, 1979) de: Médico de Cirurgia na Bahia, Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica; dois centros médicos-cirúrgicos (atuais Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia – UFBA) (VILLANOVA, 1984, p.8).

Em 1810, através da Carta Magna de 4 de dezembro, instituiu-se a Academia Real Militar, na qual foi implantado o núcleo inicial da atual Escola de Engenharia da UFRJ (VILLANOVA, 1984). Em 1827, foram criados cursos na área jurídica; entretanto, só foram instituídos em 1828. Estes cursos influenciaram fortemente na formação de elites e na mentalidade política do Império.

Seguintes tentativas sem sucesso se fizeram no Império, como a criação de duas universidades: uma no Sul e outra no Norte do País, com possibilidade de constituírem-se centros de alta organização científica e literária (FÁVERO, 2006).

Outras tentativas ocorreram na república. O ensino superior neste período “é mantido como atribuição do Poder Central, mas não exclusivamente” (FÁVERO, 2006, p. 21). Dessa forma, uma gama de dispositivos legais surgiu com a promulgação da república, levando o ensino superior a passar por diversas transformações, sofrendo influências positivistas na política educacional marcada pelo desempenho de Benjamin Constant (1890-1891), além da reforma Rivadávia Corrêa (1911), que instituiu o ensino livre (CUNHA, 1980).

Com isto, apesar do não incitamento do Governo Federal à criação de universidades, o regime de “desoficialização” do ensino culminou no surgimento das universidades – Universidade de Manaus (1909), Universidade de São Paulo (1911) e a do Paraná (1912) –, como instituições livres (MICHELOTTO, 2006).

Neste contexto de mudanças e de surgimento de instituições de ensino superior, vale ressaltar a Reforma Carlos Maximiliano de 1915, que, pelo Decreto nº 11.530¹², dispõe acerca da constituição de uma universidade, determinando que:

Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Politécnicas e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar” (DECRETO nº 11.530).

Entre a Lei de 1915 e o Decreto de Instituição do Presidente Epitácio Pessoa, em 07 de setembro de 1920, foram cinco longos anos para que se instituisse a Universidade do Rio de Janeiro por meio do Decreto 14.343¹³ que “embora autorizada desde 1915, somente em 1920, já na República, o governo federal reuniu escolas politécnicas, faculdades de direito e de medicina da então capital brasileira, origem da Universidade do Rio de Janeiro, considerada a primeira universidade do país” (BACELAR, 2013, p. 75).

Esta universidade passou de caráter profissional para ter autonomia didática e administrativa. Em termos de estrutura acadêmico-administrativa, vários comentários críticos resultaram desse cotejo, dentre eles, o comentário do educador José Augusto no *Jornal do Brasil* de 24 de outubro de 1920, segundo o qual o Decreto de instituição da Universidade do Rio de Janeiro contém poucos artigos e trata a matéria de forma geral e vaga, para que o espírito de quem lê não se venha a ter uma exata noção de orientação a ser seguida pela instituição universitária (FÁVERO, 2006).

Mesmo com as contradições em torno da criação dessa Universidade, essa instituição veio carregada do mérito, intensificando todo um debate da problemática universitária no Brasil. Este debate passa a adquirir uma força de atuação no contexto do ensino superior com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC), as quais se destacaram por proporcionar o fortalecimento da concepção do que vem a ser uma universidade, suas funções, a necessidade de uma autonomia universitária e um modelo de universidade a ser adotado no Brasil.

Em relação às suas funções e ao seu papel, às universidades estavam sendo indicadas para ocuparem duas posições: na primeira, havia “os que defendem como suas

¹² <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>

¹³ <http://www.procuradoria.ufRJ.br/legislacao-1/legislacao-da-ufRJ/decreto-no-14-343>

funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais e, os que consideram ser prioridade a formação profissional” (FÁVERO, 2006, p. 22).

Outra posição seria “a universidade, para ser digna dessa denominação, deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova (ABE, 1929). Todavia, essa visão de universidade não se concretiza, nem na esfera federal e tampouco na estadual.

Após 1930, essa tendência pela descentralização política – caracterizada pela república – foi modificada, iniciando um processo de centralização nos mais diversos setores da sociedade. Um processo destinado a controlar através do Ministério da Educação e Saúde, tendo à frente Francisco Campos, o desenvolvimento de um ensino adequando-o à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho (FÁVERO, 2006, p.23).

Para Campos (1931, p.4), a universidade transcende o exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada. Por isso da criação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei nº 19.851/31¹⁴), da organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-Lei nº 19.852/31¹⁵) e da criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-Lei nº 19.850/31¹⁶).

Em relação aos seus fins e para não perder a centralização realizada por todos os Decretos-leis passados, em um governo provisório profundamente centralizado, Campos (1931) afirma que a cultura não deve estar reduzida a uma função didática, ou seja, ao processo de ensino-aprendizagem.

Durante este governo provisório, surgiu em 1934 a Universidade de São Paulo (USP), seguindo-se, em 1935, com a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), constituída um ano após a promulgação da segunda Constituição Republicana que, embora não sendo um regime parlamentarista ou de exceção na época, Getúlio Vargas foi eleito pelo Congresso Nacional, com a expectativa que democracia liberal fosse instituída no país (FÁVERO, 2006).

Logo após a posse de Vargas, as atitudes e os decretos hegemônicos recuperaram maior força e vê-se de longe a possibilidade do surgimento de um Estado

¹⁴ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁵ <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>

¹⁶ <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40246>

Novo. É nesse período, na inauguração dos cursos da Universidade do Distrito Federal (UDF) Anísio Teixeira (1998) ressalta que:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades. (TEIXEIRA, 1998, p.35).

Com isto, Anísio Teixeira consegue desencadear um problema quando afirma que “uma das características da universidade é a de ser o *locus* de investigação e de produção do conhecimento” (FÁVERO, 2006, p. 26). Isto levaria a universidade ao exercício da liberdade e à efetivação da autonomia universitária, desencadeando o afastamento de Anísio Teixeira das funções públicas que vinha exercendo. Apesar dos problemas ocorridos na UDF, de 1935 a 1936 professores foram contratados e os seus cursos organizados.

Em 1935, foi criado o projeto de lei o Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), no qual o ministro Capanema, no que se refere aos serviços relativos à educação, afirma: “É à luz do critério de que a União não deve criar, manter e dirigir senão os serviços de significação nacional, que vamos enumerar quais hão de ser os serviços federais de educação” (BRASIL. MESP, 1935, p. 26). O foco é a Universidade do Brasil, quando afirma: “À universidade, instituída, mantida e dirigida pela União, há de caber, sob todos os pontos de vista, uma função de caráter nacional” (BRASIL. MESP, 1935).

Neste contexto, ela deve tornar-se padrão; porém, não se querendo garantir com isso “que todas as universidades do Brasil devam ser iguais à universidade federal” (BRASIL. MESP, 1935, p. 29). A lei nº 452/37¹⁷, que criou a Universidade do Brasil, em nenhum momento faz referência ao princípio de autonomia em seus artigos, sobretudo quando dispõe que toda administração será escolhida pelo Presidente da República, dentre os respectivos catedráticos nomeados em comissões.

Com a queda de Vargas e o fim do Estado Novo, encaminha-se imediatamente a redemocratização do País, que de imediato vê o Ministro da Educação – Raul Leitão da Cunha – apresentar ao Presidente José Linhares o Decreto-Lei nº 8.393¹⁸, em 17 de

¹⁷ <http://www.procuradoria.ufrj.br/legislacao-1/legislacao-da-ufrj/lei-452-37>

¹⁸ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8393-17-dezembro-1945-458284-publicacaooriginal-1-pe.html>

Dezembro de 1945, que “concede autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à UB, e dá outras providências”. No entanto, esta autonomia não chegou a ser implementada.

Foi apenas no final dos anos 40 e início dos anos 50 que as universidades começam a dar indícios de luta por uma autonomia universitária, tanto externa quanto interna. Mas, “mesmo depois do Estado Novo, quando essa Universidade se torna autônoma por decreto, a situação não muda muito” (BITTENCOURT, 1946, p. 562).

Com o movimento da Reforma Universitária (1968), a partir de mobilizações estudantis, o Governo, intencionando buscar soluções para a crise da universidade, institui a criação de Grupo de Trabalho (GT), através do Decreto nº 62.937¹⁹ de 02.07.1968. O decreto estabelecia que o Grupo de Trabalho tinha por objetivo “(...) estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país” (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, 1968, p. 15).

O trabalho realizado por este GT coloca uma perspectiva de profunda democracia em respeito a uma crise estudantil mundial, sobretudo na América do Norte e Europa, representada pela Alemanha, França e Inglaterra, cujos respingos chegaram ao Brasil filtrados pelo Governo Militar que tomou o poder em 1964. Entretanto, para se precaver desse movimento, foram criados seminários, *fóruns* e grupo de trabalho de reforma universitária, que, juntamente com os estudos providos pelo Relatório Atcon²⁰ (1965), no qual era central um estudo sobre a reestruturação da universidade brasileira, e pelo Relatório Meira Matos²¹ (1966), conseguiu diagnosticar o ensino universitário e sua situação de uma forma geral.

A Lei nº 5.540/68²² é fruto do GT da Reforma Universitária e seus princípios de racionalidade estrutural e democratização do ensino. Sobressai-se nesta Lei, segundo Freitag (1980, p. 84-85; Cf. RIBEIRO, 2000, p. 193):

A lei da reforma do ensino superior se baseia no modelo universitário americano. Estrutura o ensino em básico e profissional com dois níveis de pós-graduação – mestrado e doutorado – (Art. 17, b); adota o sistema de créditos, ou seja, de matrícula por matéria e propõe a

¹⁹ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>

²⁰ “Essa comissão, constituída nos termos de um convênio entre o MEC e a USAID, se compunha de cinco americanos e dois brasileiros” (FREITAG, 1980, p. 83)

²¹ “A Comissão Meira Matos teve assim uma dupla função: a) atuar como interventora nos focos de agitação estudantil e b) estudar a crise em si, para propor medidas de reforma. Sob este aspecto, o relatório que apresentou nada mais fez do que reforçar as propostas surgidas com os Acordos MEC-USAID...” (ROMANELLI, 2000, p. 197)

²² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm

avaliação em vez de notas por menções. Estas como outras inovações já introduzidas no modelo de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília – dissolução da cátedra (Art. 33 § 1º) e departamentalização (Art. 11), implementação de cursos de pequena duração (Art. 23, §1º), adoção de formas jurídicas múltiplas (Art. 4) – são agora generalizadas para todas as universidades brasileiras. Mantêm-se a unidade de ensino e pesquisa (Art. 2) e a obrigatoriedade de frequência do ensino para professores e alunos (Art. 29). (FREITAG, 1980, p. 84-85; Cf. RIBEIRO, 2000, p. 193).

Um destaque relevante na Reforma Universitária de 1968 está presente na Lei nº 4.024/61²³, que preconiza um aumento nas vagas das escolas públicas e uma camada da sociedade dominante histórica do poder. Esse aumento, em todos os níveis das vagas das escolas públicas, representava uma ameaça à sua supremacia social.

Com a Constituição de 1988 e a homologação de leis reguladoras do ensino superior, que objetivava a elevação da qualidade do ensino, fez-se necessário uma flexibilização do sistema educacional, redução do papel exercido pelo governo, ampliação do sistema e uma melhoria nos processos de avaliação.

Enquanto a Reforma de Francisco Campos, em 1931, fazia constar a importância da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, como um ganho de qualidade e relevância da universidade, em consonância com a própria Constituição Federal (CF) de 1988, foram conferidas às universidades funções para o desenvolvimento de nosso país, sendo que estas devem estar alicerçadas em três grandes eixos de atuação, o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Consubstancia-se, então, a presença da extensão como a representação da cultura social de toda comunidade brasileira integrada e inseparável quanto à sua funcionalidade. Foi de tal monta a importância desta indissociabilidade que o artigo 207 da Constituição Federal de 1988²⁴ determina que:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A intencionalidade constitucional de 1988 tem uma fundamentação de liberdade, tendo em vista a saída, em 1985, do estado de exceção vivido desde 1964, e o artigo 207 da CF é o repositório, sem dúvida, de 488 anos de debates, discriminações, domínios, desmandos e incompreensões sobre a importância de uma educação superior de qualidade, socialmente igualitária e que viesse a oportunizar a todos os cidadãos um

²³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm

²⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

ensino público que oferecesse condições de exercícios profissionais, que representassem uma melhoria na qualidade de vida de todos os cidadãos do País.

Com as leis reformadoras, em 1996-2002, período do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB 9394/96)²⁵, de que dispõe sobre a necessidade de uma amplitude de vagas no ensino universitário, no sentido de suprir as necessidades do mercado. Com isso, ampliou-se a perspectiva da criação de faculdades e universidades privadas, além de cursos sequenciais de dois anos para formação de profissionais totalmente direcionados ao mercado de trabalho.

A partir do governo referente ao período 2003-2010, percebe-se que houve uma mudança no direcionamento do acesso à educação superior no Brasil, através de programas como Expandir, Programa Universidade para Todos (ProUNI), Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e cotas nas universidades para estudantes oriundos de escolas públicas e/ou auto-declarados negros, todos propondo a inclusão social.

Antes da abertura de programas educacionais voltados para o ensino superior, a educação superior apresentava um caráter desigual, com graves descrições elitistas. Se no início o acontecimento da elitização era apresentado pela restrição do número de vagas e de instituições, posteriormente, com a evolução do sistema educacional superior, o acesso da população foi sendo introduzido, paulatinamente, com novos mecanismos educacionais. Com os Programas Expandir, ProUNI, REUNI e as cotas, o governo federal adotou algumas medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, promovendo, por conseguinte, a expansão acadêmica, física e pedagógica.

Instituído em 2005 pelo MEC, o programa *Expandir* teve como objetivo ampliar o acesso às universidades federais com política de interiorização. Projetava investimentos para a criação novas universidades e *Campi*, favorecendo muitos municípios brasileiros, principalmente aqueles que se encontram no interior do País.

Outro importante acontecimento no campo da educação superior foi o ProUNI, criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096²⁶, em 13 de janeiro de 2005. O objetivo desse programa foi conceder bolsas de estudos integrais

²⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

²⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm

e parciais em instituições privadas de ensino superior, oferecendo, em contrapartida, a isenção de alguns tributos para as universidades que aderissem ao programa.

Seguidamente, através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, instituiu-se o Programa REUNI, o qual representa a possibilidade de fazer uma proposta de reestruturação e expansão para o período 2008-2012.

O REUNI, que tem como um dos seus objetivos dotar as universidades federais de condições necessárias para ampliar o acesso à educação superior e a permanência nela, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo Presidente da República em 24 de abril de 2007. Ademais, o REUNI está atrelado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), congregando esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, por meio da qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década (BRASIL, 2007).

O REUNI tem como objetivo

criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior. (BRASIL, 2007, p.1)

É importante ressaltar que a proposta apresentada pelo REUNI não é nenhuma novidade, mas a atualização das políticas elaboradas e difundidas pelo Banco Mundial (BM), nos países periféricos, para atender aos interesses do capital, expressa a concepção de educação para esses países - adaptação e difusão de conhecimentos (BANCO MUNDIAL, 1999).

Analisando as bases de fundamentação teórica e o programa REUNI, encontra-se como referência a reformulação da educação superior européia, denominada “processo de Bolonha”, cujo início foi em 1999, e prossegue no início do novo século com a finalidade de construir um espaço europeu de educação superior até o ano 2010, através da adoção de sistema de graus comparável; de um sistema baseado, essencialmente, em ciclos e da promoção da mobilidade de estudantes. É um processo

que vem sofrendo duras críticas, devido à fragmentação da formação profissional que realiza e pelo indicativo de formação de um promissor “mercado educacional” europeu, que facilita a ação das empresas educacionais (ROSA, 2003, p. 26).

A adesão das universidades federais ao REUNI implica, diretamente, dois níveis de precarização: o da formação profissional e o do trabalho docente. A precarização da formação ocorre através do atendimento de um maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), que representam uma formação rápida e desvinculada da pesquisa.

Considerando que é preciso cumprir as metas de “expansão” indicadas no decreto, através do aumento do número de turmas, de cursos e da relação professor-aluno em sala de aula da graduação e a dinâmica de contratação de professores nas universidades que está pautada no “banco de professores equivalentes”, o que precariza ainda mais as condições de trabalho do docente.

Dessa forma, o REUNI e o Banco de professor-equivalente alteram substantivamente o sentido das universidades federais e transfiguram suas funções sociais, reduzidas às atividades de uma universidade de ensino, baseada no modelo neoprofissional, heterônomo e competitivo (SGUISSARD, 2004). Uma universidade de ensino ou uma escola profissional heterônoma, no sentido de que suas atividades político-pedagógicas, estão cada vez mais subsumidas pela lógica do mercado e do Estado e; competitiva nos marcos da produtividade e do empreendedorismo que hoje atravessam e constituem o trabalho docente e a formação profissional nas universidades federais.

Uma terceira e última proposta observada refere-se às políticas internamente adotadas em algumas universidades responsáveis por implementar a reserva de vagas para estudantes da rede pública, incluindo, também, cotas raciais (em especial as referentes aos estudantes auto-declarados negros).

Esse tema é muito amplo, pois perpassa o delicado tema do racismo em um país que carrega em sua história, relativamente recente, um passado escravocrata. Isso acaba trazendo para o debate atual a possibilidade da institucionalização das cotas nesse segmento da educação do país, representada pelo Projeto de Lei nº 73/99²⁷, o qual

²⁷ <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/330424.pdf>

propôs que cada instituição destinasse uma cota para alunos oriundos de escolas públicas e subcotas raciais nas universidades federais.

Neste contexto, surgem novas perspectivas para universidade brasileira no século XXI, e essas precisam atender às necessidades socioculturais dos cidadãos, com o desenvolvimento do conhecimento, da informação e, principalmente, da educação.

Desta forma, Fávero (1997, p.13) menciona que para se seguirem as premências dos indivíduos têm-se que para

[...] analisar as funções da Universidade na sociedade é necessário determinar não só os objetivos pedagógicos, mas também os objetivos sociais, políticos e culturais. É fundamental definir o grau de participação de cada uma das instâncias que constitui a organização universitária, bem como o grau de autonomia que se pretende atingir.

A interação e integração das articulações entre os fins dos objetivos advindos dos fundamentos pedagógicos são básicos. Entretanto, devemos dar ênfase quanto à definição da importância de suas atividades interativas de independência e autonomia universitária. O estabelecimento de definições pontuais não deve ter destaque, tendo em vista a extensa amplitude da função da instituição superior no contexto social não reducionista.

Partindo do pressuposto que as universidades realizam atividades acadêmicas “na busca de solução para os problemas principais da comunidade onde [a universidade] está inserida...” (DIAS, 2001, p.1), estas devem perceber que as atividades que realizam, quer sejam o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, têm a finalidade de formar pessoas nas suas áreas específicas, mas tendo como ponto de partida a chegada à comunidade e o entorno em que esta Universidade se encontra.

De forma geral, nos últimos anos, as universidades brasileiras vêm buscando ofertar aos seus alunos de graduação e pós- graduação um ensino de qualidade. Porém, para que isso ocorra, as universidades procuram desenvolver atividades integradas com a sociedade, buscando desempenhar atividades acadêmicas indispensáveis nos dias atuais (GOMES *ET AL*, 2010, p. 01).

Durante décadas, as instituições públicas de ensino superior estiveram focadas na formação de profissionais que suprissem as necessidades locais de suas pertinências sociais; no entanto, a investigação científica começou a dar frutos por causa das instituições de fomento da pesquisa, sejam municipais, estaduais e federais.

Deve-se esclarecer que é de grande valia para as instituições públicas as fontes de financiamento, que através de editais de concursos públicos para docência dão destaque às atividades de pesquisa e ao nível de Pós-Graduação dos candidatos, além de editais de projetos específicos para determinados fins de investigação científica.

Portanto, as universidades, cujos reconhecimentos pelos órgãos de fomento sejam qualificadas nos níveis mais altos, estarão credenciadas a receber maiores incentivos e captarem mais recursos para desenvolver as pesquisas e seus projetos. Assim, estas universidades conseguem manter em seus quadros funcionais pesquisadores de ponta e de reconhecido valor, no concernente ao desenvolver grupos de pesquisas.

A consolidação da Pesquisa e Pós-Graduação é fundamental para as universidades brasileiras, pois cada vez mais os critérios de avaliação nacional e internacional de qualidade abordam aspectos relacionados não somente ao ensino, mas também à pesquisa e inovação²⁸. Desse modo, a Pós-Graduação que queremos e devemos promover é aquela integrada à graduação, comprometida com a formação de profissionais altamente capacitados para atuação em qualquer parte do mundo (internacionalizada), mas sempre com um olhar e compromisso com os grandes gargalos de desenvolvimento do país, como a formação de docentes para outros níveis de ensino e profissionais que promovam a inovação e aumento de competitividade das empresas brasileiras.

Outro destaque das universidades é o aproveitamento das oportunidades de suas capacidades inovativas, seu processo de contribuição e de cooperação com as indústrias e comércios regionais ou até nacionais. As parcerias alicerçadas na Lei das Inovações estão sendo realizadas entre empresas locais e as universidades de suas regiões, para a utilização dos serviços tecnológicos, transferências de tecnologias, utilização dos laboratórios diversos da instituição e pesquisas integradas (Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004²⁹).

No entanto, algumas de suas normas estão restritas as Universidades Federais. Com a globalização, a teia oportunizada pela internet e os aplicativos fazem o mundo parecer menor nas suas telinhas a cada instante que passa, facilitando as idas e vindas a

²⁸ A inovação é vista como a chave do desenvolvimento sócio-econômico, pois dela depende o progresso técnico que possibilita os avanços sociais. (GOMES ET AL. , 2010, p.4)

²⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm

outros estados ou países, desta maneira a internacionalização está cada vez mais frequente entre os jovens de nosso País.

É sob esta ótica que se percebe a trajetória de grande parte de nossos universitários, na busca permanente de atualização em um contexto cada vez mais competitivo, no qual existe um entendimento da validade de fluência e outras línguas e principalmente do país onde almeja fazer sua melhor qualificação profissional.

Castro (2011) afirma que no Brasil as experiências internacionais são cada vez mais presentes na trajetória de nossos jovens e, nessa perspectiva, as universidades – como espaço de construção e de acesso ao conhecimento avançado e de atualização permanente – levam os jovens à aquisição da fluência na língua do país destino e ao desenvolvimento de um indivíduo autônomo, dando-lhes condições de igualdade tanto no âmbito nacional quanto na esfera internacional. A cooperação internacional segundo Castro (2011) assinala que há atividades

(...) realizadas que impulsionam a internacionalização, entre elas: a mobilidade e intercâmbio de estudantes e professores; a colaboração para o ensino e a investigação; a qualidade acadêmica; a cooperação e assistência para o desenvolvimento; o desenvolvimento curricular; a diversificação das fontes de ingressos e o aumento de transferência do conhecimento científico e tecnológico. (CASTRO, 2011, p.5)

É prudente que as universidades estejam sempre atualizadas em relação à capacitação de seus discentes e suas habilidades, sempre prontos para torná-los indivíduos competentes, aptos a uma interação consistente com o contexto social de sua região, ou mesmo outra qualquer.

A internacionalização e a diversidade multicultural, nos dias atuais, não são mais desconhecidas, pois os eventos, as visitas turísticas e as ações diversas dos meios eletroeletrônicos nos permitem ver em tempo real aquilo que está acontecendo a milhares de quilômetros de distância, sem que nos afastemos dos aparelhos.

A transformação das formas de construção do conhecimento deve ser muito bem observada, uma vez que o jovem de hoje é possuidor, se desejar, de qualquer nível de informação, desde que saiba fazer um bom uso deste, ficando cada vez mais capacitado a competir em um mundo cada vez mais competitivo.

Desta forma, as universidades terão de refletir sobre sua modalidade de realizar a interação docente e discente, dada a nova configuração da utilização cada vez mais

presente das tecnologias de informação e comunicação na dinâmica expansionista da educação superior.

Nos dias atuais é cada vez mais presente o papel da universidade na democratização da educação superior para que todos os cidadãos tenham acesso aos múltiplos meios existentes de participação na construção do conhecimento. Assim, está em plena expansão no Brasil a Educação a Distância (EAD), que vem sendo expandida no país de forma parcimoniosa e comedida, com um total controle dos organismos responsáveis liderados pelo Ministério de Educação, observando sobremaneira as carências de regiões distantes dos centros de maior desenvolvimento e seus distanciamentos ocasionados pelos diversos fatores, como dificuldades de locomoção, distâncias geográficas, horários de trabalhos, manutenção familiar, situação diversa de cada cidadão e acessibilidade ao nível de Ensino superior na região na qual habita.

São as IFES que de forma objetiva demonstram as possibilidades crescente da EAD no nosso país, ao reunirem os diversos poderes públicos locais no esforço de implementarem com iniciativas conjuntas sob a gestão dela, a implantação e crescimento da modalidade de ensino a distância e suas adesões aos programas da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que estabelece a articulação entre as instituições universitárias, as instituições estaduais e municipais, que apresentem suas demandas locais e suas carências por uma prática desta modalidade de ensino.

As universidades públicas, através da EAD, desenvolvem um trabalho fundamentado no compromisso ético com um projeto humanizador, evitando a massificação em que envolve um número significativo de participantes. Entretanto, tem o compromisso de alavancar a dimensão qualitativa do ensino, da extensão e da pesquisa.

Cabe ressaltar que a universidade e tudo que nela se faz – ensino, pesquisa e extensão – objetiva integrar a teoria e a prática. Às vezes pode não ser suficiente para o atendimento das necessidades sociais, limitando-se apenas a dar respostas aos problemas básicos que perpassam no nosso cotidiano, como as que ocorrem com mais frequência na universidade e no seu *modus operandi*.

2.1.1 A Universidade e o Desenvolvimento Regional a partir do Tripé – Ensino-Pesquisa-Extensão

O desenvolvimento deve sempre ser compreendido como um processo de mudanças continuadas, fortemente complexo, que abrange transformações não somente de ordem política, mas, também de ordem humana e social. Para Oliveira (2002, p. 8), “pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade”.

Pires (2007) ressalta que o desenvolvimento regional

[...] pode ser entendido como um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária, e de conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região (PIRES, 2007, p.160).

Este processo de desenvolvimento se dá como consequência de uma ação coletiva intencional, baseada no local, associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, com a finalidade de melhorar os arranjos das práticas sociais (PIRES; MULLER; VERDI, 2006).

De acordo com Selznick (1996), a institucionalização, parte do processo de construção da relação de uma organização com o ambiente em que esta se instala, ocorre a partir das características construídas pelos indivíduos imersos na organização e em seu meio, construindo sua história e o desenvolvimento do ambiente e do seu entorno.

Assim, a universidade como instituição direcionada a manter esforços no sentido de expandir o escopo de base para o desenvolvimento regional, deve procurar muito mais do que ensinar, deve engajar-se em ações pautadas no acúmulo de conhecimentos, nas mais diversas áreas nas quais atua, buscando fortalecer os diversos setores existentes na região, garantindo a absorção de mão-de-obra e a consolidação do progresso e da mudança da região.

O Modelo Teórico de Fleck (2011) enfatiza que a força estruturante das competências para desenvolvimento da região se apresenta a partir do indivíduo, desta forma, as universidades se institucionalizam a partir da ação individual na ação coletiva que as legitimam, tornando-se fonte auxiliar para o desenvolvimento da região a partir da indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão, representada neste modelo pelos vetores da qualificação, do progresso e da mudança.

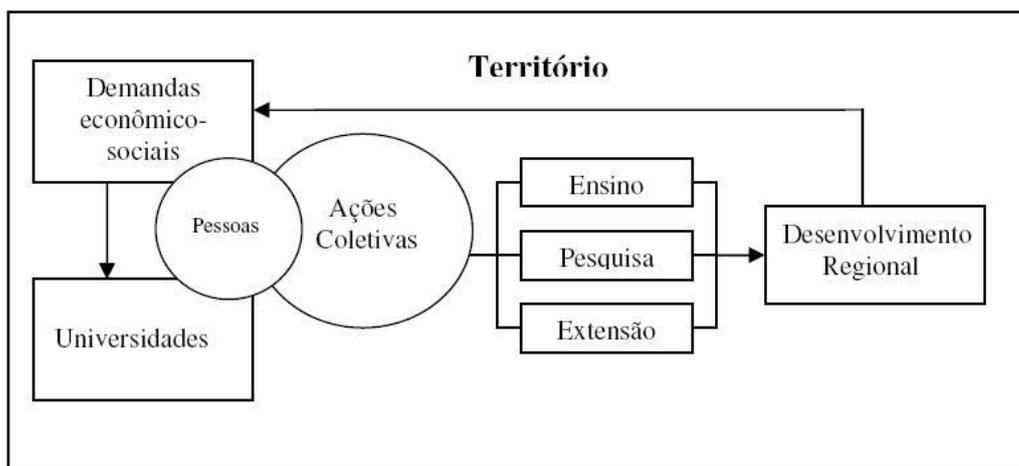
Fleck (2011, p. 289) propõe os vetores utilizados para o desenvolvimento regional e que estão vinculados ao papel das universidades, afirmando que:

- **o vetor qualificação** - somente se dá a partir de um ensino de qualidade;
- **o vetor progresso** - somente será constituído com direcionamento forte para a pesquisa;
- **o vetor mudança**- se dá com projetos de extensão bem direcionados para o conjunto de necessidades da região e da universidade.

Esses vetores só se desenvolvem com indivíduos que trabalhem por eles, ou seja, inicialmente a universidade faz diagnóstico das demandas socioeconômicas da região na qual ela está inserida e, a partir dos indivíduos partícipes dessa universidade e da sociedade, definem-se ações coletivas que nortearão o tripé e suas prioridades para atingir o desenvolvimento da região. Os resultados obtidos, se obtidos, com as ações coletivas, e, conseqüentemente, com os vetores da qualificação, progresso e mudança gerarão um novo cenário da região, onde emergirão novas demandas a serem diagnosticadas, as quais necessitarão de diferentes ações do tripé, formando um fluxo contínuo de demandas-ações-desenvolvimento. Neste contexto, os indivíduos da região tornam-se agentes ativos transformadores em parceria com as universidades.

Fleck (2011, p. 289), assevera que “por termos regiões heterogêneas, tanto pela composição como pelo desenvolvimento, às necessidades em relação à qualificação, progresso ou mudança podem variar” e, assim, sugere um modelo (figura 02).

Figura – 02 (2)- Modelo Teórico – Inserção da tríade ensino-pesquisa-extensão



Fonte: Fleck (2011, p. 290)

Deste Modelo Teórico (FLECK, 2011), entende-se que a Universidade deve estar atenta às demandas econômico-sociais existentes na região em que ela está inserida, procurando dar um direcionamento nas suas ações coletivas de ensino, pesquisa e extensão, imbricadas com os objetivos dos cursos oferecidos pela universidade com vistas ao desenvolvimento regional.

Desta forma, Fleck (2011, p. 290) afirma que o **vetor qualificação** está diretamente relacionado à “utilização das competências dos indivíduos aptos a fornecer esta aos indivíduos que a buscam. Além disso, há uma tendência ao desenvolvimento quanto maior for o número de pessoas qualificadas, melhor o mercado de trabalho.” Desta forma, os indivíduos estarão habilitados para exercerem suas funções com competência.

Neste contexto, “as universidades, podem ser vistas como fonte geradora de qualificação, para o desenvolvimento do mercado de trabalho (FLECK, 2011, p. 291).”

Fleck (2011, p.291) ressalta que o “**vetor progresso** decorre das pesquisas desempenhadas dentro das universidades.” Com relação às pesquisas, há por parte dos órgãos de fomento uma exigência com relação às universidades, obrigando-as a desenvolverem pesquisas que sejam reconhecidas por esse órgão e, posteriormente, que esses projetos sejam credenciados através de grupos e projetos estabelecidos. Desta forma, as universidades se empenham no cumprimento de todas as exigências, através do incentivo aos seus docentes e técnicos, trabalhando em prol da qualidade da pesquisa

e do aumento de publicações. Essas pesquisas consolidam-se com a busca de problemáticas provenientes da realidade que cerca os pesquisadores.

Para que o progresso da região aconteça onde a universidade está instalada, deve haver por parte dos pesquisadores a conscientização e um olhar direcionado para pesquisa com foco nas necessidades locais. Desta forma, a universidade poderá proporcionar a construção de um ambiente de evolução, através dos resultados das pesquisas, atentando para novos projetos de investigação científica com vistas a oferecer respostas aos problemas identificados na região e, assim, sugerir soluções que permitam melhorias naquelas questões e transformam as regiões deprimidas em região em desenvolvimento (FLECK, 2011, p. 292).

“O progresso tem vínculo com o vetor da mudança, pois os resultados de uma pesquisa podem (e deveriam em uma situação de completa integração do tripé) gerar ações de um projeto de extensão e vice-versa (FLECK, 2011, 292).”

Fleck (2011, p.292) ainda afirma que:

Se considerarmos a máxima de que progresso se dá também com mudança, em algumas regiões o processo de mudança direcionado pelos projetos de extensão deveria ocorrer antes das tratativas com relação ao progresso, oriundas da pesquisa, ou pelo menos, concomitantemente, visto que, os projetos de pesquisa conforme já mencionado, tendem a oferecer em suas conclusões respostas aos problemas identificados no meio de inserção das mesmas.

Então, fica claro que se a pesquisa tem natureza aplicada com objetivo de gerar conhecimentos úteis para o progresso e traz resultados que contemplem respostas aos problemas locais, a pesquisa tem vínculo com o vetor mudança.

Com relação **ao vetor mudança**, Fleck (2011, p. 292) ressalta que “o papel extensionista das universidades com seus projetos de extensão podem influenciar, positiva e quantitativamente, mudanças nas regiões onde as universidades estão inseridas”.

Na extensão a universidade como “*locus*” privilegiado do saber e do conhecimento interage com a sociedade, construindo novos e diferentes saberes, mediando o saber popular e o saber científico.

Entretanto, faz-se necessário uma melhor compreensão sobre como fazer extensão na universidade, envolvendo todos os indivíduos do contexto no qual a

universidade está inserida e como as pessoas partícipes da universidade podem se inserir na sociedade com projetos que provoquem mudanças em auxílio ao desenvolvimento regional.

Deve-se considerar impertinente ao interpretar com um "olhar diferenciado" a extensão, pois com a inserção da sociedade no seio dos *Campi* universitários e as portas abertas dos muros, até então fechados por décadas, é prova inconteste de um maior reconhecimento de que a sociedade é a mantenedora da autonomia com dependência, desde que a manutenção financeira seja realizada por seus impostos.

Como afirma Etzkowitz (2009), as universidades são um dos eixos que têm a capacidade de gerar desenvolvimento se vinculados a outros atores como o governo e as diferentes organizações na busca de alternativas para a sua região. Portanto, a melhor forma das universidades contribuírem para o desenvolvimento é através de atividades vinculadas ao ensino-pesquisa-extensão.

Assim, se a universidade tem papel importante no desenvolvimento regional, e este se dá pelo ensino, pesquisa e extensão, esse papel só se revelará efetivo se houver atuação vinculada ao tripé.

2.1.1.1 Desenvolvimento Regional

Abordar temas que envolvem o que é e como se dá o desenvolvimento de uma determinada região se faz necessário, inicialmente, uma abordagem sobre desenvolvimento. Assim, desenvolvimento pode ser entendido como “um processo complexo de mudanças contínuas, que envolve transformações não somente de ordem econômica como de ordem política e, fundamentalmente, de ordem humana e social (FLECK, 2011, p.22).” Para Perroux (1967, p.17), esse conceito está embasado na sociologia do desenvolvimento, onde os processos desenvolvimentistas são "transformações institucionais que traduzem avanços particulares em progresso da totalidade do social".

O desenvolvimento, em qualquer aspecto, é decorrente do crescimento econômico seguido de melhoria na qualidade de vida, devendo incluir

as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os

indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

O desenvolvimento econômico pode ser entendido como incrementos positivos no produto e na renda com o objetivo de satisfazer as necessidades do ser humano - saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p. 40). É um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana e social, contudo, embora não seja condição suficiente e única para o desenvolvimento, é um requisito para combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida da população.

O desenvolvimento sob o aspecto econômico é, basicamente, “o aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p.115-116).

Para Furtado (1974, p. 75)

a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Este desenvolvimento vai depender das características de cada país ou região, assim como de seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem, desta forma, assentar proposta de desenvolvimento regional requer planejamento e gestão de políticas desenvolvimentistas.

A Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) é responsável pela gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pelo direcionamento dos programas e dos projetos de promoção do desenvolvimento regional em nível macro, micro e sub-regional. A SDR é composta por dois departamentos: o de Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e o de Gestão de Programas de Desenvolvimento Regional. Ambos atuam de maneira unificada, o que possibilita a convergência de estratégias e objetivos nas fases de planejamento e de execução das ações e dos projetos de desenvolvimento regional e local. A PNDR é expressão da

prioridade efetiva do tema. Como uma política de Estado, vem sendo implementada para que se obtenham resultados consequentes na questão regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e ressaltar as potencialidades das regiões. O Governo federal, com seus programas, reiterou a determinação constitucional e adotou a redução das desigualdades como um dos eixos centrais da estratégia de desenvolvimento do País.

A PNDR tem a dupla intenção de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras, explorando a diversidade existente em nosso país de dimensões continentais.

Nesse contexto, a PNDR proporciona à sociedade brasileira um caminho para que haja um engajamento ativo na elaboração e condução de projetos regionais de desenvolvimento, que envolvem os entes federados, as forças sociais relevantes e os setores produtivos. A PNDR foca um olhar sobre o conjunto do território do País e permite que as ações e os programas implementados sejam regulados por meio de um referencial nacional comum, capaz de produzir os efeitos desejados na redução das desigualdades regionais. A educação é uma forma de reduzir essas desigualdades sociais. Assim, a educação superior inserida no interior do estado proporciona um desenvolvimento regional na área implantada e integra diretrizes seguidas pelas políticas setoriais do Ministério da Educação desta forma, as implantações das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) estão mudando a realidade dos espaços sub-regionais brasileiros com seus *Campi*.

Os compromissos básicos do governo com a educação superior são (MOROSINI, 2006, p. 23):

- A promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (Artigo 207 da CF);
- O reconhecimento do papel estratégico das universidades, em especial, as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país;
- A consolidação das instituições públicas como referência para o conjunto das IES do país;
- A expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior, em especial, no setor público e em cursos noturnos;

- A ampliação do financiamento público para o setor público, revisão e ampliação do crédito educativo e criação de programa de bolsas universitárias, com recursos não vinculados constitucionalmente à educação;
- A defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público (artigo 206, IV da CF);
- Envolvimento das IES, sobretudo, as do setor público, com a qualificação profissional dos professores para a educação básica, em cursos que garantam formação de alta qualidade acadêmico-científica e pedagógica e associem ensino, pesquisa e extensão.

As ações do Ministério da Educação, empreendidas no governo de 2003 a 2005, mostram que esses compromissos não foram esquecidos, porquanto houve avanços expressivos na consolidação de alguns e avanços mais tímidos em outros.

A defesa da autonomia e da indissociabilidade para as universidades fica evidente não apenas na política de respeito às tradições das universidades, no tocante à escolha de seus dirigentes, com pleno respeito ao processo de escolha e indicação dos dirigentes eleitos pela comunidade universitária, mas também no texto da Reforma da Educação Superior encaminhado à Casa Civil, que regulamenta o Artigo 207 da Constituição e define o significado de autonomia (didático-científica, administrativa, de gestão financeira) e as suas implicações para o dia a dia da universidade, que vão desde criar, organizar e extinguir cursos; fixar número de vagas, propor quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, nos termos do orçamento autorizado, até a contratação de pessoal por tempo determinado, elaborar orçamentos plurianuais e tomar providências de natureza orçamentária necessárias ao seu bom desempenho. A consolidação efetiva da autonomia universitária passa, sem dúvida, pela Reforma Universitária (MOROSINI, 2006, p. 25).

A Reforma Universitária proposta oferecerá garantias de que as universidades federais terão a tão desejada autonomia de gestão financeira prevista na Constituição, nunca posta em prática antes, e terão asseguradas a dotação global de recursos, a irredutibilidade nos repasses e a sua contínua expansão.

Sobre esse aspecto, a referida autora comenta:

O reconhecimento do papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, visando colocar o ensino, a pesquisa e a extensão

a serviço do desenvolvimento social, econômico e cultural talvez explique por que o Presidente Lula tenha em várias ocasiões se reunido com os reitores das universidades federais, buscando construir um consenso sobre a expansão dessas instituições. É importante lembrar que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (ANDIFES) teve papel fundamental na produção do texto da Reforma e que, inclusive, submeteu ao Presidente da República uma proposta de duplicação das vagas das IFES em quatro anos. (MOROSINI, 2006, pp. 26-27).

Esse processo avançou de várias formas: com o aumento em 100% dos recursos de outros custeios e de capital, a aprovação do plano de carreira para os servidores técnico-administrativos, a expansão do número de vagas (embora não nos números originalmente pretendidos), a criação de novas universidades federais e de novos *Campi* e em estímulos para a abertura de vagas noturnas e outras modalidades de democratização do acesso. Além da expansão do corpo docente nas IFES existentes, foram criadas, em 2005, entre outras, a Universidade Federal do ABC, a Universidade Federal do Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul, com mais um hospital universitário, a Universidade Federal do Vale do São Francisco e os polos universitários de Volta Redonda, Baixada Fluminense e Garanhuns. Foram criados também vários novos *Campi*, entre eles, a UNIFESP/Santos, a UFSCAR/Sorocaba, a UFPR/Litoral, a UFBA/Vitória da Conquista e a UFAC/Universidade da Floresta.

Desta forma, o papel das universidades, no desenvolvimento regional, (FRIEDHILDE e LIBERATO, 2008) vem recebendo uma atenção crescente nos últimos anos. Elas vêm sendo consideradas como um dos elementos-chave desse processo. Para Veiga (2005), a presença da universidade influencia diretamente a região em que se localiza e pode causar impactos dinâmicos de interação entre as universidades e as empresas localizadas na região. Esses impactos ocorrem através da atividade de pesquisa, do ensino e do recrutamento de graduados pelas empresas da região e de programas de aperfeiçoamento profissional. A universidade pode influenciar, ainda, o ambiente cultural local, a formação de lideranças e a formulação de visão estratégica sobre os condicionantes econômicos da região.

Andrade *et. al* (1980) afirmam que, para o pleno exercício da função crítica e transformadora das relações de poder que afetam o desenvolvimento econômico, social e político de uma região é necessário que a universidade tome para si compromissos, que são direcionados às áreas de pesquisa, de ensino e de extensão na formação de

recursos humanos e no tipo de gestão acadêmica. Os autores afirmam, ainda, que um desses compromissos seria o de incitar a integração do universitário no processo de desenvolvimento regional, como um meio de complementar a formação universitária curricular. Isso se daria não só pela experiência concreta, mas pela inserção do indivíduo na problemática econômico-social da região e pela sua possibilidade de ter ações relevantes e úteis para a comunidade.

A universidade é considerada um importante atrativo para a fundação de novos investimentos no município, através do fluxo de recursos financeiros injetados pela instituição, como pagamentos dos salários dos funcionários, professores, técnicos administrativos e bolsistas, concomitante à necessidade de obras, equipamentos e despesas de custeio e manutenção das instituições de ensino (GOEBEL e MIURA, 2004). Essas condições constituem um emaranhado de fatores com um papel significativo na questão econômica local e provocam um "efeito dinamizador e multiplicador sobre as atividades econômicas locais (GOEBEL e MIURA, 2004)".

De acordo com Wiltgen (1991) e Silva (2001), resumidamente, pode-se esperar que a universidade contribua com o desenvolvimento regional em aspectos como:

- a) Demanda de pessoal e movimento de recursos financeiros por meio de salários de professores e servidores técnicos, dos investimentos em obras e equipamentos, das despesas de custeio e dos gastos dos alunos, principalmente os vindos de outras cidades;
- b) Desenvolvimento regional endógeno, a partir do contato com a comunidade, construindo e socializando conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão e influenciando a eficiência da estrutura espacial da economia regional;
- c) Necessidade de modificar a infraestrutura local relacionada à habitação, ao transporte, ao lazer e aos serviços públicos, entre outros tipos de serviços demandados pelas pessoas envolvidas direta e indiretamente com a universidade;
- d) No seu entorno, tendência a se instalar outras universidades e estabelecimentos de conveniência (empresas de fotocópia, livrarias, papelarias, lanchonetes, etc.);
- e) Surgimento de um ambiente de inovação, através da disponibilização de suporte científico e tecnológico;

f) Aumento da produtividade, através do desenvolvimento das faculdades físicas e intelectuais dos seres humanos que intervêm no processo produtivo.

Assim, Goebel e Miura (2004) afirmam que os resultados econômico-financeiros das cidades onde se encontram as instituições de ensino superior estão encadeados no processo de diversificação e qualificação do ensino, das atividades de pesquisa e extensão e das demais necessidades da comunidade, inerentes ao processo socioeconômico, impactando direta ou indiretamente no desenvolvimento da região.

2.2 A Universidade como um Tipo Especial de Organização

O fato de a organização educacional ter como foco central a transformação de personalidades humanas (BALDRIDGE *ET AL.*, 1978, p.21) a diferencia das organizações empresariais, por estas possuírem um caráter eminentemente econômico-financeiro. Esta organização educacional, apesar dos estudos realizados, não apresenta razões determinantes quanto a sua natureza.

Contudo, mesmo sendo reconhecida a sua especificidade, alguns autores procuram incluí-la numa definição geral de organização, ressaltando as similitudes entre a administração educacional e outras atividades organizacionais. Quanto a isto a UNESCO (1988) sugere que

todas as organizações têm, sob muitos pontos de vista, funções similares e tarefas administrativas correspondentes a alguns princípios gerais que lhes são comuns permitindo deste modo utilizar as mesmas técnicas em mesmos casos (UNESCO, 1988, p. 14).

Proposições como esta em nada contribuem para esclarecer as divergências existentes entre as tipologias das organizações. Assim, supondo que as organizações educacionais e as empresariais possuem características comuns, quando a administração empresarial é aplicada à educação, Poster (1976, p.3) defende que as diferenças, se não bem esclarecidas, poderão se tornar objeto de contestação. Nesse contexto, fica a compreensão de que a teoria da administração irá ajudar a educação, se esta for

compreendida teoricamente e, só posteriormente, colocada em prática, tendo em vista a já comentada especificidade da organização da educação.

Estudiosos das organizações como Katz e Kahn (1970), ao se aprofundarem, especificamente em organizações educacionais, dando uma maior ênfase no processo do que na estrutura, definiram a universidade como produtora de pesquisas, possibilitando a elaboração de conhecimentos. Eles também afirmam que mesmo havendo distinções entre as diferentes tipologias organizacionais, a exemplo das que produzem produtos manufaturados e das que trabalham com o comportamento humano, encontram-se em um mesmo patamar, sujeitas à lógica das organizações, considerando que o manufaturamento é também realizado por seres humanos. Nesse contexto, a comparação da administração entre empresas econômicas e empresas educacionais fica sujeita aos mesmos princípios.

Nas últimas décadas, a organização universitária é compartimentada do ponto de vista setorial, tendo em vista a busca incessante de uma produção de retorno, entenda-se como tal que a educação é para servir ao cidadão, enquanto a produção de retorno é aquela que oferece ao cidadão o que ele necessita pela demanda de mercado. O conhecimento passa a ser uma arma com preço de mercado, portanto, o reducionismo está fazendo da universidade um centro produtor de conhecimento de especificidades determinadas pela necessidade e se apartando da cultura.

Esse tipo de posicionamento faz com que alguns pesquisadores da área educacional tenham críticas, o que levou Lima (1992, p.56-57) a afirmar que, ao buscar a descrição das diferenças das organizações educacionais das demais organizações, bem como suas especificidades exclusivas, pode-se incidir no erro da comparação, pois os argumentos que justificam essa distinção não são tão facilmente encontrados.

Esta crítica ressalta o fato de que a universidade, por ser possuidora de tantas peculiaridades e pelo papel que desempenha na sociedade, precisa ser estudada de forma bem específica, partindo do princípio de que ela trabalha com a organicidade de seres humanos com sentimentos, crenças, emoções e outras peculiaridades.

Um número elevado de estudos sobre organizações surge referentes aos aspectos do comportamento humano. A visão deste grupo de estudiosos, na perspectiva descritiva, está bastante aprofundada, deixando em segundo plano a perspectiva estrutural e processual, responsável direto de toda configuração organizacional.

Entretanto, por acreditar nas finalidades da abordagem estrutural-funcionalista, Perrow (1972, p. 214) desenvolve, como de grande importância na organização do sistema social, a ótica diversa e holística quando situa a abordagem sociológica como a melhor forma de estudo da organização.

A perspectiva estrutural permite a compreensão entre o desempenho organizacional e os seus fatores de maior incidência como tarefas, tecnologias e pressões ambientais. Ao afirmar desta maneira, o autor preconiza que a ausência de uma adequada estrutura é a determinante dos problemas relacionados a uma organização, assim a compreensão sobre a afirmação de Tyler (1988, p.67) ao escrever “*functional responses to the uncertainty variability and interconnectedness of the task environment*” oportuniza um entendimento das circunstâncias na qual o fator organizacional consegue conviver com complexidades tecnológicas, ambiguidades de objetivos, pluralidades de interesses, conflitos e outras divergências dentro da organização.

Após percorrer o caminho de um breve panorama de alguns estudos realizados sobre a organização educacional, este capítulo objetiva caracterizar a tipologia da organização universitária quanto a sua natureza social e organizacional. Nesse contexto, inicia-se a análise da organização universitária a partir de alguns modelos teóricos.

Ao reconhecer a presença formal da burocracia na universidade Baldrige (1971, p. 11) afirma que a participação da burocracia não pode estar apartada de uma gestão administrativa de fundamentos normativos. No contexto universitário o controle de suas relações de políticas externas ou internas perpassa sempre pela rígida normativa estreita oferecida pelas legislações oriundas das entidades superiores federais no exercício de seus dispositivos de controle, como também, por todos os órgãos internos da gestão da organização universitária. Convém ressaltar que Baldrige (1971) enfatiza que as relações estabelecidas pelas políticas internas, de uma forma geral e constante, reduzem as turbulências e regulam a administração universitária. Desta forma, a hierarquia e as regras estabelecidas pelos diversos níveis de legislações internas de diferentes níveis de conselhos, câmaras, centros, departamentos e comissões são adotadas com uma aceitação e conformidade por parte da comunidade acadêmica como um todo.

Nesse contexto, o autor identifica a presença de duas estruturas paralelas de autoridade. Por um lado, a autoridade burocrática representada pela administração e

seus gestores em ações e atividades de regulações mantenedoras e atentas a qualquer atitude que possam vir a causar, em qualquer circunstância, movimentos que possam desenvolver mal estar.

Por outro lado, reconhece o autor que a estruturação da autoridade burocrática tem na autoridade profissional (representada na universidade pelos docentes eleitos ou comissionados, ocupando cargos de chefias executivas ou funções colegiadas de diversos níveis) seu suporte formal, pois é através desta que recebe os resultados de suas execuções ou as rígidas determinações das resoluções, editais e normativas regimentais, que são os pilares da continuidade administrativa e do planejamento estabelecido como parâmetro para execução das tomadas de decisões preconizadas no plano diretor de gestão da universidade.

Etzioni (1974), teórico estruturalista, apresentou uma expressiva contribuição relacionada à especificidade da universidade como organização e a analisa entre os três tipos de poderes adotados (coerção, remunerativo e normativo).

Segundo o autor, o primeiro dos poderes é o de coerção. Este poder, em períodos passados, utilizava a força física para oprimir qualquer atitude não concernente às rígidas regras adotadas pelo controle, no sentido de manutenção das regras estabelecidas pelo sistema. Desta forma, o poder de coerção no ensino superior está representado pela hierarquização entre os diversos níveis de servidores administrativos e suas funções e professores comissionados em cargos, cujas funções estão caracterizadas por diferentes ratificações, comissões, câmaras, chefias, coordenações e conselhos diversos, sempre respondendo a uma égide superior. Quanto aos discentes, estes estão devidamente controlados pela obrigatoriedade de notas mínimas para sua aprovação, assim como são controlados pelos diários de classe.

O segundo poder é a remuneração que, na universidade, é realizada quando observada a qualificação e seus diversos níveis entre servidores administrativos e docentes. Esta remuneração, sem dúvida, é o meio de controle de maior eficácia, isto porque as gratificações por funções, cargos comissionados e nomeação por confiança é ato do dirigente maior da universidade: o Reitor. Neste caso, não se leva em conta o nível e a titulação para cargos de confiança. Em virtude da possibilidade de vir a receber um acréscimo salarial, pode provocar uma competição não igualitária e de constante subserviência, causando danos na eficiência e eficácia na produtividade e metas operacionais.

O último dos poderes são as normativas, nas quais as universidades depositam todas as prerrogativas de manutenção de controle, tendo em vista o exercício mecanicista do regimento, resoluções, regras, legislações, de forma a não praticar qualquer reconhecimento de emoções, valores e crenças de seres humanos e possíveis intervenções que pudessem colocar em risco o comprometimento do controle operacional da organização como um todo. Entretanto, o poder gestor da organização utiliza-se da normatividade, no contexto de sua legitimidade, na aplicação de regras delimitadoras e de punições, enquanto, por outro lado, o poder da normatividade oportuniza a manipulação de benesses simbólicas representadas por títulos honoríficos (ETZIONI, 1974, p.77).

Dessa forma, se por um lado a normatividade se solidifica como um poder de controle mecanicista, por outro lado, exerce um poder de controle que reconhece os valores dos seres humanos e o aparelho burocrático continua sua faina de controlador normativo de comportamentos e guardião das regras que os regem.

Em referência à burocracia, Mintzberg (1982) adota as perspectivas circunstanciais, estabelecendo seis diferentes formatações de configurações (Estrutura Simples, Burocracia Profissional, a *Adhocrática*, a Burocracia Mecanicista, a Colegiada e a Missionária). Estas deixam evidentes que, as perenes heterogeneidades das organizações em relação as suas complexidades, provocam a impossibilidade concreta de ser estabelecida uma homogeneidade em suas configurações.

Mintzberg (1983), em suas abordagens acerca das estruturas organizacionais, caracteriza a Universidade, distinguindo-a das burocracias em geral e lhe atribuindo configuração própria. Esta estrutura burocrática pode ser compreendida como uma forma didática de transmissão compartimentalizada do conhecimento.

O autor situa de pronto a universidade como uma Burocracia Profissional, tendo em vista que sua autonomia permite a presença de indivíduos, com diferentes qualificações, para atuarem no contexto de realização das metas estabelecidas pela organização universitária.

Para o autor, a perene existência da burocracia profissional está ancorada na centralidade do poder das decisões estarem totalmente dominadas pelos profissionais docentes, reunidos em torno de seus deveres da docência e suas prerrogativas adquiridas, quando das suas participações e interferências nas decisões da gestão

administrativa, sejam estas de seus interesses ou do coletivo da classe docente.

Embora a hierarquização seja reconhecidamente democrática, talvez pela observação das alternâncias nas posições de poder, esta está quase sempre presente mesmo com a existência de grupos divergentes, tendo em vista o dia de amanhã. A burocracia profissional na universidade é reconhecida pela existência do poder sempre nas mãos dos que produzem saberes e conhecimento.

Para Mintzberg (1995, p.394), “o poder nas burocracias profissionais é conferido aos profissionais que dedicam uma grande parte dos seus esforços ao trabalho administrativo em vez do seu trabalho profissional”. Isto é constante nas organizações universitárias na forma conflitante e de lutas constantes entre grupos docentes, que para deter as lideranças e chefias e suas manipulações de cargos e funções gratificadas da administração, reduzem suas cargas horárias das atividades de docência.

Entretanto, estas atividades estão atadas a complacência dos mesmos em referência aos profissionais que os apóiam, pois, o gestor está sempre dependente do suporte dos demais profissionais pelo fato de que ele “só mantém o seu poder, se os profissionais considerarem que o administrador serve eficazmente os seus interesses” (MINTZBERG, 1995, p.394), este fato torna-se um fator cada vez mais acirante de ânimos no contexto organizacional universitário.

Continuando o estudo de Mintzberg (1995, p.490), o autor afirma que “a necessidade de produzirem de forma rotineira e ao mesmo tempo de se manterem criativas”, ou seja, para ser um docente universitário, torna-se imperativo estar em constante ação produtivista e que as mesmas ações sejam reconhecidamente de uma qualidade sempre inovadora.

Essa inovação, inclusive, nos lembra o ditado utilizado no sistema universitário americano, no qual ou o docente “publica ou morre”, ou seja, ou está engajado em trabalhos inovativos de publicação ou está sujeito a ser excluído do seio das decisões de sua profissão docente por não representar e produzir o necessário para colocar sua organização em um ponto de destaque no panorama de seus pares locais ou nacionais.

A complexibilidade de uma imprevisibilidade de momento do tempo e espaço coloca a irrelevante posição ocupada pela burocracia quando da prática da estrutura *Adhocrática*, como um fator de incidência cada vez mais utilizada nas decisões

qualitativas de imperativos competitivos e de suas divergentes seleções muitas vezes quantitativas.

A *Adhocracia* pode e deve ser compreendida por estar totalmente integrada aos fatores de heterogeneidades que lhe asseguram a presença em atividades complexas e seletivas quase sempre qualitativas, cujas produções acadêmicas também são analisadas sem as conformidades e exigências burocráticas determinantes internas ou externas da organização universitária. A principal característica da estrutura da *Adhocracia* é de sua atuação independente na validação de resultados dentro da academia.

Mintzberg (2003, p.282-305) deixa evidente, em conclusão, que a presença de situações conflitantes ocorre normalmente em trabalhos que envolvem uma estruturação *adhocrática*, pela total independência de seus participantes nos processos de avaliação e a ausência temporal de uma reavaliação pelos organismos que se utilizam de profissionais capacitados para seus pareceres de julgamento e análise.

Mintzberg (2003, p.186-198) determina que a estrutura burocrática mecanicista é fruto de organizações embasadas nas estanques funções determinantes, nas quais existe separação entre seus servidores de concepção e de execução. Destaca-se, sobremaneira, a padronização mecanicista como a forma de procedimento na execução dos trabalhos, sendo que a tecnoestruturação representa a total preponderância nesta tipologia organizacional, tendo em vista sua total pressão na realização de normativas, que exigem a adoção dos princípios da padronização dos procederes processuais unificados em cada uma de suas duas funções.

Nestas tipologias funcionais, as organizações obedecem a uma estruturação operacional de fins rotineiros e repetitivos, observados os preceitos estabelecidos pela forma dos procederes. Tanto os operadores da concepção quanto os da execução recebem treinamentos de atualização específicas fundamentadas na manutenção de uma mecanicidade regulamentar e de seus deveres de cuidar da não-quebra de qualquer dos itens garantidores de sua sobrevivência.

Quanto à divisão de trabalho, o autor comenta sobre o elevado número de compartimentos estanques e distantes entre si nas direções verticais e horizontais nas organizações. Isto está demonstrado com as diferenciações entre os portadores de funções e os demais operários na estrutura mecanicista. Ainda pode ser visto que, nesta

estrutura os níveis de hierarquia são totalmente observados, sejam eles por qualificação funcional, prática ou até mesmo por antiguidade em serviço.

A burocracia mecanicista se utiliza em seus princípios de todos os elementos existentes em seus regimentos e estatutos para reduzir ao máximo os poderes de gestão que não sejam aqueles que observem totalmente a estrutura comportamental mecanicista.

Mintzberg (2003, p. 155-156) apresenta, ainda, a organização missionária, que tem como parte-chave a ideologia, que é a crença da própria organização e não as crenças da sociedade em que se encontra. Esse tipo estrutural surge para atingir uma missão: transformar a sociedade de alguma maneira; ou transformar os membros da organização; ou prover os membros de uma experiência única, bem como em face de um conjunto de crenças e normas. Faz-se necessário que a referida missão seja distinta e inspiradora, mas sem que haja mudanças da missão ou das normas e crenças existentes.

Nesse tipo de organização, quando um membro assimila as crenças e valores da entidade passa a ter liberdade para tomar decisões através da padronização de normas, principal mecanismo de coordenação. Há pouca divisão de trabalho e pouca especialização das tarefas.

Em relação à estrutura burocrática, Hardy e Fachin (1996), vaticinam que a organização universitária necessitará de uma estrutura burocrática no sentido de manter uma integração na gestão das subunidades, quando afirmam que: "enquanto o lado profissional da universidade pode ser caracterizado por autonomia e por liberdade acadêmica, o apoio administrativo é estruturado numa burocracia hierárquica tipicamente tradicional" (p. 23).

Desta forma, deve-se entender que os gestores docentes da administração cobram do setor administrativo funcional um seguir rígido da hierarquização, tendo em vista o vivenciamento dos servidores administrativos estarem totalmente calcados em regras e normas, quase sempre representados pelas resoluções, editais e, principalmente, preenchimento de formulários. Os autores ainda afirmam que "a democracia e a descentralização, típicas da organização universitária, requerem, não obstante uma quantidade considerável de" papelocracia "(*red tape*), de hierarquia, de procedimentos legais extensivos, abrangentes e altamente padronizados" (p. 23). Neste sentido, percebe-se a constante presença da burocracia profissional e mecanizada.

Ao tratar o modelo organizacional, a colegiado, Hardy e Fachin (1996) ressalta que os departamentos são subunidades, entretanto, demonstram o poder das decisões colegiadas e suas influências em todos os setores. Então, Weber (1972, p.179) afirma que, no modelo colegiado, " [...] para enfraquecer o poder monocrático, existem vários detentores monocráticos de poderes de mando[...]". Isto posto, pode-se entender que o modelo colegiado tem uma influência muito grande na administração superior da universidade, não devendo esquecer que os ocupantes da administração superior, normalmente, são os mesmo docentes que historicamente já galgaram os degraus das diversas instâncias e unidades da universidade.

Desta forma, compreende-se que a autonomia que repudia um controle sobre as atividades diversas dos docentes, é resultado de uma participação majoritária dos docentes nas diversas reuniões que abrigam a colegialidade como fator de tomada de decisão.

Estruturada com base na responsabilidade profissional de seus participantes que ocupam o patamar dos que transmitem o conhecimento e que estão organizados na forma isolar dos membros componentes dos processos decisórios, a burocracia colegiada é compartilhada pela comunidade docente de uma organização universitária, tendo como ponto de consenso, serem eles o diferencial dentro do contexto de toda comunidade pertencente à organização.

Com estes preceitos, a burocracia colegiada, embora cingida de uma estrutura de regras rígidas, detém uma informalidade estrutural, facilitando, de maneira quase sempre consensual, as tomadas de decisões. Entretanto, essa estrutura colegiada entra em choque com a organização burocrática predominante, que tem motivação na lógica burocrática das regras.

A tipologia burocrática colegiada estabelece critérios funcionais alternativos que se utilizam de atalhos para agirem com celeridade em relação à solução das ações. O surgimento de conflitos com o sistema burocrático, em sua grande maioria, se perde na própria burocracia dos processos administrativos.

A burocracia colegiada retém uma ênfase na decisão, pois os indivíduos que a suportam são possuidores de saberes especializados com um diferencial de autoridade profissional. Estes protagonistas diferenciados compartilham dos mesmos fins que embasam o poder, logo, são pertencentes a uma elite com capacidade de decisão. Além

disso, participam de uma comunidade, cujos valores e critérios consensuais permitem decisões coletivas. Suas lógicas prevalecem entre todos os partícipes deste grupamento, assim, o controle centralizado pode manter um trunfo contra o determinismo burocrático, ficando estabelecida uma estrutura que representa a atitude democrática na tomada de decisões com fundamentos na informalidade e na participação.

A respeito da convivência da gestão colegiada e da autoridade burocrática de poder, subsidiada por todas as legislações pertinentes, a estrutura colegiada consegue manter uma convivência na qual prevalecem os interesses de um grupo de indivíduos embasado em uma gestão que busca a harmonização dos fins para obter o total reconhecimento dos objetivos organizacionais.

A presença conciliatória na organização universitária é um resquício presencial do corporativismo quando procura detectar qualquer ensaio de individualidade por parte de toda comunidade, no sentido de desarmar a intervenção da colegialidade nos poderes da burocracia.

A representação do formal e sua autoridade vai em direção à mesma autoridade dos especialistas, desta forma, podem estruturar suas atividades consensuais, emergindo então, os procedimentos das decisões colegiadas.

Há de se ressaltar que o controle do sistema administrativo da estrutura burocrática está sempre alerta em razão do comando da autonomia e da autoridade burocrática. A organização universitária é possuidora de inúmeras estruturas colegiadas que buscam suas independências e autonomias dentro da organização burocrática, quando nos referimos ao tripé constituído pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão.

A indissociabilidade, embora produza uma aparência cujas estruturas possam remeter para uma ótica burocrática, convivem no contexto da estrutura burocrática em busca do suporte pertinente a recursos de toda ordem que possam ser recebidos dentro da capacidade institucional da organização.

Hardy e Fachin (1996) apresentaram em seus estudos, o modelo político. No pensamento investigativo dos autores, a universidade está composta por grupos políticos de diversas facções, inclusive, nos dias atuais, por grupos político-partidários que irão reunir em um ambiente generalista o conflito permanente pelo poder que é contemporizado pela presença do “espírito de corpo”, que continua mantendo uma cordialidade aparente em toda a comunidade acadêmica.

Neste ponto, Hardy e Fachin (p.28) "ênfatizam o dissenso, o conflito e a negociaçãõ entre grupos de interesse". Sobre esta afirmaçãõ transborda a ideia de uma convivência conflitante e, que provoca a negociaçãõ entre os diversos grupos, dependendo das benesses de aquiescências dos majoritários, desde que, os mesmos sejam sempre os docentes. A pressãõ do dissenso em suas ocorrências e a existência sempre presente do corporativismo docente desencadeia, nos processos de definiçãõ do poder, uma diluiçãõ de uma teia complicada na definiçãõ das lideranças e de acesso ao poder nas universidades.

Entretanto, mesmo com o conflito, o prestígio acadêmico é resguardado, muito embora se mantenham presentes os mesmos modelos políticos que ocorrem na sociedade, com um diferencial, a postulaçãõ não se utiliza do partidarismo político a não ser nas sombras e nas reuniões dos grupos pertencentes a uma das entidades políticas. É constatada, entretanto, uma relaçãõ íntima nos dias atuais entre os poderes superiores da administraçãõ universitária e sua governabilidade com as políticas dos órgãos superiores.

Quanto à anarquia organizada ou lata de lixo, este é um modelo no qual as decisões são tomadas segundo Hardy e Fachin (1996, p. 27), "[...] em caso de estruturas com muitas comissões, altamente complexas, o processo decisório tipo 'lata de lixo' pode vir a ser a influência prevalecente", não sendo observada a tradicional burocracia e suas nuances, mas dependendo do momento das circunstâncias e suas ocorrências quando as mesmas recorrem a uma influência predominante de uma corrente política, na ausência de uma ação, minimamente organizada, pelos rigores de uma burocracia, seja profissional ou mecanicista, fazendo surgir então, a denominação de "lata de lixo", pela falta de uma mínima coerência de estrutura organizacional.

Deve-se perceber na constância desse modelo que as decisões são produzidas não se levando em conta sua importância, mas a casualidade em perfeita sintonia com prevalecência de apenas um pequeno conglomerado de indivíduos que decidem sem a mínima formalidade necessária de análise das consequências.

Neste contexto, os autores Hardy e Fachin (1996, p.36), considerando a multiplicidade dos ambientes universitários, afirmam que "o conceito multifacetado de configuraçãõ ajuda a expandir a nossa compreensãõ da riqueza e da diversidade de ambientes universitários".

Quanto ao modelo misto, pode-se perceber a busca de uma estrutura organizacional que viesse suprir a lacuna aberta com a ausência de uma definição que contenha o conjunto de práticas utilizadas pelas estruturas organizacionais das universidades em suas dinâmicas de funcionamento.

Para Hardy e Fachin (1996) e Rebelo (2004), o simples fato da estrutura organizacional da universidade ser possuidora, em seus procedimentos, de componentes oriundos de uma combinação das estruturas organizacionais, justifica a existência de uma estrutura organizacional mista.

Neste tipo de organização, constata-se a presença da autonomia dos profissionais envolvidos nos processos decisórios, a importância do consenso no sentido da dominação e do poder dos docentes e o comportamento humano ajustado às suas necessidades e capacidades de adaptabilidade ao dissenso, ao conflito e à negociação entre grupos divergentes.

Para Bundt (2000), o modelo estrutural misto é o resultado da presença de atividades pertinentes a públicos distintos em uma mesma organização. As unidades e subunidades componentes da estrutura universitária são possuidoras de uma autonomia acadêmica e regidas por docentes especialistas independentes no senso do conhecimento acadêmico, mantendo, entretanto, um nivelamento entre seus pares e uma hierarquização no contexto geral da academia.

Pode-se aquilatar que este tipo de ambiente tende a necessitar de estratégias diversificadas no contexto administrativo interno e externo da universidade, para que sejam alcançados resultados que justifiquem as pretensões. É através do modelo misto que se busca apresentar no contexto, de forma harmônica, as diversas repartições dos modelos citados, podendo conviver e interagir na mesma estrutura organizacional, observadas suas especificidades (REBELO, 2004).

Desta maneira, pode-se ter a compreensão de que as estruturas organizacionais possuem a capacidade de, mesmo sendo heterogêneas em seus princípios, terem a capacidade de interagir harmoniosamente entre si, com a finalidade de estabelecerem uma padronização modelar para representar uma estrutura organizacional.

Contudo, fica evidente que a organização universitária tem nas divergências conflitantes um aporte muito importante na sua estrutura. A capacidade docente e o corporativismo perene em sua existência procura manter o domínio da estrutura

acadêmica sobre o administrativo, criando, assim, um desequilíbrio nas certezas da constância burocrática, seja profissional ou mecanicista, quando se sobrepõe no contexto das tomadas de decisões, em todos os níveis, a estrutura colegiada no cotidiano dos fenômenos que ocorrem no seio universitário.

Entretanto, na estrutura universitária, faz-se presente também o modelo de “anarquia organizada” ou “lata de lixo”. Isto posto, pode-se conceber que, na universidade, o debate e o perfil colegiado, mesmo na operacionalidade, são predominantes. De forma geral, as demais estruturas organizacionais se utilizam das decisões estratégicas e táticas que assegurem um percentual elevado de sucesso operacional.

2.3 Estudos Organizacionais e a Perspectiva Institucional

A teoria institucional vem ganhando espaço nos estudos organizacionais e está sendo aplicada como elemento central nas organizações, por fornecer maneiras de compreender padrões implícitos e a diversidade dentro das organizações (PEREIRA, 2012).

No entanto, antes de compreender os caminhos que a teoria institucional toma quanto à sua utilização, tanto na perspectiva teórica quanto na empírica, faz-se pertinente realizar uma breve apresentação do contexto do desenvolvimento dos estudos organizacionais até a inserção da teoria institucional, com foco, neste estudo, no institucionalismo em Selznick.

No contexto histórico do desenvolvimento dos estudos organizacionais, observa-se que, ao passo que ocorrem mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas, proporcionalmente altera-se a forma de análise e concepção das organizações.

Com as mudanças sociais, políticas e econômicas associadas ao passar do tempo, a forma de se teorizar uma organização também sofre mudanças. Com estas mudanças, algumas questões se destacam como o foco na evolução dos discursos dominantes, conhecimento, diversidade, gênero, subjetividade e poder, trazendo reflexões sobre os estudos organizacionais, ampliando as conversações teóricas no campo do estudo.

Bronzo e Garcia (2000) destacam a importância da abertura a "novas conversações teóricas" na busca da superação dos prejuízos do imobilismo, como eles

entendem, e assim buscar respostas para antigos e novos problemas que sustentam a investigação no campo das organizações.

Nestas conversações observa-se que a contribuição weberiana está na relação natural e institucional com a burocracia, desta forma criando uma das bases determinantes da doutrina clássica.

A concepção da abordagem Burocrática desenvolveu-se na administração da década de 40, tendo como autores principais Weber (1958), Merton (1949), Selznick (1949) e Gouldner (1954). O conceito fundamental introduzido por esta abordagem foi a burocracia que, de acordo com Muniz e Faria (2007, p. 56), é “(...) um sistema social, organizado mediante normas escritas, visando à racionalidade e à igualdade no tratamento de seu público”.

A burocracia de Weber (1999) tem caráter legal das normas e regulamentos, caráter formal das comunicações, caráter de racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade no relacionamento, hierarquização da autoridade, rotinas e procedimentos padronizados, competências técnicas e por méritos, especialização da administração, profissionalização dos participantes e completa previsibilidade de comportamento funcional.

O modelo organizacional da abordagem Burocrática entende a organização como sistema fechado, não recebendo influência do ambiente externo, tampouco influenciando este ambiente com as suas prerrogativas de base, racional, mecanicista, normativista, formal e formalizada.

Para Weber (1999), o pioneiro da teoria das organizações, tinha que ser excluída a arbitrariedade e a irracionalidade do funcionamento das organizações, deixando prevalecer o argumento técnico e racional, sobretudo nas organizações mais complexas da sociedade moderna, onde há a exigência da precisão, da velocidade, da continuidade e da economia de recursos em sua administração.

A burocracia de Weber exprime a manifestação organizada do espírito racional quando constitui um meio tão eficiente e poderoso de controlar as pessoas que, quando estabelecido, torna-se impossível reverter tal situação (DiMaggio e Powell, 1983).

Miles (1964, p.425), corrobora com o exposto quando afirma que:

Uma organização social é possuidora de uma estrutura mecanicista utilizada pela sociedade, para atingir um ou mais fins comuns. Desde

que seus fins sejam fixados e reconhecidos como estáveis, esta instituição fica reconhecida por sua estabilidade. Fica então evidente que tal estabilidade oferece tanto poder que a dita instituição tem uma capacidade de resistência perante a qualquer mutação que ameace sua sobrevivência. (MILES, 1964, p.425, tradução nossa)³⁰.

A impossível reversão pode ser representada pela “gaiola de ferro”, que no entender de Weber (1999), é a representação de uma “cela” de isolamento, na qual estaria em clausura a raça humana, tendo a ordenação racionalista e o capitalismo, como os responsáveis pela chave do aprisionamento. Esta ação, quando detectada, desencadeou um movimento entre os estudiosos do comportamento social, a partir da constatação, por eles, de que a atividade burocrática passava a ocupar espaços organizacionais cada vez maiores.

Nestes espaços, segundo a visão dos autores burocratas, a previsibilidade é fundamental na prevenção da fuga da “gaiola”, desta forma as tarefas serão supervisionadas no cumprimento de suas ações e especificidades, evitando, assim, a criatividade e a inovação. Os bônus e incentivos poderão acontecer, mas sempre de forma individualizada, nunca grupal.

Assim, Selznick (1949) da mesma forma que reconhece uma visão racional de constatação de que as organizações são projetadas, na visão de si própria e seus interesses, deixa evidente que em seus estudos detectou que as formalidades estruturais não conseguem se sobrepor ao aspecto da não racionalidade no comportamento organizacional. Selznick (1949) constatou que as formalidades não são empecilhos nem para os indivíduos ou organizações em determinados momentos de seus interesses. Fachin e Mendonça (2003) afirmam que indivíduos não agem somente baseados em papéis formais, o mesmo acontece nas organizações que não agem somente com base em suas estruturas formais.

Em contrapartida à burocracia de Weber, por discordar do que chama de disfunções burocráticas, Merton (1949) desenvolve um modelo que discute os resultados incidentes dos fatores organizacionais nos comportamentos de reações individuais dos seres humanos, fundamentada a burocracia na exigência do controle, na ênfase, na confiança do comportamento, na rigidez de comportamento e na defesa

³⁰ A social organization is the structural mechanism employed by a society to achieve one or more of its commonly accepted goals. Since the goals do not change noticeably and each organization's activities are rather clearly demarcated, any particular organization comes into existence with a great deal of built-in stability. This stability is so great as to constitute a powerful resistance to change (MILES, 1964, p.425).

mútua, justificativa da ação individual e sentimento de necessidade da defesa da ação individual e dificuldade de relação com os clientes.

Selznick (1949), seguindo as pegadas de seu mestre Merton, também levanta críticas a Weber e a seu modelo, ao afirmar que “a burocracia não é rígida nem estática, mas adaptativa e dinâmica, interagindo intensamente com o ambiente externo e adaptando-se a ele” (MUNIZ e FARIAS, 2007, p. 66).

Assim como seu mestre, ele também desenvolveu um modelo burocrático no qual se encontra presente a hierarquia controlada pela alta direção, seguida de cima para baixo, sempre pela delegação de autoridade de acordo com cargos e funções na organização.

Gouldner (1954), outro crítico do modelo burocrático, afirma que não deverá haver exacerbação de controle, pois desta maneira poderá surgir desequilíbrios e desenvolver a desconfiança nas relações de poder. O autor, em suas investigações, conseguiu ampliar sua visão sobre a burocracia. Desta forma, o controle aventado por ele, como um causador de desequilíbrio, vai desenvolver uma tipologia formada de burocracia fingida, representativa e punitiva.

Outras críticas surgiram ao modelo weberiano, pois o considerava com excessivo caráter racional, conservador, mecanicista, impessoal ; e com sistema fechado, sempre em busca de uma abordagem descritiva e explicativa.

Este modelo busca evidenciar a maneira de trabalho mais adequada para a organização analisar e explicar as dificuldades no atendimento aos clientes, os conflitos com o público, entre outros. Estas críticas insurgem das disfunções da burocracia.

Embora suas disfunções (internacionalização das regras e exagero apego aos regulamentos; excesso de formalismo e de papelório; resistência a mudanças; despersonalização do relacionamento; categorização como base do processo decisório; super conformidade às rotinas e aos procedimentos; exibição de sinais de autoridade; e dificuldade no atendimento a clientes e conflitos com o público) tenham contribuído para as críticas com relação aos seus princípios, além das considerações de que quanto mais rigidez na organização houver, menos liberdade o homem terá, percebe-se que a burocracia contribuiu para o desenvolvimento de teorias organizacionais e até hoje o modelo de burocracia desenvolvido por Weber continua a exercer um papel de destaque nos estudos sobre organizações.

Nos campo dos estudos organizacionais, a Teoria Institucional (TI), surge como uma opção à predominância de décadas das tomadas decisórias estarem embasadas nas racionalidades. Entretanto, para o indivíduo empoderado, a racionalidade representa o poder de decidir sem qualquer critério, a não ser aqueles do seu interesse pessoal e dentro da sua competência funcional e formação profissional. Enfim, a sistemática organizacional assistia o racional sobrepujando embasada na Ciência Positiva, qualquer manifestação consistente da perspectiva irracional. “O triunfo da ciência sobre a política, bem como a vitória da ordem e do progresso coletivos, concebidos racionalmente acima da recalcitrância e irracionalidades humanas” (REED, 1998, p.61).

Desta forma, fica o senso de que as organizações foram concebidas pelos homens, para resultados determinados e propósitos pré-estabelecidos dentro das delimitações de seus fins.

A inserção da perspectiva institucional, sob o enfoque estrutural e comportamental (FACHIN; MENDONÇA, 2003; AMARAL; MACHADO-DA-SILVA, 2006), desde os estudos pioneiros de Selznick (1949, 1972), até trabalhos desenvolvidos posteriormente (DIMAGGIO e POWELL, 1983, 1991; MEYER e ROWAN, 1977; SCOTT, 1995; ZUCKER, 1977) ressalta que a relação feita por essa abordagem teórica entre a organização e o ambiente é compreendida como entidades culturais, a relevância do plano cultural para indivíduos, grupos e organizações, expressos na forma de instituições, padrões de comportamento, normas, valores, crenças e pressupostos (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA & CRUBELLATE, 2005).

De acordo com Barley e Tolbert (1997), o pensamento institucionalista tem se desenvolvido buscando compreender como as instituições são criadas, alteradas e reproduzidas, haja vista que seus modelos ainda estavam em desenvolvimento.

Selznick (1996) desenvolve sua pesquisa com a concepção de que os valores como emoções e crenças, entre outros, são representados nas tomadas de decisão com mais presença do que os fatores técnicos. Esta concepção emergiu para ele quando percebeu a importância dos seres humanos como atores principais da ação organizacional.

Outros seguidores dos estudos de Selznick foram Meyer e Rowan (1977). Estes defendem que as vantagens das organizações funcionam de forma institucionalizada e

se utilizam dos embasamentos da burocracia como normas, mitos e regras, já institucionalizados.

Nesse ponto, corroborando com o pensamento anterior, Fonseca (2003) afirma que o caráter relacional e o caráter cultural que ocorrem nos ambientes são colunas partícipes das ações estruturais das organizações. Assim, a Teoria Institucional realiza sua inferência contributiva para a organização.

Deve-se, então, compreender que a concepção da Teoria Institucional está ligada aos ambientes, tendo em vista reconhecer a participação dos atores que protagonizam a ação de forma integrada em todo o conjunto do contexto organizacional em análise. (SCOTT, 1995).

Portanto, quando a análise do ambiente passa a ser parte nos estudos das organizações surge à teoria institucional, desenvolvida por Selznick, na qual a racionalidade recebe todas as inferências advindas da presença e atuação dos seres humanos nas organizações, proporcionando formas de compreender a padronização e a diversidade dentro das organizações. Como assinala Perrow (1990) quando afirma que a ênfase no ambiente é a principal contribuição da escola institucional.

2.3.1 A Teoria Institucional

No contexto da realidade brasileira, a Teoria Institucional posiciona-se como alternativa teórica de elevado poder explicativo para a análise de sistemas educacionais, estruturas legais e paralegais, burocracias públicas, profissões, tribunais, organizações culturais, entre outras (VASCONCELOS; MACHADO-DA-SILVA, 2005).

Para os autores Fachin e Mendonça (2003), os processos de gestão organizacional são resultados de ações humanas e do contexto político-cultural, por isso a Teoria Institucional traz importantes colaborações para a gestão das organizações com vistas a explicar as mudanças nas organizações quando analisa o processo de legitimação das estruturas e ações, bem como as consequências nos resultados planejados.

A utilização do institucionalismo sociológico na análise organizacional só acontece quando alguns autores, em suas fundamentações teóricas, começam a utilizar

argumentos institucionais, destacando o simbolismo presente na estrutura e no comportamento organizacional. Isto é encontrado nos textos formulados pelos acadêmicos da *Columbia's Scholl*, liderados por Merton (1936, 1949), juntamente com os trabalhos publicados por Parsons (1937), Simon (1947) e, mais adiante por Selznick (1949).

Apesar das várias reflexões anteriormente realizadas, considera-se que a fundamentação da teoria institucional teria acontecido na década de 50, a partir do trabalho pioneiro desenvolvido por Selznick (1949) em seu clássico estudo sobre a *Tennessee Valley Authority* (TVA).

Nesta obra, o autor enfatizou que, embora as organizações sejam “instrumentos desenhados para atingir objetivos específicos” (p. 29), elas sofrem mudanças adaptativas a partir de suas operações. Selznick ainda apresentou nesta obra que a Agência era modelada pelas constituições locais, onde do lado de fora ela refletia “os desejos expressos da área local” (1949, p. 12) e ainda ajustava o programa agrícola e algumas políticas sociais pelo emprego a partir da estratégia de cooptação. Percebe-se, assim, um esforço da TVA para atender a certas forças locais para trazer suas vozes à agência sob a doutrina “próximo às pessoas” (SELZNICK, 1949). Desta forma, identifica-se que a característica chave do velho institucionalismo é a ênfase que ele dá à adaptação organizacional ao ambiente externo, dando uma maior ênfase nas dinâmicas internas.

Colignon (1997, p.2) traz uma reflexão crítica a obra TVA, quando afirma que nesta obra as organizações aparecem como "autônomas, apolíticas, associais e aistóricas" visualizadas como uma "estrutura racional encaixada num sistema orgânico adaptativo, com estruturas e práticas impelidas por um padrão evolutivo de desenvolvimento" (1997, p.2).

Essa crítica centra-se na afirmativa de que o modelo teórico de Selznick "faz desaparecer as ações sociais do povo e as instituições da sociedade dentro do conceito de organização" (1997, p.2). Entretanto, vale ressaltar que para se fazer qualquer crítica a esta obra deve-se levar em consideração o pensamento e a contribuição de Selznick situando-o no seu tempo acadêmico e nos seus princípios até então existentes.

No trabalho seguinte, denominado “Liderança na Administração”, Selznick (1972) teceu reflexões acerca do nascimento das organizações e estabeleceu uma

ligação entre a racionalidade instrumental e subjetiva, a partir do momento em que incluiu a dimensão valorativa no conceito de estrutura. Neste trabalho, o autor estabeleceu a distinção entre organização e instituição quando transcendeu a orientação exclusivamente técnica, incluindo valores influentes nas dimensões estrutura-ação ao incorporar elementos simbólicos às definições da estrutura e da ação organizacional:

Organizações transformam-se em instituições ao serem infundidas de valor, isto é, avaliadas não como simples instrumentos, mas como fontes de gratificação pessoal direta e veículos de integridade de um grupo. Esta infusão produz uma identidade distinta para a organização (SELZNICK, 1972, p. 34).

Neste contexto, Selznick (1972) determina a transformação da organização em instituição a partir da infusão de valores, denominando-a institucionalização e reconhecendo a importância dos valores na Teoria Institucional, aduzindo que as instituições têm objetivo de limitar a ação humana e organizacional. No entanto, de acordo com Selznick, resta identificar a relevância de cada um dos valores, bem como o que os enfraquece ou os torna obsoletos e/ou subvertidos.

Machado-da-Silva *et al* (2003) conceituam institucionalização como um processo formado por etapas, nas quais, as ações habituais tornam-se típicas ao passar do tempo, tornando-se objetivas, e, ao final, adquirem caráter normativo. Com isso, “a criação de um conjunto de crenças e conhecimentos compartilhados origina uma realidade socialmente construída, institucionalizada e legitimada perante a sociedade” (p.183). Porém, estes autores observam que as ações não se tornam imutáveis, vez que podem sofrer incorporação de novos valores e costumes decorrentes de novo contexto, em virtude das alterações de poder, avanços tecnológicos, etc.

Isto posto, pode-se simplificar institucionalização como sendo:

um processo condicionado pela lógica da conformidade às normas socialmente aceitas, bem como pela incorporação de um sistema de conhecimento construído ao longo da interação social, que se constituem em parâmetros para a concepção de realidade dos atores sociais, definindo, portanto, o seu modo de agir. Em busca da legitimação e aceitação social, as organizações procuram conformar as suas ações e estruturas aos valores ambientais e aos conceitos considerados socialmente corretos (MACHADO-DA-SILVA *ET AL*, 2003, p.183).

Assim, a institucionalização caracteriza-se pelo processo de transformação das crenças e costumes em normas de conduta social, as quais sofreram influência das aceitações e que foram institucionalizadas pelas organizações.

Tatoo (2005) mostra que se pode visualizar o processo de institucionalização em todas as sociedades, em diversos graus, haja vista a existência de vários grupos dentro de uma sociedade. Este processo acarreta a separação de papéis, a fim de garantir o funcionamento normativo e a geração dos comportamentos institucionais legítimos em determinadas situações. Assim, até o surgimento dos conflitos, a institucionalização apoia-se no consenso, nas normas e em suas penas, e este conflito de interesses para Vieira e Misoczky (2003)

é sempre resolvido por meio de estratégias de enfrentamento ou negociação. Ambas estão circunscritas pelo poder potencial e operacional dos agentes envolvidos. Isso conduz à questão da fonte de inércia ser dada pelos interesses (e, portanto, poder) no velho institucionalismo e pela legitimação do novo. (VIEIRA e MISOCZKY, 2003, p.58)

Na Teoria Institucional, a questão do poder diferencia o velho do novo institucionalismo, eis que no velho é focado mais explicitamente. Há uma visão de poder com conflito, vez que são permitidas disputas de poder nas organizações. O conflito de interesses é periférico no novo e central no velho institucionalismo, e, quando ocorrem alterações de poder, também se altera a configuração do campo, acarretando, por vezes, o surgimento de novas instituições. (VIEIRA e MISOCZKY, 2003).

O velho institucionalismo parece aproximar-se mais da visão de poder com conflito, o que permite propor que as disputas de poder em um campo geram as instituições que, por sua vez, mantêm a ordem estabelecida por meio do compartilhamento de valores. A mudança ocorre quando os arranjos de poder (internos e externos) no campo se modificam e geram novas instituições. (VIEIRA e MISOCZKY, 2003, p.59)

A noção de poder é tratada de forma abrangente por algumas teorias, porém outras a abordam de forma superficial e, ainda, existem algumas teorias que ignoram a noção de poder. Porém, ainda que se possa contestar a noção de poder, este, geralmente, é utilizado pelas organizações (PERROW, 1986). Na Teoria Institucional, a noção de poder apresenta quantidade considerável de importantes elementos, estando a teoria das organizações cada vez mais focada na interpenetração entre poder, instituições e eficiência.

O conceito de poder tem sido alvo de diversos estudiosos em virtude de sua importância nas relações sociais para a compreensão e análise dos comportamentos individuais ou de grupos; das decisões das organizações, e ainda; das dominações de grandes corporações em detrimento dos seus trabalhadores, como ressalta Pagés *et al* (1993).

Kaplan e Lasswell (1998) afirmam que o poder é competente quando este consegue manipular a habilidade das pessoas ou grupos e influenciar o comportamento dos indivíduos ao se propor modificar certos estímulos ainda não concebidos. Estes autores expandem a conceituação de poder, o qual deixa de ser apenas uma competência de quem o exerce, para tornar-se a mudança do comportamento de quem sofre a ação para comportar-se de acordo com o desejado por quem detém o poder. Desta feita, a influência é fator determinante para o exercício do poder, eis que não é apenas o poder coercitivo que modifica a atitude dos subordinados ao poder, podendo o convencimento e insinuação também o fazer.

O poder das organizações é analisado, por vezes, quando grupos de indivíduos ou organizações com interesses comuns, temporários ou não, concentram-se. São as chamadas coalizões. Sobre estas, Hall (1984, p.102) diz:

se formam à medida que as partes buscam promover seus próprios interesses. Procuram exercer o poder sobre outras coalizões e fomentar seus próprios interesses. As análises das coalizões sugerem que as organizações são altamente politizadas, havendo nelas alianças e arranjos de poder mutáveis. (HALL, 1984, p.102)

Nessa situação, há formação de pactos, formais ou informais, visando determinado fim, os quais podem findar se uma ou mais organizações alterarem sua estratégia.

As coalizões ou organizações atuam, exercendo seu poder e influência em decorrência de seus interesses no campo organizacional onde atuam, uma vez que a luta pelo sucesso ou insucesso resulta em conflito permanente e sobreposição de interesses.

Cada campo prescreve seus valores particulares e possui seus próprios princípios regulativos. Esses princípios delimitam um espaço socialmente estruturado em que os agentes lutam, dependendo das posições que ocupam no campo, seja para mudar, seja para preservar seus limites e forma. Duas propriedades são centrais a essa definição. (1) Um campo é um sistema padronizado de forças objetivas, uma configuração relacional dotada de uma gravidade específica e que é imposta a todos os objetos e agentes que entram nele. Como um

prisma refrata forças externas de acordo com a estrutura interna. (2) Um campo é, simultaneamente, um espaço de conflito e competição, um campo de batalha em que os participantes visam ter o monopólio sobre os tipos de capital efetivos e o poder de decretar hierarquias e uma “taxa de conversão” entre todos os tipos de autoridade no campo de poder (VIEIRA e MISOCZKY, 2003, p.55),

No ambiente da instituição, a competitividade relaciona-se à capacidade de uma organização perceber e gerir seus recursos, adequando-se aos costumes e normas de uma sociedade e atingindo as expectativas do contexto em que se encontram, o que garante sua permanência neste, permitindo acesso aos recursos econômicos e materiais (SCOTT, 1995). Desta forma, Machado-da-Silva e Fonseca (2010, p. 35) afirmam que “a competitividade é vista como um tipo de relação permeada pela disputa entre organizações, ou populações de organizações, por recursos escassos, mas essenciais a sua sobrevivência”.

Desta forma, a Universidade, segundo Chauí (2003), é possuidora de um princípio diferenciado das demais instituições ao ser referenciada pela sua normatividade e valoratividade. Por outro lado, enquanto universidade pública como organização, em virtude de sua tipificação e especificidades tem sua referência em si própria.

Esta situação, entretanto provoca a presença de um processo contínuo de competitividade com outras de mesmos objetivos, mas diferenciados nos fins particulares. Para seu sucesso, utiliza a indissociabilidade de seus fins. Desta forma, consegue ser competitiva e atrai para si toda sociedade que serve.

Este estudo se realiza em um ambiente universitário, assim deve-se compreender que a competitividade depende da maneira como a universidade vai gerir os valores simbólicos quanto às normas, regimentos e padrões em relação ao contexto social.

Scott (1987) observa ainda que diferentes organizações são possuidoras de diferentes valores e crenças. Este simbologismo deve fazer parte das diferentes formas de causas que permeiam as organizações, da mesma forma com que é vista a importância da cognição dos gestores organizacionais no concernente também a competitividade, sem que o processo deixe de ser contínuo, esta pode ser detectada, contida ou estimulada, dependendo da relação organização-ambiente.

Machado-da-Silva e Fonseca (1999) asseveram que existe uma necessidade de interação dos padrões que estabelecem os critérios de procedimentos entre a

competitividade e as organizações, para que os resultados sejam benéficos para o desenvolvimento social.

A competitividade do ponto de vista conceitual (BARBOSA,1999) deve ser compreendida com diferentes nivelamentos analíticos, respeitando suas especificidades que permeiam suas particularidades socioambientais. Assim, a Universidade tem o dever, observadas sua tipificação e especificidades, de estar sempre alerta na forma de oportunizar a competição entre todos os membros da academia, no sentido de receber respostas positivas no contexto inseparável do conjunto organização e valores humanos.

Os mais tradicionais institucionalistas delimitaram a análise na comunidade local onde uma organização está inserida, quando se analisa a influência de uma organização sobre o ambiente, cooptando os atores através da organização (DIMAGGIO e POWELL, 1991).

A cooptação, que evita ameaça à estabilidade e à existência das organizações, pode caracterizar-se como um processo formal ou informal. No formal as organizações buscam legitimidade e no informal o poder e a autoridade são compartilhados (FACHIN e MENDONÇA, 2003).

A estratégia de cooptação condiciona as ações das organizações (FACHIN e MENDONÇA, 2003), isto posto, as mudanças eram encaradas pelos velhos institucionalistas como prejudiciais para estabilizar as relações da organização com o seu ambiente.

Selznick (1949) acreditava que a doutrinação ideológica e a cooptação eram mecanismos de estabilização da organização e define cooptação como:

Processo de absorção de novos elementos na liderança ou estrutura de decisões políticas de uma organização, como meio de evitar ameaças à sua estabilidade ou existência. (SELZNICK, 1949, p. 13, tradução nossa)³¹

Sobre esta definição de cooptação Colignon (1997) traz uma crítica enfatizando a despreocupação de Selznick com relação aos conflitos e às questões de poder.

Com relação a cooptação, há duas formas deste mecanismo: cooptação informal, ou seja, quando é necessário ajustamento às pressões de poder na sociedade; e a

³¹ Process of absorbing new elements into the leadership or policy-determining structure of an organization as a means of averting threats to its stability or existence (SELZNICK, 1949, p. 13).

cooptação formal, quando se mostra necessário o estabelecimento de legitimidade da autoridade ou a permitir acesso do público à administração a que se dirige.

Na universidade, a cooptação aparece

de forma aberta quando o recrutamento de professores e funcionários se dá por relações pessoais a afinidades emocionais. A forma da cooptação dissimulada aparece pelo sistema de concursos, que a realizam obedecendo a todos os critérios formais burocráticos, porém o vencedor já está definido *a priori*. (TRAGTENBERG, 2001, p.174)

A cooptação age como mecanismo de ajuste às pressões internas, garantindo estabilidade da organização e da coalizão que domina, por meio da absorção de núcleos de poder de elites alternativas, as quais têm potencial de desafiar a maioria que dirige. Uma vez controlados, os elementos cooptados não ameaçam o domínio da coalizão sobre as diversas áreas de decisão, ainda que sensíveis.

2.4 A Universidade como Instituição

A universidade, com relação à formação do homem e à organização e desenvolvimento das sociedades, tornou-se uma instituição necessária, sendo uma das estratégias mais eficientes para se preparar o futuro, que além da ocupação de espaços privilegiados do mercado de trabalho (DEMO, 1991 p 35-37), tem como missão os caminhos do desenvolvimento do país dentro das oportunidades históricas.

A universidade é necessária porque é a única instituição produtora do conhecimento organizado que resulta na formação e no reconhecimento de seus profissionais. É o meio utilizado para se alcançar uma preparação de um futuro no mercado de trabalho e uma garantia de bem estar social a todos que conseguirem penetrar cada vez mais nas concorridas vagas nas universidades públicas de nosso país.

Desta forma, ao serem reconhecidas como tal e assumirem seu papel de ator social, através de seus dirigentes e governos, passaram a ampliar e intensificar frente ao ambiente social, exercendo papel orientador nesse meio (PAZETO, 2007, p.3), exercendo atividades que garantam benefícios à sociedade.

Assim, a exponencialidade de seu papel, faz da universidade uma instituição impar, por ser esta possuidora da especificidade de construir o conhecimento dos seres humanos, oportunizando estes a um caminhar em busca de suas realizações profissionais e melhoria de qualidade de vida.

A universidade, ainda que tenha atividades específicas, está diretamente relacionada à formação do ser humano em suas múltiplas dimensões, e centram-se no desenvolvimento de aprendizagem e de conhecimento em espaços e condições específicas. É uma instituição que mobiliza sujeitos e processos sob a perspectiva instituinte³², à medida que exercitam suas competências e praticam seus projetos (PAZETO, 2007).

Embora, seja a universidade uma instituição gregária no sentido de acolher todos os que forem selecionados, esta, entretanto, possibilita de forma seletiva todas aquelas pessoas que dela tiram melhores proveitos qualitativos, obtendo resultados diferenciados.

Ao se analisar a instituição universitária como ambiente de relações humanas e de criação, Garay (1998) ressalta que,

sua finalidade primordial é a existência, não a produção; centram-se nas relações humanas, na trama simbólica e imaginária em que essas se inscrevem, mas não nas relações econômicas. Operam com seres humanos aos quais possibilitam, ou não, viver, trabalhar, educar-se, confortar-se, curar-se, mudar e ‘talvez criar o mundo a sua imagem’ (p. 116).

Neste ponto, poder-se-ia dizer que a instituição denominada universidade tem na razão de ser da sua existência retribuir como missão a sociedade que a criou, uma forma de manter o espaço referente ao seu domínio (FREITAG, 1995, p. 32).

Freitag (1995) afirma que quanto aos meios e aos fins no âmbito da universidade

[...] a organização se define, em compensação, de maneira instrumental: ela pertence à ordem da adaptação dos meios, em vista do atendimento de um fim ou um objetivo particular; é então ela mesma que também define suas fronteiras, de maneira auto-referencial. O aspecto institucional remete à prioridade dos fins; o aspecto organizacional, à prioridade dos meios (FREITAG, 1995, p. 32).

³² O caráter instituinte se dá pela prática da participação e autogestão, modos pelos quais se contestam as formas de poder instituído; ênfase nas relações pessoais, mas do que nas tarefas (LIBÁNEO, 2004, p. 122-3).

Vale ressaltar a maneira comportamental desta instituição orgânica quanto a seus fins e mecanicista quanto aos seus meios organizacionais. Neste contexto, Scott (2001, p. 23) afirma que

desde o começo, Selznick (1949) tinha o propósito de distinguir entre organização como a ‘expressão estrutural da ação racional’ (p. 25) – como instrumento mecanicista projetado para alcançar objetivos específicos – e organização vista como um sistema orgânico adaptável afetado pelas características sociais de seus participantes, assim como pelas variadas pressões impostas por seus ambientes. ‘Organizações’, com vistas a uma extensão variável e de longo prazo, são transformadas em ‘instituições’.

A Universidade constitui-se, assim, em instituição de existência, isto é, processos em si mesmos, cuja posição primordial é a formação social centrada nos sujeitos e regulada pela mudança e transformação. Sua dinâmica e processo instituinte se constroem e se materializam a partir e com base nas organizações e nos processos instituídos, por meio de tensões, diálogo e interação entre os sujeitos e objetos que as constituem.

A universidade e sua gestão assumem o caráter institucional, em primeiro plano, tendo por centralidade a construção social de sujeitos (PAZETO, 2007, p. 11). Assim, ter a compreensão do caráter institucional da universidade e orientar-se por ele constitui outro importante desafio que a boa gestão deve trazer sempre presente.

O caráter institucional surge em relação à gestão universitária quando da preocupação da importância social dos cidadãos, desta forma, a gestão da universidade está sempre com constante desafio em relação a sua gestão, em virtude das turbulências que se fazem presentes com bastante constância.

Acredita-se que o projeto institucional da universidade receba um embasamento consistente em relação ao conhecimento necessário a aderência à realidade, à ação da sua elaboração, em relação a sua execução e também na avaliação. Isto se apresenta de uma forma plena como sendo a Universidade uma instituição integrada de ações e estratégias focadas na construção de indivíduos em um estado de constante mudança que deve ser entendido como fenômenos que ocasionam o movimento.

Neste ponto, poder-se-ia constatar a presença de uma segunda indissociabilidade, já que a primeira é constituída pelo ensino, pesquisa e extensão e esta, pela concepção, planejamento, coordenação e avaliação, na visão institucionalista.

Assim, a universidade como instituição torna-se ainda mais indissociável quando encarada sob o olhar da gestão embasada nas funções estratégicas.

Contudo, harmonizar os perfis, assim como cumprir as tarefas inerentes ao tripé – ensino-pesquisa-extensão - que sustenta a universidade, através de ações interligadas que tem como objetivo final o desenvolvimento da região em que todos os atores estejam envolvidos.

Toda instituição – universidade -, fundamentalmente, apresenta uma base organizacional, pela qual são providos os recursos e condições indispensáveis para a consecução de seus fins que, embora com intenção e intensidade próprias, reflete e é reflexo de uma construção social e de uma totalidade, sem perder sua identidade e sua especificidade. Esta universidade tem o papel relevante na realização de pesquisas, o que vem reforçar seu compromisso social de catalisador do desenvolvimento regional, com vistas a diminuir as desigualdades econômicas e sociais através da difusão do conhecimento. Contudo, a aproximação da sociedade com a universidade não é tão simples como parece.

3 Metodologia da Pesquisa

Com o propósito de atingir o objetivo desta pesquisa definem-se neste capítulo a postura epistemológica da pesquisadora, seguida da estratégia da pesquisa e sua natureza, do desenho da pesquisa, das duas etapas pelas quais a investigação foi realizada, os sujeitos, os instrumentos de coleta de dados e as técnicas de análise em cada uma das etapas.

3.1 Postura Epistemológica: paradigma interpretativista

No paradigma interpretativista o conhecimento é construído a partir de interações entre as pessoas dentro de um contexto social. O mundo social é visto a partir da vivência subjetiva ou intersubjetiva dos indivíduos como “uma situação ontológica duvidosa e de que o que se passa como realidade social não existe em qualquer sentido concreto” (MORGAN, 2007, p.16).

Na perspectiva interpretativista, quando um pesquisador vai a campo, ele procura conhecer os significados dos sujeitos das situações contextuais e culturais e entender a realidade como algo socialmente construída. Entretanto, o pesquisador não o faz de modo neutro, vez que certamente não enxergamos o mundo ou a realidade através da mesma lente.

Assim, esta pesquisa que tem como objetivo analisar o papel que a universidade (UFPB - Campus IV) vem exercendo com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir dos significados dos sujeitos entrevistados – levando em consideração seus conhecimentos e interações sociais –, foi imprescindível um conhecimento do cotidiano, das relações e do fenômeno, a partir da produção real dos significados dos sujeitos. Deste modo, a postura epistemológica com a qual se realizou esta pesquisa foi o **interpretativismo**.

A percepção de uma realidade socialmente construída por indivíduos interagindo com os seus mundos sociais é o pressuposto filosófico-chave em que uma pesquisa qualitativa se fundamenta (MERRIAM, 1998). Assim, para o entendimento desse fenômeno, optou-se pela escolha do método de **pesquisa qualitativa**.

3.2 Estratégia da Pesquisa: estudo de caso

Nesta tese optou-se como estratégia de pesquisa o desenvolvimento do método de **estudo de caso único**.

A opção por estudo de caso único justifica-se pela busca “à compreensão de um caso particular, em sua indiossincrasia, em sua complexidade” (STAKE, 1988, p.256), onde o pesquisador, geralmente, deseja compreender uma situação em profundidade, enfatizando seu significado para vários envolvidos (MERRIAM, 1988), que compartilham o mesmo ambiente e a mesma experiência. Esta afirmação é reforçada por Eisenhardt (1989, p. 534) ao enfatizar que “o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que foca no entendimento da dinâmica presente em um determinado local”.

Desta forma, o estudo de caso único é particularmente adequado para pesquisar questões que requerem compreensão detalhada de determinados fenômenos e por permitir uma riqueza de dados que podem ser coletados no contexto (HARTLEY, 2004).

No estudo de caso único na vertente qualitativa, a teoria que emerge, segundo Silverman, (2000, p.301), implica “um conjunto de conceitos usados para definir e/ou explicar um determinado fenômeno”. Logo, foi possível, com essa estratégia, analisar o papel que a universidade vem exercendo com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que a pesquisa se voltou para uma realidade específica, um *locus* determinado – a UFPB – Campus IV.

O estudo de caso único tenta representar os significados dos sujeitos sobre o fenômeno, objeto da investigação, entretanto, o pesquisador deve estar atento para o aparecimento de novos significados - *insights* – que levem a repensar o fenômeno sob investigação (GODOY, 2006, p. 121).

Contudo, o que se espera conseguir como resultado final de um estudo de caso único é uma descrição completa e exata do fenômeno estudado (*thick description*) (GEERTZ, 1989). Procedimentos descritivos estão presentes tanto na forma de obtenção dos dados, quanto no relatório de disseminação dos resultados (GODOY, 2006, p.122). A descrição densa é “interpretativa” e deve conter uma completa descrição do fenômeno (GODOY, 2006).

Assim, sendo esta pesquisa um estudo de caso interpretativo, que tem como “objetivo de entender a atual produção de significados e conceitos usados pelos atores sociais em um contexto real” (GHEPART, 2004 p. 454).

3.3 Natureza da Pesquisa

Para analisar o papel que a universidade vem exercendo no contexto em que ela está inserida e visando compreender melhor o fenômeno estudado, a partir dos significados dos sujeitos entrevistados, este estudo teve **caráter exploratório-descritivo**.

Exploratória porque “visa proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema em estudo” (VIEIRA, 2002, p.5), assim, esta pesquisa envolveu o levantamento em fontes secundárias (bibliográficas, documentais, etc.), entrevistas com sujeitos com vivenciamento do problema pesquisado, estimulando a compreensão e análise do objeto de estudo. Com isto, a pesquisa exploratória, nesta tese, se fez necessária uma vez que não há trabalhos científicos no referido campo empírico que aborde a temática em foco.

A pesquisa de natureza **descritiva** objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la (VIEIRA, 2002). Ela está direcionada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los e interpretá-los.

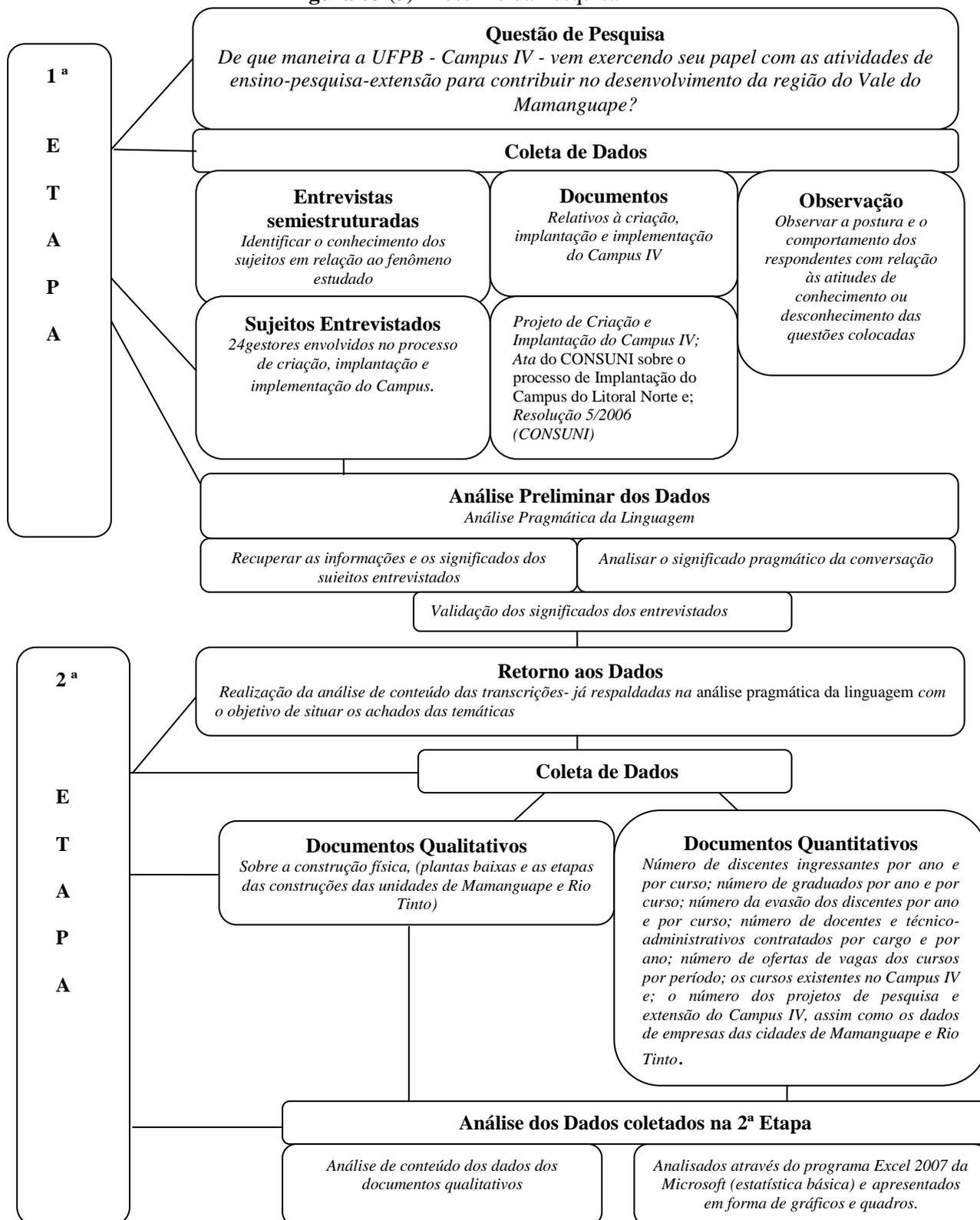
Assim, nesta tese se utilizou a pesquisa descritiva por procurar descrever e interpretar um fenômeno socioeducacional complexo e contemporâneo, com questões concernentes ao cotidiano de um campus avançado da UFPB e suas atividades desenvolvidas no ensino, pesquisa e extensão. O fenômeno pesquisado, não pode ser separado da vida real, e se manifesta concomitantemente com a realidade social dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Entende-se aqui, que a escolha da pesquisa de caráter exploratório-descritivo foi a mais coerente com o objetivo desta tese, portanto, o passo seguinte é apresentar o desenho da pesquisa, cada uma das etapas realizadas, os sujeitos, os instrumentos de coleta dos dados, assim como a análise das informações obtidas.

3.4 Desenho da Pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas conforme desenho a seguir:

Figura 03 (3)- Desenho da Pesquisa



Fonte: Elaboração Própria, 2013

A seguir será apresentada cada uma das etapas, os sujeitos, os instrumentos de coleta de dados, bem como a análise das informações obtidas.

3.5 Primeira Etapa da Pesquisa

Nesta etapa buscou-se, através das entrevistas, obter informações dos significados dos sujeitos envolvidos nos processo de criação, implantação e implementação do Campus, assim como sobre o papel que a UFPB - Campus IV – vem exercendo com as atividades de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento do da região do Vale do Mamanguape. Ainda que as entrevistas constituíssem o principal meio de acesso às informações, alguns documentos impressos foram coletados e utilizados como fontes de evidências, assim como a observação que oferece mais detalhes a pesquisadora.

3.5.1 Sujeitos da Pesquisa

Foram realizadas entrevistas com gestores envolvidos no processo de criação, implantação e implementação do Campus IV - os gestores dos organismos públicos das duas municipalidades envolvidas (prefeitos, ex-prefeitos, secretários), denominados como “gestores externos” - GE, os dirigentes de associações e sindicatos, denominados “dirigentes” – DI e “gestores internos” – GI (reitor da UFPB, diretor e vice-diretor; ex-diretor, ex-vice-diretor do CCAE do Campus IV da UFPB e um funcionário da Pró-reitoria).

Assim, da cidade de Mamanguape foram entrevistados:

Quadro 01 (3) – Lista dos gestores municipais de Mamanguape

Estado da Paraíba	
Prefeitura Municipal de Mamanguape	
Prefeitura	
Prefeito constitucional	
Secretários/as	
Obras e Habitação	
Finanças	
Administração	
Educação	
Ação Social	
Saúde	
Obras e Infraestrutura	

Fonte: Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Mamanguape, 2012

Quadro 02 (3) - Lista dos dirigentes de sindicatos/associações Mamanguape

SINDICATOS da cidade de Mamanguape	
Cargo	
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	
ASSOCIAÇÕES da cidade de Mamanguape	
Cargo	
Presidente da Associação FAPEMAS - Federação das Associações dos Pequenos Produtores do Vale do Mamanguape	

Fonte: Elaboração própria, 2012.

Da cidade de Rio Tinto fossem entrevistados:

Quadro 03 (3) – Lista dos gestores municipais de Rio Tinto

Estado da Paraíba	
Prefeitura Municipal de Rio Tinto	
Prefeitura	
Prefeita constitucional	
Secretários/as	
Turismo, Meio Ambiente, Cultura e Esporte	
Administração, Finanças e Planejamento	
Educação	
Saúde	
Trabalho e Ação Social	
Infraestrutura	

Fonte: Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Rio Tinto, 2012.

Quadro 04 (3) - Lista dos dirigentes de sindicatos/associações Rio Tinto

SINDICATOS da cidade de Rio Tinto	
Cargo	
Presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais	
ASSOCIAÇÕES da cidade de Mamanguape	
Cargo	
Presidente da Associação dos Moradores Comunitários de Salema	

Fonte: Elaboração própria, 2012

No que se refere aos gestores internos da UFPB, foram entrevistados:

Quadro 05 (3) – Lista dos gestores da UFPB

Universidade Federal da Paraíba
Cargo
Reitor da UFPB
Diretor do CCAE - Campus IV – UFPB
Vice-diretor do CCAE – Campus IV – UFPB
Ex-diretor do CCAE- Campus IV – UFPB
Servidor técnico-administrativo - PRAC –UFPB

Fonte: Elaboração própria, 2012

No total foram realizadas vinte e quatro entrevistas, assim distribuídas:

Quadro 06 (3) – Listas das Entrevistas realizadas com os atores sociais

ATORES SOCIAIS	QUANTIDADE DE ENTREVISTAS
Gestores externos	15
Gestores internos	05
Dirigentes Sindicais e de Associações	04
TOTAL	24

Fonte: Elaboração própria, 2012

Vale ressaltar que esses sujeitos foram fundamentais no desenvolvimento da pesquisa, considerando que eles “devem” ter conhecimento sobre o fenômeno investigado – a UFPB. Estes sujeitos “representam” a diversidade de visões relativas ao fenômeno explorado.

3.5.2 Instrumentos de Coleta dos Dados

No estudo de caso qualitativo, a coleta dos dados começa a partir do momento em que é definido o objeto de estudo (GODOY, 2006).

Esta coleta pode ser feita a partir de seis fontes de evidências (YIN, 2001) – documentos, registros, arquivos, entrevistas, observação e artefatos físicos. Estas fontes de evidências citadas por Yin (2001) podem ser reunidas em três grupos principais: observação, entrevista e documentos.

Assim, para coleta dos dados nesta primeira etapa da pesquisa se utilizou como fontes de evidências os documentos, as entrevistas semiestruturadas e a observação. Os documentos e a coleta a partir da observação foram úteis, pois possibilitam o cruzamento com as informações obtidas nas entrevistas.

Os Documentos

Nesta primeira etapa da pesquisa os documentos impressos coletados como fontes de evidências foram: o Projeto de Criação e Implantação do Campus IV (Anexo A); a Ata do CONSUNI sobre o processo de Implantação do Campus do Litoral Norte (Anexo B) e; a Resolução 5/2006 (CONSUNI) - autoriza a implantação do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (Litoral Norte) (Anexo C). O acesso a estes documentos foi por meio da internet diretamente na *home page* da UFPB. O manuseio e análise destes documentos, segundo Stake (1995), é importante por permitir corroborar ou refutar as evidências de outras fontes de coleta de dados e por permitir fazer inferências a partir delas, entretanto, nesta pesquisa, isto aconteceu na segunda etapa, após a validação do significado nuclear da resposta de cada pergunta de cada sujeito entrevistado.

A Observação

Nesta pesquisa utilizou-se o instrumento - protocolo de observação - para a realização das entrevistas possibilitando anotações de campo, assim como, observar a postura e o comportamento dos respondentes com relação às atitudes de conhecimento ou desconhecimento das questões colocadas, possibilitando ao pesquisador descrever, refletir e analisar sobre os fatos que foram observados no campo, dando base para os resultados da pesquisa.

As Entrevistas

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, baseadas em roteiros, caracterizados por perguntas abertas, elaboradas previamente, o que permitiu à pesquisadora buscar *insights* em relação ao fenômeno.

As entrevistas tinham como objetivo identificar o conhecimento dos sujeitos em relação ao fenômeno estudado, para isto, o roteiro das entrevistas dos Apêndices A, B e C continham temas relacionados com o processo de criação, implantação, implementação e as atividades desenvolvidas pela UFPB - Campus IV- a partir da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Os roteiros das entrevistas contemplaram diferentes questões, cada questão teve seu propósito definido, o que permitiu uma melhor condução das entrevistas.

Devido à natureza do fenômeno e ao tipo de investigação, que envolve a experiência dos sujeitos, vale ter atenção aos cuidados e ao tratamento que reveste esse tipo de pesquisa. Desta forma, os entrevistados foram informados de que seus nomes seriam preservados, e as informações coletadas, devidamente codificadas. Foi necessária a codificação dos dados de modo a preservar a identidade dos sujeitos, e o conteúdo destinado exclusivamente à elaboração da tese. Assim, adotou-se a seguinte codificação: GE 1, GE 2, GE 3, GE 4, GE 5, GE 6, GE 7, GE 8, GE 9, GE 10, GE 11, GE 12, GE 13, GE 14, GE 15 para os gestores externos; GI 1, GI 2, GI 3, GI 4, GI 5, para os gestores internos, e idêntico procedimento para os dirigentes das Associações e dos Sindicatos, representados pelos códigos D 1; D 2; D 3 e D4.

Todas as entrevistas foram gravadas em meio digital – cada entrevista, durou em média, 30 minutos - e transcritas logo após o seu término, sendo apoiada pelas notas que a pesquisadora registrou o que permitiu maior fidelidade à transcrição (ZANELLI, 2002, p. 85).

3.5.3 Técnica de Análise das Informações das Entrevistas

Das respostas advindas das entrevistas, nesta primeira etapa, foi realizada uma análise preliminar pela técnica da Análise Pragmática da Linguagem. Esta análise proposta por Mattos (2005, p. 840-842), é composta por cinco fases, entretanto, a

pesquisadora com o objetivo inicial de validar o significado nuclear da resposta de cada pergunta, se utilizou das três primeiras fases desta análise, considerando que com estas três fases é possível validar os significados das respostas.

Para Mattos (2006) a validação do significado da resposta de cada pergunta é necessária quando “é falso interpretar o que alguém “disse” sem se perguntar também o que, na ocasião, “deu a entender”, o que sinaliza para além do que dizia, enfim, o que também fazia ao responder tais e tais perguntas” (p. 349).

Assim, para atingir o objetivo proposto nesta primeira etapa da pesquisa se utilizou as três fases detalhadas a seguir (MATTOS, 2005, p. 840-842):

1ª fase - Recuperação – É preciso recuperar, em sentido amplo, o momento da entrevista; transcrever o que foi gravado, depois de ouvir a gravação atentamente, fazendo anotações preliminares, de memória, sobre significados que parecem emergir de alguns momentos especiais e que ficarão no aguardo da análise. Os textos das várias entrevistas, com todas as anotações de referência (local, hora, circunstâncias especiais etc.), devem estar à disposição para serem trabalhados juntamente com a gravação oral. Quanto mais próximo da entrevista for feita a sua recuperação, melhor.

2ª fase - Análise do significado pragmático da conversação – A análise básica do texto de entrevista é feita em duas “demãos” e uma revisão delas. A primeira “demão” de leitura e audição do texto é dirigida a observar como se desenrolou o *contexto* pragmático do diálogo, como a responder à pergunta: o que aconteceu ali entre aquelas duas (ou mais) pessoas; ou o que foi acontecendo ao longo da entrevista? Como o assunto foi se desenvolvendo? Onde parece ter havido “pontos altos” e momentos de “ausência”? Que respostas “transbordaram” para outras, deixando-se advertência para, no passo seguinte, verificar a construção composta do significado. Sugerem-se anotações de *fatos*, à margem do texto, que deve ser impresso com ampla margem lateral.

A segunda “demão” de leitura e de audição do texto é dirigida a observar, *pergunta-resposta a pergunta-resposta*, os fatos do texto pragmático-semântico, como responder três perguntas básicas:

- A primeira, sobre o *significado nuclear da resposta*. “O que, então, ele (ela) teria respondido e que fatos de linguagem (expressões orais ou não) poderiam deixar isso evidente?” Pode ser que não se chegue logo a algo claro ou que se

tenha que descer ao nível sintático do texto (como as frases foram armadas, os verbos e os conectivos usados), para voltar depois ao nível pragmático-semântico. Sugerem-se anotações sobre os fatos de linguagem, inclusive citações textuais, que servirão, mais tarde, para a redação do texto de análise;

- A segunda, sobre os *significados incidentes* — que não surgiram na linha direta da resposta à pergunta, mas são relevantes para os objetivos da pesquisa. “Que mais posso colher de importante ou revelador nessa resposta?” Sugerem-se anotações, à parte das anteriores, sobre os fatos de linguagem, inclusive citações textuais, que servirão, mais tarde, para a redação do texto de análise;
- A terceira, sobre as *suposições implícitas a respeito do contexto* (organizacional, técnico, cultural, econômico, estratégico etc.) relevante ao tópico. Sugerem-se anotações, à parte das anteriores, sobre os fatos de linguagem, inclusive citações textuais, que servirão mais tarde na redação do texto de análise.

3ª fase - Validação - Pelo menos o significado nuclear da resposta de cada pergunta, tal como entendido pelo pesquisador, deve ser validado pelo próprio entrevistado em seu aspecto semântico (“Eu entendi que o senhor/senhora respondeu ‘assim’ — ou ‘isso’ — a tal pergunta: estou certo?”). O material pode ser remetido ao entrevistado como citação textual (“assim”), ou, preferentemente, sob a forma de paráfrase (“isso”) — uma frase do pesquisador que exprima substantivamente o mesmo, porém da forma como ele a entendeu.

Desta forma, respaldada no que foi proposto por Mattos (2006), as transcrições das entrevistas nesta pesquisa foram realizadas procurando recuperar as informações e os significados dos sujeitos entrevistados. Em seguida realizou-se a análise do significado pragmático da conversação, observando-se como se desenvolveu o contexto pragmático do diálogo entre a pesquisadora e o entrevistado, na busca do significado nuclear da resposta, assim como dos significados incidentes e das suposições implícitas a respeito do contexto.

Por fim, com vistas a atingir o objetivo inicialmente definido pela pesquisadora, de validar o significado nuclear da resposta de cada pergunta que deve ser validado pelo próprio entrevistado, a pesquisadora ao final de cada entrevista perguntou a cada um dos entrevistados: “*Eu entendi que o senhor/senhora respondeu ‘assim’ — ou ‘isso’ — a tal*

pergunta: estou certo?”. Desta forma, a pesquisadora a partir desta validação pode firmar ou infirmar os significados dos entrevistados. Se o entrevistado não assume a autoria da afirmativa e a retifica, a fase 2 é refeita nesse ponto específico ou, simplesmente, ele é suprimido, o que nesta pesquisa não aconteceu.

3.6 Segunda Etapa da Pesquisa

Na segunda etapa, a pesquisadora retorna aos dados, mais especificamente, as transcrições das entrevistas - já respaldadas na análise pragmática da linguagem (MATTOS, 2006) - para a realização da análise de conteúdo com o objetivo de situar os achados sobre as temáticas.

A pesquisadora intencionando buscar mais evidências sobre o fenômeno estudado também coletou, diretamente no Campus IV, documentos relativos à sua construção física (plantas baixas e as etapas das construções das unidades de Mamanguape e Rio Tinto).

Mesmo que o estudo de caso seja, em essência, uma pesquisa de caráter qualitativo, Yin (2001) e Eisenhardt (1989) concordam com o uso de dados quantitativos objetivando esclarecer alguns pontos na investigação. Desta forma, a pesquisadora concordando com os autores citados coletou: número de discentes ingressantes por ano e por curso; número de graduados por ano e por curso; número da evasão dos discentes por ano e por curso; número de docentes e técnico-administrativos contratados por cargo e por ano; número de ofertas de vagas dos cursos por período; os cursos existentes no Campus IV e; o número dos projetos de pesquisa e extensão do Campus IV, assim como alguns dados de empresas das cidades de Mamanguape e Rio Tinto. A coleta destes dados foi realizada diretamente na UFPB, através da sua *home Page*, no NTI/UFPB, no *site* do IBGE e outros órgãos que possuem dados relativos aos dois municípios sedes das unidades do Campus IV.

3.6.1 Técnica de Análise das Informações da Segunda Etapa

Dos Documentos

O exame de documentos pode trazer contribuições importantes para o estudo de caso (GODOY, 2006, p. 135) e tem a função de corroborar na ampliação das evidências oriundas de outras fontes (YIN, 2001).

Os documentos coletados na primeira etapa (Projeto de Criação e Implantação do Campus IV (Anexo A), a Ata do CONSUNI sobre o processo de Implantação do Campus do Litoral Norte (Anexo B) e a Resolução 5/2006 (CONSUNI)), assim como os documentos coletados na segunda etapa, relativos à construção física (plantas baixas e as etapas das construções das unidades de Mamanguape e Rio Tinto), foram analisados através da análise de conteúdo como objetivo de buscar evidências de como se deu o processo de criação e a própria construção das edificações da UFPB – Campus IV - na região do Vale do Mamanguape.

Os documentos coletados na segunda etapa relativos à implementação do Campus IV, nas suas duas unidades foram analisados através do programa Excel 2007 da Microsoft (estatística básica) e apresentados em forma de gráficos e quadros.

A coleta destes documentos teve como objetivo corroborar com os achados das entrevistas e com os documentos coletados na primeira etapa, identificando-os, confrontando-os e analisando-os.

Das Entrevistas

Nesta pesquisa se recorreu também pela utilização da técnica de **análise de conteúdo** nos textos das entrevistas tomando-se como base a conceituação de Bardin (1977). Trata-se de uma técnica que está em constante aperfeiçoamento e, sendo empírica não segue um modelo exato (BARDIN, 1977).

A opção por uma segunda técnica de análise - a análise de conteúdo - dos textos transcritos das entrevistas se deu por possibilitar trazer à tona o que inicialmente não foram identificadas e analisadas nos textos quando da análise pragmática da linguagem. Esta possibilidade se dá através da organização, sistematização, decodificação e análise do mesmo.

Este tipo de análise auxilia o pesquisador na decodificação da mensagem através da pré-análise, exploração do material e, tratamento dos resultados e interpretações (BARDIN, 1977).

Assim, nesta pesquisa, na fase da pré-análise foram desenvolvidas as ações preparatórias para a análise propriamente dita, através das leituras flutuantes do texto das entrevistas, a escolha dos documentos relevantes, o retorno ao objetivo da pesquisa e preparação do material.

Com relação ao material se buscou atender aos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, contudo, se fez necessário o retorno ao campo com o objetivo de coletar, adicionalmente, alguns dados documentais.

Quando da exploração do material das informações contidas nas entrevistas, a inferência e interpretação permitem tornar os resultados brutos em dados significativos e válidos, possibilitando organizá-los em conjunto de dados, separá-los em blocos e codificá-los de acordo com o que se mostrava significativo na mensagem.

No tratamento dos resultados, foi realizada a análise temática considerando a teoria e o objetivo da pesquisa. Desta forma, os resultados das entrevistas foram interpretados considerando os temas:

- Construção do projeto do Campus
- A implantação provisória e a construção física
- A implementação dos cursos e das ações de ensino, extensão e de pesquisa

Neste sentido, os textos foram analisados de acordo com os temas quando da análise dos textos transcritos das vinte e quatro entrevistas, o que permitiu a obtenção de informações, que, quando relacionadas com os documentos analisados, possibilitou abstrair os significados subjacentes das mensagens.

3.6.2 Validade e Confiabilidade da Pesquisa

A objetividade de um estudo qualitativo é avaliada em termos da validade e da confiabilidade de suas observações (PAIVA JÚNIOR; LEÃO; MELLO, 2011, p. 191). Nesse sentido, deve-se ter atenção aos critérios utilizados para levar o estudo a uma validação e confiabilidade adequada.

“A validade se refere à capacidade que os métodos utilizados numa pesquisa propiciam à consecução fidedigna de seus objetivos” (PAIVA JÚNIOR; LEÃO; MELLO, 2011, p. 194).

A validade tem relação com os resultados e se refere ao modelo do estudo, exigindo a fundamentação dos conceitos essenciais, definição, processos e instrumentos para coleta de dados, coleta de dados, sua organização, análise e interpretação.

O estudo qualitativo pretendeu entender os documentos e os significados construídos pelos respondentes, com base em suas vivências em sociedade e urbanidade. Portanto, validar a realidade é ancorar o documental com as experiências dos respondentes, levando-se em conta o desenvolvimento da pesquisa no período analisado.

Para Paiva Júnior, Leão e Mello (2011, p. 195) a confiabilidade “refere-se à garantia de que outro pesquisador poderá realizar uma pesquisa semelhante e chegará a resultados aproximados.”

Quanto à confiabilidade, que se refere ao grau em que um estudo pode ser replicado futuramente em outras realidades, por outros pesquisadores, utilizando-se os mesmos procedimentos de maneira a alcançar resultados similares, este estudo poderá ser reaplicado em outras IFES implementadas a partir da expansão com interiorização.

Desta forma, o grau de confiabilidade desta pesquisa pode ser considerado suficiente, tendo em vista que todos os gestores envolvidos de forma direta ou indireta, fizeram-nos protagonistas de um processo de mudanças contínuas na implantação e implementação da UFPB - Câmpus IV – Litoral Norte. Ainda vivendo ou vivenciando o Câmpus e os locais nos limites da região, eles poderão oportunizar respostas quanto ao reconhecimento dos estados de mudanças contínuos ao longo de uma investigação a ser realizada.

Buscando reduzir as inconsistências e contribuir para validade e confiabilidade desta pesquisa, utilizou-se a triangulação dos dados (GASKELL; BAUER, 2005),

buscando obter maiores evidências, com maior clareza e uma coerência entre os fatos analisados (STAKE, 2011), através das fontes documentais, da observação e das entrevistas semiestruturadas, assim como a relação destas com os objetivos da pesquisa.

Para garantir a qualidade e confiabilidade dos dados foram utilizados relatos transcritos das entrevistas, as observações, os documentos, o processo de saturação de dados e a contínua reflexão, com a finalidade de facilitar o rigor interpretativo ao longo das análises. (LINCOLN e GUBA, 1985; CRESWELL, 2002).

4 Descrição e Análise dos Resultados

Quando se trata de pesquisa qualitativa, a organização, descrição e análise dos resultados, é um processo complexo. É imprescindível que o pesquisador apresente uma visão global do objeto pesquisado e do contexto que o circundam sem perder de vista as peculiaridades que podem, muitas vezes, enriquecer a compreensão do fenômeno.

Desta forma, a partir da sistematização da análise de conteúdo e do tratamento dos resultados através da análise apareceram as categorias temáticas. Os dados são apresentados de maneira a ultrapassar a descrição no sentido de buscar acrescentar a análise ao assunto focalizado.

4.1 Categorias Temáticas

Após análise dos textos transcritos das entrevistas, apoiando-se na Análise Pragmática da Linguagem realizada na primeira etapa da pesquisa, assim como na análise dos documentos coletados, este tópico tem por objetivo descrever cada temática surgida nas entrevistas a partir da análise de conteúdo realizada na segunda etapa da pesquisa e com base nas categorias apontados pela teoria.

4.1.1 A Construção do Projeto

Selznick já em 1949 afirmava que embora as organizações sejam “instrumentos desenhados para atingir objetivos específicos” (p. 29), elas sofrem mudanças adaptativas a partir de suas operações. Selznick também evidenciava que as organizações eram adaptadas as constituições locais, refletindo “os desejos expressos da

área local” (1949, p. 12), recebidas, a partir da estratégia da cooptação, exercida pelos interesses de seus políticos para a concretização de seus interesses.

A construção ideológica é o resultado da difusão de uma ideia e de valores (SCOTT, 1995) que adquire força desde que assimilada e regulada por uma ideia produzida como verdadeira, por um indivíduo ou um grupamento de pessoas comprometidas com um determinado entendimento sobre os valores. A construção ideológica propicia o surgimento de parcialidades verdadeiras em relação ao processo de institucionalização representada pela criação, implantação e implementação da UFPB - Campus IV no Vale do Mamanguape.

Em relação à construção do projeto de criação do Campus IV da UFPB, se constata a presença de uma total preponderância em seus objetivos gerais da promoção da interiorização como uma fonte propulsora determinante para o desenvolvimento do Estado da Paraíba como fator de desenvolvimento econômico e inclusão social, e ainda de sistematizar a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão no sentido de vir a prover desenvolvimento de regiões carentes.

Quanto aos quatro objetivos específicos do projeto de criação do campus, apenas o terceiro fazia referências as especificidades do Campus a ser aprovado pelo CONSUNI-UFPB. O primeiro objetivo delimitava-se a expansão da UFPB no estado, destacando o espaço geográfico de seu raio de ação, na obtenção de bons resultados acadêmicos e como constante no Brasil a um alto padrão de racionalidade econômica administrativa. O segundo objetivo tem o oferecimento de cursos integrado às necessidades da educação básica, enquanto que o terceiro, especificamente, o único direcionado ao Campus projetado, deseja criar uma base de educação superior, ciência e tecnologia na região de suas delimitações de atividades do Litoral Norte e Sapé, com aproveitamento da capacidade produtiva e da vocação econômica local. O último objetiva integrar a UFPB à diretriz da política de expansão do ensino superior do MEC, cuja ênfase é a interiorização das atividades acadêmico-científicas das Instituições Federais de Ensino Superior. Este último com o suporte dos organismos de fomento e apoio técnico do MEC, o programa Expandir³³.

³³ O Programa Expandir, instituído em 2005 pelo MEC, teve como objetivo ampliar o acesso às universidades federais com política de interiorização. Projetava investimentos da ordem de R\$ 592 milhões, até 2007, para a criação de dez novas universidades e 48 Campus, e favoreu 68 municípios brasileiros, principalmente no interior do País. (SOUZA JUNIOR, 2011) disponível no site: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0310.pdf>> Acesso em: dez de 2013.

Desta forma, houve por parte dos gestores internos, externos e demais políticos um esforço de se unirem visando inserir a UFPB na diretriz da política de expansão do MEC como pode ser vista na fala do entrevistado GI 1.

[...] já tinha um movimento em Mamanguape, o professor que era um proprietário do colégio Instituto Moderno, Adailton Coelho Costa ele era um entusiasta de levar um Campus da UFPB para lá e nós começamos uma reunião lá no ginásio do colégio dele com lideranças políticas do Estado da Paraíba tentando viabilizar um Campus da UFPB lá e saímos de lá com o compromisso de implantar. Com o projeto do MEC de 2005/2006, a ideia de interiorização ganhou mais força ainda [...] Vários defensores surgiram apontando que o Litoral, e especialmente o Litoral Norte, era muito necessitado [...] é uma região que tinha assim... mais argumentos de natureza socioeconômica para conceber a universidade como pólo de desenvolvimento [...] É lá onde estão os indicadores mais miseráveis de pobreza da Paraíba, não é no Sertão [...] então isso foi um bom argumento para montar um campus da UFPB. (GI 1-1).

GI 1-1 demonstra toda uma presunção na concepção de que a universidade teria a capacidade, individualmente, de criar um “pólo de desenvolvimento” em uma das regiões mais carentes da Paraíba e ainda demonstra um desmando demagógico quando considera suas palavras fruto de um devaneio de interesses pessoais no sentido de criar um campus. Desta forma, a presença de uma articulação política realizada para a aprovação do projeto de criação, implantação e implementação em todos os níveis de sua tramitação, fica evidenciada nas ações administrativas da reitoria e seus organismos de encaminhamentos legais, engajados na aprovação. Nesta ação participaram ativamente políticos locais, estaduais e deputados federais, envolvendo as instâncias federais, como o MEC e até a Presidência da República. Assim, a construção político-ideológica do projeto de criação teve uma ação conjunta, como pode ser percebidas nas palavras dos entrevistados abaixo:

[...] existia as questões políticas locais e o deputado Rodrigo Soares que estava na Assembléia Legislativa coordenando o programa de educação e expansão da educação no estado, na procura aqui com uma possibilidade de trazer uma universidade para o Estado da Paraíba [...] perguntou se era possível ou se tinha esse interesse de se instalar um Campus naquela região. (GI 5-1).

[...] tenho conhecimento sucinto sobre a situação onde começou uma articulação por parte de alguns deputados da bancada do governo Lula, na época o deputado estadual Rodrigo Soares e os deputados federais da época Benjamim Maranhão e Wilson Tiago começam a articular [...] junto ao ministro de educação e ao presidente, na época presidente Lula a implantação do Campus [...]. (GE 1-1).

É fato o reconhecimento pelo Presidente do CONSUNI-UFPB, de que embora o desempenho dos políticos da bancada paraibana de forma unânime, mesmo sendo ideologicamente divergentes, em Brasília, tivessem formado um bloco de apoio homogêneo no sentido de alcançar a aprovação final do projeto de criação e instalação do Campus IV, como também aos necessários apoios junto aos órgãos governamentais. Este ato de reconhecimento não evitou, contudo, que Presidente do Conselho Universitário, fizesse constar em sua fala, perante o Conselho Universitário de que não houve nenhuma pactuação político-partidária entre as partes envolvidas e nem tampouco com líderes locais ou mesmo entidades de classe e afirmou que toda comunidade havia sido convidada a participar. Isto fica evidenciado no descrito a seguir:

O Senhor Presidente disse que a UFPB, como Instituição, não tinha compromisso político nem com partidos e nem com grupos sociais específicos e que, durante a discussão da possibilidade da implantação do Campus Litoral Norte, toda a comunidade foi convidada a participar. Disse que a atuação de toda a bancada paraibana foi muito importante para a aprovação da proposta, independente de vinculação partidária. (Ata do CONSUNI – Anexo B)

No projeto de criação do Campus IV, a presença da importância da interiorização domina as ações a serem realizadas em quase todo o percurso do relato no parecer do relator. O destaque ao pioneirismo e a vocação desta universidade é predominante em todo o texto. Vale ressaltar ainda a presença do vetor qualificação (FLECK, 2011) que está relacionado com a utilização das competências das pessoas aptas a construção do conhecimento com qualidade àqueles que a buscam e que foi o instrumento fundamental para a criação do campus IV de acordo com GI4-1, quando expôs “olha, dentro da expansão das universidades federais, optou-se pelo Litoral Norte até por ser uma região que precisava de um encaminhamento maior na parte educacional”.

Por outro lado, um conflito de interesses (VIEIRA e MISOCZKY, 2003), que é sempre resolvido por meio de estratégias de enfrentamento ou negociações, já acontecia antes mesmo da criação deste campus universitário tendo na localização de sua sede a pedra de toque da disputa entre Mamanguape e Rio Tinto. Assim se referiu (GI-2-1) sobre o tema, “[...] histórias que são contadas...[é] que o campus deveria ser único, entre duas cidades; mas, por um problema estrutural de terreno, escolheu entre as duas cidades”. Alguns dos entrevistados reforçam o conflito de interesses na disputa pela implantação do campus quando afirmam que:

Bom, eu lembro do processo mais da parte política [...] na ocasião quem fazia muito presente e brigava muito pela instalação desse campus aqui era o deputado Rodrigo Soares [...] isso foi em 2005, bem quando a prefeita de Rio Tinto tinha assumido o governo municipal. Na ocasião ela fez uma defesa para o município de Rio Tinto para que esse campus fosse dividido [...] citando que a cidade estava estagnada desde o fechamento da fábrica de tecidos [...]. Quanto a doação do terreno foi uma complicação principalmente para Rio Tinto [...] daí a prefeita conseguiu junto aos donos da fábrica [os *Lundgrens*] [...] essa área dentro da antiga fábrica [...].(GE 12-1)

Foi uma luta muito grande porque eles queriam que a universidade com seu campus ficasse toda em Mamanguape [...] Ela disse que não [a prefeita], Rio Tinto também tinha o direito, ela lutou, falou com o reitor, foi para Brasília [...]. (GE 7-1).

Foi uma luta muito grande [...] e ele [deputado estadual Rodrigo Soares] lutou muito para que esse campus ficasse aqui em Mamanguape, a sede, mas infelizmente por falta de apoio do prefeito anterior, a universidade ela ficou dividida (uma parte pra cá e uma para Rio Tinto), mas quase que a gente perdia, por pouco, essa universidade [...] para Rio Tinto. (GE 8-1).

Neste ponto, em virtude dos conflitos de interesses locais, a UFPB [seu dirigente] sabendo que uma disputa poderia atrapalhar o processo de interiorização e sua entrada na diretriz do MEC, aceitou as interveniências dos poderes de Brasília com seus políticos e lideranças paraibanas eleitos no Congresso Nacional.

Deu-se, então, a cooptação (SELZNICK, 1949) como meio de evitar ameaças a aprovação da criação do campus IV, unindo, assim, toda bancada política paraibana, neutralizando as divergências partidárias de maneira a atender os anseios das duas prefeituras envolvidas na disputa pela implantação do campus da UFPB. Esta certeza de que a criação do campus faria sua inclusão na diretriz da expansão do MEC, fez GI-1 tomar a decisão de implantar o campus com “[...] duas unidades e não centralizar em uma só olha [..]. Afirmo ainda que essa questão é um problema muito mais de geopolítica ou administrativo porque espacialmente, a distância do campus de Mamanguape a RioTinto é de 7,6 km de distância em linha reta. “Foi bom atender os dois municípios ao invés de um só (risos) [demonstrando uma sutileza salomônica], foi uma decisão sábia neste aspecto” (GI 1-1).

Enquanto isto, vozes locais recorriam ao fato da divisão em duas unidades ter o poder de enfraquecer proporcionalmente a UFPB, pois, ao estar concentrado [o Campus IV] em uma só sede, suas forças receberiam maior apoio do governo federal. Exemplo disto está na afirmação de GE4-1 de que a implantação do Campus IV, em dois municípios, apesar de ser importante para todo o Litoral Norte, “partindo do princípio

da necessidade de todos aqui na nossa região [...], [essa divisão] é um fato muito negativo para a universidade [...] poderia ter uma universidade aqui maior, mais forte [...] em dois municípios a universidade se enfraquece [...] ela [a universidade] unificada, era mais forte.” (GE4-1). Desta forma, o enfraquecimento da universidade redundou em uma maior participação municipal nas atividades locais.

Assim, momentaneamente, o conflito de interesses entrou em letargia e se deu a aprovação do projeto, os recursos provenientes do MEC foram alocados para a construção física do Campus IV, assim como as prefeituras de Mamanguape e Rio Tinto disponibilizaram, ainda em 2006, locais com condições de receber os alunos, até que as instalações do novo campus estivessem concluídas, o que estava previsto para o final de 2009.

Com o possível atraso na construção física do campus e com a finalidade de prevenir qualquer contratempo técnico e administrativo o CONSUNI-UFPB, após aprovação da criação do campus, realiza a leitura da ata e pública, na mesma data, a Resolução CONSUNI-UFPB 05/2006, que autoriza a implantação do Campus IV – Litoral Norte. Nela o art. 1º dispõe “autorizar a implantação do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (Litoral Norte), com sede na cidade de Rio Tinto”, sendo que o § 1º define que “as unidades acadêmicas do Campus de que trata o *caput* deste artigo instalar-se-ão em área-limite vizinhas às cidades de Mamanguape e Rio Tinto.”

Desta forma, sem uma estrutura física adequada e realizando adaptações nas instalações do Instituto Moderno³⁴ e parte da antiga Fábrica dos *Ludgren*³⁵ em Rio Tinto, se iniciou o processo de construção das instalações provisórias, com o intuito de demonstrar a presença física do Campus IV, apesar da ausência dos recursos humanos necessários e a previsão de três a quatro anos para implantação plena do campus, conforme cronograma de implantação contido no Projeto de Criação e Implantação do Campus IV (Anexo A), para se ter as instalações necessárias a um bom funcionamento, as atividades do campus foram iniciadas sem data prevista para o início das obras da construção das edificações.

O importante era dar início a um funcionamento que viesse a criar uma

³⁴ Situado na cidade de Mamanguape-Paraíba – na Rua José Vieira, s/n. Centro, que foi fundado em 12 de fevereiro de 1949, uma instituição de ensino, ofertando desde o ensino infantil até o médio.

³⁵ A Fábrica dos *Ludgren* é uma fábrica desativada cuja sede se situa na cidade de Rio Tinto, Paraíba, embora juridicamente ainda não esteja extinta em virtude dos muitos imóveis que ainda detém. Já formou, junto com a Companhia de Tecidos Paulista (esta última ainda em atividade na área metropolitana do Recife), o maior complexo de produção têxtil da América do Sul.

obrigação dos órgãos de fomento a concederem aportes financeiros necessários para as construções e o “pleno” funcionamento da universidade, mesmo que o campus começasse a funcionar em instalações provisórias e com as mínimas condições como relatam os gestores:

O processo de implantação foi uma coisa um pouco atípica por que a regra do jogo na época era o seguinte: se você fosse apresentasse o projeto e dissesse mande-me dinheiro professores que a gente só vai começar a funcionar daqui a três ou quatro anos, certamente os recursos não viriam então a regra do jogo era o seguinte: comece em instalações provisórias e vai fazendo as obras, você deflagrava, criava o problema, por que se fosse esperar não chegaria nunca, então foi o que aconteceu, começamos com instalações provisórias até mesmo no Instituto Moderno na parte de Mamanguape e no pedaço de edificações da antiga fábrica de tecidos de Rio Tinto cedido pela Prefeitura de Rio Tinto, então começamos a trabalhar[...] (GI1-3)

As atividades começaram em Outubro de 2006, ai não tinha cadeira, eu varri todas as salas, eu abria sala, fechava sala, eu acolhia aos alunos [...] na sexta feira á noite eu tinha que chegar abrir a universidade, acolher os alunos, fechar a universidade, entregar as chaves aos vigias que as chaves não eram nossas também, que não tínhamos também funcionários, então, pioneirismo que chegou a fazer uma historia bem diferenciada. (GI 3-4)

A implantação provisória foi efetivada, mas muitas ações referentes à infraestrutura, por parte da gestão, eram necessárias para que o campus pudesse atender as muitas reivindicações da comunidade universitária. Reivindicações pelas instalações das dependências de sala de aula, acervos e os entraves administrativos existentes visando o bom funcionamento e a qualidade do trabalho.

4.1.2 A Implantação Provisória e a Construção Física

Nesta categoria para a análise e cruzamento de dados, a pesquisadora selecionou alguns documentos relacionados à construção física do Campus. Os documentos foram coletados através de *sites* e outros obtidos pela pesquisadora diretamente na UFPB - Campus IV.

O Campus IV - Unidades de Mamanguape e Rio Tinto

As atividades do campus IV foram iniciadas em outubro de 2006. A unidade de Mamanguape funcionava provisoriamente nas instalações do Instituto Moderno, onde permaneceu durante cinco semestres, até o ano de 2008 e a unidade de Rio Tinto funcionava nas instalações da antiga Fábrica dos *Ludgren*. As atividades realizadas nas instalações provisórias, não atendiam às necessidades ideais para as atividades dos cursos de graduação (SOUSA JUNIOR, 2011, p. 4).

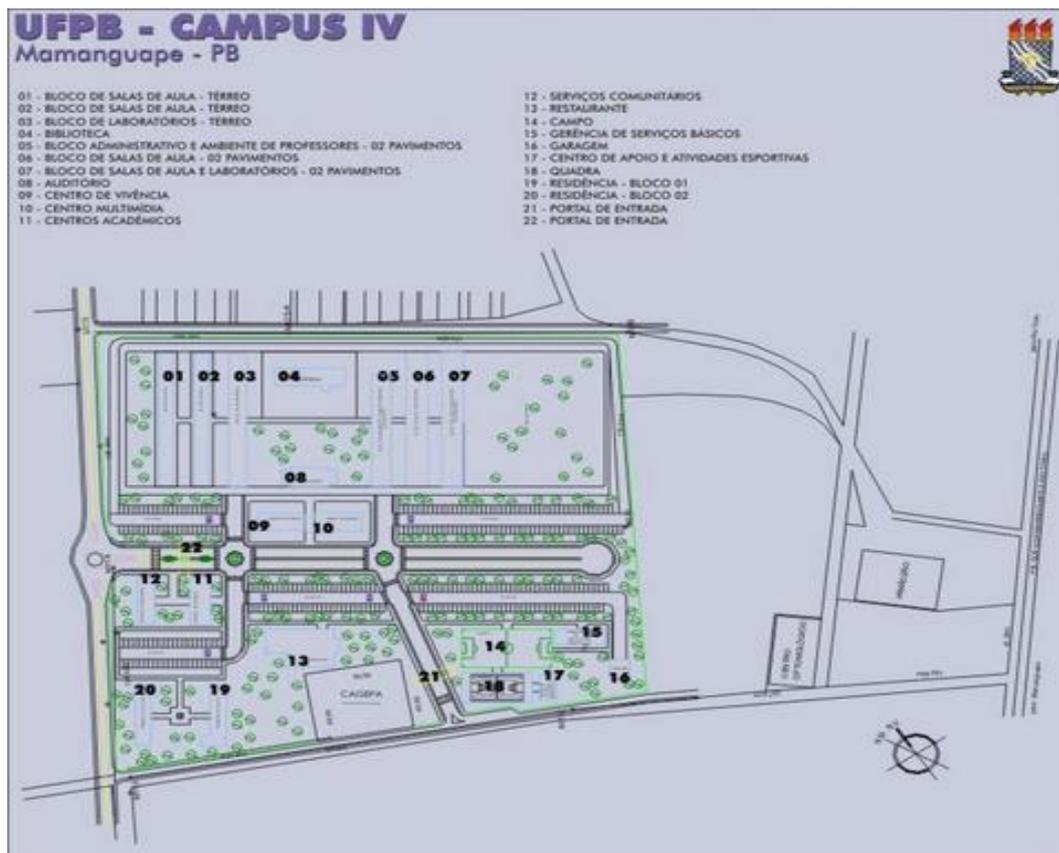
Apesar de constar no projeto de criação (Anexo A) que “esse novo campus deve ser modernamente bem dotado de infraestrutura [...] e [...] demais condições operacionais básicas” sendo “imprescindível para assegurar o seu funcionamento no padrão de qualidade típico das instituições federais de ensino superior”, as instalações do Instituto Moderno, assim como as da fábrica dos *Ludgren* eram precárias e necessitavam de muitas adaptações na estrutura física para que os professores, dos cursos alí existentes, pudessem iniciar suas atividades.

O processo de planejamento arquitetônico começou após a escrituração da doação do terreno em 10 de maio de 2006 para a construção do Campus IV da UFPB – unidade de Mamanguape (Anexo D).

As obras da unidade de Rio Tinto se iniciaram após doação de um terreno de parte da Fábrica dos *Ludgren* à UFPB (Anexo E), em 22 de outubro de 2007.

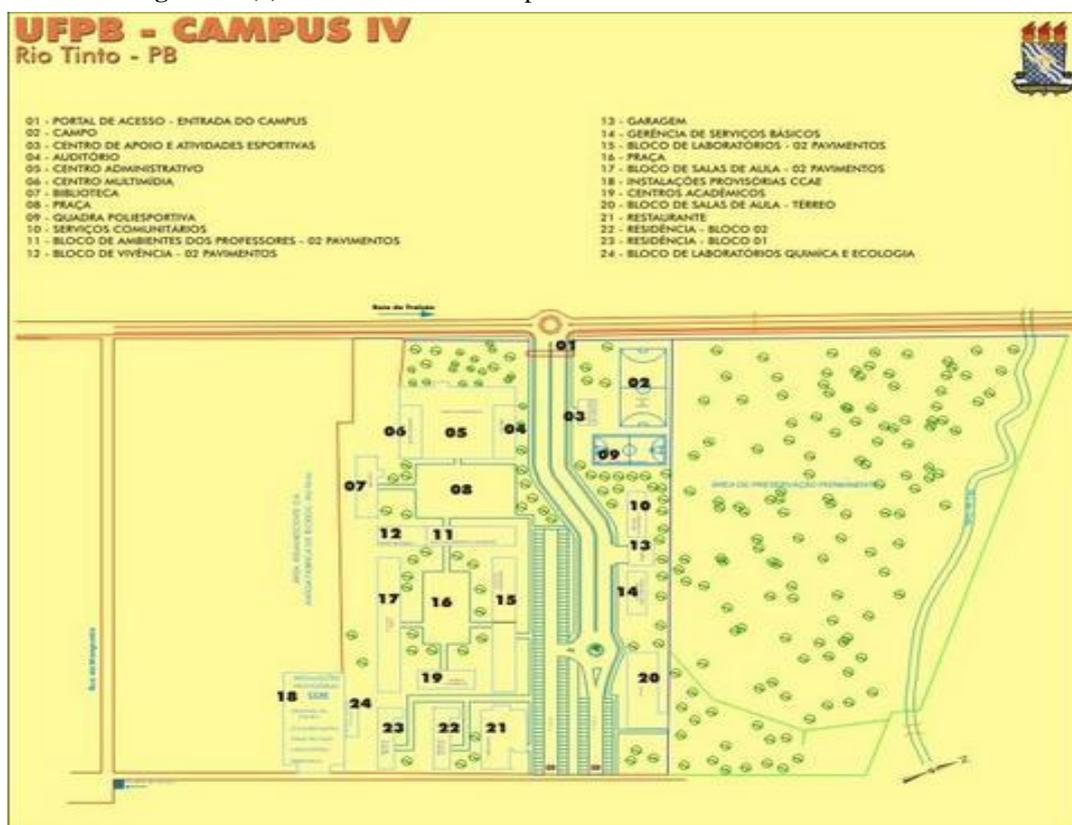
As construções das instalações físicas do Campus IV (figuras 04 e 05) seguiram a cronologia apresenta no quadro 07:

Figura 04 (4) - Planta baixa do Campus IV da UFPB - Unidade Mamanguape



Fonte: <<http://www.ufpb.br/mapas/maman.html>> Acesso em 22 de julho de 2012

Figura 05 (4) - Planta baixa do Campus IV da UFPB – Unidade Rio Tinto



Fonte: <<http://www.ufpb.br/mapas/maman.html>> Acesso em 22 de julho de 2012

Quadro 07 (4) – Cronograma da realização das obras do Campus IV

Unidades Acadêmicas	Obras	Data Início	Data Término
RIO TINTO	Restauração e reforma do galpão para a instalação de salas de aula	jul/08	nov/08
	Bloco de laboratórios	jul/08	nov/11
	Biblioteca	jul/08	jan/09
	Centro de vivência	mai/09	dez/09
	Salas de aula	ago/09	junh/10
	Centros acadêmicos	ago/09	jan/10
	Centro de atividades esportivas	ago/09	jan/10
	Residências universitária	ago/09	mar/10
	Restaurante universitário	jun/10	abril/11
	Centro administrativo	out/11	ago/12
	Portal em Rio Tinto	out/12	abril/13
	Direção do centro	out/12	concluindo
	Auditório	out/12	concluindo
MAMANGUAPE	Biblioteca	out/07	abril/08
	Bloco administrativo	out/07	jan/09
	Coordenações, chefias e ambiente dos professores	out/07	out/12
	Laboratórios	ago/08	fev/09
	Sala de aula	ago/08	out/09
	Centro de atividades esportivas	ago/08	dez/08
	Centro de multimídia	ago/08	dez/08
	Centros acadêmicos	ago/08	dez/08
	Garagem	ago/08	dez/08
	Residência universitária	ago/08	jan/09
	Centro de vivência	ago/08	Jan/10
	Restaurante	julh/10	maio/11
	Portais	out/10	maio/11
	Auditório	out/10	maio/11
	Campo	dez/10	fev/11
	Quadra	dez/10	fev/11
	Antena de <i>wifi</i>	out/12	concluindo
Reforma do hotel escola para residência universitária	out/12	concluindo	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no Campus IV, 2013

Consta no cronograma de implantação plena da construção do Campus IV que as etapas deveriam ter sido iniciadas em novembro de 2005 e concluídas até dezembro de 2009 conforme está apresentado no quadro 08 a seguir.

Quadro 08 (4) - Cronograma de Implantação plena do Campus IV

Etapas	2005	2006			2007		2008		2009	
	Nov. a Dez.	Jan.	Fev. a Maio	Jun. a Dez.	Jan a Jun..	Jul. a Dez.	Jan a Jun..	Jul. a Dez.	Jan a Jun..	Jul. a Dez.
1. Definição instalações provisórias	X									
2. Definição terreno p/ construção	X									
3. <u>Licitação e Contratação das obras</u>										
Para as 1ª e 2ª fases de implant. do Campus			X	X	X					
Para as fases seguintes de implant. do Campus						X	X	X	X	
4. <u>Execução das obras</u>										
Para as 1ª e 2ª fases de implant. do Campus			X	X	X					
Para as fases seguintes de implant. do Campus						X	X	X	X	X
5. <u>Implantação dos Laboratórios</u>										
Para os cursos que começam em 2006			X	X						
Para os cursos que começam em 2007				X	X					
6. Implantação dos Órgãos Administrativos		X	X	X						
7. <u>Aquisição dos Materiais Permanentes</u>										
Para as 1ª e 2ª fases de implant. do Campus			X	X						
Para as fases seguintes de implant. do Campus				X	X			X	X	X
8. Implantação da Biblioteca			X	X		X	X			
9. Implantação Restaurante Universitário			X	X						
10. Implantação Residência Universitária			X	X						

Fonte: Adaptado do projeto de criação do Campus IV, 2013

Neste cronograma se verifica, inicialmente, que em janeiro de 2006 deveriam estar implantados os órgãos de administração do novo campus, sem que sua criação e implantação tivessem sido aprovadas pelos órgãos competentes, pois a Resolução 05/2006 autorizando sua criação e implantação, data de 17 de março de 2006.

Desta forma, percebe-se a atitude da administração superior da universidade em criar organismos prévios anteriores a data de apresentação do projeto de criação do novo campus ao Conselho Universitário para que fosse discutida e deliberada de sua aprovação. Apresenta-se, então como possível, uma antevisão de uma aprovação dada como certa, pela inusitada atitude em uma cronologia de atividades de um planejamento dependente de uma decisão colegiada.

Ainda sobre o cronograma (quadro 08) verifica-se que na unidade de Mamanguape as primeiras obras só se iniciaram em outubro de 2007 e em Rio Tinto, só começou, mais tarde, em julho de 2008, um ano após o início do funcionamento do campus.

As obras de implantação do campus estavam previstas para o início de fevereiro de 2006, com data de término para dezembro de 2009, entretanto, constata-se que estas foram iniciadas em outubro de 2007 e ainda, 2013, algumas edificações estão sendo concluídas.

A implantação do campus aconteceu de forma gradativa e processual, muito embora, a implantação tenha enfrentado diversos desafios ao longo do caminho, decorrentes da falta de recursos financeiros e humanos, das sucessivas modificações no projeto de implantação e problemas no preenchimento das vagas oferecidas, agravados por fatores como desconhecimento dos cursos por parte da população.

4.1.3 Processo de Implementação e as Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão

A implementação do Campus IV, teve que observar a indissociabilidade formada pelo ensino, pesquisa e extensão que é o cerne das finalidades das universidades brasileiras, desde 1988, quando a Assembléia Constituinte Federal, em seu artigo 207, garantiu esse princípio. Desta maneira, este ato constitucional equiparou as três atividades, caso contrário, estarão sendo violados todos os preceitos de legalidade. O princípio da indissociabilidade passa a ser possuidor do qualitativo e o marco orientador de toda a produtividade acadêmica.

Desta forma, o tripé formado pelo ensino, pesquisa e extensão fica constituído de uma identidade qualitativa idêntica pela indissociabilidade, fazendo com que a produtividade acadêmica seja reconhecida em qualquer das pernas do tripé que esteja sendo realizada, quando relacionadas com a construção do conhecimento e suas contribuições na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Desta maneira, a UFPB ancorada pela legislação constitucional em vigor desde 1988, inicia seu processo de implementação do Campus IV em maio de 2006, tendo em vista o atendimento à prioridade dos seus fins (FREITAG, 1995), com a publicação do edital para contratação de professores e servidores. Como resultado do concurso que aconteceu em agosto do mesmo ano, foram aprovados e contratados 11 professores para o ensino superior e apenas 1 servidor técnico-administrativo (quadro 10) com o objetivo de atender as duas unidades do campus.

No projeto de criação consta toda cronologia do quantitativo da necessidade de contratação de professores para realizar as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, assim como dos servidores técnico-administrativos para exercer suas funções burocráticas, conforme quadro 09 a seguir.

Quadro 09 (4) – Evolução anual da necessidade de contratação de professores e servidores técnico-administrativos para o Campus IV

Professores, Servidores Técnico-Administrativos Cargos e Funções	Necessidades de Contratação por Ano					Total
	2006	2007	2008	2009	2010	
Professores de Ensino Superior	54	60	67	54	45	280
Professor Adjunto I	19	23	28	23	22	115
Professor Assistente I	24	31	34	27	22	138
Professor Auxiliar	11	6	5	4	1	27
Servidores Técnico-Administrativos	216	116	10	0	0	342
Nível Superior	12	-	-	-	-	12
Nível Médio	136	70	6	-	-	212
Nível de Apoio	68	46	4	-	-	118

Fonte: Adaptado do projeto de criação do Campus IV, 2013

Os dados apresentados no quadro 09, ao serem confrontados com os dados reais de contratação (quadro 10) são divergentes.

Quadro 10 (4) – Evolução anual de contratação de professores efetivos e substitutos e servidores técnico-administrativos para o Campus IV

Professores, Servidores Técnico-Administrativos Cargos e Funções	Contratados por Ano								Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Professores de Ensino Superior	11	12	30	38	20	14	17	05	147
Professor Adjunto	06	05	15	19	08	07	06	-	66
Professor Assistente	05	07	14	19	12	07	11	-	75
Professor Auxiliar	-	-	01	-	-	-	-	05	06
Professores Substitutos	02	08	23	12	04	01	-	06	56
Servidores Técnico-Administrativos	01	0	04	03	02	07	01	30	48
Nível Superior	-	-	02	01	-	03	-	04	10
Nível Médio	01	-	02	02	02	04	01	26	38
Nível de Apoio	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no NTI/UFPB, 2013

A entrada em funcionamento com 6 cursos (ciências contábeis, secretariado bilíngue, hotelaria, ecologia, ciência da computação e matemática) que possuem duas entradas anuais (quadro 11), se deu após abertura do vestibular “especial” em setembro de 2006. A contratação campus começou o seu funcionamento com uma contratação mínima, contudo, suficiente para cobrir as disciplinas oferecidas dos cursos com os 11 professores contratados (quadro 09), pois foram oferecidos 6 cursos, com 6 disciplinas cada, logo o total era de uma necessidade de 36 disciplinas (quadro 11) para cobrir o primeiro semestre dos 6 cursos. Assim, se os professores recém contratados em número de 11, todos concursados assumirem 4 disciplinas cada, teremos um total de 44 disciplinas, que mesmo assumindo a redução de disciplinas, por cargos gratificados em torno de 6, ainda assim tivemos um número suficiente de docentes no primeiro semestre de 2006.

Posteriormente, em 2007, foram feitas inscrições para o Processo Seletivo Seriado – PSS 2007 para os seis cursos já existentes, mais os cursos de *design* e sistema de informação em Rio Tinto e antropologia e pedagogia em Mamanguape, que só têm uma entrada anual (quadro 11).

Em 2007, com o aumento de mais 4 cursos o total das disciplinas ofertadas passa a ser de 96 (quadro 11). Se foram contratados mais 12 professores (2007), o quadro total de professores neste ano é de 23, assim, considerando que cada professor assuma 4 disciplinas, o número das disciplinas não foi devidamente coberto, assim para suprir esta necessidade foram contratados 2 professores substitutos (quadro 10).

Com relação aos servidores técnico-administrativos a previsão de contratação entre 2006 e 2010 era de 342 contratados (quadro 09), entretanto apenas 10 funcionários estavam em exercício até 2010 (quadro 10), o que vem representar 2,9% do total previsto. Se cada curso tem sua coordenação, que são em número de 10, além da chefia departamental e da direção de centro, se verifica que este número de técnico-administrativos é insuficiente para o funcionamento do Campus IV, considerando que só nestes setores citados, seriam necessários mais dois técnicos-administrativos.

Todas as mudanças e divergências ocorridas entre o previsto no projeto de criação e o realizado são frutos das necessidades das adaptações, considerando que embora as organizações sejam “instrumentos desenhados para atingir objetivos específicos” (SELZNICK, 1949, p. 29), elas sofrem mudanças adaptativas para iniciar suas operações.

Quadro 11 (4) – Cursos de graduação implantados no Campus IV em 2006 e 2007, o número de disciplinas ofertadas e número de entrada por ano

No segundo semestre de 2006	Número de disciplinas 1º Período	No Primeiro semestre de 2007	Número de disciplinas 1º Período	Número de entrada por ano
<i>Ciências Contábeis</i>	06	<i>Ciências Contábeis</i>	06	02
<i>Secretariado bilíngue</i>	06	<i>Secretariado bilíngue</i>	06	02
<i>Hotelaria</i>	06	<i>Hotelaria</i>	06	02
<i>Ecologia</i>	06	<i>Ecologia</i>	06	02
<i>Computação</i>	06	<i>Computação</i>	06	02
<i>Matemática</i>	06	<i>Matemática</i>	06	02
-	-	Design	06	01
-	-	Sistemas de Informação	06	01
-	-	Antropologia	06	01
-	-	Pedagogia	06	01
06	36	10	60	-

Fonte: Adaptado do projeto de criação do Campus IV e dos dados disponíveis no site <http://www.ccae.ufpb.br/ccanovo/cursos>, 2013

GI 3-4 afirma que na realização de vestibular “especial”, “muitas pessoas [da população local] não estavam atentas para o vestibular” (GI 3-4), ou não houve, por parte da universidade, uma divulgação necessária no sentido de atrair os candidatos, desta forma, no primeiro PSS, com vagas abertas para os dez cursos existentes nas duas unidades “o número de inscritos foi muito pequeno” (GI 3-4), isto é, “de novecentas vagas, trezentos e noventa ficaram ociosas” (GI 3-4), assim, através de uma ação proativa deste gestor, foi criado um vestibular para servidores públicos, através de um programa chamado PROEST, com o objetivo de ocupar as vagas ociosas.

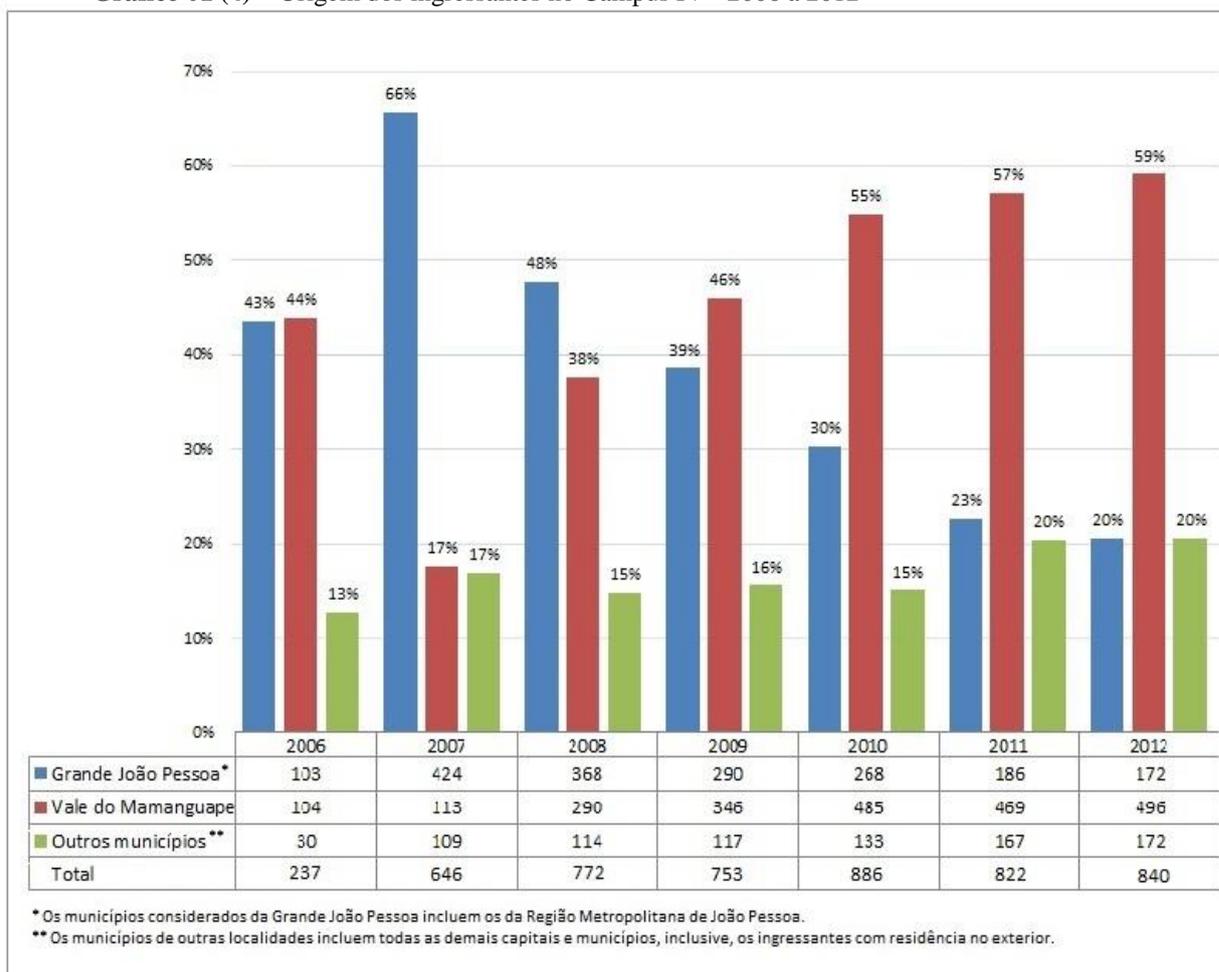
Neste vestibular para servidores públicos concorreram os funcionários da UFPB e demais funcionários públicos da região da rede municipal e estadual. Do total das vagas oferecidas, “70% foram destinadas para capacitar internamente seu quadro e demais vagas abertas para os demais funcionários” (GI 3-4).

Contudo o que se apresenta é que nas primeiras turmas [...] “o percentual de alunos da região era muito baixo, em torno de 10% [...] isso estava associado à qualidade do ensino médio de lá [da região]; mas, o resultado foi satisfatório, considerando que “a maioria das vagas foram preenchidas” (GI 3-4). O que importava para os gestores era fazer com que as vagas fossem preenchidas.

Assim, levando em consideração o vestibular “especial” em 2006, o PSS-2007 e o vestibular para os servidores públicos, realizados em setembro 2006, de acordo com o gráfico 01, do total de 237 alunos matriculados, distribuídos entre os dez cursos existentes, 43,4% eram ingressantes da Grande João Pessoa³⁶, 43,8% eram originários do Vale do Mamanguape³⁷ e, 13% de outros municípios. Não houve, no início, o predomínio de alunos da região da Grande João Pessoa, percebe-se, então, que este resultado foi fruto da não divulgação dos vestibulares realizados, assim como pela realização do vestibular “especial” e para os servidores com o objetivo de atender a comunidade da região do Vale do Mamanguape e preencher todas as vagas disponíveis.

³⁶ Os municípios que compõem a Grande João Pessoa são: Cabedelo, João Pessoa, Conde, Bayeux e Santa Rita.

³⁷ O Vale do Mamanguape é composto pelas cidades de: Mamanguape, Rio Tinto, Marcação, Cuite de Mamanguape, Curral de Cima; Jacarau, Baía da Traição, Capim, Itapororoca, Mataraca e Pedro Régis

Gráfico 01 (4) – Origem dos ingressantes no Campus IV - 2006 a 2012

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no NTI/UFPB, 2013.

Ainda em 2007, se identifica um aumento de 172,5% no total de alunos ingressantes no campus IV se comparados com o ano de 2006. Isto se justifica porque no ano de 2006 aconteceu apenas vestibular para os cursos que têm duas entradas por ano (quadro 11).

Aqui o dado revela que há um predomínio, com 66% de alunos ingressantes da Grande João Pessoa em relação ao total de 646 alunos ingressantes e isto se deve ao fato de que os alunos da comunidade da região do Vale do Mamanguape ainda não estão diretamente ligados aos acontecimentos na área do ensino superior, ou mesmo, pela presença ainda incipiente do cursinho pré-vestibular na região.

Em 2008, houve um aumento de 177 alunos ingressantes do Vale do Mamanguape com relação ao ano de 2007, representando um aumento de 157%, isto se dá pelas atividades de ensino que o cursinho pré-vestibular oferece aos alunos da região do Vale do Mamanguape, assim como pela procura do curso de pedagogia que oferece mercado de trabalho na região.

Entretanto, mesmo com um aumento de 177 alunos ingressante do Vale, os dados evidenciam que há em 2008 um predomínio de ingressantes oriundos da Grande João Pessoa com 47,7% do total dos 772 alunos.

Em 2009, “o reitor amplia [o cursinho] para oito municípios aqui no Vale do Mamanguape e nós tivemos 245 aprovados”. Com isto, fica evidenciado a partir dos dados apresentados no gráfico 01 que os ingressantes do Vale do Mamanguape, que representam do total 46% já estão superando a casa dos 39% dos alunos da Grande João Pessoa, assim como dos 16% dos demais municípios.

Em 2010, os dados demonstram que “já passamos [ingressantes do Vale do Mamanguape] da casa dos 300 alunos aprovados” (GI 3-6) e “hoje [...] o cursinho da UFPB [...] tem mais de 2500 alunos, são 48 salas [...] temos mais de 800 alunos colocados nesse campus [...] (GI 3-6)”. Isto vem corroborar com os dados apresentados no gráfico 01, que em 2010, 54,7% do total de ingressantes no campus IV são originários do Vale do Mamanguape, ultrapassando o quantitativo da Grande João Pessoa com um percentual de 30,2%. Se comparados os dados de 2010 com os de 2009, com relação aos ingressantes do Vale do Mamanguape, se verifica que houve um aumento significativo de 40,1% dos ingressantes.

Os dados dos anos de 2011 e 2012, quando comparados se mantêm equilibrados. Em 2011, os ingressantes do Vale do Mamanguape representam 57% e, em 2012, 59% do total dos ingressantes no Campus IV, o que vem demonstrar que a população local, além de ter pleno conhecimento da existência da universidade na região, também está focada em concorrerem às vagas ao ensino superior.

A questão é... com o cursinho pré-vestibular “existe uma motivação dos nossos jovens da região do Vale do Mamanguape a ingressarem na universidade” (GE 1-10). Deste modo, [...] a universidade vai proporcionar um ganho intelectual e consequentemente social, dando oportunidade às pessoas de baixa renda que muitas vezes não têm a oportunidade [...] (GE 1- 17).

Observa-se, no gráfico 01, que com exceção do ano de 2011, a cada ano houve um aumento gradativo de alunos ingressantes do Vale do Mamanguape na universidade, representando uma queda de 3,4% quando comparado ao ano de 2010.

Por outro lado, se comparado o quantitativo de alunos oriundos da Grande João Pessoa nos anos de 2007 e 2012, observa-se que há uma queda significativa de 40,5%. Isto vem reforçar as palavras do GI 1-12 quando afirma que “mais de 50% dos alunos

são da própria região [...] a gente criou a oferta e estimulou o ingresso através da preparação melhor dos alunos de lá [através do cursinho pré-vestibular]”.

Neste ponto, a universidade pode ser considerada como um elemento-chave de influência direta no ingresso dos alunos das comunidades da região do Vale do Mamanguape no ensino superior. Isto se dá pelo trabalho interativo entre o vetor ensino e extensão.

Dimensão do Ensino

O Campus IV da UFPB, com todas as dificuldades para conclusão de suas edificações e contrariando o que foi previsto no projeto de criação iniciou suas atividades com dez cursos [como já citado anteriormente], possibilitando à comunidade local e seu entorno o possível acesso ao ensino superior, através das ações (do ensino, pesquisa e extensão) interligadas e que satisfaçam os atores internos e a sociedade tendo como objetivo final dessas ações o desenvolvimento da região na qual o campus está inserido.

No campus IV para cada curso foi oferecido um número de vagas apresentados a seguir:

Quadro 12(4) - Demonstrativo da evolução da oferta de vagas nos cursos de graduação do Campus IV

CURSO	2007. 1	2007. 2	2008. 1	2008. 2	2009. 1	2009. 2	2010. 1	2010. 2	2011. 1	2011. 2	2012. 1	2012. 2
Ciências Contábeis	40	40	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Hotelaria	40	40	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Gastronomia*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-
Pedagogia	40	-	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-
Secretariado Executivo Bilingüe	40	40	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Bacharelado em Ecologia	40	40	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Antropologia	40	-	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-
Design	40	-	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-
Ciências da Computação (Licenciatura)	40	40	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Sistemas de Informação	40	-	50	-	50	-	50	-	50	-	50	-
Licenciatura em Matemática	40	40	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no site: <<http://www.coperve.ufpb.br>>, 2013.

* Só houve ingresso de alunos no período 2013.2 já no campus I. O campus I – João Pessoa está com o calendário escolar diferente do campus IV.

Em conformidade com as Resoluções N° 09/2010³⁸, N° 098/2011³⁹, N° 017/2012⁴⁰, N° 054/2012⁴¹ e N° 055/2012⁴², todas do Conselho Superior de Pesquisa, Ensino e Extensão - CONSEPE, as vagas oferecidas para cada curso presencial de graduação da UFPB foram distribuídas conforme segue:

- a) 65% para concorrência geral;
- b) 35% reservado para candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escola pública.
- c) Do total de vagas reservadas, 60% serão destinado ao grupo de candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita e 40% destinado ao grupo de candidatos com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo per capita.
- d) Em qualquer dos grupos definidos na alínea c serão destinadas vagas a autodeclarados pretos, pardos e indígenas na proporção de 58.90667%, igual à soma dos percentuais dessas etnias no estado da Paraíba, divulgados no Censo Demográfico Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE/2010. As vagas reservadas restantes serão destinadas aos demais candidatos egressos da escola pública.
- e) Para os candidatos com deficiência egressos da escola pública será reservado um número de vagas igual à aplicação do percentual de 5% sobre o total definido na alínea b. Essas vagas serão deduzidas daquelas destinadas aos demais egressos da escola pública, do grupo de candidatos com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo per capita.

Ao longo dos sete anos de existência do campus, de acordo com as informações contidas no quadro 12, percebe-se que em 2007 todos os cursos possuíam 40 vagas, entretanto, a partir de 2008, em virtude da demanda, houve um aumento de 25% das vagas em todos os cursos e a partir daí, o número de vagas se mantiveram em 50 por período, com exceção de gastronomia e letras que foram abertos, posteriormente, e os cursos de Antropologia, pedagogia, *Design* e Sistemas de Informação que só acontece uma entrada anual.

³⁸ http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2010/Rsep09_2010.pdf

³⁹ http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2011/Rsep98_2011.pdf

⁴⁰ http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2012/Rsep17_2012.pdf

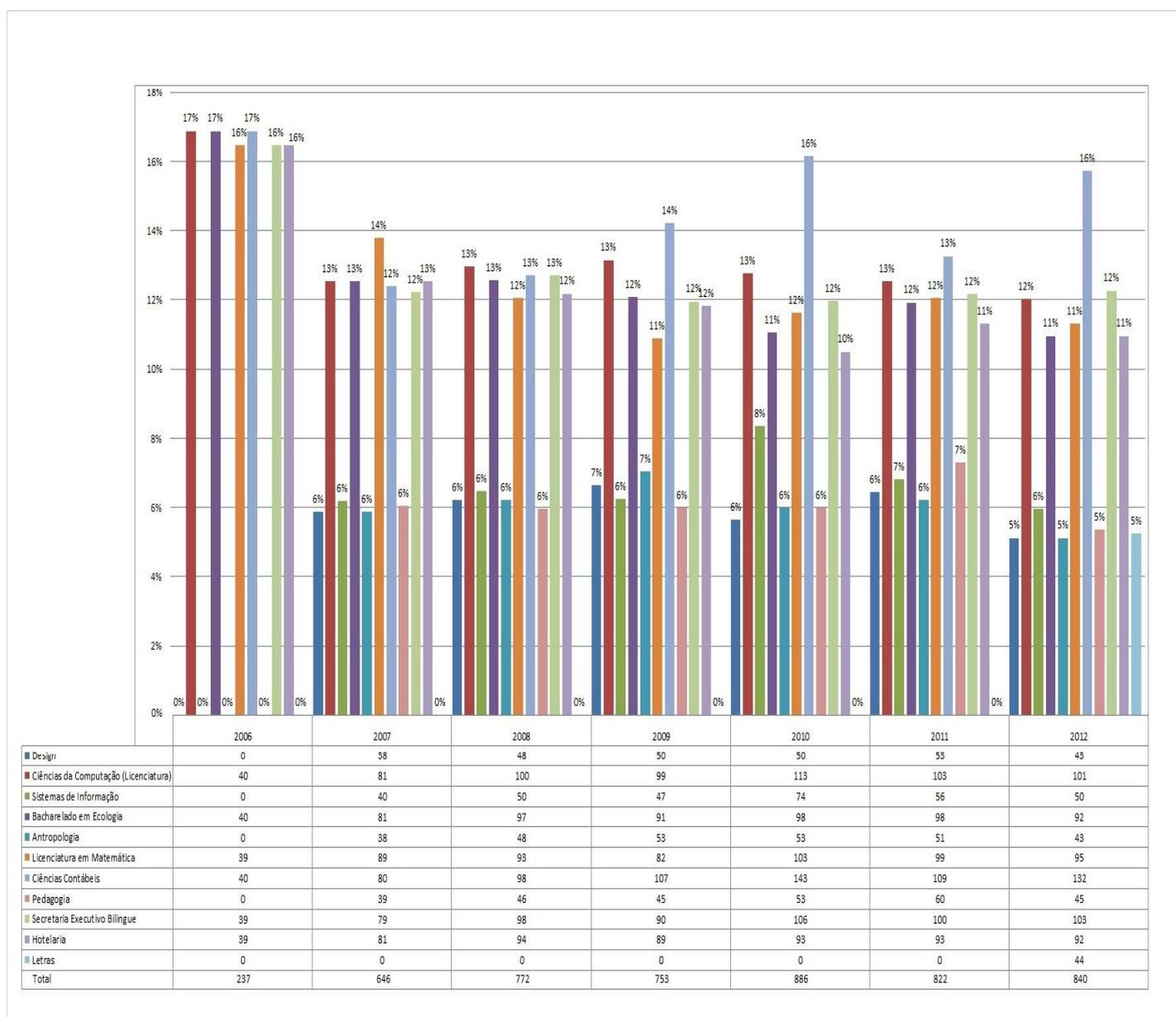
⁴¹ http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2012/Rsep54_2012.pdf

⁴² http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2012/Rsep55_2012.pdf

Os cursos (cada um com suas especificidades) vêm despertando interesse dos jovens da população local. “A gente tem alguns cursos os quais são feitos para alunos da região como os das licenciaturas, pedagogias [...]” (GI 2-14) e isso corresponde às demandas locais, o que vem permitindo a ampliação do acesso ao ensino superior, oferecendo a cada sujeito envolvido a possibilidade de qualificação profissional que poderá contribuir com o desenvolvimento da região.

Destarte, o campus com suas duas unidades apresenta um total de 4.956 alunos ingressantes por curso e com uma evolução crescente a cada ano conforme está apresentado no gráfico 02 a seguir:

Gráfico 02 (4) – Número de alunos ingressantes no Campus IV por ano em cada curso de 2006 a 2012



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no NTI/UFPB, 2013

Os dados apresentados no gráfico 02, evidenciam que no segundo semestre de 2006 houve um ingresso de 237 alunos relativo aos 6 primeiros cursos implementados (matemática, ciências contábeis, ciência da computação, ecologia, secretariado executivo bilíngüe e hotelaria) com duas entradas anuais (quadro 11). Os demais cursos (*design*, sistema de informações, pedagogia e antropologia) como são possuidores de apenas uma entrada (quadro 11), realizaram seus primeiros vestibulares no primeiro semestre de 2007.

Dos cursos com duas entradas anuais, no ano de 2007, fica evidenciado que o curso de licenciatura em matemática com 14% representa o curso com maior número de alunos ingressantes, entretanto, se mostra com um percentual relativamente próximo dos demais cursos.

Em 2009, 2010, 2011 e 2012, verifica-se que o curso de ciências contábeis, possui o maior número de ingressantes, apresentando, respectivamente, um percentual de 14%, 16%, 13% e 16%.

De 2010 para 2011, houve uma queda de 7,8% no total dos alunos ingressantes, isto se justifica pela redução no número de alunos nos cursos de sistema de informação, computação e ciências contábeis. Já em 2012, houve um aumento de 30% no número total de ingressantes quando comparado com o ano de 2007, isto se deu inicialmente pela entrada de alunos no curso de letras, assim como um aumento significativo de alunos no curso de ciências contábeis.

Para cada curso existente no Campus IV, deve-se ter atenção ao perfil que cada profissional terá quando concluir seu curso, podendo estes contribuir para o desenvolvimento da região e do mercado de trabalho.

O curso de Ciências Contábeis do Campus IV foi criado a partir da Resolução nº 30/2006⁴³, e de acordo com os dados disponíveis no *site*⁴⁴, tem como foco a formação de contadores e gestores das informações contábeis, capazes de desenvolver, analisar e implementar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, exercendo com ética as atribuições e prerrogativas previstas na legislação pertinente.

Os jovens do curso de contabilidade que estão no quarto período, quinto período [...] e que procuram estágio ou procuram até mesmo emprego [...] nós indicamos para

⁴³ http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2006/Rsep30_2006.htm

⁴⁴ <http://www.ccae.ufpb.br/cursos/contabeis.html>

alguns colegas que possuem algumas empresas (na região do Vale do Mamanguape)] e eles aceitam e estão satisfeitos com esses jovens”. (GE 6-12).

Fleck (2011, p. 290) afirma que o vetor qualificação está diretamente relacionado à “utilização das competências dos indivíduos aptos a fornecer esta aos indivíduos que a buscam”, desta forma, estes profissionais quando habilitados estarão aptos e preparados para serem absorvidos pelo mercado de trabalho local nos setores comerciais, industriais, serviços, entre outros, especificamente, nos escritórios contábeis existentes no Vale do Mamanguape. “[...] Com a vinda da universidade, os empresários estão investindo aqui [no Vale] [...] não vão buscar lá fora [...]” (GE 4-12), com isto os estudantes de contabilidade já participam do mercado de trabalho como estagiários remunerados em escritórios particulares. Esta participação efetiva dos egressos do curso de contabilidade nos escritórios prestadores de serviço na região do Vale do Mamanguape, na fala de GE 4, vem confrontar o quantitativo destas empresas conforme dados extraídos do IBGE e da receita estadual (quadro 13).

De acordo com os dados obtidos no *site* IBGE, na cidade de Mamanguape existem 4 escritórios de serviços contábeis e apenas 1 em Rio Tinto. Com este número reduzido de escritórios contábeis, fica delimitada a absorção desta mão de obra qualificada no contexto mercadológico da região.

Com a incipiente demanda na área contábil, fica constatado o êxodo dos graduados em busca de oportunidades de trabalho, isto que vai de encontro com o relato de GE quando afirma que “a nossa região é muito carente de mão-de-obra qualificada [...] e todo aquele profissional formado, seja em qualquer curso, quer seja professor quer seja contador [...] só vem a ajudar”. (GE 2-12).

No que se refere ao curso de Secretariado Executivo Bilíngue de língua inglesa do Campus IV, de acordo com dados disponíveis no *site*⁴⁵, está direcionado à formação de profissionais bacharéis com competências para promover e participar da melhoria do processo de gestão e desenvolvimento das organizações públicas e privadas, na busca do aumento de produtividade e competitividade.

Este curso desenvolve a qualificação de gestores e operadores administrativos das autarquias e secretarias municipais de toda região, buscando dinamizar e modernizar, com a influência do conhecimento acadêmico os profissionais que realizam

⁴⁵ <http://www2.ccae.ufpb.br/secretariado/>

planejamentos, projetos, suas ações e atividades na implementação do progresso de toda região.

Desta forma, os egressos do referido curso, quando qualificados, estarão capacitados para atender as necessidades dos órgãos públicos e empresas privadas da região do Vale do Mamanguape. Isto fica constatado quando GE 6-12 relata que alguns “jovens [...] já vieram fazer trabalhos na área de secretariado”. GE afirma ainda que:

[...] uma menina que foi secretária da prefeita que hoje ela está como secretária da secretaria de educação, entendeu, e ela está contribuindo muito com isso. Temos uma que concluiu agora, acho que foi de Mamanguape e ela está como administradora lá no hospital, no pronto atendimento que a gente tem isso tudo melhorou bastante, tá ficando dentro do Município, não precisa trazer de fora. (GE 9-12)

Entretanto, considerando o número de empresas prestadoras de serviços, comércios, indústrias, entre outras existentes nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto conforme quadro 13, os dados apresentados revelam que as mínimas oportunidades poderão surgir, entretanto o êxodo profissional dos alunos graduados pelo Campus IV, em todas as áreas de seus cursos de formação, de forma geral, terão maiores oportunidades em centros mais avançados.

Quadro 13 (4)- Demonstrativo dos setores econômicos das cidades de Mamanguape e Rio Tinto

Empresas/ Cidades	Indústria	Agronegócio	Transporte	Serviço	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total
Mamanguape	93	8	8	91	18	730	948
Rio Tinto	52	3	4	35	2	296	392
Total	145	11	12	126	20	1026	1340

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no *site* da Receita Estadual da Paraíba (<http://www.receita.pb.gov.br/>), 2013

Analisando o quadro 13 se pode ter uma ideia da realidade deste campus, com relação às reais necessidades das cidades do Vale do Mamanguape. Os cursos oferecidos pelo Campus IV estão, em sua maioria, fora do contexto da realidade regional, em virtude da não absorção da mão de obra.

Ainda em relação ao quadro 13 pode-se constatar, pelos números apresentados, que o nível de mão de obra teria que buscar oportunidades em centros próximos, bem mais adiantados, como forma de sobreviver aos estudos quadrienais de um bacharelado.

No que se refere ao curso de Hotelaria, de acordo com os dados disponíveis no *site*⁴⁶ e no seu PPC⁴⁷, este foi criado objetivando suprir uma demanda de profissionais necessários a um mercado que apresenta elevadas taxas de crescimento nos últimos anos e vem se transformando num dos setores mais rentáveis de uma economia globalizada, gerando novos empreendimentos e empregos.

O curso de Gastronomia do Campus IV foi criado através da Resolução nº 67/2012⁴⁸ e tem como objetivo formar profissionais cultos da cultura gastronômica e hábeis a coordenar, operacionalizar e aproveitar as técnicas gastronômicas na concepção, inovação, investigação e extensão de alimentos e bebidas, apreciando a gastronomia local e proporcionando deleite gustativo somado a segurança alimentar.

Assim, mesmo com toda justificativa contida no projeto de criação para abertura do curso de hotelaria e gastronomia na região do Vale do Mamanguape, e os “estudos” sobre as aptidões locais, fica evidenciado, de acordo com os dados obtidos no *site* IBGE (2012), que na cidade de Mamanguape existem 3 pousadas, 1 hotel e 1 motel e, na cidade de Rio Tinto não existe nenhum estabelecimento de hospedagem, o que vem evidenciar a incapacidade que o mercado hoteleiro da região tem para absorver os egressos dos referidos cursos do campus.

Está descrito no projeto pedagógico do curso de hotelaria e gastronomia que o profissional de hotelaria e gastronomia deve atuar em uma das áreas mais competitivas do mercado de trabalho, cujas atividades geram um impacto na vida social, econômica e cultural das sociedades, através da gastronomia e do turismo local, do turismo de negócios e com os eventos, contudo o que se evidencia nos dados apresentados (IBGE, 2012) é que a região do Vale do Mamanguape, particularmente, em articulação com a iniciativa privada, não é pólo turístico e tampouco gastronômico assim os “[...] cursos como gastronomia e hotelaria requer talvez um pouco mais de participação de cidades mais avançadas, com um número maior de habitantes como na capital [...]” (GI 4-14). Desta forma, os referidos cursos, no caso específico do Campus IV, por não terem alcançado resultados desejados em relação à fixação dos egressos na região e pela proximidade de centros com carências dessas especialidades (como João Pessoa, Campina Grande) foi transferido no segundo semestre de 2013 para o Campus I em João Pessoa.

No caso do curso de gastronomia criado em 17 de outubro de 2012, este se quer

⁴⁶ <http://www.ccae.ufpb.br/cursos/arquivos/hotelaria.html>

⁴⁷ http://www.ccae.ufpb.br/cursos/arquivos/hotelaria/2013_03_hotelaria_ppc.pdf

⁴⁸ http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2012/Rsep67_2012.pdf

funcionou no Campus IV. O primeiro vestibular para este curso já aconteceu em João Pessoa. Isto demonstra a insuficiente demanda local e o contraditório dos critérios adotados por parte da UFPB (contidos no projeto de criação do campus IV) para escolha dos cursos do Campus IV, no que concernem que as necessidades educacionais, culturais, sociais e econômicas locais, não foram constatadas.

Outro destaque, já mencionado, que não está designado no plano diretor é a existência da construção de um hotel escola no Campus IV – unidade Mamanguape, onde funcionaria a parte prática do curso de hotelaria. Entretanto, nenhum documento oficial foi encontrado no que se refere à decisão de construir um hotel escola e tampouco sobre a destinação do recurso para esta construção. Este “esqueleto” foi construído sem planejamento. Como acontece em todo país, redundou em gastos que poderiam complementar outras edificações para o Campus IV. Esperava-se que algum projeto conseguisse transformar este “elefante branco” em espaço acadêmico útil. Assim, com a saída dos cursos de hotelaria e gastronomia foi aprovado em reunião ordinária, realizada no dia 29 de julho de 2013, que esse espaço passe a ser a Residência Universitária da unidade de Mamanguape. A residência universitária tem a função de atender os alunos carentes oriundos das cidades mais afastadas, que não tem como se deslocarem para suas origens cotidianamente.

O Curso de Licenciatura Plena em Letras⁴⁹ do Campus IV criado a partir da Resolução nº 29/2011, de acordo com o seu PPC⁵⁰, tem como objetivo promover a formação de professores para o ensino fundamental e médio, cujas práticas estejam sintonizadas com as necessidades da sociedade.

O curso tem a finalidade de preparar profissionais, dando-lhes condições para ser um profissional participativo, reflexivo, autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres, preparado para o ensino de língua e literatura vernácula. Os egressos terão habilidades para produzir conhecimentos científicos com capacidade de reflexão crítica adequada ao tripé do ensino-pesquisa-extensão, contribuindo efetivamente no desenvolvimento do Vale do Mamanguape.

Este curso não estava previsto no projeto de criação do Campus IV, entretanto, devido à necessidade do atendimento da demanda do número de escolas existentes no Vale do Mamanguape (quadro 14), criaram o curso de letras.

⁴⁹ <http://www.ccae.ufpb.br/letras/>

⁵⁰ <http://www.ccae.ufpb.br/letras/index.php/projeto-pedagogico>

O curso de graduação em Pedagogia⁵¹ do Campus IV tem como objetivo a formação de professores para exercer as funções de magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, nos cursos de ensino médio, na educação de jovens e adultos, e/ou na educação profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

No segundo período do ano letivo 2006 foi criado o Curso de Licenciatura em Matemática no Campus IV, conforme conteúdo do *site*⁵². Este curso vem assegurar uma consistente capacitação em assuntos matemáticos, formação pedagógica direcionada à atividade do professor do ensino fundamental e médio e em temas de disciplinas afins, ao exercício do magistério, que permita a experiência crítica do real ensino em sua região, tornando os alunos capazes de desenvolver suas habilidades e contribuindo para suprir carências de professores qualificados nas áreas matemáticas no Vale do Mamanguape. Contudo, GI 3 afirma que:

Nós tivemos agora várias graduações antecipadas de matemática que foram alunos que se candidataram a fazer o concurso, foram aprovados e agora já estão no mercado. Vários alunos nossos já estão trabalhando aqui, em João Pessoa, Campina Grande, tem gente em Recife que já são graduados e já estão no mercado de trabalho graças à implantação do campus nessa região, além disso, quem está graduando, quem está em processo de formação já trabalha em várias áreas aqui, sobretudo, na questão de ensino e aprendizagem que é uma deficiência muito grande. (GI 3-14)

A absorção dos egressos de pedagogia e na área matemática no mercado de trabalho do Vale pode vir a ser significativa, considerando que há uma “[...] deficiência muito grande [...]” (GI 3-14) de professores no ensino estadual e municipal, além do quantitativo de escolas privadas da região (quadro 14).

O curso de Licenciatura em Computação do Campus IV, de acordo com os dados fornecidos pelo *site*⁵³, tem por anseio qualificar profissionais para atender as necessidades de educadores para o lecionamento de computação e informática, necessários e significativos para os anos finais do ensino fundamental e médio, assim como a formação de licenciados para o desempenho da atividade nas empresas, em que a computação verifica-se como fundamento da formação para treinamento e educação corporativa, vez que vem ocorrendo um processo de modernização tecnológica.

O curso de licenciatura em computação poderá trazer um diferencial na região do Vale do Mamanguape, tendo em vista as possibilidades que estes profissionais

⁵¹ <http://www.ccae.ufpb.br/cursos/pedagogia.html>

⁵² <http://www.dce.ufpb.br/cursos/mat/inicio>

⁵³ http://www2.ccae.ufpb.br/computacao/?page_id=229

qualificados em didática e os fundamentos da pedagogia terão no processo de formação de alunos do ensino fundamental e médio das escolas do Vale do Mamanguape.

Outro curso existente na unidade de Rio Tinto é o de Bacharelado em Sistemas de Informação que em conformidade com as informações retiradas do *site*⁵⁴, possui como qualidade principal a formação multidisciplinar do profissional, partindo da integração curricular dos campos das ciências exatas e ciências sociais.

Este curso visa transferir ao aluno uma sólida formação basilar em Computação, Matemática, Teoria dos Sistemas, Administração, Economia, Sociologia, dentre outras. O enfoque essencial da formação, que se estabelece nas interrelações dessas áreas, é a criação de sistemas de informação e sua coerência no contexto das organizações.

A capacitação deste profissional envolve, igualmente, a ampliação de aptidões e agilidades de comunicação, relacionamento, coordenação de atividade em grupos, participação em equipes multidisciplinares, compreensão adequada ao contexto social e visão sócio-política, na probabilidade de um desempenho pessoal e profissional eficaz e, ao mesmo tempo, construtiva, justa, ética e responsável.

O Campus IV, através deste curso, objetiva proporcionar uma instrução compatível com os padrões de qualidade indicados para o ramo (com fundamento no plano pedagógico da Sociedade Brasileira de Computação), ajustando a metodologia educacional e o conjunto de informação obtido à realidade regional e ao seu desenvolvimento.

O Campus IV com este curso intenciona oportunizar, aos membros da comunidade, possibilidades de oferecerem aos diversos setores do mercado profissionais oriundos dos municípios participantes que possam retornar a seus municípios ao serviço público ou da indústria, ou comércio, ou até dos serviços gerais com um conhecimento das mais atualizadas novidades no sistema de informação, que sejam utilizados em planos, planejamentos e projetos que venham propiciar o desenvolvimento regional.

Tanto o curso de letras quanto os de pedagogia, matemática, computação e sistema de informação vêm culminar com a demanda necessária no atendimento do número de escolas existente no Vale do Mamanguape, especificamente, nas cidades – Mamanguape e Rio Tinto - sedes das unidades do Campus IV. Isto fica evidenciado no quadro 14 a seguir:

⁵⁴ <http://si.dce.ufpb.br/>

Quadro 14 (4) – Escolas públicas e privadas dos municípios de Mamanguape e Rio Tinto

Cidades	Ensino Pré-Escolar			Escola Fundamental			Ensino Médio			Total
	Escola Privada	Escola Pública Estadual	Escola Pública Municipal	Escola Privada	Escola Pública Estadual	Escola Pública Municipal	Escola Privada	Escola Pública Estadual	Escola Pública Municipal	
Mamanguape	11	-	36	10	6	39	1	2	-	105
Rio Tinto	2	2	25	2	5	25	1	3	-	65

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no *site* do IBGE <<http://www.ibge.gov.br/>>, 2012.

Diante do contexto educacional do Vale do Mamanguape com o quantitativo de 170 escolas (IBGE, 2012) e por suas carências de profissionais qualificados, justificada pela ausência do ensino superior local, o curso de Pedagogia na fala do entrevistado GE “[...] é muito importante porque aqui nós precisamos e nós temos muitas, muitas pessoas aqui fazendo pedagogia é tanto que nós vamos absorver alguns agora para um programa ‘Mais Educação’, que estamos implantando aqui, em Mamanguape [...]” (GE 8-12) o que deve oportunizar maior absorção da mão de obra qualificada a partir da qualificação dos atores locais, assim como da expansão da rede pública de ensino fundamental (com a implantação do ‘Mais Educação’), trazendo, desta forma, a possibilidade da fixação dos egressos e o evitamento do êxodo para outras cidades, tendo em vista que a maioria são filhos da região do Litoral Norte.

Para GE 15-12 “os cursos na área de educação fomentam a oportunidade de ingresso através de concurso público nos mais diversos municípios da região”, assim como, através de parcerias existentes onde os “[...] professores da universidade se propõem a vir até aqui, nossos professores vão para universidade, os alunos trabalham muito dentro das escolas sendo professores ajudando, principalmente, na parte da educação do fundamental [...] buscando tudo que vê de melhoria para nossos professores [...]” (GE10-4).

Sobre este assunto, GE1 afirma que “[...] existem parcerias de capacitação na área pedagógica, são as únicas parcerias que foram firmadas no momento [...] é uma parceria entre a universidade e a prefeitura mais no campo educacional” (GE 1-4)

Cada curso ofertado pelo Campus IV e os saberes que por lá [região do Vale do Mamanguape] circulam, mesmo com suas especificidades, têm objetivos definidos, entretanto, dentro dos vários cursos e de acordo com os dados obtidos no *site*⁵⁵ o curso Bacharelado em Ecologia objetiva a capacitação de profissionais, ética, técnica e cientificamente para interatuar socialmente, buscando ponderar as qualidades

⁵⁵ <<http://www.ccae.ufpb.br/cursos/ecologia.html>>

ambientais de ecossistemas naturais e antrópicos⁵⁶ e a inspecionar o aproveitamento de ações reparadoras ou atenuantes dos impactos negativos resultantes das ações humanas ou naturais. Busca, ainda, diplomar profissionais para a coordenação e propositura de projetos que visem solucionar os impasses ambientais, bem como habilitar profissionais competentes para elaboração de planos, políticas, ações e programas de recuperação, preservação e desenvolvimento do meio ambiente. Somadamente visam à formação de profissionais hábeis a cooperar para a ascensão da excelência dos estudos, das pesquisas e das metodologias de conservação e recobrimento do meio ambiente, assim como fortalecerem a consciência profissional fundamentada no compromisso social imediato, para com as gerações porvindouras e com os distintos formatos de vida.

As contribuições do curso de Ecologia no Campus IV, unidade Rio Tinto, vêm ao encontro a uma carência de referência histórica, do tempo cotonifício, que praticamente era mantenedor da sobrevivência da população da região. São do conhecimento geral os malefícios ocasionados pelas tinturas utilizadas nos tecidos e a deteriorização nos rios e nas águas potáveis de toda região. Desta forma, a comunidade despertou suas necessidades de desenvolver na região do Vale do Mamanguape, principalmente em Rio Tinto, uma forma de reconhecer o respeito ao ecossistema que mantém o ser humano com uma melhor qualidade de vida e uma maior sobrevida temporal. Assim, reconhecendo esta necessidade regional, a universidade propôs, já no projeto de criação do Campus IV, a criação deste curso evocando um possível princípio vocacional, em virtude de ter tido a presença de um cotonifício que era o sustentáculo financeiro dos cidadãos, não só da comunidade local, mas como grande parte do Vale.

Com este “curso de ecologia aqui em Rio Tinto [...] com certeza qualifica, só faz levar ao crescimento intelectual e social da nossa região” (GE 1-14). Estes profissionais quando formados [em ecologia] terão capacidade de reconhecer os danos que a própria sociedade pode acarretar para si - quando do desconhecimento - bem como a forma de contê-los.

Quanto ao curso de Antropologia do Campus IV, de acordo com os dados disponíveis no *site*⁵⁷, é o terceiro curso de graduação a ser ofertado no Brasil nesta área. Sua concretização deriva da necessidade de acompanhar de forma emergencial, notadamente no Nordeste, as populações indígenas e remanescentes de quilombos, que nas derradeiras décadas vem ganhando entusiasmo político no interior das universidades

⁵⁶ Resultante basicamente da ação do homem.

⁵⁷ <<http://www.ccae.ufpb.br/cursos/antropologia.html>>

e buscando o reconhecimento de sua bibliografia histórica e cultural, bem como a delimitação de suas terras, transação com órgãos públicos e privados e outras demandas étnicas, políticas e sociais.

Essa graduação almeja, por um lado, enraizar a elaboração de informação em ensinamentos antropológicos que, nos cursos de ciências sociais, carecem ajustar sítios com áreas das ciências humanas, como a sociologia, a ciência política e outras, e por outro lado, aperfeiçoar profissionais em antropologia que operem em procedimentos sociopolíticos e culturais para o exterior do mundo acadêmico. Ademais, proporciona desenvolvimento teórico e metodológico no campo da antropologia visual e da imagem.

Este curso vai de encontro ao movimento nacional de resguardo às comunidades autóctones e dos herdeiros da raça negra que viviam em quilombos como fugitivos. Com o surgimento desta graduação, a UFPB não mais objetiva fornecer assistência às populações locais, diversas delas em estado de vulnerabilidade econômico-social. Não obstante, não tem a possibilidade de abandonar o acompanhamento histórico da implantação deste campus que almeja colaborar, a partir da concepção de variados cursos de ensino superior, para o incremento da região, considerada uma das mais carentes do estado paraibano.

Desta forma, “com o curso de antropologia da UFPB aqui [região do Vale do Mamanguape], poderá dar benefícios dos saberes, os indígenas bebem daqui e nós bebemos de toda riqueza milenar que eles têm” (GI 3-22).

O Curso de Bacharelado em *design* do Campus IV, a partir dos dados obtidos no *site*⁵⁸, tem por escopo qualificar profissionais capacitados para a concepção, projeto e acompanhamento da fabricação de produtos que devem ser multiplicados pelos mais variados modos de reprodução atual, almejando capacitar profissionais competentes para a compreensão sistemática à condução da idealização da invenção, procurando interligar os aspectos distintos que atravessam a agilidade como a gestão do *design*, tecnologia, mercado, produção, meio ambiente e sociedade, bem como, a formação de bacharéis capazes de arrojarem produtos por meio do aspecto interdisciplinar, sopesadas as peculiaridades dos usuários e de seu contexto sócio-econômico-cultural, assim como potenciais e limites econômicos e tecnológicos das unidades de produção, em que serão desenvolvidos os sistemas de informação e objetos de utilização.

⁵⁸ <<http://www.ccae.ufpb.br/cursos/design.html>>

Desta forma, o graduado em *design* pelo Campus IV tem a faculdade de atuação nos ramos da indústria, comércio ou serviços, e nos múltiplos segmentos viventes na região, como: moveleiro, calçados, têxtil. Ainda assim, tem a capacidade de aproveitar seus conhecimentos em empresas privadas, públicas e do terceiro setor.

O profissional deste curso adota sempre uma posição peculiar em virtude de desenvolver uma ação individual, refletida, normalmente, em uma peça diferenciada das demais. Assim, o profissional do *design* oriundo desta região terá a oportunidade de desenvolver seus próprios projetos que levarão de forma crítica, como em outras regiões, a presença dos possíveis *designers* do Vale do Mamanguape reconhecidos pelas mudanças sociais que poderão vir a contribuir com o desenvolvimento social da região. O curso de *design* através de seus alunos “também traz contribuições para a região” [...] criaram um [...] “projeto que propõe um carro para prefeitura recolher lixo multifuncional” [...] “então cada curso vai dando a sua contribuição e a região, com certeza, será muito beneficiada” (GI 3-22).

Com as especificidades de cada curso existente no Campus IV os alunos, ao concluírem seus cursos, terão a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho. No caso específico deste campus, dos 376 graduados que concluíram seus cursos no período de 2010.1 a 2012.2 (quadro 15), egressos dos seis períodos, foram colocados à disposição do mercado de trabalho e “[...] isso é muito bom para que nós possamos diversificar esse mercado de trabalho [...]” (GE1 -12) e estes profissionais podem então serem absorvidos pelo mercado local/regional de acordo com as possibilidades e disponibilidades de vagas e recursos financeiros.

Quadro 15 (4) - Demonstrativo dos graduados por curso e por período do Campus IV

NOME CURSO	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	Total
Hotelaria (bacharelado) - LN	5	12	11	7	11	12	58
Secret. Executivo Bilingue (bach) - IN	-	8	15	10	3	12	48
Ciências Contábeis (bach.) - LN	-	-	9	7	18	14	48
Licenciatura em Pedagogia - LN	-	-	9	-	13	-	21
Ciências da Computação (lic.) - LN	-	1	3	5	5	7	21
<i>Design</i> - LN	-	9	4	6	6	6	31
Ecologia (bacharel)	9	5	24	19	20	15	92
Matemática (licenciatura) - LN	-	-	3	12	5	13	33
Sistemas de Informação - LN	-	1	2	1	5	10	19
Antropologia (antrop social) bach-LN	-	-	1	1	2	1	5
10	14	36	80	68	88	90	376

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no NTI/UFPB, 2013

Vale destacar que dos 4.956 ingressantes no campus (gráfico 02), 1.792 evadiram-se. O quadro 16 a seguir apresenta os motivos pelos quais estes alunos evadiram-se de seus cursos, entre os anos 2006 e 2012.

Quadro 16 (4) – Demonstrativo de Evasão dos discentes do Campus IV

Motivos da Evasão	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Mudança de Curso	2	14	23	23	30	22	21	135
Abandono	-	39	185	255	137	454	134	1204
Cancelamento	-	2	5		1	1	5	14
Solicitação de Aluno	-	7	31	33	90	117	132	410
Transferência	-	-	3	9	2	6	8	28
Cancelado pela SISU	-	-	-	-	-	1	-	1
Falecimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Canc. Solic. Coordenação	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	62	247	320	260	601	300	1792

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no NTI/UFPB, 2013

Assim, constata-se no quadro 15 que o número de alunos graduados no Campus IV, entre os anos de 2006 e 2012, foi de 376 alunos e quando relacionado com os 4.956 alunos ingressantes no mesmo período (gráficos 01 e 02), verifica-se um percentual significativamente baixo de 7,6 % de graduados.

Verifica-se ainda que dos 4.956 alunos ingressantes, 1.792, por seus motivos diversos (quadro 16) abandonaram seus cursos definitivamente. Ainda, assim, o percentual de 11,9% de alunos graduados até 2012 é significativamente baixo.

O que foi previsto no projeto de criação do Campus IV não se concretizou. A evolução do número de alunos matriculados de 2006 a 2011 apresentada no quadro 17, totalizando 6.160 é significativamente inferior, mesmo quando comparado com o total de ingressantes no Campus IV até o ano de 2012, conforme consta nos gráficos 01 e 02.

Quadro 17 (4) – Evolução do número máximo de alunos matriculados no Campus IV

Cursos Ofertados	Número Máximo de Alunos Matriculados					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ciências Contábeis	80	240	440	640	760	800
Secretariado	40	120	220	280	300	300
Hotelaria	40	120	320	520	680	800
Sistema de Informação	-	80	180	280	380	380
Pedagogia	40	120	320	520	680	800
Lic. Geografia	40	120	440	560	600	640
Engenharia de Pesca	-	80	160	240	320	400
Gestão e Negócios	40	120	200	280	280	280
Ecologia	-	80	180	280	380	400
Design	-	80	160	240	320	320
Lic. Matemática	40	120	220	320	380	400
Lic. Computação	40	120	440	560	600	640
Total	360	1.400	3.280	4.720	5.680	6.160

Fonte: Adaptado do projeto de criação do Campus IV, 2013

Considerando que até 2012 entraram 80,4% do total previsto, inicialmente, pode-se considerar que este resultado foi devido a não implantação dos cursos previstos para 2006/2007 (quadro 11), não tendo sido ofertadas as vagas dos cursos não implantados, assim como o quantitativo dos alunos evadidos (quadro 16).

Contudo, por todos os dados obtidos, o Campus IV da UFPB, foi fruto de fatores conjunturais de uma política, que tinha como seu interesse maior a retomada de uma interiorização ancorada na diretriz de expansão do MEC, que oferecia apoio de seus organismos técnicos – financeiros de fomento as universidades federais que viessem a participar do seu programa de expansão de campus universitário, como também recebia dos poderes políticos locais, estaduais e federais, o apoio necessário junto ao poder executivo em Brasília.

Dimensão Pesquisa

De acordo com o projeto de criação do Campus IV, um dos objetivos gerais que constitui a razão de ser do funcionamento dos cursos de graduação é o de “integrar, de forma sistemática, as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPB à vida socioeconômica regional local”. Dessa maneira, os cursos ofertados pelo Campus IV devem ter por base acadêmico-científica o comprometimento com a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Entretanto, “se você olhar os projetos que a gente tem no campus, você verá que [o Campus IV] se destaca por ser um campus com mais projetos de extensão [...] embora tenha agora muita pesquisa desenvolvida no campus [...]” (GI 2-5).

Essas pesquisas realizadas na universidade são caracterizadas pelas exigências dos órgãos de fomento ligados à produção científica. Desta forma, cabe à universidade produzir pesquisas que sejam reconhecidas pelos organismos de fomento, que, em troca, oferecem bolsas de estudos de vários níveis para professores e estudantes, tanto de graduação como de pós-graduação.

Entretanto, para que o progresso da região aconteça (vetor progresso) onde a universidade está implantada, os pesquisadores devem ter consciência e um olhar direcionado para pesquisa com foco nas necessidades locais. Desta forma, a

universidade poderá construir um ambiente de evolução, através dos resultados das pesquisas, com vistas a novos projetos de investigação científica com a finalidade de oferecer respostas aos problemas identificados na região e, assim, sugerir soluções de melhorias, transformando as regiões deprimidas em região em desenvolvimento (FLECK, 2011, p. 292).

Os projetos de pesquisa existentes no Campus IV totalizam 47 (quadro 18). Destes, 16 são coordenados pelos professores da unidade Mamanguape, dos quais 5 estão voltados para estudos regionais e os demais 11 projetos estão direcionados a pesquisas não concernentes à região. Os projetos da unidade de Rio Tinto (quadro 19) totalizam 31 e, destes projetos, 16 estão voltados para a região do Vale do Mamanguape. Os demais 15 são para outras localidades. Com isto, fica evidenciado que a pesquisa está mais ligada ao interesse pessoal do pesquisador.

Comparando o quantitativo de 47 projetos existentes no Campus IV em relação aos 147 professores contratados até 2012 (quadro 10), resta demonstrado que apenas 31,9% dos professores praticam esta atividade. Desses 47 projetos, 19 são PIVIC e 28 são PIBIC, isso se justifica pelo fato do número de professores com titulação de mestres e especialistas (81) ser superior ao número de doutores (66) (quadro 10).

Quadro 18 (4) - Demonstrativo dos projetos de pesquisa do Campus IV– unidade Mamanguape

CURSO	PROJETO	PROGRAMA	INÍCIO	FIM
Ciências Contábeis	Um estudo sobre os fatores relacionados às escolhas da administração sobre o disclosure das companhias abertas integrantes da carteira teórica que compõem o IBOVESPA: evidências empíricas no mercado brasileiro de capitais	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Ciências Contábeis	Modelos mistos aplicados a ciências florestais 2012-2013	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Ciências Contábeis	Contabilidade ambiental e sustentabilidade: um estudo nas empresas do ramo de fertilizantes e defensivos agrícolas, listadas na BOVESPA.	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Ciências Contábeis	Historiando a educação profissional na Paraíba: um estudo sobre o ensino de contabilidade	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Hotelaria	Padre Ibiapina (1806-1883): memória, turismo religioso e dinâmicas sócio-econômicas no Santuário de Santa Fé (PB)	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Hotelaria	Avaliação de compostos voláteis da cachaça artesanal produzida no estado da Paraíba	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Hotelaria	Qualidade em restaurantes e bares: adequação das boas práticas de fabricação	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Hotelaria	Gêneros textuais empregados no setor hoteleiro no município de João Pessoa	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Pedagogia	Literatura infantil na escola: leitura rumo à cidadania	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Pedagogia	A história do ensino de literatura no Brasil oitocentista	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Pedagogia	Discursos sobre a leitura em contextos institucionais: a formação do sujeito leitor	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Pedagogia	Educação e economia solidária: caracterização e perspectivas no Vale do Mamanguape Paraibano	PIVIC	01/04/2012	31/07/2012
Pedagogia	A pintura potiguar na educação indígena da aldeia monte-mór	PIBIC	01/02/2013	31/01/2014
Pedagogia	O cotidiano escolar e o crack: um estudo na rede pública de educação de Rio Tinto-PB	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Secretariado Executivo Bilingüe	Estudos semântico-argumentativos de gêneros do discurso: gêneros acadêmicos e formulaicos (esagd)	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Secretariado Executivo Bilingüe	Escrituras oficiais em jornais paraibanos dos séculos XIX e XX: mudanças e permanências no fazer- argumentativo da língua portuguesa do Brasil	PIBIC	01/02/2013	31/01/2014

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no site: <<http://www.prgg.ufpb.br/portal/index.php/como-fazer/109-saber-quais-os-projetos-atuais-de-iniciacao-cientifica-da-u-fpb>> Acesso em: 10 de junho de 2013.

Quadro 19 (4) - Demonstrativo dos projetos de pesquisa do Campus – unidade Rio Tinto

CURSO	PROJETO	PROGRAMA	INÍCIO	FIM
Antropologia	Identidade, tradição de conhecimento e ecologia doméstica no nordeste indígena: os potiguaras como caso específico	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Antropologia	Município de Rio Tinto e t.i. potiguara: explorações iniciais de antropologia visual	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Antropologia	Poéticas e políticas da sexualidade: reflexões etnográficas sobre a arena do movimento LGBT na Paraíba	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Ciência da Computação	Desenvolvimento de sistema de gerenciamento de banco de dados de metabólitos secundários para estudos quimiotaxonômicos	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Ciência da Computação	Evitando falsos positivos em testes de sistemas multi-threaded com a abordagem “ <i>thread control for tests</i> ”	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Ciência da Computação	Teoria de matrizes aleatórias: caos quântico e universalidade em nanoestruturas	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Ciência da Computação	Educação e economia solidária: caracterização e perspectivas no Vale do Mamanguape Paraibano	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Ciência da Computação	Letramento digital e a atuação docente no Vale do Mamanguape	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Design	Análise da percepção do consumidor paraibano sobre princípios de usabilidade aplicados ao design de embalagens	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	Análise ambiental das microrregiões do Litoral Norte e Sul do Estado da Paraíba e da bacia hidrográfica do Rio Mamanguape	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	O papel da cobertura vegetal na amenização climática e nas condições de conforto térmico ambiental: estudo de caso na rebio\guaribas e UFPB\Campus IV	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	Monitoramento ambiental de unidades de conservação sob o suporte da ecologia de paisagem	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	Ecoturismo aplicado a unidades de conservação	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	Conselhos municipais de meio ambiente: contribuições para o planejamento e o monitoramento ambiental	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	Avaliação dos impactos ambientais dos resíduos de construção e demolição	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013

Ecologia	Isolamento e identificação de metabólitos secundários oriundos de plantas medicinais, tóxicas e de importância econômica da região nordeste.	PIVIC	01/03/2013	31/07/2013
Ecologia	Ensino sobre plantas medicinais na escola Luís Gonzaga Buriti do município de Rio Tinto-PB	PIVIC	01/02/2013	31/01/2014
Ecologia	Comportamento, ecologia e preservação da preguiça-comum (<i>bradypus variegatus</i>) em áreas urbanas no município de Rio Tinto, PB.	PIVIC	01/02/2013	31/01/2014
Ecologia	Fenologia da dispersão, tipologia dos frutos e dispersores das espécies de rubiaceae presentes na reserva biológica guaribas	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	História natural, distribuição espacial, estado de conservação e determinação de fatores que estruturam taxocenoses de serpentes na Paraíba	PIBIC	01/02/2012	31/01/2013
Ecologia	Análise ambiental das microrregiões do Litoral Norte e Sul do estado da Paraíba e da bacia hidrográfica do Rio Mamanguape	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	As florestas de mangue na área de proteção ambiental da barra do Rio Mamanguape estão sofrendo mortalidade massiva?	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	Biologia floral, ecologia da polinização e eficiência na produção de sementes de <i>vigna unguiculata</i> (L.) Walp em sistemas agrícolas	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	Guilda de beija-flores em fragmentos de mata atlântica no município de Rio Tinto, Paraíba, Brasil.	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	A fauna de mamíferos na área “sema iii” da reserva biológica guaribas.	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	Abordagem etnohepitológica a respeito de serpentes e lagartos no Litoral da Paraíba	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Ecologia	Avaliação ambiental em Rio Tinto - PB: estudo de caso da comunidade ribeirinha do Rio do Gelo	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Matemática	Caos quântico em nanoestruturas: correlações bosônicas e fermiônicas	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Matemática	Modelos de campos escalares aplicados à cosmologia – estudo do formalismo de primeira ordem em modelos de campos escalares modificados	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Matemática	O ensino de geometria na educação básica: concepções, tendências e ações formativas	PIBIC	01/08/2012	31/07/2013
Sistemas de Informação	Identificação e análise de relações nas redes sociais online para avaliação de risco de crédito e fraude	PIVIC	01/08/2012	31/07/2013

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no site: <<http://www.prpg.ufpb.br/portal/index.php/como-fazer/109-saber-quais-os-projetos-atuais-de-iniciacao-cientifica-da-ufpb>> Acesso em: 10 de junho de 2013

O baixo percentual de atividades de pesquisas realizadas pelos professores do Campus IV é reconhecido pelo gestor quando afirma que “ainda é incipiente [a pesquisa] [...] acredito [GI] que, à medida que for prosperando a pós-graduação *stricto sensu*, aquele campus se dedicará mais a pesquisa” (GI 1- 16).

Os cursos de ecologia e pedagogia são os possuidores do maior número de projetos de pesquisa, com 18 e 9 respectivamente. Destes, apenas 9 projetos são direcionados ao Vale do Mamanguape. O curso de *design* apresenta apenas 1 projeto, e este não se identifica com nenhuma realidade do Vale do Mamanguape.

Verifica-se, ainda, que do total dos 47 projetos, 74,5% não são direcionados à região do Vale do Mamanguape, o que vem reforçar que não há por parte dos professores a preocupação e o interesse em investigar os problemas da região, ou mesmo, por não ser um critério exigido pelos editais, no momento da submissão do projeto.

Todavia, mesmo considerando o pequeno número de projetos direcionados ao Vale do Mamanguape o entrevistado GE 13 relatou que “tem um grupo de pesquisa de ecologia que tá fazendo um trabalho muito bom na área da praia de Campina que é o projeto manguezais e tá atendendo as expectativas juntamente com a prefeitura [...]”. (GE 13-15).

Outro entrevistado ressalta a atividade de pesquisa quando afirma que “a gente tem agora dois projetos de iniciação à docência bastante interessante, que envolvem os professores dos municípios, envolvem os municípios de Rio Tinto e Mamanguape, envolvem alunos de matemática e computação” (GI 2-5) com vistas a inserção do pessoal na região, isto vem evidenciar que, com apenas 2 trabalhos relativos a estes dois cursos direcionados a região do Vale, a pesquisa se mostra incipiente e insuficiente no atendimento dos anseios da comunidade local.

Estes resultados podem sofrer a influência da maioria absoluta dos 147 professores existentes no Campus IV, terem suas residências em cidades não pertencentes ao Vale do Mamanguape (quadro 20), desconhecendo os problemas locais, em virtude de estarem presentes no campus, normalmente, nos seus horários de aulas e nas reuniões.

Quadro 20 (4) - Localidades onde residem os professores contratados do Campus IV

Cidades	João Pessoa/ PB	Recife /PE	Natal/ RN	Espírito Santo RN	Parnamirim /RN	Campina Grande/ PB	Santa Rita /PB	Cabedelo /PB	Total
Professores	121	02	03	01	01	07	01	11	147

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no NTI/UFPB, 2013

O fato dos professores, na sua totalidade, residirem em locais afastados do Campus IV acarreta aos professores e alunos a ausência de uma convivência acadêmica científica no cotidiano de seu funcionamento para o desenvolvimento da pesquisa.

Neste ponto, as universidades têm papel relevante quando da realização de pesquisas, o que vem reforçar seu compromisso social de catalizadora do desenvolvimento regional, procurando diminuir as desigualdades econômicas e sociais através da difusão do conhecimento. Contudo, a aproximação da sociedade com a universidade não é tão simples.

Dimensão Extensão

A extensão, terceira perna do tripé da indissociabilidade, tem como finalidade a inserção da universidade na comunidade na qual coloca os seus serviços. As atividades de extensão é o elo entre a universidade e a comunidade.

Estas atividades têm caráter temporal e são reconhecidas como projetos, tendo em vista suas finalidades quase sempre intervencionista, representados pelo princípio, meio e fim dentro de um prazo informado no edital, podendo estes projetos serem renovados, caso haja interesses das partes envolvidas.

O vetor progresso (pesquisa) tem vínculo com o vetor da mudança (extensão), pois os resultados de uma pesquisa podem gerar ações de um projeto de extensão e vice-versa (FLECK, 2011, 292). Contudo, o papel da extensão “pode influenciar, positiva e quantitativamente, mudanças nas regiões onde as universidades estão inseridas” (FLECK, 2011, p. 292).

Entretanto, cada projeto de extensão deve ser parte dos fins de cada departamento e focar as especificidades de cada curso existente. Então, a partir do contexto das atividades e ações emanadas dos projetos de extensão do Campus IV, pode-se afirmar que, embora estes projetos existam e coexistam em diferentes áreas, departamentos e centros das universidades são todos coordenados por sua pró-reitoria de extensão.

Os projetos são representados por seus líderes, que são os responsáveis pelos encaminhamentos legais junto aos órgãos internos e de fomento de apoio externo, assim fazendo seus reconhecimentos. Normalmente, estes líderes são os responsáveis pelas

ideias do projeto inicial, a partir de uma necessidade da sociedade, que o leva a buscar respostas.

Assim, através de atividades teóricas e práticas, os projetos de extensão do Campus IV com as mais variadas especificidades visam estimular o aluno a desenvolver o potencial criativo, a capacidade de investigação, a transformação e a aplicação prática dos conhecimentos para atuação no mercado regional e estadual, sempre em busca de uma melhor qualidade de vida para a população local.

Antes mesmo da implantação do Campus IV, a extensão já se fazia presente na região do Vale do Mamanguape, como expôs um dos entrevistados quando afirma que “em 1990 a extensão já era muito forte naquela região” [...] (GI 5-1) “e hoje é uma realidade ali em quase todas as áreas [...] (GI 1-7)”. Mesmo com a existência desta prática desde 1990, em nada contribuiu para colocar em evidência a extensão, uma vez que os dados revelam que o Campus IV possui 49 projetos de extensão, o que representa um aumento significativamente baixo de 4,2% em relação aos projetos de pesquisa (47). Este aumento de 4,2% pode ser justificado por ser o número de mestres e especialistas superior ao número de doutores, levando em consideração que a titulação de doutor não é uma exigência para submeter um projeto de extensão.

Nos quadros 21 e 22 estão listados os projetos do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) e do Programa de Extensão Universitária (PROEXT). Dos 49 projetos de extensão existentes no Campus IV, verifica-se que 100% deles estão direcionados as atividades desenvolvidas no Campus. Contudo, este resultado é fruto do critério existente no edital para se aprovar um projeto de extensão, ou seja, todo projeto de extensão deve estar direcionado à localidade em que a universidade está inserida. Estes dados vêm corroborar com o relato do GI 5 quando afirma que “um grande percentual dos programas de extensão [...] tem vocação centrada na demanda local”. Isso é importante porque você faz com que “o corpo acadêmico chegue a ter certo grau de identidade com as comunidades trabalhadas, ou os grupos, ou o próprio município numa confluência de ação, então a extensão faz isso muito bem [...]” (GI 5-17).

Estes projetos de extensão existentes no Campus IV revelam um compromisso da universidade e a inserção da comunidade interna em projetos voltados à comunidade local. Eles têm como propósito o atendimento às comunidades do entorno da universidade, assim como de todo Vale do Mamanguape, objetivando oportunizar as comunidades, através de suas atividades de extensão, ampliação de suas percepções sobre a realidade local.

Todavia, se considerarmos o número total de projetos de extensão do campus em relação à totalidade dos professores do Campus IV, assim como na pesquisa, a extensão representa um número relativamente baixo, com seus 33,3%. Este resultado é consequência do elevado número de professores que residem fora da região do Vale do Mamanguape (quadro 18).

Alguns destes projetos de extensão têm destaque pela importância que representam junto à comunidade, como é o caso do projeto “[...] em controle social da parte de contabilidade que também é feito na região” (GI 2-5), “você tem projetos também na área da contabilidade para ajudar a fazer a parte de finanças da região” (GI 2-17). “Você tem projetos com o pessoal de secretariado (escritório modelo), onde [...] o aluno antes de se formar [...] trabalha dando consultoria já para aprender como é na prática e isso é uma coisa gratuita para as empresas [...]” (GI 2-17).

No curso de ecologia, através da extensão, as atividades desenvolvidas pelos alunos e professores procuram preservar a água, a mata, os rios, a costa litorânea, os bichos ou eliminar os materiais degradantes dos recursos naturais, que prejudicam a infraestrutura local e regional do Vale do Mamanguape. Todo “esse elemento voltado para o desenvolvimento, faz com que a universidade esteja no centro – no cerne – da articulação institucional para promover desenvolvimento a partir do seu programa de extensão e também outras pesquisas que ora vão se instalando [...]” (GI 5-5).

Os professores e alunos dos cursos de ecologia e computação “eles estão atuando, mas além de atuar, os projetos de extensão daqui dão expansão para outros professores se qualificarem também, eles tão interferindo, modificando todo um conhecimento de profissionais que já têm, devido à presença da universidade aqui” (GI 3-14). Isto é importante porque faz com que “o corpo acadêmico chegue a ter um certo grau de identidade com as comunidades trabalhadas, ou os grupos, ou o próprio município numa confluência de ação”(GI 5-17).

Destaca-se também o projeto de extensão do cursinho pré-vestibular, coordenado pelo curso de pedagogia, que vem desempenhando suas atividades com interação direta com a comunidade da região do Vale do Mamanguape. Tal projeto tem se destacado pela importância que representa na região do Vale, por oportunizar aos alunos concorrerem às vagas de ingresso ao ensino superior. Verifica-se que nos dados apresentados no gráfico 01, que a cada ano, com exceção do ano de 2011, o número de ingressantes do Vale do Mamanguape vem aumentando gradativamente. Esse acontecimento deve-se ao fato de que “o quantitativo de alunos participantes do

cursinho em 2013 já ultrapassa o número de 2.500 alunos que frequentam o cursinho”, como relata GI 3-6.

Quadro 21 (4) Demonstrativo dos Projetos de Extensão - Campus IV – unidade Mamanguape

DEPARTAMENTO	TÍTULO DO PROJETO DE EXTENSÃO (PROBEX- PROEXT)	DURAÇÃO/PERÍODO
Ciências Sociais Aplicadas	A Utilização do Controle Financeiro e Patrimonial Familiar na cidade de Mamanguape	De: 02/06/2008 à 31/12/2012
	Meios de Hospedagem dos municípios turísticos do Litoral Norte – PB: Propostas de ações para capacitação de gestores e profissionais	De: 01/07/2008 à 28/12/2008
	Tipologia dos Estabelecimentos de alimentos e bebidas do Vale do Mamanguape	De: 01/05/2008 à 01/05/2009
	Aplicação de Modelo de Gestão Econômica e Controladoria Através de Informações Gerenciais em Empresas de Pequeno Porte e Entidades Sem Fins Lucrativos da Cidade de Mamanguape Paraíba	De: 01/06/2009 à 01/11/2010
	Gestão da Satisfação do Cliente	De: 06/04/2010 à 16/12/2011
	Educação Financeira nas Escolas do Vale do Mamanguape	De: 16/05/2011 à 16/12/2011
	Projeto de Desenvolvimento Institucional de Organizações do Terceiro Setor	De: 16/05/2011 à 16/12/2011
	CONTROLE SOCIAL: Participação da sociedade visando a qualidade dos gastos públicos	De: 16/05/2011 à 16/12/2011
	Projeto de apoio à profissionalização: caminhos para o desenvolvimento das comunidades do Vale do Mamanguape	De: 01/06/2011 à 30/12/2011
	Consultoria Secretarial	De: 27/09/2011 à 03/01/2013
	Finanças Pessoais: orçamento e controle	De: abril de 2012 à 2013
	Controle Social e Educação Cidadã: Capacitar a sociedade para exercer a cidadania	De: 03/05/2012 à 03/01/2013
	Ação Continuada de Treinamento e Aperfeiçoamento em Gestão de Serviços no Setor de Hotelaria no Vale do Mamanguape	De: 03/05/2012 à 31/12/2012
	Projeto de apoio à profissionalização: caminhos para o desenvolvimento das comunidades do Vale do Mamanguape.	De: 03/05/2012 à 30/12/2012
Educação	Curso de Extensão em Línguas	De: 01/06/2009 à 01/11/2010
	Curso de Extensão em Línguas 2011	De: 16/05/2011 à 16/12/2011
	Projeto de Extensão em Línguas 2011	De: 01/06/2011 à 30/12/2011
	Novas tecnologias educacionais nas escolas públicas do Vale do Mamanguape	De: 01/06/2008 à 01/11/2010
	Curso pré-universitário Litoral Norte	De: 06/02/2010 à 06/02/2011
	Leitura e redação científica: estratégias de letramento acadêmico	De: 01/04/2010 à 01/10/2010
	Acompanhamento do Processo de Inclusão Escolar de crianças com Deficiência na Escola de Educação Básica da UFPB.	De: 01/03/2010 à 30/10/2010
	Projeto Educação e Diversidade: a arte dialogando com a realidade do Vale do Mamanguape	De: 01/04/2010 à 30/10/2010
	Formação pela/na escola: comunicação midiaticizada e colaborativamente mediada	De: 16/05/2011 à 16/11/2011
	Educação Ambiental, Escola e Comunidade: Uma Proposta de Intervenção no sentido de promover o Desenvolvimento Local Sustentável no Município da Baía da Traição-PB	De: 16/05/2011 à 16/12/2011
	Novas tecnologias educacionais nas escolas públicas do Vale do Mamanguape	De: 16/05/2011 à 30/12/2011
	Letramento e Literatura infantil: o imaginário criativo e o trabalho pedagógico na Educação Infantil	De: 16/05/2011 à 16/12/2011
	Programa de extensão história e memória da educação no Vale do Mamanguape – PB	De: 16/05/2011 à 16/12/2011
	CEPEDUC - Centro de Pesquisas e Documentação em Histórias e Memórias da Educação no Vale do Mamanguape – PB	De: 20/05/2011 à 16/12/2011
	Expoentes da Educação e dos Movimentos Sociais do Vale do Mamanguape	De: 20/05/2011 à 28/12/2012
	Educação, Memória e Etnia – proposta de oficinas de formação pedagógica para divulgação das tradições culturais do povo Potiguara nas escolas indígenas de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto – PB	De: 01/06/2011 à 31/12/2011
	Expoentes da educação e dos movimentos sociais do Vale do Mamanguape	De: abril de 2012 à 2013
	Desenvolvimento socio-economico-sustentavel-solidário e vivencias do potencial produtivo das comunidades tradicionais para superação da extrema pobreza no Vale do Mamanguape paraibano	De: abril de 2012 à 2013

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no site <<http://sigproj1.mec.gov.br/>>, 2013.

Quadro 22 (4) - Demonstrativo dos Projetos de Extensão do Campus IV – unidade Rio Tinto

DEPARTAMENTO	TÍTULO DO PROJETO DE EXTENSÃO (PROBEX-PROEXT)	Duração/Período
Ciências Exatas	Capacitação Tecnológica de Professores da Rede Pública.	De: 15/04/2010 à 15/11/2010
	2a Olimpíada de Programação do Litoral Norte	De: 05/05/2010 à 15/05/2010
	Capacitação de Docentes e Discentes da Rede Pública de Ensino Fundamental e Médio do Litoral Norte	De: 01/01/2011 à 31/12/2011
	Gincanas de Raciocínio Lógico Usando Jogos Digitais	De: 03/05/2012 à 03/01/2013
	Uso e Impacto de Jogos Educacionais em Escolas de Ensino Fundamental.	De: 16/05/2011 à 16/12/2011
Design	Design em foco: estímulo na vida escolar de Rio Tinto-PB	De: 03/05/2012 à 03/01/2013
	Design da Inovação Social (DEIS): Experiências na região rural do Cariri Paraibano	De: abril de 2012 à 2013
Engenharia e Meio Ambiente	Ecodesign: Alternativas para a Sustentabilidade em Rio Tinto/Paraíba	De: 01/09/2009 à 20/11/2010
	Percepção ambiental da Reserva Biológica Guaribas pelos professores e alunos da escola Estadual Luís Gonzaga Buriti, Rio Tinto/PB.	De: 01/04/2010 à 01/10/2010
	Ecologia e Saúde na Escola	De: 01/04/2010 à 15/12/2011
	Capacitação de gestores municipais em geotecnologias	De: 01/01/2012 à 31/12/2012
	Ecodesign: Alternativas para a Sustentabilidade no Litoral Norte da Paraíba	De: 23/05/2011 à 23/05/2012
	Design em foco: estímulo na vida escolar de Rio Tinto-PB	De: 16/05/2011 à 30/12/2011
	Capacitação de agentes sociais para conservação do patrimônio natural no município de Gurjão - PB	De: 03/05/2012 à 31/12/2012
Ciências Sociais	CineDebate	De: 02/06/2011 à 15/12/2011
	Olhares sobre a diversidade: acervos e narrativas dos movimentos LGBT na Paraíba	De: 16/05/2011 à 16/12/2011
	Fazendo Extensão, promovendo Igualdade Racial: formação de Banco de Dados e de Rodas de Diálogos para a escrita da história e memória da população negra do Litoral Norte do Estado da Paraíba.	De: 03/05/2012 à 03/01/2013

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no site <<http://sigproj1.mec.gov.br/>>, 2013.

Os projetos existentes no Campus IV – coordenados por seus professores e com a participação direta de seus alunos – devem sempre promover ações junto à comunidade local, de sorte a compreender suas necessidades e empreender a resolução de problemas especiais colocados por pessoas selecionadas em condições especiais, assim como promover mudanças na realidade social, como afirma GI 1, quando relata que com os projetos de extensão os professores “agregam alunos de graduação que ajudam muito na formação deles [...] eles têm oportunidade de sair da sala de aula e praticar um pouco da aplicação do conhecimento, isso já existe lá de uma forma bastante razoável” (GI 1-17).

Porém, é necessário “melhorar essa prática de extensão, ela ainda está sendo implementada [...] ela precisa ser mais aberta um pouco, não sei se é por causa da quantidade de alunos ou se também tá dependendo de alguma decisão em nível de reitoria do Campus IV[...]” (D3-9).

Dentro das possibilidades, de maneira geral, a pesquisa e a extensão que representa 2/3 do tripé da indissociabilidade estão desenvolvendo através do esforço dos professores e alunos um trabalho de razoável relevância. Contudo, harmonizar os perfis do ensino, pesquisa e extensão, bem como cumprir as tarefas inerentes ao tripé que sustenta a universidade, não é uma ação fácil.

5 Conclusões

Este item propõe sistematizar os resultados dos achados da pesquisa e apresentar as conclusões desta tese, que teve por finalidade *analisar de que maneira a UFPB - Campus IV - vem exercendo seu papel com as atividades de ensino-pesquisa-extensão para contribuir no desenvolvimento da região do Vale do Mamanguape*, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, determinado no artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

Desta maneira, inicialmente, são sistematizados os resultados encontrados nos procedimentos e ações da construção do projeto político para a criação do Campus IV. A seguir, são sistematizados os resultados da implantação provisória e a construção física e, por fim, o processo de implementação e as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPB - Campus IV- e sua relação com o desenvolvimento da região do Vale do Mamanguape.

Assim, ao evidenciar os processos de criação e implantação do Campus IV no Vale do Mamanguape, dos resultados, **concluiu-se** que a construção política em nível da UFPB tinha o total apoio do Conselho Universitário – órgão de maior relevância e poder dentro da administração superior da instituição –, embora a elaboração do projeto de criação do Campus IV estivesse bastante calcado nos princípios básicos das carências e dos índices de pobreza da localidade para sua criação e implantação. Estes índices que jamais serviram para as devidas análises, quanto as suas reais necessidades de criação. Entretanto, sob o aspecto político serviram de cerne para determinar a necessidade de sua construção física imediata.

Ainda sobre a aprovação do projeto de criação do campus, no contexto político junto aos órgãos do MEC, **concluiu-se** que a unanimidade partidária da bancada paraibana no Congresso Nacional apoiou esta ação, talvez, por um possível vislumbamento de criação de *campi* em seus rincões de domínio político, *a posteriori*, com base no objetivo específico constante no projeto de criação do campus, no qual a UFPB passaria a integrar a diretriz da política de extensão do ensino superior público

federal promovida pelo MEC, cuja ênfase era a interiorização das atividades acadêmico-científicas das IFES.

Enfim, **concluindo** a temática da construção política do Campus IV, pode-se afirmar a existência dos conflitos de interesses, fossem eles convergentes ou divergentes sempre presentes até os dias atuais. Como também fica reconhecida nesta pesquisa que Sampaio (1991) tinha razão ao afirmar a presença de conluíus, barganhas, confrontos, negociações e compromissos, com presenças certas quando da implantação de uma universidade, envolvendo as partes interessadas.

Quanto à implantação provisória e a construção física do Campus IV, **concluiu-se** que as obras inconclusas nas duas unidades do Campus IV não têm previsão para serem finalizadas, enfatizando as palavras de um GI quando afirma que “o importante é começar a obra, pois aí começa a pressão pelo dinheiro para tocá-la”. Portanto, fica presente o grau de irresponsabilidade com a coisa pública, não importando ser educação, saúde ou segurança.

Ao evidenciar o processo de implementação do Campus IV no Vale do Mamanguape, dos resultados revelados **concluiu-se** que o compromisso assumido através de um cronograma contido no projeto não foi cumprido pela administração da UFPB.

Concluiu-se ainda que houve por parte dos gestores da universidade uma preocupação em criar mecanismos que viabilizassem uma maior inserção dos alunos da região no ensino superior e que não houve nenhum estudo das viabilidades e das necessidades locais destes cursos, ocorrendo desperdícios financeiros e a existência de mais um “elefante branco”.

Por fim, ao analisar as atividades de ensino-pesquisa-extensão da UFPB - Campus IV- e sua relação com o desenvolvimento da região do Vale do Mamanguape, **concluiu-se** que não houve – por parte dos gestores e professores – mecanismos de incentivo junto aos alunos com vistas a diminuir o elevado percentual de evasão, assim como instigá-los a concluírem seus cursos, vislumbrando obter conhecimento e sua formação profissional, possibilitando a inserção no mercado de trabalho.

Dos resultados dos projetos de extensão, assim como os de pesquisa existentes no Campus IV, podem ser considerados satisfatórios em razão das dificuldades encontradas desde sua implantação até os dias atuais.

Diante do exposto, buscando responder a questão de pesquisa, **concluiu-se** que o Campus IV– tendo em vista todos os percalços e intervenções externas que ainda hoje enfrenta – não apresenta as condições desejáveis para contribuir no desenvolvimento do Vale do Mamanguape a partir do exercício de seu papel na construção do conhecimento.

Desta forma, a indissociabilidade confronta no próprio fluxograma universitário a presença da fragmentação, que cria, na forma de organismos independentes de pró-reitorias, diretorias e coordenações específicas de ensino, pesquisa e extensão, os obstáculos para o cumprimento do seu compromisso existente no artigo 207 da Constituição Federal de 1988.

Contudo, cabe aqui nesta conclusão uma reflexão sobre a indissociabilidade e a rigidez de observação aos termos utilizados na sentença do artigo 207 da Constituição, referente à obediência, atribuições e contexto constitucional, levando a concluir que ainda existe pela frente um longo caminho para que a indissociabilidade possa conter a tão desejada obediência, a fim de que venha acontecer a integração e interação de seu tripé – ensino-pesquisa-extensão.

5.1 Sugestões para Futuras Pesquisas

Os achados desta pesquisa poderão instigar outros pesquisadores na produção de novos estudos desta temática quando:

- Realizarem uma pesquisa sobre o papel de campus avançados na percepção dos alunos egressos e membros da comunidade local, na qual o referido campus esteja inserido.
- Replicarem esta pesquisa comparando dois ou mais campus universitários avançados de diferentes regiões geo políticas do País.

Referências

ABE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. *O Problema Universitário Brasileiro*. Rio de Janeiro: A Encadernadora S.A., 1929.

AMARAL FILHO, R.G.; MACHADO-DA-SILVA, C.L. *Estratégia e Teoria Institucional: uma Proposta Discursiva de Integração*. 30º Encontro da Anpad - Enanpad 2006. Salvador. 23 a 27 de set de 2006.

ANDRADE, A.C, *et al.* *A universidade e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: UFC, 1980, 291 p.

BACELAR, T. . O desenvolvimento recente e a universidade no Brasil. *In: Pra Que Serve a Universidade Pública ?* Cap 3. MATOS, A. G. de (Org.) Editora: Universitária UFPE, no prelo, 2013.

BALDRIDGE, J.V.. *Power and Conflict in the University*. New York: John Wiley & Sons, 1971.

BALDRIDGE, J. V.; CURTIS, D. V., ECKER, G.; & RILEY, G. L.. *Policy Making and Effective Leadership*. San Francisco & London: Jossey-Bass Publishers, 1978.

BANCO MUNDIAL. *Estratégia para o Setor Educacional*. Washington D.C. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, 1999.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977. 226p.

BARBOSA, Francisco Vidal. Competitividade: conceitos gerais. *In: RODRIGUES, Suzana Braga et alii. Competitividade, alianças estratégicas e gerência internacional*. São Paulo, Atlas, 1999. Cap. 1, p.21-40;

BARLEY, S. R. & TOLBERT, P. S.. *Institutionalization and Structuration: studying the links between action and institution*. *Organization Studies*,v. 18, n. 1, p. 93-117, 1997.

BELLONI, Isaura. A Função social da avaliação institucional. *In: Universidade Desconstruída: Avaliação Institucional e Resistência*. Organizadores: DIAS SOBRINHO, José e RISTOFF, Dilvo L., Florianópolis: Insular, 2000.

BITTENCOURT, R. J. *Autonomia Universitária*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 7, n. 21, p. 561-563, mar./abr. de 1946.

BOSI, A. et al. *A presença da universidade pública*. 1998. Disponível em: <http://www.fisica.uel.br/SBPC_LD/unipub.html>. Acesso em: 6 de maio de 2013.

BRASIL. MESP. *Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública*.

Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935

BRASIL. *Lei nº 10.973 de 2 de Dezembro de 2004*. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2004/lei-10973-2-dezembro-2004-534975-norma-pl.html> > Acesso em: 13 de junho de 2013.

_____. Ministério da Educação. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 26 de maio de 2013.

_____. *Constituição Federal Brasileira de 1988*. Disponível no site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

BRASIL. MESP. *Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

BRONZO, M.; GARCIA, F. C. As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações. In: CUNHA, M. P.; RODRIGUES, S. B.(Org.) *Estudos organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas*. Uma coletânea Luso Brasileira. São Paulo: Iglu, 2000, p. 65-89.

BUNDT, C. F. da C. *Universidade: mudanças e estratégias de ação*. 2000. 114f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Sócio-Econômico - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CAMPOS, F. Exposição de Motivos, apresentada ao Chefe do Governo Provisório, encaminhando o projeto de Reforma do Ensino Superior. In: Ministério da Educação e Saúde Pública. *Organização Universitária Brasileira*. Decretos nºs. 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

CASTRO, A. M.D.A.. *Da ótica da solidariedade à lógica do mercado: as estratégias de internacionalização do ensino superior*. Recuperado em 22 setembro, 2011 de <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoes>>.

CHAUI, M. *A universidade pública sob nova perspectiva*. Revista Brasileira de Educação. No.24 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2003. Disponível no site: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002> Acesso em: 22 de jun de 2013.

COLIGNON, Richard A. *Power plays: critical events in the institutionalization of the Tennessee Valley Authority*. Albany: State University of New York press, 1997.

CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã. O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CUNHA, L.A.. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: *Lopes, E.M.T. et al. 500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DEMO, Pedro. Qualidade e modernidade da educação superior: discutindo questões de qualidade, eficiência e pertinência. *Educação Brasileira*. Brasília, CRUB, v. 13, n27, 1991.

DIAS, M. A. R.. *Pertinência Social – educação deve estar a serviço da comunidade*. 2001. Disponível em: < http://mardias.net/site2010/?page_id=994 > Acesso em: 07 de junho de 2013.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociology Review*, 42, 2, 1983, p. 147 - 160.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. (Orgs.) *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. *Academy of Management Review*. v.14, n.4, p.532-550, Oct 1989.

ETZIONI, A.. *Análise comparativa de organizações complexas*. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1974.

ETZKOWITZ, H. *Hélice-tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em ação*. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009

FACHIN, R. C.; MEDONÇA, J. R. C. O Conceito de profissionalização e da Teoria Institucional. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (org). *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 19-41, 2003.

FÁVERO, M.L.A.. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>> Acesso em: 12 de jul de 2013.

_____. *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Ed. Vozes Ltda., Petrópolis, 1997, 102 p.

FLECK, Carolina F. *A tríade ensino-pesquisa e extensão e o vetores para desenvolvimento regional*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR • v. 7, n. 3, p. 270-298, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: < www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/518/265 > Acesso em: 10 de abril 2012.

FONSECA, V. A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimentos contemporâneos. In: VIEIRA, M.; CARVALHO, C. (Org.). *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 47-66, 2003.

FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAG, Michel. *Le naufrage de l'université et autres essais d'épistémologie politique*. Paris: La Découverte, 1995.

- FRIEDHILDE, M.K.M. e LIBERATO, E.M. *O impacto da universidade do Vale do Parnaíba na comunidade local*. 2008. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/docs/Arquivos/arquivosCEGLU/00001485_01_O.pdf>. Acesso em: 24 de maio 2013.
- FROTA JR., J.P. *O papel das universidades no desenvolvimento regional*. 2004. Disponível em: <<http://www.fiec.org.br/artigos/>> Acesso em: 30 de maio de 2013.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
- GARAY, Lucía. *A questão institucional da educação e as escolas: conceitos e reflexões*. In BUTELMAN, Ida. *Pensando as instituições. Teorias e práticas em educação*. Porto Alegre: ARTMED, 1998.
- GASKELL, G.; BAUER, M. W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 13-41.
- GHEPART, Robert P. From the editors: Qualitative research and the academy of management journal. *Academy of management journal*. VI. 47, n. 4, 454- 462, 2004.
- Godoy, A. S. (2006). Estudo de caso qualitativo. In C. K. Godoi, R. Bandeira-de-Mello, & A. B. Silva (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. (pp. 115- 146). São Paulo: Saraiva.
- GOEBEL, M. A. e MIURA. M. N. *A Universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo/Pr*. Expectativa, Toledo, v.3, p.35-47, 2004.
- GOMES, J. C.; CARVALHO, B.de M.; RODRIGUES, C. A. F.; QUIMELLI, G. A. de Sá; GOES, G. T.; MIRANDA, J. I. de R.; GOMES, O. M. M.. *O papel das Universidades Públicas Estaduais e Municipais no Desenvolvimento da Educação Superior no Brasil, 2010*. Disponível no site: <http://aforges.org/conferencia2/docs_documentos/Paineis_Principais/Gomes_Joao%20%28UEPG-BR%29.pdf> Acesso em: 12 de maio de 2013.
- GOULDNER, A. W. . *Patterns of industrial bureaucracy*. Glencoe, Illinois: Free Press.1954.

HALL, Richard H. *Organizações, estrutura e processos*. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil Ltda, 1984.

HARTLEY, J. Case study research. In: CASSEL, C.; SYMON. *Essential Guide to Qualitative Methods in Organizational Research*. London: Sage, 2004.

HARDY, C.; FACHIN, R.. *Gestão estratégica na universidade brasileira: teoria e casos*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

KAPLAN, Abraham; LASSWELL, Harold. *Poder e sociedade*. Brasília: Editora UnB, 1998. Segunda parte, cap V (Poder), pp. 109-140.

KATZ, D., & KAHN, R. L. *Psicologia social das organizações*. São Paulo: Atlas, 1970.

LIBÂNIO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola*. Teoria e Prática. 5ª ed. Editora Alternativa: Goiânia, 2004.

LIMA, L. C. *A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar*. Braga: Instituto de Educação/Universidade do Minho, 1992.

MACHADO-DA-SILVA, Clóvis, FONSECA, Valéria Silva da. Competitividade organizacional: conciliando padrões concorrenciais e padrões institucionais. In VIEIRA, Marcelo Milano Falcão, OLIVEIRA, Lúcia Maria Barbosa de. *Administração Contemporânea: perspectivas estratégicas*. São Paulo, Atlas, 1999.

_____. Competitividade Organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, n. , p.33-49, 2010. Edição Especial. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_1111.pdf> Acesso em: 10 de abril 2013.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E .G. *Naturalistic inquiry*. Sage Publications, Inc., 1985.

MACHADO-DA-SILVA, C. L., GUARIDO FILHO, E. R., NASCIMENTO, M. R.; OLIVEIRA, P. T. Institucionalização da mudança na sociedade brasileira: o papel do formalismo. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (Org.). *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 179-202

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. & CRUBELLATE, J. M. Estrutura, Agência e Interpretação: Elementos para uma Abordagem Recursiva do Processo de Institucionalização. *RAC–Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, 1. Edição Especial, p. 09-39, 2005.

MATTOS, P. L. C. L. *Análise de entrevistas não-estruturadas: da formalização à pragmática da linguagem*. In: GODOI, C. K., BANDEIRA-DE-MELO R.; SILVA, A. B. (Org) *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégia e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006.

MATTOS, P.L.C.L. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para a sua análise. *Revista de Administração Pública* - Rio de Janeiro 39 (4): 823-47, Jul./Ago. 2005.

MERRIAM, S. *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MERTON, R. K.. *Social theory and social structure*; toward the codification of theory and research. Glencoe: Free Press, 1949.

MERTON, R.K..The unanticipated consequences of purposive social action American sociological. Review 1, p. 894-904, 1936.

MEYER, J. W., & ROWAN, B.. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Sociological Review*, 83(2), 340-363, 1977.

MICHELOTTO, M. R. UFPR:Uma universidade para a classe média. In: MOROSINI, M. C.(Org) *A Universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília-DF: Inep, 2006, p. 73-84.MILES, M. B.. *Innovation in education*. Teachers College Press, Nova Iorque, 1964, p. 425-436.

MINTZBERG, H.. *Structure et Dynamique des Organisations*. Paris: Les Éditions d'Organisation, 1982.

_____. *Structure in Fives: Designing Effective Organizations*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1983.

_____. *Estrutura e Dinâmica das Organizações*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

_____. *Criando organizações eficazes* . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOACYR, P. A Instrução e o Império. Subsídios para a história da educação no Brasil: 1854-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, v. 2.

MOROSINI, Marília. *A universidade no Brasil: concepções e modelos*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

MORGAN, G. Paradigmas metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel P. *Teoria das organizações*. RAE Clássicos. São Paulo: Atlas, 2007. p.12-33.

MUNIZ, A. J. de O. & FARIA, H. A. *Teoria Geral da Administração*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, G. B. de Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Rev. FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, 2002.

PAGÈS, M.; BONETTI, M.; GAULEJAC, V., & Descendre, D.. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1993.

PAIVA JÚNIOR, F.G. de; LEÃO, A. L M. de S.; MELLO, S. C. B de. *Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração*. Revista de Ciências da Administração. v.13, n.31, p. 190-209, set/dez 2011.

PANIZZI, Wrana. M. *Deve-se instituir uma contribuição social para o ensino superior ? Não, a Educação é bem público*. Jornal Folha de São Paulo de 23 de dez. 2003, Disponível em:
[http:// www.andes.org.br/Clipping/Andes/contatoview.asp?key=2302](http://www.andes.org.br/Clipping/Andes/contatoview.asp?key=2302) > Acesso em 02 de out. 2013.

PARSONS, T.. *The Structure of Social Action*. New York: Macmillan, 1937.

PAZETO, Antônio E.. ESCOLA E UNIVERSIDADE COMO INSTITUIÇÃO: O DESAFIO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INSTITUCIONAL. Disponível no site:
 <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/39.pdf> Acesso em 13 de setembro de 2013.

PEREIRA, F. A. de M.. A evolução da teoria institucional nos estudos organizaionais: um campo de pesquisa ser explorado. *Revista Organizações em Contexto*, São Bernardo do Campo, ISSN 1982-8756 • Ano 8, n. 16, jul.-dez. p.275-295, 2012

PERROUX, François ET Al. *Sociologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PERROW, C.. *Análise Organizacional: Um Enfoque Sociológico*. São Paulo: Atlas, 1972.

_____. *Complex organizations: a critical essay*. New York: McGraw Hill, 1986.

_____. La escuela institucional. In: _____. *Sociología de las organizaciones*. 3. ed. Madrid: McGraw-Hill, 1990. Cap. 5, p. 190-215.

PIRES, E. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. *INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 8, N. 2, p. 155-163, Set. 2007.

PIRES, E; MÜLLER, G.; VERDI, A. Instituições, territoriais e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. *Geografia – Associação de Geografia Teórica*, Rio Claro-SP, v. 31, n. 3, p. 437-454, set./dez.2006.

POSTER, C. . *School Decision Making*. Heinemann Educational Hooks, 1976.

REBELO, L. M. B. *A Dinâmica do Processo de Formação de Estratégias de Gestão em Universidades: A Perspectiva da Teoria da Complexidade*. 2004. 278 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2004.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Eds.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998. v. 1. p. 61-98.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA, criado pelo Decreto nº 62.937/6. Rio de Janeiro: MEC/MPCG/MF, agosto, 1968.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira*. 16. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ROLIM, C.; SERRA, M.. *Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de Longo-prazo*. 2009. Disponível em: <<http://www.revistaaber.com.br/index.php/aber/article/view/26/30>> Acesso em: 30 de maio 2013.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROSA, Rui Namorado. *Ensino superior: a reforma ditada pela União Européia*. 2003. Disponível em: <http://resistir.info/rui/educacao_amecada_5html>. Acesso em: 03 de outubro de 2011.

SAMPAIO, H.. *Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990*. São Paulo: Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior, 1991. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>> Acesso em: 20 de junho de 2013.

SAVIANI, D.. *A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades*. Poíesis Pedagógica - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.4-17.

SCHWARTZMAN, S. *Formação da Comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional/Rio de Janeiro: FINEP, 1979.

SCOTT, W. R.. The Adolescence of Institutional Theory. *Administrative Science Quarterly*, v. 32, p. 493-511, 1987.

_____. *Institutions and organizations*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

_____. *Institutions and organizations*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2nd ed, 2001.

SELZNICK, P.. *TVA and Grass Roots: A Study in the Sociology of Formal Organization*. New York: Harper Torchbooks, 1949.

_____. *A liderança na administração: uma interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

_____. *Institutionalism "old" and "new"*. *Administrative Science Quarterly*, v.41, n. 2, p. 270-277, 1996.

SGUISSARDI, Valdemar. *A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva*. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. – São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (Org). *Avaliação de Políticas e programas sociais teoria e prática*. Ed. Veras, São Paulo, 2001.

SILVA, F.M. da; MELO, P.A. de. *Universidade e compromisso social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina*. In: Colóquio Internacional sobre Gestión Universitária em América del Sur, 10, Mar del Plata , 8-10 de diciembre de 2010. 16p.

SILVERMAN, D. *Doing qualitative reseach: A practical handbook*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000.

SIMON, H. *Administrative Behavior*. New York, Free Press, 1947.

SOUZA JUNIOR, L.de. *A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização do ensino superior*. 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0310.pdf> > Acesso em: 09 de fevereiro de 2012

STAKE, R. E. Case study methods in educational research: seeking sweet water. In: JAEGER, R. M. (Ed.). *Complementary methods for research in education*. Washington, DC: American Educational Research Association, 1988, p. 253-265.

STAKE, R. E.; EASLEY, J. A.. *The art of case study research*. London: Sage Publications, 1995.

STAKE, R. E.. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011.

TATTO, L. *Institucionalização, estrutura e comportamento das universidades públicas estaduais paranaenses*. Florianópolis, 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

TRAGTENBERG, M.. *Uma Vida para as Ciências Humanas*. (Orgs) Doris Accioly e Silva, Sonia Alem Marrach. São Paulo: editora UNESP, 2001.

TYLER, W. B.. The Organizational Structure of the School. In A. Westoby (Ed.). *Culture and Power in Educational Organizations*. Philadelphia: Open University Press, pp. 15-42, 1988.

UNESCO. *Declaración Mundial sobre la Educación Superior en el Siglo XXI: Visión y Acción*. Paris: World Conference on Higher Education, 1998.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

VASCONCELOS, F.C. ; MACHADO-DA-SILVA, C. L. 2005. Fórum ERA. *RAE* - eletrônica, v. 4, n. 1, Art. 4, jan./jul. 2005

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a07.pdf>> Acesso em junho de 2013.

VEIGA, J. E. Articulações intermunicipais para o desenvolvimento rural. In: *Seminário Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural*, 2005, Brasília.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão.; MISOCZKY, Maria Ceci. Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferência conceituais. In: _____; CARVALHO, Cristina Amélia (Org.). *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. *Revista FAE*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2002.

VILLANOVA, José (Org.). *Universidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviços dos Países S.A., 1948.

WANDERLEY, LUIS E. W.. *O que é universidade*. São Paulo: Brasiliense, 2003. – (Coleção Primeiros Passos; 91).

WEBER, M. . *The protestant ethic and the spirit of capitalism*. New York: Scribner, 1958.

WEBER, M.. *Economia e Sociedade*. 3. ed. Brasília : UNB, 1972.

WEBER, M.. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WILTGEN, R. S. *Notas sobre polarização e desigualdades regionais*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.12, n.2, p.532-539, 1991.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. *Estudos da Psicologia*, n. 7, p. 79-88, 2002.

ZUCKER, L. G.. Th role of institutionalization in cultural persistence. *Amercian Sociological Review*, v. 42, P. 726-743, 1977.

Apêndices

Apêndice A

Roteiro das Entrevistas para os Gestores Municipais

Prezado (a),

Gostaria de contar com sua colaboração na realização de uma pesquisa acadêmica respondendo essa entrevista que tem como objetivo analisar *de que maneira a UFPB - Campus IV - vem exercendo seu papel a partir da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão para a superação do subdesenvolvimento do Litoral Norte da Paraíba*

Marcleide Maria Macêdo Pederneiras

Pesquisadora do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE.

Objetivo Específico 1 - Evidenciar os processos de criação e implantação da UFPB - Campus IV- na região do Litoral Norte da Paraíba;

1. Gostaria que o senhor relatasse como se deu o processo de criação e implantação da UFPB - Campus IV - nesse município.
2. De maneira geral, como o senhor relata sua vivência no processo de implantação da UFPB - Campus IV?
3. Que ações foram desenvolvidas pelas instituições envolvidas na implantação da UFPB - Campus IV?
4. A partir das ações desenvolvidas que metas foram implantadas relacionadas com o Campus IV?
5. Existe alguma estratégia de acompanhamento específico dessas ações implantadas? Se sim, como se deu/dá esse processo?
6. De que forma as reais demandas sociais da região estão sendo atendidas com a implantação da UFPB - Campus IV?
7. Como se deu a alocação de bens e de recursos públicos a partir da implantação da UFPB - Campus IV?
8. De que forma podem ser observadas as oportunidades proporcionadas à sociedade desses municípios, a partir das ações implementadas pela UFPB - Campus IV?
9. De que maneira sua instituição estabeleceu estratégias e critérios de convergência entre as secretarias, durante o processo de execução das ações institucionais em função da instalação da UFPB - Campus IV em prol do desenvolvimento regional?

Objetivo Específico 2 - Identificar o processo de implementação da UFPB - Campus IV- na região do Litoral Norte da Paraíba;

10. Em sua opinião, com a implantação da UFPB, os jovens dessa comunidade estão tendo mais acessibilidade ao ensino superior? Como o senhor pode descrever tal fato?
11. Que iniciativas são realizadas pelo organismo municipal para diminuir as distâncias entre os grupamentos sociais de seu município, em relação ao acesso ao ensino superior, com a instalação da UFPB - Campus IV?
12. De que maneira os cursos implementados estão contribuindo concretamente para a fixação da mão de obra qualificada dentro do perímetro geopolítico das municipalidades favorecidas com a implementação da UFPB - Campus IV?

Objetivo Específico 3 - Analisar as atividades desenvolvidas na UFPB - Campus IV- a partir da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

13. De que forma a interação e a integração das políticas de inclusão pelo ensino superior podem ser observadas explicitamente pela conjunção da produtividade e da eficiência no contexto das matrículas semestrais?
14. É possível afirmar que existe uma vinculação de esforços entre os organismos municipais e a UFPB - Campus IV, em relação às ações estratégicas desenvolvidas por ambos, no sentido de oportunizar maior aprofundamento científico e tecnológico aos discentes, objetivando qualificar um contingente de recursos humanos fixados na região do Litoral Norte, com o fim de descentralizar e produzir conhecimentos próprios? Como o senhor pode constatar tal fato?
15. As vocações regionais dos estudantes estão sendo atendidas através dos grupos de pesquisa ou das abordagens extensionistas desenvolvidas na UFPB - Campus IV em conjunto com os municípios? Como o senhor reconhece a existência desses projetos?
16. Observada sua posição sócio-política no ambiente investigado, de que maneira o senhor poderia analisar o processo de desenvolvimento em seu município desde a implementação da UFPB - Campus IV - até os dias atuais?
17. De que maneira a sociedade local absorveu, em sua compreensão, as evidentes turbulências que propiciaram um estado de mudança na qualidade de vida local dos diversos grupamentos sociais?
18. Como o senhor observa e qualifica o aumento das potencialidades regionais para diminuição das distâncias entre as desigualdades sociais?

Apêndice B

Roteiro das Entrevistas para os Gestores da UFPB

Prezado (a),

Gostaria de contar com sua colaboração na realização de uma pesquisa acadêmica respondendo essa entrevista que tem como objetivo analisar *de que maneira a UFPB - Campus IV - vem exercendo seu papel a partir da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão para a superação do subdesenvolvimento do Litoral Norte da Paraíba*

Marcleide Maria Macêdo Pedemeiras

Pesquisadora do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE.

Objetivo Específico 1 - Evidenciar os processos de criação e implantação da UFPB - Campus IV- na região do Litoral Norte da Paraíba;

1. Poderia o senhor explicar o porquê da decisão geopolítica de localizar em Mamanguape e em Rio Tinto a UFPB - Campus IV?
2. Qual (is) o(s) Programa (s) Federal (is) que contribuiu para a criação da UFPB - Campus IV?
3. Gostaria que o senhor relatasse como se deu o processo de criação da UFPB - Campus IV?
4. De maneira geral, como o senhor relata sua vivência no processo de implantação da UFPB - Campus IV?
5. Quais as ações desenvolvidas pela UFPB, em conjunto com os municípios, para a implantação do Campus IV?
6. Que ações e metas foram concretamente criadas pela UFPB, depois da implantação, relacionadas com os municípios?
7. Existe alguma estratégia de acompanhamento, por parte da UFPB, dessas ações implantadas? Se sim, como se dá esse processo?
8. De que forma as reais demandas sociais dos municípios favorecidos com a implantação da UFPB - Campus IV estão sendo atendidas?
9. Como se deu à alocação de bens e recursos públicos do governo federal direcionados à implantação da UFPB - Campus IV?
10. De que forma as oportunidades proporcionadas à sociedade dos municípios do Vale do Mamanguape, podem ser observadas, com a implantação da UFPB - Campus IV?

Objetivo Específico 2 - Identificar o processo de implementação da UFPB - Campus IV- na região do Litoral Norte da Paraíba;

11. Em sua opinião, com a implantação da UFPB – Campus IV, os jovens dessa comunidade estão tendo mais acessibilidade ao ensino superior? Como o senhor descreve tal fato?
12. Que iniciativas são realizadas pelo organismo municipal para diminuir as distâncias entre os grupamentos sociais de seu município, em relação ao acesso ao ensino superior, com a instalação da UFPB - Campus IV?
13. De que maneira os cursos implementados estão contribuindo concretamente para a fixação da mão de obra qualificada dentro do perímetro geopolítico das municipalidades favorecidas com a implementação do Campus IV?

Objetivo Específico 3 - Analisar as atividades desenvolvidas na UFPB - Campus IV- a partir da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

14. De que forma a interação e integração das políticas de inclusão pelo ensino superior podem ser observadas pela conjunção da produtividade e da eficiência no contexto das matrículas semestrais?
15. Observada sua posição sócio-política no ambiente investigado, de que maneira o senhor poderia analisar o processo de desenvolvimento em seu município desde a implementação da UFPB - Campus IV - até os dias atuais?
16. É possível afirmar que existe uma vinculação de esforços entre os organismos municipais e a UFPB - Campus IV, em relação às ações estratégicas desenvolvidas por ambos, no sentido de oportunizar maior aprofundamento científico e tecnológico aos discentes, objetivando qualificar um contingente de recursos humanos fixados na região do Litoral Norte, com o fim de descentralizar e produzir conhecimentos próprios? Como o senhor pode constatar tal fato?
17. As vocações regionais dos estudantes estão sendo atendidas através dos grupos de pesquisa ou das abordagens extensionistas desenvolvidas na UFPB - Campus IV em conjunto com os municípios? Como o senhor reconhece a existência desses projetos?

Apêndice C

Roteiro das Entrevistas para os Dirigentes das Associações e Sindicatos

Prezado (a),

Gostaria de contar com sua colaboração na realização de uma pesquisa acadêmica respondendo essa entrevista que tem como objetivo analisar *de que maneira a UFPB - Campus IV - vem exercendo seu papel a partir da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão para a superação do subdesenvolvimento do Litoral Norte da Paraíba*

Marleide Maria Macêdo Pedemeiras

Pesquisadora do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE.

Objetivo Específico 1 - Evidenciar os processos de criação e implantação da UFPB - Campus IV- na região do Litoral Norte da Paraíba;

1. Qual o conhecimento sobre o processo de criação e implantação da UFPB - Campus IV?
2. Qual a participação das organizações sindicais/associações nas ações estabelecidas na implantação da UFPB - Campus IV?
3. O senhor acha que, com a implantação da UFPB - Campus IV -, está havendo o atendimento das necessidades sociais da região?
4. De que forma as reais demandas sociais da região estão sendo atendidas com a implantação da UFPB – Campus IV?

Objetivo Específico 2 - Identificar o processo de implementação da UFPB - Campus IV- na região do Litoral Norte da Paraíba;

5. Como dirigente o senhor tem conhecimento de alguma relação entre os organismos municipais e as ações implementadas pela UFPB – Campus IV em prol de benefícios coletivos das comunidades envolvidas?
6. O senhor acha que com a implementação da UFPB - Campus IV - os jovens dessa comunidade estão tendo mais acessibilidade ao ensino superior da UFPB e atendendo as vocações profissionais? Como o senhor pode constatar tal fato?
7. De que maneira os cursos implementados estão contribuindo para a fixação da mão de obra qualificada nos municípios favorecidos com a implementação da UFPB - Campus IV?

Objetivo Específico 3 - Analisar as atividades desenvolvidas na UFPB - Campus IV- a partir da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão.

8. O senhor sabe se há alguma ação conjunta entre os organismos municipais e a UFPB em relação à inclusão ao ensino superior? O senhor poderia relatar algo que sobre esse assunto?
9. As vocações regionais dos estudantes estão sendo atendidas através dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela UFPB - Campus IV? Qual o seu conhecimento sobre esses projetos?
10. Como o senhor observa o desenvolvimento dos municípios, desde a implementação da UFPB - Campus IV até os dias atuais?
11. O senhor percebe se houve uma melhoria na qualidade de vida da comunidade local com a implementação da UFPB – Campus IV?

Anexos

Anexo A

**CAMPUS IV DA UFPB
(LITORAL NORTE)**

PROJETO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO

JOÃO PESSOA-PB

NOVEMBRO-2005

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	04
2. OBJETIVOS	05
2.1. Objetivos Gerais	05
2.2. Objetivos Específicos	05
3. JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CAMPUS	06
3.1. A Realidade Socioeconômica Regional	06
3.2. Vocação Econômica da Região	08
3.3. Situação Educacional da Região	10
3.4. Síntese das Justificativas	13
4. A UFPB ATUAL	15
4.1. Dimensão Acadêmica	15
4.2. Estrutura Organizacional	18
5. CURSOS E ESTRUTURA ACADÊMICA DO CAMPUS LITORAL NORTE	19
5.1. A Oferta de Cursos	19
5.2. Estrutura Acadêmico-administrativa	21
6. RECURSOS PARA IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CAMPUS	22
6.1. Recursos Humanos	22
6.2. Instalações Acadêmicas (Laboratórios, Biblioteca, Salas de Aula etc.)	25
6.3. Investimentos em Obras e Materiais Permanentes	27
7. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO CAMPUS	29
8. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO PLENA DO CAMPUS	31
9. ANEXOS	33
UFPB-PRG-RELAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	34
UFPB-PRPG-PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRITO SENSU</i>	35

QUADROS

QUADRO Nº 1	CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE REALIDADE ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DA PARAÍBA	06
QUADRO Nº 2	CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE REALIDADE ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DAS MICRORREGIÕES	07
QUADRO Nº 3	CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES PARAIBANAS	08
QUADRO Nº 4	CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE EVOLUÇÃO DO ENSINO MÉDIO E DA POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS	11
QUADRO Nº 5	CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE ALUNOS FORMADOS PELO ENSINO MÉDIO: 2004-2007	12
QUADRO Nº 6	PARAÍBA, NORDESTE E BRASIL ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO	13
QUADRO Nº 7	PARAÍBA, NORDESTE E BRASIL VAGAS OFERECIDAS NO VESTIBULAR E CANDIDATOS INSCRITOS	13
QUADRO Nº 8	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA DIMENSÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO	15
QUADRO Nº 9	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA QUADROS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	16
QUADRO Nº 10	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	17
QUADRO Nº 11	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA DISTRIBUIÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA ESPECIAL	17
QUADRO Nº 12	CAMPUS UFPB LITORAL NORTE ASPECTOS ACADÊMICOS BÁSICOS DOS CURSOS OFERTADOS	20
QUADRO Nº 13	CAMPUS UFPB LITORAL NORTE EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS MATRICULADOS	21
QUADRO Nº 14	CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE EVOLUÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES	23
QUADRO Nº 15	CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE REQUISITOS PADRÕES DE PESSOAL, CARGOS E FUNÇÕES POR UNIDADE ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA	24
QUADRO Nº 16	CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE	25

EVOLUÇÃO ANUAL DA NECESSIDADE DE PROFESSORES E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS		
QUADRO Nº 17	CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE ESPECIFICAÇÃO DE SALAS DE AULA, LABORATÓRIOS E BIBLIOTECA	26
QUADRO Nº 18	CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS EM OBRAS, INSTALAÇÕES E MATERIAL PERMANENTE	28
QUADRO Nº 19	CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE PLANEJAMENTO ANUAL ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO SEGUNDO AS DESPESAS	30
QUADRO Nº 20	CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO PLENA DO CAMPUS	32

1. INTRODUÇÃO

De 1960 aos primeiros anos 1980, a UFPB destacou-se nacionalmente pelo seu processo de interiorização. Nenhuma outra universidade federal avançou tanto nesse sentido. Com efeito, desde a sua criação - Lei Estadual nº 1.366, de 01.12.1955, e sobretudo após a sua federalização – Lei nº 3.835, de 13.12.1960 -, a Instituição passou a desenvolver uma crescente estrutura multicampi. Na convergência desse processo, chegou ao ano de 2002 com sete *campi* implantados em diferentes cidades paraibanas (João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Souza e Cajazeiras).

Nessa sua trajetória multicampi, a UFPB consolidou-se com seus *campi* distribuídos por todo o Estado da Paraíba, estendendo-se da parte litorânea da capital até a mais longínqua região sertaneja. A distância entre esses seus dois ex-*campi* extremos é de 420 km. Ao término dessa sua fase áurea de interiorização, a Universidade tinha nos seus seis *campi* localizados no interior cerca de 43% de suas atividades acadêmico-administrativas.

Em 2002, a UFPB teve que desmembrar quatro dos seus seis *campi* do interior que passaram a formar a Universidade Federal de Campina Grande-UFCG (Lei nº. 10.419, de 09.04.2002). A partir de então, a UFPB passou a funcionar apenas com *os campi* de J. Pessoa, Areia e Bananeiras, tornando-se uma instituição altamente concentrada na capital paraibana, onde se encontram quase 94% de suas atividades totais.

Com a implantação do seu Campus Litoral Norte, a UFPB retoma a sua inequívoca vocação à interiorização. Agora, buscando uma maior racionalidade econômica e administrativa. O seu novo campus abrangerá uma área geográfica cuja distância máxima para o campus-sede e os outros dois atuais do interior é de 77 km.

O Campus da UFPB Litoral Norte terá a sua atuação voltada para os municípios das microrregiões Litoral Norte e Sapé e outros vizinhos a estas, perfazendo um total de 22 municípios. Os cursos ali ofertados serão complementares à atual oferta de cursos de graduação da Universidade, com a exceção justificada de apenas uma repetição. Entre os critérios adotados para escolha desses novos cursos, destaca-se a sua integração com as necessidades educacionais, culturais, sociais e econômicas locais.

Os indicadores sociais desses municípios são os mais deploráveis, mesmo em relação às precárias condições médias de vida da população estadual. Não obstante, há nas referidas microrregiões uma larga potencialidade do setor produtivo a aproveitar, assim como a vocação econômica local. O novo campus da UFPB, enquanto base supridora de educação superior de boa qualidade, ciência e tecnologia, terá um papel

fundamental na superação dessa deprimente e injustificável realidade socioeconômica.

2. OBJETIVOS

Os principais objetivos que se pretendem alcançar com a criação e implantação do Campus Litoral Norte da UFPB dizem respeito à si própria, à Paraíba e, basicamente, aos municípios que compõem a sua área de atuação. Em seus aspectos essenciais trata-se de objetivos voltados à capacitação da população das regiões mais pobres do Estado, com vista à superação do subdesenvolvimento.

É nessa perspectiva de compromisso institucional que se delineiam os objetivos gerais e específicos, que irão constituir a razão de ser do funcionamento do Campus em proposição.

2.1. Objetivos Gerais

- Promover a interiorização da educação superior pública federal, no Estado da Paraíba, como fonte propulsora do desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social;
- fortalecer a ação da universidade pública federal como fator de desenvolvimento socioeconômico, cultural e educacional dos municípios das microrregiões mais atrasadas da Paraíba;
- integrar, de forma sistemática, as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPB à vida socioeconômica regional local, segundo uma concepção de desenvolvimento sustentável.

2.2. Objetivos Específicos

- Expandir a UFPB com uma maior interiorização de suas atividades dentro de um raio de distância compatível com a obtenção de bons resultados acadêmicos e de um alto padrão de racionalidade econômica e administrativa;
- oferecer cursos superiores com elevado grau de integração ao sistema de educação básica local;
- criar uma base de educação superior, ciência e tecnologia nas microrregiões Litoral Norte e Sapé comprometida com o melhor aproveitamento da capacidade produtiva e da vocação econômica locais;

- integrar a UFPB à diretriz da política de expansão do ensino superior público federal promovida pelo MEC, cuja ênfase é a interiorização das atividades acadêmico-científicas das Instituições Federais de Ensino Superior.

3. JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CAMPUS

O novo campus da UFPB localizar-se-á na região da Mata Paraibana. Mais precisamente, as suas instalações serão implantadas nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, na microrregião Litoral Norte. A sua atuação será voltada às necessidades da vida educacional, cultural, social e econômica dos 396.338 habitantes das microrregiões Litoral Norte e Sapé e dois municípios vizinhos. Essa sua área de abrangência envolve 22 municípios, 11 dos quais na primeira microrregião e 9 na segunda. A distância média desses municípios para as unidades acadêmicas a serem criadas no campus universitário é da ordem de 20 km. Para a cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, a distância é de 50 km.

3.1. A Realidade Socioeconômica Regional

A população estimada da Paraíba, em 2004, totalizava 3.568.350 habitantes, assim distribuídos entre as quatro grandes regiões: Sertão Paraibano, 827.356 (23,2%); Borborema, 281.623 (7,9%); Agreste Paraibano, 1.171.765 (32,8%) e Mata Paraibana, 1.287.606 (36,1%). Essa última região compõe-se de quatro microrregiões, com os seguintes números de habitantes: Litoral Norte, 133.347; Sapé, 125.342; João Pessoa 949.192 e Litoral Sul, 79.725.

O PIB da Paraíba, em 2003, importou em R\$ 13.710.913 Mil, com a seguinte composição regional: Sertão Paraibano, R\$ 2.013.916 Mil (14,7%); Borborema, R\$ 609.434 Mil (4,4%); Agreste Paraibano, R\$ 3.657.404 Mil (29,7%) e Mata Paraibana, R\$ 7.430.160 Mil (54,2%). As suas correspondentes rendas per capita eram de, respectivamente, R\$ 2.440,00; R\$ 2.172,00; R\$ 3.133,00 e R\$ 5.862,00. A renda per capita do Estado como um todo era de R\$ 3.872,00.

QUADRO Nº 1
CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE
REALIDADE ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DA PARAÍBA

Estado, Regiões e Microrregiões	Área Geográfica Em km ²	População Residente (Em 2004)	PIB Total (Em 2003) Em R\$ 1.000
<u>Paraíba</u>	<u>56.439,84</u>	<u>3.568.350</u>	<u>13.710.913</u>
<u>Mata Paraibana</u>	<u>5.232,40</u>	<u>1.287.606</u>	<u>7.430.160</u>
Litoral Norte	1.960,50	133.347	492.656
Sapé	1.139,59	125.342	330.856
João Pessoa	1.262,32	949.192	5.809.376
Litoral Sul	869,99	79.725	797.272
Agreste Paraibano	12.914,07	1.171.765	3.657.404
Borborema	15.572,89	281.623	609.434
Sertão Paraibano	22.720,48	827.356	2.013.916

Fonte: IBGE.

A microrregião Litoral Norte, sede do novo campus da UFPB, compreende uma área territorial de 1.960,50 km² (3,5% da área do Estado). Em 2003, o seu PIB de R\$ 492.656 Mil representava 3,6% do PIB paraibano. A sua renda per capita de R\$ 3.724,00 equivalia a 99% dessa renda média estadual. A microrregião de Sapé, que também será atendida pelo Campus, com uma área de 1.139,59 km² (2,0% do Estado), apresentava um PIB de R\$ 330.856 Mil (2,4% do PIB estadual) e uma renda per capita de R\$ 2.648,00 (68% da estadual). A área geográfica total de atuação do novo Campus, incluindo os municípios vizinhos (Santa Rita e Lucena), perfaz 3.951,86 km², com 396.338 habitantes e um PIB, em 2003, de R\$ 1.741.449 Mil.

QUADRO Nº 2
CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE
REALIDADE ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DAS MICRORREGIÕES

Estado, Regiões	Área Geográfica	População Residente	PIB Total de 2003
Microrregiões e Municípios	Em km²	(Em 2004)	(Em R\$ 1.000)
Litoral Norte	1.960,50	133.347	492.656
Baía da Traição	102,36	7.060	14.112
Capim	78,17	4.266	15.430
Cuité de Mamanguape	109,81	6.307	14.355
Curral de Cima	85,10	5.558	13.569
Itapororoca	146,07	15.248	62.484
Jacaraú	253,21	14.412	28.288
Mamanguape	348,75	40.206	151.745
Marcação	122,90	6.617	17.784
Mataraca	174,40	6.139	88.560
Pedro Régis	73,36	4.925	10.119
Rio Tinto	466,40	22.609	76.210
Sapé	1.139,59	125.342	330.856
Cruz do Espírito Santo	195,60	14.815	66.021
Juripiranga	78,76	9.771	36.701
Mari	154,73	20.643	38.453
Pilar	101,26	10.657	21.392
Riachão do Poço	39,07	4.226	7.620
São José dos Ramos	98,23	4.974	10.085
São Miguel de Taipu	92,52	6.487	12.981
Sapé	316,33	47.261	120.133
Sobrado	63,09	6.508	17.470
<u>Municípios Vizinhos</u>	<u>851,77</u>	<u>137.649</u>	<u>917.937</u>
Santa Rita	762,57	126.839	874.187
Lucena	89,20	10.810	43.750
Totais	3.951,86	396.338	1.741.449

Fonte: Vide Quadro nº 1.

As condições de vida da população dos municípios do Litoral Norte estão entre as piores da Paraíba: expectativa de vida de 58,7 anos; mortalidade infantil de 67,4 por 1.000 crianças de até um ano nascidas vivas e taxa de analfabetismo de 46,0% da população de 15 anos ou mais. A precariedade desses seus indicadores sociais sintetiza-se no seu correlato IDH de 0,56, bastante inferior ao IDH do Estado que era de 0,66.

Os indicadores sociais da microrregião de Sapé eram ainda mais adversos. A sua expectativa de vida era de 57,4 anos, a sua taxa de mortalidade infantil era de 73,5 crianças por 1.000 de até um ano nascidas vivas e a sua parcela da população de mais de

15 anos analfabeta era de 45,1%. Associado aos principais aspectos desse quadro desalentador, o seu IDH de 0,55 era o mais baixo.

QUADRO Nº 3
CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE
INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DAS REGIÕES PARAIBANAS

Estado, Regiões, Microrregiões e Municípios	Renda Per Capita (2003) (Em R\$ 1.000)	Expectativa de Anos de Vida 2000	Taxa de Mortalidade Infantil 2000	Taxa de Analfabetismo 2000	IDH 2000
Mata Paraibana	5.862	61,0	58,3	38,7	0,60
<u>Litoral Norte</u>	<u>3.724</u>	<u>58,7</u>	<u>67,4</u>	<u>46,0</u>	<u>0,56</u>
Baía da Traição	2.036	61,4	55,7	36,7	0,59
Capim	3.633	57,8	71,2	56,6	0,52
Cuité de Mamanguape	2.291	58,3	69,0	49,7	0,54
Curral de Cima	2.464	57,8	71,2	55,3	0,51
Itapororoca	4.135	61,4	55,7	49,7	0,57
Jacaraú	1.972	57,8	71,2	46,1	0,56
Mamanguape	3.776	58,3	69,0	38,3	0,58
Marcação	2.725	57,8	71,2	50,0	0,53
Mataraca	15.526	58,3	69,0	37,9	0,57
Pedro Régis	2.059	58,3	69,0	52,2	0,53
Rio Tinto	3.381	58,3	69,0	36,7	0,60
<u>Sapé</u>	<u>2.648</u>	<u>57,4</u>	<u>73,5</u>	<u>45,1</u>	<u>0,55</u>
Cruz do Espírito Santo	4.506	57,3	73,7	43,7	0,55
Juripiranga	3.767	55,3	83,4	46,6	0,53
Mari	1.862	58,3	69,0	46,8	0,56
Pilar	2.023	58,3	69,0	40,1	0,57
Riachão do Poço	1.855	58,6	67,7	44,3	0,55
São José dos Ramos	2.034	57,3	73,7	53,0	0,53
São Miguel de Taipu	2.029	55,3	83,4	46,4	0,52
Sapé	2.541	57,3	73,7	39,8	0,56
Sobrado	2.651	58,6	67,7	44,8	0,56
<u>Municípios Vizinhos</u>	<u>5.581</u>	<u>65,5</u>	<u>41,1</u>	<u>31,9</u>	<u>0,63</u>
Santa Rita	7.026	67,4	34,5	29,3	0,66
Lucena	4.136	63,5	47,6	34,5	0,60
Agreste Paraibano	3.133	60,2	61,5	41,2	0,58
Borborema	2.172	62,3	53,2	31,8	0,62
Sertão Paraibano	2.440	62,0	54,1	38,3	0,59
Paraíba	3.872	63,2	51,5	29,7	0,66

Fonte: Vide Quadro nº 1 e IPEADATA

3.2. Vocação Econômica da Região

Dos 11 municípios da microrregião Litoral Norte 3 estão localizados à beira-mar. Os demais alcançam uma distância média de 7 km. A base de suas atividades produtivas concentra-se: a) no setor industrial: pesca, piscicultura, carcinicultura, produção sucroalcooleira e nos pequenos negócios industriais; b) no setor agropecuário: culturas da

cana-de-açúcar e mamão, pecuária bovina de leite e corte, pequena produção agrícola comercial e familiar e c) no setor terciário: atividades comerciais e de prestação de serviços locais e modestas atividades turísticas, em épocas de veraneio.

A base econômica produtiva dos municípios da microrregião de Sapé é predominantemente agropecuária: cana-de-açúcar, cultura de abacaxi, pequena produção agrícola comercial e familiar e pecuária bovina de leite e corte. No setor industrial, as suas atividades mais expressivas são as sucroalcooleiras e as fruticulteiras integradas aos negócios do abacaxi, além de pequenas empresas industriais ligadas ao mercado local. O setor terciário restringe-se às atividades do comércio e de prestação de serviços voltados à sua própria população e às modestíssimas atividades turísticas.

As possibilidades do setor agropecuário das microrregiões Litoral Norte e Sapé são bem superiores às das demais microrregiões da Paraíba. Dispõem de boas dotações quantitativas e qualitativas de solos, clima, água, energia elétrica, acesso rodoviário e marítimo. Há nelas, portanto, uma clara vocação econômica com capacidade de expansão muito expressiva, com modernização nas suas principais culturas, que são as canavieiras e fruticultureiras (para além da abacaxizeira). O mesmo ocorre com relação à pecuária bovina e à produção agrícola dos alimentos tradicionais. Favorece também essa capacidade potencial o fato de as duas microrregiões serem relativamente próximas da Grande João Pessoa (50 km) e de Campina Grande (102 km), os centros hegemônicos da economia paraibana.

As maiores aptidões industriais das microrregiões Litoral Norte e Sapé estão associadas às vocações dos seus setores primários. Lá podem florescer atividades agroindustriais produtoras de óleo de mamona, ao lado de um próspero segmento sucroalcooleiro, ambos certamente favorecidos pela indiscutível situação mundial crítica do complexo produtor de petróleo, cuja tendência é se agravar. Os municípios litorâneos têm um grande potencial de crescimento das atividades industriais, na pesca, na piscicultura e na carnicultura. Essa vocação é também notória quanto ao segmento industrial fruticultureiro.

O setor terciário das microrregiões do Litoral Norte e Sapé seguramente será bastante beneficiado com o aproveitamento da vocação econômica dos seus setores agropecuários e industriais. Mas há nele uma importantíssima aptidão não-aproveitada que é o seu elevado potencial turístico. Nos municípios costeiros, destacam-se as belíssimas praias de Baía da Traição, Praia de *Campina*, Barra de Camaratuba, Barra de Mamanguape, Tramataia e Camurupim. É importante saber que aí estão localizadas

quase 60% de todas as reservas indígenas da Paraíba, com cerca de 6.000 pessoas. A adequada preservação da base territorial e das características sociais, humanas, culturais e ambientais desses nossos antepassados poderá ser o centro propulsor de um próspero pólo de turismo ecológico.

Vale ressaltar que dois dos municípios da microrregião de Sapé serviram de berço a dois dos mais destacados vultos da cultura brasileira. No município de Pilar, em 1901, nasceu o brilhante romancista José Lins do Rego. Já o genial e mais singular poeta do Brasil, Augusto dos Anjos, nasceu na cidade de Mari, no ano de 1884. Associando-se as reminiscências históricas desses ilustres paraibanos aos contextos geográficos sociais e econômicos dos seus romances e poemas, podem-se ter os elementos essenciais para fomentar o turismo cultural na microrregião.

3.3. Situação Educacional da Região

Como se viu, as taxas de analfabetismo dos municípios das microrregiões Litoral Norte e Sapé ainda são muito altas: a da primeira 46,0% e a da segunda 45,1%, equivalendo, respectivamente, a 38.857 e 37.393 pessoas de 15 anos ou mais. Esses dados são alarmantes, mesmo para o Estado da Paraíba, que é detentor da terceira maior taxa de analfabetismo na região nordestina.

O ensino fundamental da Paraíba encontra-se, há mais de uma década, em fase de significativa expansão. O seu total de alunos matriculados aumentou de 673.411, em 1996, para 843.607, em 2004, portanto à taxa de 25%. Os reflexos desse feito no ensino médio vêm sendo altamente positivos, como atesta a elevação de 120,2% do seu número de alunos matriculados, de 73.051 em 1996 para 160.822 em 2004.

De 1996 para 2004, o total de alunos matriculados no ensino fundamental nas microrregiões Litoral Norte e Sapé aumentou de 43.028 para 70.022 (63%), passando de 21.038 para 36.407 (73%), na primeira microrregião, e de 21.990 para 33.615 (53%), na segunda. Houve um contínuo crescimento no atendimento da parcela da população dessas microrregiões de 7 a 14 anos, apropriada para esse nível de ensino. No aludido período, a taxa de matrícula dos alunos dessa faixa etária no ensino fundamental evoluiu de 61,5% para 89%. Esses resultados asseguram uma apreciável base para a expansão do ensino médio local.

Pelos dados de 2004, as populações de 18 a 24 anos das microrregiões Litoral Norte, 17.309 pessoas, e Sapé, 17.346, totalizavam 34.655 pessoas. Esse é o grande contingente local da demanda potencial por educação superior. No ano de referência,

apenas 0,9 % desse segmento populacional, tanto na primeira microrregião como na segunda, estava matriculado em instituições de ensino superior. No Estado da Paraíba, essa taxa de atendimento era em torno de 5% e no Brasil de 9,5%.

No período 1996-2004, o total de alunos matriculados no ensino médio das microrregiões Litoral Norte e Sapé cresceu na proporção de 257%, elevando-se de 2.623 para 9.374. Na primeira, esse crescimento foi de 232% e, na segunda, de 252%, com os seus respectivos números de alunos aumentando de 1.382 para 4.606 e de 1.236 para 4.352. É desse contingente de alunos que provém a principal fonte da demanda efetiva local por educação superior, constituída de alunos concluintes do ensino médio.

QUADRO Nº 4
CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE
EVOLUÇÃO DO ENSINO MÉDIO E DA POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS

Estado, Regiões Microrregiões e Municípios	População 18 a 24 Anos		Alunos Matriculados no Ensino Médio		Crescimento %	
	(A)		(B)		1996-2004	
	1996	2004	1996	2004	A	B
Mata Paraibana	<u>154.211</u>	<u>186.259</u>	<u>32.143</u>	<u>59.976</u>	<u>20,8</u>	<u>86,6</u>
Litoral Norte	<u>15.479</u>	<u>17.309</u>	<u>1.387</u>	<u>4.606</u>	<u>11,8</u>	<u>232,1</u>
Baía da Traição	823	980	78	318	19,1	307,7
Capim		617		181		
Cuité de Mamanguape		799		253		
Curral de Cima		634		0		
Itapororoca	1.795	1.961	121	609	9,2	403,3
Jacaraú	2.156	1.751	105	522	-18,8	397,1
Mamanguape	6.460	5.361	549	1.057	-17,0	92,5
Marcação		801		0		
Mataraca	751	837	60	290	11,5	383,3
Pedro Régis		582		0		
Rio Tinto	3.494	2.986	474	1.376	-14,5	190,3
Sapé	<u>15.502</u>	<u>17.346</u>	<u>1.236</u>	<u>4.352</u>	<u>11,9</u>	<u>252,1</u>
Cruz do Espírito Santo	1.872	2.171	115	412	16,0	258,3
Juripiranga	1.203	1.330	115	525	10,6	356,5
Mari	2.554	2.737	209	624	7,2	198,6
Pilar	1.886	1.514	143	487	-19,7	240,6
Riachão do Poço		592		0		
São José dos Ramos		703		166		
São Miguel de Taipu	553	922	47	0	66,7	
Sapé	7.434	6.550	607	1.609	-11,9	165,1
Sobrado		827		529		
Municípios Vizinhos	<u>16.190</u>	<u>20.283</u>	<u>2.300</u>	<u>5.415</u>	<u>25,3</u>	<u>135,4</u>
Santa Rita	15.023	18.646	2.181	5.074	24,1	132,6
Lucena	1.167	1.637	119	341	40,3	186,6
TOTAIS: Litoral Norte + Sapé + Municípios Vizinhos	<u>47.171</u>	<u>54.938</u>	<u>4.923</u>	<u>14.373</u>	<u>16,5</u>	<u>192,0</u>

Fonte: IPEADATA, IBGE, IPEA, MEC/INEP.

O número total de alunos concluintes do ensino médio das microrregiões Litoral Norte e Sapé apresentou o expressivo crescimento de 77,5% (10% ao ano), no período 1998-2004. Em termos absolutos, houve uma elevação de 858 para 1.523 alunos formados.

Considerando-se os alunos formados nos municípios de Santa Rita e Lucena, vizinhos à microrregião Litoral Norte, o total de concluintes do ensino médio se eleva para 2.422, em 2004, na área de atuação do Campus. Admitindo-se que esse contingente cresça a uma taxa subestimada de 5%, o seu total passa a ser 2.670 alunos, em 2006, ano em que, no segundo semestre, o novo campus da UFPB inicia as suas atividades oferecendo 360 vagas para ingresso pelo processo seletivo legal. Em 2007, esse número de concluintes será 2.802 alunos, e a correspondente oferta anual de vagas 1.040.

QUADRO Nº 5
CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE
ALUNOS FORMADOS PELO ENSINO MÉDIO: 2004-2007

Estado, Regiões Microrregiões e Municípios	Concluintes do Ensino Médio					
	Dados Observados			Dados Estimados		
	1998	2003	2004	2005	2006	2007
Mata Paraibana	8.036	11.502	12.077	12.681	13.315	13.981
Litoral Norte	<u>518</u>	<u>809</u>	<u>854</u>	<u>896</u>	<u>941</u>	<u>988</u>
Baía da Traição	27	48	50	53	56	58
Capim	-	36	38	40	42	44
Cuité de Mamanguape	-	42	48	50	53	56
Itapororoca	28	61	64	67	70	74
Jacaraú	32	104	109	115	120	126
Mamanguape	155	230	242	254	266	280
Marcação	-	-				
Mataraca	9	30	32	33	35	36
Rio Tinto	267	258	271	284	299	314
Barra do Mamanguape	-	-				
Municípios Vizinhos						
Sapé	<u>340</u>	<u>637</u>	<u>669</u>	<u>702</u>	<u>738</u>	<u>774</u>
Cruz do Espírito Santo	22	37	39	41	43	45
Juripiranga	25	100	105	110	116	122
Mari	66	140	147	154	162	170
Pilar	52	125	131	138	145	152
Riachão do Poço	-	-				
São José dos Ramos	-	43	45	47	50	52
São Miguel de Taipu	-	-				
Sapé	175	192	202	212	222	233
Sobrado	-	-				
Municípios Vizinhos	<u>407</u>	<u>902</u>	<u>947</u>	<u>995</u>	<u>1044</u>	<u>1096</u>
Santa Rita	386	827	868	912	957	1005
Lucena	21	75	79	83	87	91
Litoral Norte + Sapé + Municípios Vizinhos	1.265	2.348	2.470	2.593	2.723	2.858
Paraíba	20.330	28.757	30.195	31.705	33.290	34.954

Fonte: MEC/INEP.

Não há instituição de ensino superior (IES) em qualquer dos 22 municípios que formam a região abrangida pelo novo campus da UFPB. O baixo nível de renda da população local praticamente inviabiliza a implantação de IES privadas. A carência de educação superior ali tão notória só pode ser sanada pela atuação de IES públicas.

Dos cursos de graduação que serão oferecidos pelo Campus Litoral Norte apenas o de Ciências Contábeis é ofertado pelo Campus I da UFPB, em João Pessoa. Esse curso conta com uma grande demanda insatisfeita por insuficiência de vagas. No último processo seletivo para ingresso, 1.204 candidatos concorreram a 160 vagas ofertadas.

3.4. Síntese das Justificativas

A Paraíba tem uma história de progresso na educação superior. Infelizmente, nos últimos dez anos, passa por uma severa regressão relativa. De 1995 a 2003, o seu total de alunos de graduação matriculados cresceu 66%. Para o Nordeste, essa taxa incremental foi de 132% e, para o Brasil, 121%.

QUADRO Nº 6
PARAÍBA, NORDESTE E BRASIL
ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Nº Alunos Matriculados	1995			2003			Crescimento em % no Período 1995-2003		
	(Em 1.000)			(Em 1.000)			BR	NE	PB
	BR	NE	PB	BR	NE	PB			
Total	1.758	269	32	3.887	625	53	121	132	66
Rede Pública	699	183	26	1.137	340	36	63	86	38
Rede Privada	1.059	86	6	2.750	285	17	160	231	183

Fonte: MEC/INEP.

Na rede pública do ensino superior, o desempenho paraibano foi ainda mais medíocre: o número de alunos de graduação matriculados cresceu 38%, contra 86% no Nordeste e 63% no Brasil.

O ingresso no ensino superior, na Paraíba, tornou-se cada vez mais difícil. No período 1995-2003, o total de vagas oferecidas e de candidatos inscritos nos vestibulares aumentou em, respectivamente, 100,0% e 119%. No Nordeste, essas taxas de crescimento foram de 273% e 111% e, no Brasil, de 228% e 85%.

QUADRO Nº 7
PARAÍBA, NORDESTE E BRASIL
VAGAS OFERECIDAS NO VESTIBULAR E CANDIDATOS INSCRITOS

Vagas Oferecidas e Candidatos Inscritos	1995 (Em 1.000)			2003 (Em 1.000)			Crescimento em % no Período 1995-2003		
	BR	NE	PB	BR	NE	PB	BR	NE	PB
Nº Vagas Oferecidas	610	74	9	2.003	276	18	228	274	100
Rede Pública	178	47	7	281	79	8	58	68	14
Rede Privada	432	27	2	1.722	197	10	299	630	400
Nº Candidatos Inscritos	2.654	457	42	4.900	963	92	85	111	119
Rede Pública	1.399	338	33	2.367	668	74	69	98	124
Rede Privada	1.255	119	9	2.533	295	18	102	148	100

Fonte: MEC/INEP.

A relação candidatos inscritos/vagas oferecidas no vestibular, na Paraíba, tornou-se relativamente alta. De 1995 a 2003, passou de 4,6 para 5,1. No Nordeste, essa relação foi decrescente, de 6,2 para 3,5 e, no Brasil, de 4,4 para 2,5.

Em 1995, a Paraíba era folgadoamente o quarto maior centro universitário da região nordestina. O seu número de alunos matriculados no ensino superior, 32.454, equivalia a 285% do total de alunos do Piauí e a 170% comparado ao do Maranhão. Em 2003, com 52.658 alunos de graduação matriculados, a Paraíba passou a ocupar a sexta posição no Nordeste. Nesse ano, o correspondente total de alunos do Piauí passou a ser de 59.900 e o do Maranhão 58.765.

A implantação do Campus da UFPB Litoral Norte constituirá uma ação da maior importância para a Paraíba recuperar a posição como um dos mais relevantes centros universitários do Nordeste e Norte do país. Essa positividade é ainda maior, tendo em vista o avanço que proporcionará na interiorização do ensino superior no Estado.

O novo Campus da UFPB representa um marco histórico no encaminhamento da questão educacional e na busca da superação do subdesenvolvimento das microrregiões mais atrasadas da região Mata Paraibana. Trata-se de uma instituição de importância estratégica para o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região. Não se pode mais pensar na educação superior de forma assistemática e desvinculada de uma concepção desenvolvimentista local.

O Campus Litoral Norte abrirá novos horizontes ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, agroindustriais, industriais e terciárias da sua área geográfica de atuação. A capacidade potencial atual do setor produtivo e a vocação econômica regional, em vários segmentos modernos, notadamente nos de turismo, biodiesel, sucroalcooleiro e fruticultura, encontram-se largamente subutilizadas. A Universidade será a fonte propulsora desse processo, enquanto provedora de educação superior de qualidade e de geração e difusão de ciência e tecnologia.

O campus universitário em proposição será estrategicamente essencial para o fomento e a melhoria da educação básica dos 20 municípios das microrregiões Litoral Norte e Sapé. Isso será fundamental para que as vagas ofertadas pelos cursos ali implantados sejam competitivamente ocupadas por alunos filhos das famílias locais. Em curto prazo, os órgãos acadêmicos do novo campus deverão oferecer programas de treinamento e qualificação para os professores do ensino básico das duas microrregiões, assim como cursinhos pré-vestibulares para alunos do ensino médio.

Com essa proposta de expansão, a UFPB retoma a sua bem sucedida história de interiorização, agora dentro de uma área geográfica de atuação compatível com um maior nível de eficiência operacional e gerencial. Com efeito, não parece razoável a sua atual distribuição espacial com a concentração de 94% de suas atividades apenas em João Pessoa, capital do Estado.

4. A UFPB ATUAL

Até 2002, a UFPB era composta por sete *campi* distribuídos nas cidades de João Pessoa, Areia, Bananeiras, *Campina Grande*, Patos, Souza e Cajazeiras. A partir de 2003, passou a funcionar apenas com os três primeiros *campi*. Os outros quatro, por força da Lei nº. 10.419, de 09.04.2002, passaram a formar a Universidade Federal de *Campina Grande* (UFCG).

4.1. Dimensão Acadêmica

Mesmo com a sua atual dimensão, a UFPB continua sendo uma das mais relevantes universidades do Norte e Nordeste do país. Nos seus *campi* de João Pessoa, Areia e Bananeiras funcionam 51 cursos de graduação, sendo 42 de bacharelado e 9 licenciaturas com 18.276 alunos. O seu ensino de pós-graduação conta com 3.625 alunos: 565 em 16 cursos de doutorado, 1.450 em 31 cursos de mestrado e 1.610 em 32 cursos de especialização.

Os resultados institucionais na diplomação e titulação de alunos vêm evoluindo favoravelmente. O número de alunos de graduação diplomados aumentou de 1.939 em 2002 para 2.131 em 2004. Nesses mesmos anos, o número de teses de doutorado aprovadas cresceu de 36 para 85, e o de dissertações de mestrado aprovadas de 386 para 406.

QUADRO Nº 8
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DIMENSÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO

Variável de Desempenho	Evolução Anual		Crescimento %
	2002	2005	2002-2005
<u>Nº de Cursos</u>	<u>134</u>	<u>152</u>	<u>13,4</u>
<u>Graduação</u>	<u>67</u>	<u>73</u>	9,0
Diurno	47	51	8,5
Noturno	20	22	10,0
<u>Pós-Graduação</u>	<u>67</u>	<u>79</u>	17,9
Doutorado	12	16	33,3
Mestrado	25	31	24,0
Especialização	30	32	6,7
<u>Alunos Matriculados</u>	<u>20.785</u>	<u>21.901</u>	<u>5,4</u>
Ensino de Graduação	17.977	18.276	1,7
<u>Ensino de Pós- Graduação</u>	<u>2.808</u>	<u>3.625</u>	29,1
Doutorado	257	565	119,8
Mestrado	971	1.450	49,3
Especialização	1.580	1.610	1,9
<u>Alunos Diplomados e Titulados</u>	<u>2.361</u>	<u>2.622</u>	<u>11,1</u>
Graduação	1.939	2.131	9,9
<u>Pós-Graduação</u>	<u>422</u>	<u>491</u>	<u>16,4</u>
Teses de Doutorado Aprovadas	36	85	136,1
Dissertações de Mestrado Aprovadas	386	406	5,2

Fonte: PROPLAN/UFPB.

A UFPB está oferecendo cerca de 3.600 vagas, para ingresso de novos alunos nos seus cursos de graduação, pelo seu processo seletivo anual normal. Essa oferta já incorpora um considerável aumento verificado ao longo dos últimos seis anos, com a criação de cinco novos cursos e o aumento do número de cursos noturnos. A demanda por essas vagas vem crescendo significativamente, a cada ano. Não obstante esse esforço expansivo, a relação candidatos/vaga elevou-se de 8,0 em 2002 para 9,0 em 2005.

O quadro docente permanente atual da UFPB, com 1.387 professores, tem um alto nível de formação acadêmica, conforme atesta a sua composição: 664 doutores, 495 mestres, 157 especialistas e 71 graduados. Essa boa dotação docente vem assegurando um elevado padrão de qualidade às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

O quadro técnico-administrativo da Universidade conta com 3.716 servidores: 1.078 de nível superior, 2.248 de nível médio e 390 de nível de apoio. Desse total de servidores, 1.157 estão diretamente alocados no Hospital Universitário Lauro Wanderley, que atua como hospital-escola e, na sua grande parte, como hospital assistencial integrado ao Sistema Único de Saúde do Brasil.

QUADRO Nº 9
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
QUADROS DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Quadro de Pessoal	Evolução Anual		Crescimento %
	2002	2005	2002-2005
<u>Professores</u>	<u>1.444</u>	<u>1.387</u>	<u>-3,9</u>
Doutorado	542	664	22,5
Mestrado	587	495	-15,7
Especialização	209	157	-24,9
Graduação	106	71	-33,0
<u>Servidores Técnico-Administrativos</u>	<u>3.707</u>	<u>3.716</u>	<u>0,2</u>
Nível Superior	1.054	1.078	2,3
Nível Médio	2.215	2.248	1,5
Nível de Apoio	438	390	-11,0

Fonte: PROPLAN/UFPB.

À luz dos resultados do ENADE e da Avaliação dos Cursos de Graduação, feita pelo MEC, os conceitos obtidos pela UFPB foram muito satisfatórios, como revelam os dados do Quadro abaixo. A Universidade teve 14 cursos avaliados, 11 dos quais inclusive com a nota ENADE, cujo conceito médio foi igual a 3,6. Na organização didático-pedagógica, todos os cursos obtiveram conceitos Bom e Muito Bom. O mesmo ocorreu em relação ao Corpo Docente. O item relativamente menos favorável ficou por conta das Instalações: apenas um curso com conceito Muito Bom, oito com conceito Bom e cinco com conceito Regular.

QUADRO Nº 10
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
AValiação DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Cursos	Conceito ENADE 2004	Avaliação dos Cursos de Graduação		
		2004/2005		
		Org. Didático-Pedagógica	Corpo Docente	Instalações
1.Agronomia	3	MB	MB	B
2.Administração – CFT	-	MB	MB	R
3.Zootecnia	2	MB	MB	B
4.Fisioterapia (Aguardando Visita)	4	-	-	-
5.Educação Física	4	MB	MB	B
6.Enfermagem	4	B	MB	B
7.Farmácia	4	MB	MB	MB
8.Medicina	4	MB	MB	B
9.Nutrição	3	B	MB	R
10.Odontologia	5	MB	MB	R
11.Serviço Social	4	MB	MB	R
12.Engenharia Civil	-	MB	MB	B
13.Estatística	-	MB	B	B
14.Comunicação Social (Radialismo)	-	MB	MB	B

Fonte: MEC/INEP.

É interessante saber que a UFPB, após o desmembramento dos seus quatro *campi* que formaram a UFCG, passou a funcionar altamente concentrada na cidade de João Pessoa. Aí estão implantados 45 dos seus 51 cursos de graduação; 28 dos seus 31 cursos de mestrado e 14 dos seus 16 cursos de doutorado. Vinculados a essas atividades, trabalham 91,8% dos professores, 90,2% dos servidores técnico-administrativos e estudam 95% do total de alunos. Esse Campus-sede absorve cerca de 93% do orçamento global da Universidade. Essa mesma magnitude concentradora constata-se em relação às atividades de extensão, pesquisa e produção acadêmico-científica.

QUADRO N° 11
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DISTRIBUIÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA ESPECIAL

Variável de Desempenho	Total	Campus I		Campus II		Campus III	
		João Pessoa		Areia		Bananeiras	
		ABS	%	ABS	%	ABS	%
<u>N° de Cursos</u>	98	87	89,1	8	8,7	3	2,2
Graduação	51	45	88,9	3	6,7	3	4,4
<u>Pós-Graduação</u>	47	42	87,4	5	10,6	0	-
Mestrado	31	28	90,3	3	9,7		
Doutorado	16	14	87,5	2	12,5		
<u>N° de Alunos</u>	20.291	19.205	94,6	684	3,2	412	2,2
Graduação	18.276	17.357	94,9	517	5,1	412	2,3
Mestrado	1.450	1.328	91,2	122	8,8		
Doutorado	565	520	92	45	8		
<u>N° de Professores</u>	1.387	1.273	91,8	68	4,8	46	3,4
Doutores	664	611	92,0	36	5,4	17	2,6
Mestres	495	450	91,0	24	4,8	21	4,2
Especialistas	157	144	91,7	6	3,8	7	4,5
Graduados	71	68	95,8	2	2,8	1	1,4
<u>Servidores Técnico-Administrativos</u>	3.716	3.354	90,2	230	6,2	132	3,6
Nível Superior	1.078	1.048	97,2	21	1,9	9	0,9
Nível Médio	2.248	2.038	90,7	132	5,9	78	3,4
Nível de Apoio	390	268	68,7	77	19,7	45	11,6

Fonte: PROPLAN/UFPB.

4.2. Estrutura Organizacional

A estrutura acadêmico-administrativa da UFPB, além dos referidos cursos de graduação e pós-graduação, tem como órgãos principais os seguintes:

- **Órgãos da Administração Superior**

Conselho Universitário

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

Conselho Curador

Conselho Social Consultivo

Gabinete do Reitor
 Pró-Reitoria de Administração
 Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
 Pró-Reitoria de Graduação
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
 Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
 Secretaria de Integração Universidade e o Setor Produtivo
 Superintendência de Recursos Humanos
 Biblioteca Central
 Hospital Universitário
 Laboratório de Tecnologia Farmacêutica
 Laboratório de Energia Solar
 Núcleo de Tecnologia da Informação
 Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

• **Órgãos da Administração Setorial**

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
 Centro de Educação
 Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
 Centro de Ciências Jurídicas
 Centro de Tecnologia
 Centro de Ciências Exatas e da Natureza
 Centro de Ciências da Saúde
 Centro de Ciências Agrárias
 Centro de Formação de Tecnólogos
 57 Departamentos Acadêmicos
 51 Coordenações de Cursos de Graduação
 31 Coordenações de Cursos de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado)

A infra-estrutura da Universidade, em termos de equipamentos, edificações, instalações prediais e demais condições básicas de funcionamento, carece de recuperação e modernização, em vários aspectos. Mas vem atendendo às necessidades de funcionamento das atividades acadêmico-administrativas no padrão quantitativo-qualitativo que os dados aqui relatados demonstram.

Os três *campi* da UFPB dispõem de bons sistemas de energia elétrica, telefonia e abastecimento d'água. Todos eles contam, também, com redes de fibra ótica cobrindo todas as suas unidades acadêmico-administrativas e redes de informática internas compondo a rede institucional integrada à Internet.

A Universidade tem uma área física de 8.512.700 m² com uma área construída de 372.461 m². Aí se incluem, além dos órgãos acadêmico-administrativos citados, 258 salas de aula, 18 núcleos de pesquisa, 126 laboratórios vinculados aos cursos de

graduação e 52 laboratórios integrados às atividades de pós-graduação e pesquisa, 2 bibliotecas setoriais e 5 cursos de ensino médio.

5. CURSOS E ESTRUTURA ACADÊMICA DO CAMPUS LITORAL NORTE

A composição organizacional do Campus Litoral Norte pautar-se-á pelas normas estatutárias e regimentais da UFPB. Os seus órgãos serão, portanto, concebidos como sendo da administração setorial da Instituição: Centros, Departamentos, Coordenações de Curso, Laboratórios, Núcleos de Pesquisa e de Extensão etc.

A definição dos cursos de graduação a serem ofertados pelo Campus tem por base de determinação, total ou parcial conjunta, os seguintes critérios:

- a) não constar da oferta de cursos das universidades públicas existentes na Paraíba;
- b) mesmo constando da oferta de cursos dos atuais *campi* da UFPB tenha uma procura anual pelo menos seis vezes superior às vagas ofertadas;
- c) capacidade de contribuir para o fomento e a melhoria da educação básica dos municípios das microrregiões Litoral Norte e Sapé;
- d) ter sintonia com o aproveitamento da capacidade e vocação econômica regional, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e
- e) servir de base acadêmico-científica às atividades de ensino, pesquisa e extensão comprometidas com o desenvolvimento regional sustentável.

5.1. A Oferta de Cursos

Seguindo as referidas determinações, elegeram-se os 12 cursos de graduação que serão ofertados pelas unidades acadêmicas do Campus instaladas em áreas limites vizinhas das cidades de Mamanguape e Rio Tinto, conforme seguem:

- Em Mamanguape
Ciências Contábeis
Secretariado
Hotelaria
Sistemas de Informação
Pedagogia: Especialização em Educação de Jovens e Adultos
Gestão e Negócios
- Em Rio Tinto
Engenharia de Pesca
Design
Ecologia
Licenciatura em Geografia
Licenciatura em Matemática
Licenciatura em Computação

A distância que separa as instalações das unidades acadêmico-administrativas do

campus localizado nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto é de 3 km. Isso é perfeitamente compatível com a eficiência administrativa e a mobilidade de professores, alunos e servidores técnico-administrativos.

No Quadro nº 12, tem-se os aspectos acadêmicos básicos dos cursos ofertados, tais como: carga horária, anos de duração, turnos, número de entradas por ano e vagas oferecidas. Pelos dados ali apresentados, deduz-se que, ao final do período de conclusão de curso das primeiras turmas, ficará definido o quadro discente máximo do Campus, com um total de 6.160 alunos matriculados.

QUADRO Nº 12
CAMPUS UFPB LITORAL NORTE
ASPECTOS ACADÊMICOS BÁSICOS DOS CURSOS OFERTADOS

Cursos Ofertados	Carga Horária Total	Turno		Nº de Entrada por Ano	Vagas Ofertadas				Duração do Curso (Em Semestre)
		Até 2007	A Partir de 2008		Por Entrada		Por Ano		
					Até 2007	A Partir de 2008	Até 2007	A Partir de 2008	
Ciências Contábeis	2.700	Diurno/Not.	Diur/Not.	2	40	50	160	200	8
Secretariado	2.600	Noturno	Noturno	2	40	50	80	100	6
Hotelaria	3.560	Diurno	Diur/Not.	2	40	50	80	200	8
Sistemas de Informação	3.094	Diurno	Diurno	2	40	50	80	100	8
Pedagogia(Esp. E.J.A)	3.000	Noturno	Diur/Not.	2	40	50	80	200	8
Lic. Geografia	2.940	Noturno	Diur/Not.	2	40	40	80	160	8
Engenharia de Pesca	3.675	Diurno	Diurno	2	40	40	80	80	10
Gestão e Negócios	3.560	Diurno	Diurno	2	40	40	80	80	8
Ecologia	3.230	Diurno	Diurno	2	40	50	80	100	8
Design	3.600	Diurno	Diurno	2	40	40	80	80	8
Lic. Matemática	2.800	Noturno	Noturno	2	40	50	80	100	8
Lic. Computação	3.690	Diurno	Diur/Not.	2	40	40	80	180	8
Totais					480	550	1.040	1.580	

O cronograma de início de funcionamento dos cursos guardará coerência com o tempo necessário à construção das edificações e instalações, à implantação dos órgãos acadêmico-administrativos, equipamentos, laboratórios, bibliotecas etc. e à contratação de pessoal. Desse modo, a entrada em funcionamento dos cursos terá a seguinte distribuição temporal:

Segundo semestre de 2006

Ciências Contábeis
Secretariado
Hotelaria

Primeiro semestre de 2007

Engenharia de Pesca
Ecologia
Design

Licenciatura em Matemática
 Licenciatura em Computação
 Gestão e Negócios
 Pedagogia (Esp. Educação de Jovens e Adultos)
 Licenciatura em Geografia

Essa cronologia de implantação de cursos e os aspectos acadêmicos básicos destes, vistos no Quadro nº 12, definem a dinâmica expansiva temporal do número de alunos matriculados do novo Campus. O Quadro nº 13 apresenta essa evolução, até o final do período de conclusão de curso pelas primeiras turmas.

QUADRO Nº 13
CAMPUS UFPB LITORAL NORTE
EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS MATRICULADOS

Cursos Ofertados	Número Máximo de Alunos Matriculados					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ciências Contábeis	80	240	440	640	760	800
Secretariado	40	120	220	280	300	300
Hotelaria	40	120	320	520	680	800
Sistema de Informação		80	180	280	380	380
Pedagogia (Esp. E.J.A.)	40	120	320	520	680	800
Lic. Geografia	40	120	440	560	600	640
Engenharia de Pesca		80	160	240	320	400
Gestão e Negócios	40	120	200	280	280	280
Ecologia		80	180	280	380	400
Design		80	160	240	320	320
Lic. Matemática	40	120	220	320	380	400
Lic. Computação	40	120	440	560	600	640
Totais	360	1.400	3.280	4.720	5.680	6.160
Diurno	160	800	1.860	2.720	3.340	3.620
Noturno	200	600	1.420	2.000	2.340	2.540

5.2. Estrutura Acadêmico-administrativa

O conjunto das atividades acadêmico-administrativas do Campus Litoral Norte constituirá o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE) da UFPB. Para atender às necessidades do funcionamento da vida acadêmica do Centro, a sua estrutura organizacional, inclusive para definição dos seus cargos de direção e funções gratificadas, terá a seguinte composição:

- Centro de Ciências Aplicadas e Educação
- Departamento de Ciências Sociais

- Departamento de Ciências Exatas
- Departamento de Engenharia e Meio Ambiente
- Departamento de Educação
- Coordenação do Curso de Ciências Contábeis
- Coordenação do Curso de Secretariado
- Coordenação do Curso de Hotelaria
- Coordenação do Curso de Sistemas de Informação
- Coordenação do Curso de Pedagogia
- Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia
- Coordenação do Curso de Engenharia de Pesca
- Coordenação do Curso de Gestão e Negócios
- Coordenação do Curso de Ecologia
- Coordenação do Curso de Design
- Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática
- Coordenação do Curso de Licenciatura em Computação

6. RECURSOS PARA IMPLANTAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CAMPUS

A demanda dos recursos materiais, humanos e orçamentário-financeiros necessários à implantação e funcionamento do Campus prima pelos princípios da racionalidade e austeridade na aplicação do dinheiro público. Essa concepção envolve, necessariamente, uma gestão comprometida com a eficiência social. Mas esse novo campus deve ser modernamente bem dotado de infra-estrutura, corpo docente, quadro técnico-administrativo e demais condições operacionais básicas. Isto é imprescindível para assegurar o seu funcionamento no padrão de qualidade típico das instituições federais de ensino superior.

6.1. Recursos Humanos

O dimensionamento do quadro docente baseia-se nos seguintes parâmetros: a) número de turmas ingressantes por período letivo; b) carga horária semanal mínima de aula por docente igual a 12 horas e c) número médio de disciplinas cursadas por cada turma igual a seis. É evidente que os professores complementarão a sua carga contratual de trabalho com atividades de pesquisa e extensão.

Considerando-se esses parâmetros, quantificou-se a necessidade de professores a contratar para atender aos 12 cursos do Centro de Ciências Aplicadas e Educação,

conforme segue: 54 professores em 2006; 60 professores em 2007; 67 professores em 2008; 54 professores em 2009 e 45 professores em 2010. A demonstração dos resultados do processo determinante dessa evolução do corpo docente, por curso, encontra-se no Quadro nº 14.

QUADRO Nº 14
CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE
EVOLUÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES

Cursos	Número Total de Turmas Ingressantes (NTI) e											
	Número Anual de Professores Necessários Contratados (NPC)											
	2006		2007		2008		2009		2010		2011	
	NTI	NPC	NTI	NPC	NTI	NPC	NTI	NPC	NTI	NPC	NTI	NPC
Ciências Contábeis	2	5	6	13	10	21	14	29	16	33	16	33
Secretariado	1	2	3	6	5	10	6	12	6	12	6	12
Hotelaria	1	2	3	6	7	14	11	22	14	26	16	32
Sistema de Informação			2	5	4	9	6	13	8	17	8	17
Lic. Pedagogia (Esp. EJA)	1	2	3	6	7	14	11	22	14	26	16	32
Lic. Geografia	1	2	3	6	7	14	11	22	14	26	16	32
Engenharia de Pesca			2	5	4	9	6	13	8	17	10	21
Gestão e Negócios	1	3	3	7	5	11	7	15	8	17	8	17
Ecologia			2	5	4	9	6	13	8	17	8	17
Design			2	5	4	9	6	13	8	15	8	16
Lic. Matemática	1	5	3	9	5	13	7	17	8	19	8	19
Lic. Computação	1	5	3	9	7	13	11	25	14	29	16	32
Totais	9	26	35	82	69	146	102	216	126	254	136	280

A composição do quadro de servidores técnico-administrativos foi feita de acordo com as necessidades de categorias de servidores para o funcionamento eficiente dos órgãos do novo campus. Para tanto, consideram-se os requisitos padrões de servidores por unidade acadêmico-administrativa que constam no Quadro nº 15.

À luz dessas relações-padrão definiu-se a seguinte evolução quantitativa do quadro de servidores técnico-administrativos do Campus: 216 em 2006, 116 em 2007 e 10 em 2008. Definiu-se, também, a necessidade de 61 funções gratificadas e de dois cargos de direção.

Com os seus referidos quadros de pessoal docente e técnico-administrativo, o Campus desenvolverá as suas atividades acadêmicas e administrativas com níveis superiores de eficiência, comparados aos atualmente apresentados pela UFPB. Isso é o que revelam as seguintes relações técnicas:

Relações Técnicas	Campus	UFPB
	Litoral Norte	Atual
Relação Alunos de Graduação/Professor	22	13
Relação Total de Alunos/Professor	22	15
Relação Alunos de Graduação/Servidor Técnico-administrativo	18	5
Relação Total de Alunos/Servidor Técnico-administrativo	18	6

QUADRO Nº 15
CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE
REQUISITOS PADRÕES DE PESSOAL, CARGOS E FUNÇÕES
POR UNIDADE ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

Cargos por Unidade	Quantidade Necessária Segundo os Níveis								
	Nível Superior	Nível Médio	Nível Apoio	CD-3	CD-4	FG-1	FG-2	FG-3	FG-4
Acadêmico-Administrativa									
Direção de Centro	8	9	5	0	1	5	0	1	0
Diretor de Centro				1					
Vice Diretor de Centro					1				
Assessor						4			
Analista de Sistema	2								
Contador	1								
Engenheiro Civil	1								
Psicólogo	1								
Pedagogo	1								
Economista	1								
Secretária Executiva	1							1	
Assistente Administrativo		9							
Gerente de Rede Informática						1			
Pessoal de Apoio			5						
Chefia Departamental	0	3	2	0	0	1	0	0	1
Chefe Departamento						1			
Secretaria		1							1
Assistente Administrativo		2							
Pessoal de Apoio			2						
Coordenação de Cursos	0	3	2	0	0	1	0	0	1
Coordenador de Curso						1			
Secretaria		1							1
Assistente Administrativo		2							
Pessoal de Apoio			2						
Biblioteca Setorial	2	12	6	0	0	1	0	0	1
Bibliotecário	2								
Secretaria		2							1
Assistente Administrativo		9							
Técnico em Computação		1							
Pessoal de Apoio			6						
Chefe de Biblioteca						1			
Laboratório Acadêmico	0	5	2	0	0	0	0	1	0
Técnico em Computação		2							
Assistente Administrativo		3							

Chefe de Laboratório								1	
Pessoal de Apoio			2						
Laboratório Didático Aplicado	0	5	2	0	0	0	0	1	0
Técnico de Laboratório		2							
Assistente Administrativo		3							
Pessoal de Apoio			2						
Chefe do Laboratório								1	
Restaurante Universitário	2	4	4	0	0	1	0	0	0
Nutricionista	1								
Assistente Social	1								
Assistente Administrativo		4							
Pessoal de Apoio			4						
Gerente do Restaurante						1			

Nota: Para os cursos ofertados nos turnos diurno e noturno, os requisitos de servidores para os Departamentos e Coordenações serão o dobro dos apresentados.

A partir do dimensionamento dos requisitos de professores por turma ingressante e de funcionários por órgão acadêmico-administrativo, chegou-se à quantificação do quadro total de pessoal do Campus. O Quadro nº 16 apresenta a evolução anual da necessidade de contratação desses servidores e dos cargos de direção e funções gratificadas atribuídas a alguns deles.

QUADRO Nº 16
CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE
EVOLUÇÃO ANUAL DA NECESSIDADE DE PROFESSORES
E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Professores, Servidores Técnico-Administrativos	Necessidades de Contratação por Ano					Total
	2006	2007	2008	2009	2010	
Cargos e Funções						
<u>Professores de Ensino Superior</u>	<u>54</u>	<u>60</u>	<u>67</u>	<u>54</u>	<u>45</u>	<u>280</u>
Professor Adjunto I	19	23	28	23	22	115
Professor Assistente I	24	31	34	27	22	138
Professor Auxiliar	11	6	5	4	1	27
<u>Servidores Técnico-Administrativos</u>	<u>216</u>	<u>116</u>	<u>10</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>342</u>
Nível Superior	12					12
Nível Médio	136	70	6			212
Nível de Apoio	68	46	4			118
<u>Cargos e Funções</u>	<u>38</u>	<u>22</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>61</u>
CD-3: Diretor de Centro	1					1
CD-4: Vice-Diretor de Centro	1					1
FG-1: Chefia de Departamento	3	1				4
FG-1: Coordenador de Curso	8	4				12
FG-1: Assessoria	4					4
FG-2: Chefes de Laboratório.	9	12	1			22
FG-3: Secretária Executiva	1					1
FG-4: Secretária	11	5				16

Lab. Geoproc. e Sensoriam. Remoto	1	73							1	73
Laboratório de Práticas Hoteleiras			1	73					1	73
Laboratório de Secretaria Modelo	1	73							1	73
Laboratório de Sistemas de Informação			1	73					1	73
Laboratório de Pedagogia	1	73							1	73
Laboratório de Ecol. e Meio Ambiente			1	73					1	73
Escritório de Projetos. Econômicos e Empreendedorismo						1	73		1	73
Laboratório de Agricultura e Pesca			1	73					1	73
Laboratório de Análise de Água			1	73					1	73
Biblioteca Setorial	1	574							1	574
Restaurante Universitário	1	330							1	330
Centros Acadêmico-estudantis	8	191	4	96					12	287
Auditório	1	383							1	383
Centros Multimídia	2	145	2	145					4	291
Residência Universitária	0,3	198	0,3	198	0,4	264			1	660
Almoxarifado	1	143							1	143
Sala p/ Guardar Equipam. Acadêmicos	1	77							1	77
Total	99,3	6.295	70,3	3.745	43,4	2.247	43,0	2.065	256,0	14.352

6.3. Investimentos em Obras e Material Permanente

Para viabilizar a realização das obras das edificações/instalações e infra-estrutura do Campus referidas no Quadro nº 17, assim como a aquisição do correspondente material permanente, o MEC deve alocar recursos orçamentário-financeiros da ordem de R\$ 13.657.629,00. Esses recursos devem ser liberados em quatro anos: R\$ 5.897.156,00 em 2006; R\$ 4.651.190,00 em 2007; R\$ 1.732.323,00 em 2008 e R\$ 1.376.960,00 em 2009.

Não se pode dizer que se trata de um investimento de grande porte ou oneroso. Um tanto mais comparado aos benefícios sociais que vai gerar. Nunca é demais lembrar que, para a Paraíba, a educação é essencial, mais do que para os demais estados nordestinos, para a superação do atraso socioeconômico.

A situação socioeconômica da Paraíba é uma das mais precárias do Brasil. Ao longo das últimas três décadas, a população estadual padece o desconforto da involução econômica relativa, entre os estados nordestinos. No entanto, não se tem dedicado a devida atenção a esse fato.

Nos anos 1960, a economia da Paraíba era destacadamente a quarta maior do

Nordeste. A sua renda per capita chegou a ser a terceira mais alta. Atualmente, passou a ser a sexta economia estadual nordestina com uma renda per capita que só não perde para as do Maranhão, Piauí e Alagoas. O PIB paraibano superava o do Maranhão, em 32%, e o do Rio Grande do Norte, em 57%; hoje é inferior aos PIBs desses estados.

A Paraíba é desprovida de alentados estoques de recursos naturais e de capital produtivo. A grande parte do seu território está incrustada no Polígono das Secas, conferindo-lhe uma liderança maldita. Essas desvantagens comparativas prejudicam as atividades produtivas. Não justificam, porém, o avanço do subdesenvolvimento estadual.

O desenvolvimento socioeconômico da Paraíba depende fundamentalmente do processo de educação do seu povo. A humanidade torna-se cada vez mais moderna e complexa, na concepção e solução de seus problemas. Vivemos, há mais de três décadas, uma fase crescente de globalização econômico-cultural e emergência da sociedade do conhecimento. Nesse cenário, o país, região ou estado que ficar à margem do progresso educacional e científico-tecnológico pode estar condenado ao atraso.

A Paraíba precisa ter uma boa base de formação de recursos humanos de qualidade e de geração de conhecimentos científico-tecnológicos. A educação superior tem aí um papel fundamental. Primeiro, para oferecer pessoal de alta qualificação. Depois, para fomentar os níveis inferiores de ensino e servir de base científico-tecnológica ao desenvolvimento estadual.

QUADRO Nº 18
CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE
SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS EM OBRAS,
INSTALAÇÕES E MATERIAL PERMANENTE

Obras e Instalações	Evolução dos Investimentos Anuais em R\$ 1.000				
	2006	2007	2008	2009	Total
<u>Salas de Aula</u>	<u>1.300.760</u>	<u>853.610</u>	<u>766.262</u>	<u>830.800</u>	<u>3.751.432</u>
Obras e Instalações	1.115.275	731.885	663.472	767.040	3.277.672
Material Permanente	185.485	121.725	102.790	63.760	473.760
<u>Ambientes p/ Professores</u>	<u>352.152</u>	<u>276.330</u>	<u>299.440</u>	<u>266.160</u>	<u>1.194.082</u>
Obras e Instalações	296.152	232.330	253.440	224.160	1.006.082
Material Permanente	56.000	44.000	46.000	42.000	188.000
<u>Laboratórios Acadêmicos</u>	<u>606.677</u>	<u>774.622</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1.381.299</u>
Obras e Instalações	174.477	174.622			349.099
Material Permanente	432.200	600.000			1.032.200
<u>Laboratórios Didático-aplicados</u>	<u>619.582</u>	<u>1.119.163</u>	<u>164.895</u>	<u>0</u>	<u>1.903.640</u>
Obras e Instalações	139.582	279.163	34.895		453.640
Material Permanente	480.000	840.000	130.000		1.450.000
<u>Biblioteca Setorial</u>	<u>655.490</u>	<u>300.000</u>	<u>200.000</u>	<u>0</u>	<u>1.155.490</u>
Obras e Instalações	275.490				275.490
Material Permanente	80.000				80.000
Livros (5.000 Títulos e 20.000 Volumes)	300.000	300.000	200.000		800.000
<u>Centros Multimídia</u>	<u>115.791</u>	<u>115.791</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>231.582</u>
Obras e Instalações	69.791	69.791			139.582
Material Permanente	46.000	46.000			92.000
<u>Auditório Central</u>	<u>313.660</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>313.660</u>

Obras e Instalações	183.660				183.660
Material Permanente	130.000				130.000
<u>Ambientes p/ Órgãos Administrativos</u>	<u>446.814</u>	<u>238.297</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>685.111</u>
Obras e Instalações	316.814	168.967			485.781
Material Permanente	130.000	69.330			199.330
<u>Centros Acadêmico-estudantis</u>	<u>111.830</u>	<u>55.915</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>167.745</u>
Obras e Instalações	91.830	45.915			137.745
Material Permanente	20.000	10.000			30.000
<u>Restaurante Universitário</u>	<u>263.407</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>263.407</u>
Obras e Instalações	158.407				158.407
Material Permanente	105.000				105.000
<u>Residência Universitária</u>	<u>120.044</u>	<u>115.044</u>	<u>141.725</u>	<u>0</u>	<u>376.814</u>
Obras e Instalações	95.044	95.044	126.725		316.814
Material Permanente	25.000	20.000	15.000		60.000
<u>Almoxarifado</u>	<u>78.873</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>78.873</u>
Obras	68.873				68.873
Material Permanente	10.000				10.000
<u>Sala p/ Guardar Equipamentos Acadêmicos</u>	<u>36.732</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>36.732</u>
Obras	36.732				36.732
<u>Outras Obras</u>	<u>639.346</u>	<u>552.418</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1.191.764</u>
Pavimentação, calçadas e jardins	119.379	91.830			211.209
Rede elétrica	185.294	162.647			347.941
Rede de fibra ótica	229.575	137.745			367.320
Iluminação	105.098	86.732			191.830
Centro de vivência		73.464			73.464
Campos de Futebol		27.549			27.549
Quadras p/ esportes de salão		27.549			27.549
<u>Outros Materiais Permanentes</u>	<u>236.000</u>	<u>250.000</u>	<u>160.000</u>	<u>280.000</u>	<u>926.000</u>
Veículos	56.000	45.000	160.000	280.000	541.000
Equipamentos p/ rede de informática	180.000	170.000			350.000
Equipamentos p/ Centro de Vivência		35.000			35.000
Total	5.897.156	4.651.190	1.732.323	1.376.960	13.657.629

7. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DO CAMPUS

No quadro nº 19, tem-se o planejamento orçamentário-financeiro anual das despesas totais necessárias à implantação e funcionamento do Campus da UFPB Litoral Norte, no período 2006-2010. Excluem-se aí os dispêndios com pessoal e os benefícios vinculados pagos aos servidores. Como se sabe, os quadros de docentes e de servidores técnico-administrativos são especificados neste projeto apenas em unidades de pessoas (ver Quadro nº 16).

As despesas de Outros Custeios e Capital (OCC) necessárias ao funcionamento pleno do Campus deverão cobrir os seguintes itens:

Capital

Obras

Material Permanente

Custeio

Energia elétrica
 Água e esgoto
 Telefonia
 Vigilância
 Limpeza
 Manutenção e conservação
 Materiais de consumo
 Passagens
 Diárias
 Serviços de publicação
 Treinamento de pessoal
 Administração do Campus
 Serviços técnicos e consultorias
 Bolsas de estudo
 Refeições subsidiadas
 Assistência e promoção estudantil
 Outros

O planejamento orçamentário do Campus demonstra que a sua implantação requer um programa de financiamento específico para os seus primeiros cinco anos de funcionamento. Os orçamentos anuais totais correlatos para cobrir os investimentos em obras e material permanente e as despesas de custeio e manutenção são da seguinte magnitude: R\$ 6.571.956,00 em 2006, R\$ 6.478.140,00 em 2007, R\$ 3.740.843,00 em 2008, R\$ 3.593.173,00 em 2009 e R\$ 2.771.654,00 em 2010.

QUADRO Nº 19
CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE
PLANEJAMENTO ANUAL ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO SEGUNDO AS DESPESAS

Despesas	Evolução da Dotação' Orçamentária Anual Necessária					Total
	Em R\$ 1,00					
	2006	2007	2008	2009	2010	
<u>Capital</u>	<u>5.897.156</u>	<u>4.651.190</u>	<u>1.732.323</u>	<u>1.376.960</u>	<u>300.000</u>	<u>14.407.629</u>
Obras (vide Quadro nº 18)	3.661.471	2.350.135	1.078.533	991.200		8.081.339
<u>Material Permanente</u>	<u>2.235.685</u>	<u>2.301.055</u>	<u>853.790</u>	<u>635.760</u>	<u>300.000</u>	<u>6.326.290</u>
Conforme Quadro nº 18	2.235.685	2.301.055	653.790	385.760		5.576.290
De Reposição e Complementação			200.000	250.000	300.000	750.000
<u>Custeio</u>	<u>674.800</u>	<u>1.826.950</u>	<u>2.008.520</u>	<u>2.216.213</u>	<u>2.471.654</u>	<u>9.198.137</u>
<u>Despesas Básicas</u>	<u>85.000</u>	<u>284.000</u>	<u>329.100</u>	<u>376.900</u>	<u>420.280</u>	<u>1.495.280</u>
Energia Elétrica	48.000	162.000	186.600	208.600	233.980	839.180

Água e Esgoto	15.000	60.000	72.000	80.200	89.500	316.700
Telefonia	22.000	62.000	70.500	88.100	96.800	339.400
<u>Serviços Terceirizados</u>	<u>98.000</u>	<u>253.500</u>	<u>291.360</u>	<u>320.480</u>	<u>352.112</u>	<u>1.315.452</u>
Vigilância	50.000	118.500	142.200	156.400	172.062	639.162
Limpeza e Conservação	48.000	135.000	149.160	164.080	180.050	676.290
<u>Manutenção e Conservação</u>	<u>80.000</u>	<u>182.600</u>	<u>228.160</u>	<u>252.923</u>	<u>275.072</u>	<u>1.018.755</u>
De Equipamentos, Móveis e Utensílio	42.000	85.600	94.160	103.500	108.750	434.010
Da Rede de Informática	20.000	45.000	58.000	66.783	75.462	265.245
Combustíveis	18.000	52.000	76.000	82.640	90.860	319.500
<u>Materiais de Consumo</u>	<u>127.160</u>	<u>350.020</u>	<u>395.120</u>	<u>431.233</u>	<u>474.356</u>	<u>1.777.889</u>
De uso Acadêmico-administrativo	17.020	37.100	40.200	41.700	40.700	176.720
De uso em laboratórios	21.400	54.060	61.050	71.100	81.200	288.810
Para Higiene e Limpeza	6.280	17.040	21.550	23.115	23.466	91.451
Para Equipamentos Informática	20.100	50.400	60.800	70.100	80.250	281.650
Para uso Didático-Pedagógico	50.800	159.600	175.600	186.015	205.617	777.632
Outros	11.560	31.820	35.920	39.203	43.123	161.626
<u>Despesas com Locomoção</u>	<u>48.740</u>	<u>97.480</u>	<u>108.600</u>	<u>132.500</u>	<u>144.700</u>	<u>532.020</u>
Passagens	29.244	59.488	70.160	91.475	98.100	348.467
Diárias	19.496	37.992	38.440	41.025	46.600	183.553
<u>Despesas Administrativas</u>	<u>40.900</u>	<u>85.750</u>	<u>93.980</u>	<u>97.777</u>	<u>115.254</u>	<u>433.661</u>
Serviços de Public.e Comunicação	16.500	32.950	30.300	31.730	30.302	141.782
Administração do Campus	15.200	30.400	33.440	33.783	40.462	153.285
Treinamento de Pessoal	9.200	22.400	30.240	32.264	44.490	138.594
<u>Despesas de Implantação do Campus</u>	<u>42.000</u>	<u>79.000</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>121.000</u>
Serviços Técnicos e Consultorias	30.000	55.000				85.000
Outros	12.000	24.000				36.000
<u>Promoção Acadêmica e Assistência Estudantil</u>	<u>153.000</u>	<u>494.600</u>	<u>562.200</u>	<u>604.400</u>	<u>689.880</u>	<u>2.504.080</u>
Bolsas de Estudo	46.000	162.000	185.600	202.000	255.200	850.800
Refeições Subsidiadas	75.000	241.600	278.200	293.500	314.250	1.202.550
Manutenção Residência	10.000	30.000	33.000	36.300	39.930	149.230
Esporte e Lazer	10.000	32.000	29.800	32.400	35.100	139.300
Apoio a Eventos Acadêmicos	12.000	29.000	35.600	40.200	45.400	162.200
e Culturais						
Totais	6.571.956	6.478.140	3.740.843	3.593.173	2.771.654	23.605.766

8. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO PLENA DO CAMPUS

A primeira fase de implantação do Campus da UFPB Litoral Norte, no período novembro/2005 a dezembro/2006, visa oferecer as condições de funcionamento dos cursos de Ciências Contábeis, Secretariado, Hotelaria, Gestão e Negócios, Pedagogia, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Computação e Licenciatura em Geografia. A sua concretização dar-se-á através de um processo composto de, pelo menos, quatro etapas interligadas entre si, conforme segue.

- a) a primeira ocorrerá com a firmação de compromissos envolvendo a SESu/MEC, a UFPB e as Prefeituras dos municípios de Mamanguape e Rio Tinto;
- b) a segunda etapa será voltada à definição e elaboração dos projetos arquitetônicos e operacionais das obras e instalações e à realização dos correspondentes processos licitatórios;
- c) a terceira etapa será dedicada à construção e formalização dos projetos político-pedagógicos dos cursos e à contratação de professores e servidores técnico-administrativos;
- e) a quarta etapa promoverá a implantação dos órgãos componentes do Campus, com a entrada em operação das instalações das unidades administrativas e dos equipamentos didático-pedagógicos e o início de funcionamentos dos cursos.

A segunda fase de implantação do Campus se caracterizará pela criação das condições de funcionamento dos cursos de Engenharia de Pesca, Design, Ecologia e Sistemas de Informação. A sua execução ocorrerá de janeiro a dezembro de 2007. As etapas a serem implementadas para tanto são da mesma natureza daquelas da primeira fase.

Todas as ações desenvolvidas nas etapas da primeira e da segunda fase de implantação do Campus serão coordenadas por um grupo gestor nomeado pelo reitor da UFPB. Esse grupo será responsável pela elaboração dos relatórios de acompanhamento, prestação de conta etc. que serão sistematicamente submetidos ao Conselho Superior da Universidade e ao MEC.

CAMPUS DA UFPB LITORAL NORTE
CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO PLENA DO CAMPUS

Etapas	2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	Nov. a Dez.	Jan.	Fev. a Maio	Jun. a Dez.	Jan a Jun..	Jul. a Dez.						
1. Apresentação do Projeto à SESu	X											
2. Aprovação do Campus p/ CONSUNI/UFPB	X											
3. Definição instalações provisórias	X											
4. Definição terreno p/ construção	X											
5. Realização concurso arquitetura do Campus	X	X										
6. Assinatura Convênio Bianual c/SESu	X											
7. Licitação e Contratação das obras												
Para as 1ª e 2ª fases de implant. do Campus			X	X	X							
Para as fases seguintes de implant. do Campus						X	X	X	X			
8. Execução das obras												
Para as 1ª e 2ª fases de implant. do Campus			X	X	X							
Para as fases seguintes de implant. do Campus						X	X	X	X	X		
9. Implantação dos Laboratórios												
Para os cursos que começam em 2006			X	X								
Para os cursos que começam em 2007				X	X							
10. Implantação dos Órgãos Administrativos		X	X	X								
11. Nomeação dos Dirigentes do Campus			X									
12. Nomeação da Coord. de Implant. do Campus		X										
13. Aquisição dos Materiais Permanentes												
Para as 1ª e 2ª fases de implant. do Campus			X	X								
Para as fases seguintes de implant. do Campus				X	X			X	X	X		
14. Implantação da Biblioteca			X	X		X	X					
15. Realização de concurso docente e TA's		X	X									
16. Aprovação de Proj. Pol. Pedagógico			X	X	X	X						
17. Realização de vestibular (PSS)		X	X									
18. Início período letivo 2006-2				X								
19. Início período letivo 2007-1					X							
20. Implantação Restaurante Universitário			X	X								
21. Implantação Residência Universitária			X	X								
22. Colação de grau das primeiras turmas concluintes											X	X

Fonte: Elaboracao propria, 2013

Anexo B - Ata do CONSUNI sobre o Processo de Implantação do *Campus* do Litoral Norte**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

Ata de reunião extraordinária do CONSUNI,
realizada no dia 17 de março de 2006.

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e seis, às nove horas, na sala de reuniões da SODS, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Universitário, sob a presidência do Magnífico Reitor, professor Rômulo Soares Polari, com a finalidade de discutir o processo de implantação do Campus Litoral Norte, o Relatório de Gestão do exercício de 2005 e o Calendário da Estatuinte. Atendendo à convocação, compareceram os conselheiros Maria Yara Campos Matos, Marcelo de Figueiredo Lopes, Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto Vasconcelos, Jaldes Reis de Meneses, Severino Elias Sobrinho, Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante, Fátima Maria Santana Lins Braga, Antônio Creão Duarte, Rita Baltazar de Lima, José Estevam de Medeiros Filho, Divan Soares da Silva, Antônio Eustáquio Resende Travassos, Otávio Machado Lopes de Mendonça, Luiz Augusto da Franca Crispim, Clivaldo Silva de Araújo, Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz, Vinícius Ximenes Muricy da Rocha, Ausentes os conselheiros, Ierecê Maria Lucena Rosa, Rosimar de Castro Barreto, Edimar Mesquita de Oliveira, Raimundo Cavalcanti Rodrigues, Paulo Navarro de Moraes, David Soares de Souza e Hugo Belarmino de Moraes. Verificada a existência de quorum regimental, Em seguida, passou à comunicações, informando a divulgação de uma notícia de que o Reitor da UFPB havia participado de uma audiência pública na cidade de Santa Rita-PB, cuja comunidade, em especial os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio, estava se movimentando com as lideranças políticas locais no sentido de pleitear a implantação de um *campus* da UFPB naquele Município. Disse que assumira o compromisso de analisar as possibilidades, mas que via dificuldades de viabilizar em curto prazo porque muitas variáveis precisavam ser consideradas, colocando como possibilidade também a implantação de um CEFET ou de uma escola profissionalizante. Com a palavra, a conselheira Maria Yara Matos informou que, na qualidade de Vice-Reitora da UFPB, havia participado da última reunião da ANDIFES na qual foram discutidas, principalmente, uma proposta de melhoria de salário dos servidores técnico-administrativos de nível superior e a questão do financiamento dos hospitais universitários. Por fim, disse que participara, representando a UFPB, de uma solenidade na Universidade Estadual da Paraíba em comemoração aos 40 anos de fundação, solicitando uma moção de congratulações pela àquela Instituição pela data, acolhida pela unanimidade dos membros do Conselho presentes. Com a palavra o conselheiro Lúcio Flávio Vasconcelos informou o falecimento do professor Bernard Gontiès, do Departamento de Psicologia do CCHLA, propondo voto de pesar a sua família, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra a conselheira Fátima Braga que apresentou moção, acolhida por unanimidade pelo Conselho de Congratulações ao Magnífico Reitor do Centro Universitário de João Pessoa, Professor José Loureiro Lopes e ao Vice-Reitor, professor Osvaldo Trigueiro do Vale, pela posse para conduzirem a

instituição coirmã em prol do desenvolvimento do ensino superior na Paraíba. Com a palavra a conselheira Margareth de Melo Diniz indagou como estava o processo de eleição para os representantes dos servidores técnico-administrativos no CONSUNI, porque fora questionada por uma funcionária do CCS. O conselheiro Severino Elias disse que era membro da comissão, mas se desligara, e o presidente, funcionário da SRH, ficou encarregado de dar os encaminhamentos necessários para início do processo. O conselheiro Antônio Eustáquio informou a realização do 1º Seminário de Arte na Escola, com grande participação de professores da região. Com a palavra a conselheira Ierecê Lucena solicitou que fosse dada maior agilidade nos processos de incorporação de veículos doados porque, dada a morosidade na tramitação dos processos, o último emplacamento do veículo do projeto do qual é coordenadora, foi pago por ela, porque a UFPB não poderia emplacar sem que houvesse a incorporação. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao conselheiro Antônio José Creão que informou da realização, no Teatro Paulo Pontes, da solenidade de colação de Grau do CCEN, com mais de cento e vinte alunos. Comunicou ainda que estava ocorrendo no Auditório do Conselho de Centro do CCEN a palestra sobre “Aprendizagem significativa mediada por computador”, proferida pelo professor Romero Tavares, do Núcleo de Desenvolvimento e Construção de Objeto de Aprendizado do Departamento de Física. Informou ainda sobre a realização do II Curso de Bioinformática e Biologia Molecular que deverá acontecer de 27 de março a 13 de abril de 2006. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao conselheiro Clivaldo Araújo que falou da necessidade da aprovação dos relatórios das Fundações José Américo e FUNAPE, lembrando que emitira parecer em processo referente ao relatório de atividades da FUNAPE, aprovado recentemente pelo CONSUNI, com destaque para que fosse discutida a situação das fundações de apoio à UFPB. O Senhor Presidente disse que a discussão era de interesse da UFPB devido ao fato de poucas pessoas entenderem o que é uma Fundação de Apoio na Universidade. O conselheiro Severino Elias sugeriu que fosse promovido um seminário interno para que se pudesse conhecer o funcionamento das fundações de apoio à UFPB uma vez que as mesmas estão com uma imagem muito ruim diante da comunidade. Com a palavra, o conselheiro Lúcio Flávio Vasconcelos sugeriu a presença do Secretário Executivo da FUNAPE, não só no CONSUNI como também no CTA, para dar esclarecimentos e dirimir dúvidas referentes ao funcionamento da referida fundação junto a UFPB, uma vez que a mesma tem autonomia e não cabia à administração da UFPB falar por ela. Após algumas explicações, o Senhor Presidente passou a palavra ao conselheiro Jaldes Meneses que disse que quando essas Fundações dão certo se desligam da estrutura das universidades, citando o exemplo da UFMG e sua Fundação, entre outras. O Senhor Presidente passou em seguida, à ordem do dia com o Processo nº 23074.001.279/06-11 em que o Gabinete do Reitor encaminha Projeto de criação e implantação do campus do Litoral Norte, sob a responsabilidade do conselheiro Severino Elias. O relator apresentou suas considerações sobre o projeto, falando sobre a vocação para a interiorização e o pioneirismo que marcaram a implantação dos vários *campi* da UFPB no reitorado do professor Lynaldo Cavalcanti. Falou dessa oportunidade de retomada do processo numa conjuntura particularmente favorável. Descreveu o projeto e, ao final, emitiu parecer favorável a sua aprovação, como proposto. Em discussão, o Senhor Presidente apresentou o quadro de evolução do ensino de graduação no Brasil, Nordeste e Paraíba, enfatizando mais precisamente que na Paraíba houve uma queda muito grande no número de alunos matriculados na rede pública devido ao crescimento da rede privada de ensino. Disse que

nesse panorama, foi constatada, no próprio Nordeste, uma involução relativa da Paraíba, que já esteve na quarta posição na região com mais alunos matriculados na educação superior, o que não era uma situação interessante para um Estado que possuía tradição de ser inovador e muito aguerrido na busca de expansão da educação superior. Disse ainda que via com muito bons olhos esta política de expansão do MEC, tentando sanar essa deficiência histórica da educação superior no Brasil, sobretudo no segmento público e que, pelas estatísticas mais recentes, já estavam sendo implantados de quarenta e cinco novos campi e dez novas universidades, das quais quatro genuinamente novas e seis universidades por transformação de faculdades ou centros isolados. Apresentou dados sobre as propostas em andamento no MEC e enfatizou a necessidade de retomada pela UFPB dessa vocação para a interiorização, dizendo que a implantação do Campus Litoral Norte, atendendo à demanda das comunidades e municípios das micro-regiões do litoral norte de Sapé, era uma grande oportunidade para a UFPB. Com relação aos meios para viabilizar a implantação do campus, disse que já estava acertada uma cota extra de professores, provavelmente com abertura de concurso público para o mês de abril do corrente, bem como para servidores técnico-administrativos e a previsão de recursos para residência e restaurante universitários, pólos multimídias, coordenações. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao conselheiro Divan Soares que informou da realização de uma reunião no CCA na qual foi discutido o Campus do Litoral Norte. Disse que o Centro de Ciências Agrárias não se opunha à criação do Campus, mas via uma restrição quanto ao Curso de Ecologia, já que o Centro iniciara há cinco anos uma discussão para criar um curso de Ecologia no CCA, mas chegara à conclusão de que o momento não era apropriado, pois a profissão de ecologista ainda não era regularizada. Disse que havia uma preocupação quanto à similaridade dos cursos, mas que, de forma alguma, o CCA seria oposição ao Campus do Litoral Norte. O Senhor Presidente disse que a criação do Curso de Ecologia apresentava coerência com relação aos cursos que seriam implantados: Engenharia de Pesca, Antropologia e Cultura Indígena e Ecologia, levando em conta ser uma região de reserva indígena e ecológica e que estes foram pontos altos na análise do mérito do projeto feita pelo MEC. Disse ainda que, na oferta de cursos, a intenção não era duplicar o que já existia na UFPB e sim projetar o futuro, com base no PDI para quatro anos, onde não constava uma proposta concreta do CCA de criação do curso de Ecologia e sim de Medicina Veterinária. Com a palavra, o conselheiro Jaldes Meneses declarou seu voto favorável ao parecer do relator, conselheiro Severino Elias, dizendo que essa era uma discussão de relevância e que o foco principal deveria ser a expansão porque via com preocupação o processo de criação de algumas universidades, especialmente as resultantes de transformação de faculdades isoladas. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao conselheiro Vinícius Ximenes que indagou sobre o andamento do processo de diálogo com os movimentos sociais da região onde seria implantado o Campus da UFPB, por considerá-los parceiros privilegiados no debate da implantação do Campus, uma vez que há muitos anos discutem esta proposta. Perguntou ainda quais providências a Administração Central estava adotando para a implantação dos cursos com funcionamento previsto para o segundo semestre de 2006. O Senhor Presidente disse que a UFPB, como Instituição, não tinha compromisso político nem com partidos e nem com grupos sociais específicos e que, durante a discussão da possibilidade da implantação do Campus Litoral Norte, toda a comunidade foi convidada a participar. Disse que a atuação de toda a bancada paraibana foi muito importante para a aprovação da proposta, independente de vinculação partidária. Reportando-se à questão dos

meios, levantada pelo conselheiro Vinícius Ximenes, disse o projeto tem um cronograma de execução que permite a contratação de imediato de professores, com previsão de concurso público para abril de 2006. Com relação às instalações para início das aulas, disse que as prefeituras das cidades de Rio Tinto e Mamanguape disponibilizaram locais com condições de receber os alunos, até que as instalações do novo campus sejam concluídas, o que estava previsto para o final desse ano. Informou que estava previsto um vestibular extra para o meio do ano com seis cursos sendo ofertados e que no PSS de 2007 todos os cursos deveriam estar incluídos. Com a palavra, a conselheira Rita Lima solicitou esclarecimentos quanto à questão das disciplinas e criação dos cursos. O conselheiro Umbelino de Freitas disse que as informações relativas ao material e equipamentos necessários ao funcionamento dos novos laboratórios foram prestadas pelos laboratórios afins já existentes e que os cursos e disciplinas serão discutidos e aprovados pelo CONSEPE. Depois de mais alguns pronunciamentos, o Senhor Presidente colocou o parecer do relator em votação tendo-se obtido a unanimidade de votos favoráveis a sua aprovação. A conselheira Fátima Braga sugeriu que, em se concretizando a implantação do Campus de Santa Rita, a UFPB entrasse em contato com a Prefeitura de Bayeux para viabilizar a instalação do campus nos limites dos dois municípios, possibilitando um grande acesso do alunado, dos professores e servidores. Em seguida o Senhor Presidente passou ao Processo nº 23074.004.589/06-15, em que o Gabinete do Reitor encaminha relatório de gestão do exercício de 2005, sob a responsabilidade do conselheiro Guilherme Cavalcanti de Albuquerque que detalhou as peças constantes do processo e emitiu parecer favorável à aprovação da prestação de contas do Reitor, relativa ao exercício de 2005. Em discussão, o conselheiro Severino Elias questionou a menção dos sequenciais, uma vez que a proposta de resolução regulamentando o funcionamento ainda se encontrava no âmbito do CONSEPE, tendo solicitado que o Senhor Presidente a resgatasse junto àquele Conselho para que os cursos sequenciais fossem implementados. Com a palavra, o conselheiro Jaldes Meneses declarou sua abstenção em votar, uma vez que não teve tempo para estudar o processo. Em votação, o parecer do relator foi aprovado por doze votos favoráveis e duas abstenções. Deixaram de votar, segundo o que determina o Estatuto da UFPB, os conselheiros que pertençam à Administração Central. Dado o adiantado da hora, o Senhor Presidente deixou de apresentar ao plenário para apreciação o calendário da Estatuante, encerrando a sessão. Do ocorrido, eu, Maria Suzana Guerra de Oliveira, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e demais presentes a sua aprovação. Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 17 de março de 2006.

Anexo C - RESOLUÇÃO 5/2006 (CONSUNI) - Autoriza a Implantação do *Campus IV* da Universidade Federal da Paraíba (Litoral Norte).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

Resolução nº 05/2006

Autoriza a implantação do Campus IV da
Universidade Federal da Paraíba (Litoral Norte) e
dá outras providências.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista a deliberação adotada no plenário em reunião extraordinária realizada no dia 17 de março de 2006 (Processo nº. 23074.001279/06-11), e

CONSIDERANDO a necessidade de promover a interiorização da educação superior pública federal no Estado da Paraíba, como fonte propulsora do desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social;

CONSIDERANDO, também, que se impõe integrar a UFPB à diretriz da política de expansão do ensino superior público federal promovida pelo MEC, cuja ênfase é a interiorização das atividades acadêmico-científicas das Instituições Federais de Ensino Superior;

CONSIDERANDO, ainda, ser imprescindível fortalecer a ação da universidade pública federal como fator de desenvolvimento socioeconômico, cultural e educacional para os municípios menos desenvolvidos, social e economicamente, da micro-região Litoral Norte-Sapé;

CONSIDERANDO, por fim, ser de fundamental importância para a UFPB integrar, de forma sistemática, as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição à vida socioeconômica regional local, segundo uma concepção de desenvolvimento sustentável,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar a implantação do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (Litoral Norte), com sede na cidade de Rio Tinto.

§ 1º As unidades acadêmicas do *Campus* de que trata o caput deste artigo instalar-se-ão em áreas-limite vizinhas às cidades de Mamanguape e Rio Tinto.

§ 2º A sua composição organizacional será feita pelas normas estatutárias e regimentais da UFPB.

§ 3º Caberá aos órgãos afins da UFPB o devido assessoramento para implantação e implementação das unidades setoriais do Campus.

Art. 2º Fica a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) desta Universidade responsável pela organização administrativa e acadêmica dos cursos inicialmente propostos e a serem criados com vinculação àquele Campus, na forma prevista nos seus respectivos projetos político-pedagógicos.

Art. 3º Passa a fazer parte desta resolução, como Anexo, o projeto de implantação do Campus IV (Litoral Norte) da UFPB.

Art. 4º Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Universitário.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 17 de março de 2006.

RÔMULO SOARES POLARI
PRESIDENTE

Anexo D

Escritura de Doação do Terreno da UFPB – Unidade Mamanguape

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA

C Silva Ramos
Serviço Notarial e Registral
Titular: Teresa Ramos Lins

Rua Presidente João Pessoa, 27 Mamanguape - Paraíba CEP: 58.280-000 - Fone:(83)3292-2280

Registro N.o...R.2/5422... Livro N.o2-4F.... Fls. ...176v..

Denominação do Imóvel:....Lote 01 da gleba 006 da PTC Rio Tinto
do Município e Comarca de Mamanguape-
.....
.....
.....

Adquirente:....UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA.....
.....
.....

Transmitente: Prefeitura Municipal de Mamanguape.
.....
.....
.....

Valor do Contrato: R\$: 40.000,00 (quarenta mil reais)
.....
.....



Silva Ramos
Serviço Notarial e Registral
Titular: Teresa Ramos Lins



Livro nº 98
Fls. 08/08v
1º Traslado

ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO que faz a
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE, de um
terreno denominado Lote P.01 da gleba 006 do PIC RIO
TINTO, deste Município e Comarca, com a área de 2,6085 ha, a
“UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA”, nos termos
abaixo.

SAIBAM quantos esta escritura pública de doação virem, que aos dez (10) dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, (10.05.2006), nesta cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba, República Federativa do Brasil, neste Serviço Notarial, à Rua Presidente João Pessoa, nº 27, compareceram perante mim tabelião, partes entre si justas e contratadas a saber : de um lado, como **DOADORA** : Prefeitura Municipal de Mamanguape, pessoa jurídica, de direito público, CNPJ /MF nº 08.898.124/0001-48, neste ato representada por seu Prefeito Constitucional, Sr. Fábio Fernandes Fonseca, brasileiro, solteiro, estudante universitário, portador da Cédula de Identidade nº 1.638.581 – SSP-PB, inscrito no CPF sob nº 873.061.404 – 00, residente à rua Genésio de Andrade, nº 99, nesta cidade; e, de outro lado, como Outorgada **DONATÁRIA**, A “**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**”, Instituição Autárquica Federal de Educação Superior, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Cidade Universitária, em João Pessoa, Estado da Paraíba, - CEP 58059-970, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.098.477/0001-10, neste ato representada pelo seu Reitor Professor ROMULO SOARES POLARI, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 127.607 – SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 003.406.424-91, residente e domiciliado em João Pessoa –PB, na Rua Professor Joaquim Santiago, 256 ap. 404, Bairro Expedicionários CEP 58041-030; os presentes meus conhecidos, através dos documentos que me foram exibidos, do que dou fé. E, pela Outorgante Doadora, por seu representante legal, me foi dito: 1º) que é senhora e legítima possuidora de um lote nº P.01 da gleba nº 006 do Projeto Integrado de Colonização Rio Tinto, deste município e Comarca, com a área de 2,6085 ha (dois hectares, sessenta ares e oitenta e cinco centiares), com os limites e confrontações seguintes: Norte, área destinada a CEHAP, separada pela estrada vicinal e lote pararural nº 2; Leste, lote pararural nº 2; Sul, perímetro urbano; Oeste, perímetro urbano e área destinada a CEHAP, separada pela estrada vicinal, apresentando o seguinte memorial descritivo – partindo-se do marco M-01 com azimute 59°15’10”- lado 102,00m, limitando-se com a estrada vicinal chega-se ao marco M-02, deste limitando-se com o lote pararural nº 02, com lado 272,00m e azimute 142°00’00” chega-se ao marco M-03, deste limitando-se com o perímetro urbano com lado 100,80m e azimute 236°30’05” chega-se ao marco M-04, deste limitando-se com a estrada vicinal lado 125,00m e azimute 322°00’00” chega-se ao marco M-05, deste limitando-se com uma área da CAGEPA com lado 40,00m e azimute 52°00’00” chega-se ao marco M-06, deste limitando-se com uma área da CAGEPA com lado 50,00m e azimute 321°30’00” chega-se ao marco M-07, deste limitando-se com uma área da Cagepa, com lado 40,00m e azimute 232°30’30” chega-se ao marco M -08, deste limitando-se com a estrada vicinal, com lado 105,00m e azimute 321°00’00”

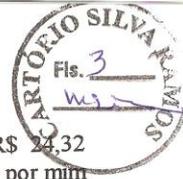
CARTÓRIO SILVA RAMOS
1.º OFÍCIO
Mamanguape - PB

Rua Presidente João Pessoa, 27, Mamanguape, Paraíba
Teresa Ramos Lins
CEP: 58.280-000 – Fone: (83) 3292-2700
TABELIÃO E OFICIAL DO REGISTRO



chega-se ao marco M-01 ponto inicial deste perímetro, cadastrado no INCRA sob nº 8150711037641 A.T 2,8, ex-vi CCIR 2003/2004/2005 e na Receita Federal ITR sob nº 4.790.503- 4 conforme certidão emitida em 30/03/2006, adquirido através de desapropriação amigável, conforme escritura pública datada de 04 de abril de 2006, lavrada nas notas deste Serviço Notarial, devidamente registrada sob nº R 1/5422, Livro 2-AF, fls.176 em 05 de abril de 2006, no Registro de Imóveis desta Comarca; 2º) Que nos termos da Lei nº 546/06 de 05 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial do Município, adiante transcrito, o Prefeito do Município foi autorizado pela Câmara Municipal a doar a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA** para edificação do CAMPUS UNIVERSITÁRIO, o terreno acima mencionado; 3º) Que, possuindo assim, como de fato possui, o referido terreno, o qual se encontra livre e desembaraçado de hipotecas, penhora, ônus legais ou convencionais de qualquer natureza, o que é afirmado sob as penas da lei; a Outorgada Doadora, por seu representante legal por bem desta escritura e na melhor forma de direito, e ainda em face da autorização que lhe foi dada pela Lei nº 546/06 faz doação a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA do mencionado terreno acima caracterizado, como de fato doado fica a partir da assinatura desta escritura, transmitindo a Outorgada Donatária, todo o domínio, posse, direitos e ações que ela Outorgante exercia sobre o mesmo, até agora, para que a Outorgada Donatária as considere como sua que é e fica sendo de ora por diante, dando-se a esta doação o valor estimado de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para efeito do pagamento do Imposto; 4º) Que, nos termos da Lei nº 546/06 acima citada, o terreno doado reverterá ao Patrimônio Municipal, se no prazo de dois (02) anos, a partir da assinatura desta escritura a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA não utilizar o imóvel para o fim mencionado no artº 3º e 4º da citada Lei. Pela Outorgada Donatária, por seu representante legal me foi dito que aceita a presente escritura, nos termos como se encontra redigida. “Lei nº 546/06 -Estado da Paraíba. Prefeitura Municipal de Mamanguape. DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. Lei nº 546/06 de 05 de abril de 2006. Dispõe sobre a doação do imóvel do patrimônio público municipal destinado à edificação do CAMPUS UNIVERSITÁRIO e dá outras providências. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele promulga e sanciona a seguinte LEI. Art.1º Fica doado o terreno pertencente ao patrimônio municipal, situado neste Município com uma área de 2,6085 há, denominado Lote P 01 da Gleba 006 do antigo Projeto Integrado de Assentamento Rio Tinto, com os seguintes limites: Norte, área destinada a CEHAP, separada pela estrada vicinal e lote para-rural nº 2; Sul, perímetro urbano:Leste, lote pararrural nº 2 e Oeste, perímetro urbano e área destinada a CEHAP, separada pela estrada vicinal; Art.2º - Mencionado imóvel destina-se à edificação do CAMPUS UNIVERSITÁRIO e está sendo doado a UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA -UFPB. Art.3º O donatário beneficiado com a presente doação ficará obrigado a construir o CAMPUS UNIVERSITÁRIO no referido imóvel no prazo de 02 (dois) anos, a contar da data da lavratura da Escritura Pública de Doação. Artº 4º O imóvel doado através desta lei reverterá ao patrimônio municipal, acaso o donatário não cumpra com a as disposições contidas no artigo 3º desta Lei.. Art.5º Da mesma forma, reverterá o imóvel ao patrimônio municipal inclusive com as edificações e benfeitorias nele implementadas a qualquer tempo, independente de indenização, acaso seja modificado a finalidade de sua utilização, que é a instalação do CAMPUS UNIVERSITÁRIO. Art. 6.º Fica, ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar a respectiva Escritura Pública de Doação em favor do Donatário. Art.º 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário. Paço da Prefeitura Municipal de Mamanguape/PB, em 05 de abril de 2006. (a) Fábio Fernandes Fonseca – Prefeito Municipal.. Foi apresentada a guia do imposto de transmissão ITCD nº 31292, pela qual se lê : NÃO INCIDÊNCIA Art 4º, inciso I, alínea “a” da Lei n 5.123/89, Apresentaram certidão fornecida pelo INSS - positiva de débito com efeitos de negativa nº 001832006-13001090, datada de hoje, fornecida através de Internet. Foram pagos

CARTÓRIO SILVA RAMOS
1.º OFÍCIO
Mamanguape - PB
Teresa Ramos Lins
TABELIÃ E OFICIAL DO REGISTRO



pelos emolumentos R\$ 721,33 – FEPJ R\$ 21,63 – FARPEM R\$ 28,99- Distribuição – R\$ 24,32
 - Total - R\$ 796,27. E como assim o disseram, me pediram esta escritura que lhes sendo por mim
 lida em presença das partes, reciprocamente aceitaram, outorgaram e assinam, dispensando
 testemunhas face o provimento nº 3/87 da Corregedoria Geral da Justiça deste Estado. Eu,
 Teresa Ramos Lins, tabeliã, digitei e subscrevi. Mamanguape, 10 de maio de 2006. (aa) Fábio
 Fernandes Fonseca – Rômulo Soares Polari.

Está conforme o original; dou fé.
 Mamanguape, 10 de maio de 2006.

Em Test^o da verdade

Teresa Ramos Lins
 A 1ª Tabeliã Pública.

SILVA RAMOS - Serviço Registral de Imóveis - 1º Ofício
 Protocolado às fls. 03 do livro 15.062
 Registrado às fls. 146 do livro 2-AF
 sob nº 22 Ref. Matrícula 5422
 OBS.....
 Mamanguape/PB 01.12.2006
Teresa Ramos Lins
 Teresa Ramos Lins - Oficial do Registro

CARTÓRIO SILVA RAMOS
 1.º OFÍCIO
 Mamanguape - PB
 Teresa Ramos Lins
 TABELIÃ E OFICIAL DO REGISTRO

GUIA DE COMUNICAÇÃO - GC
 Provimento nº 11 /97 DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

NOME DO OFÍCIO
Cartório Silva Ramos 1º Ofício

NATUREZA DO ATO

Escritura Pública de Doação R\$ 40.000,00

NATUREZA DO ATO OU NEGÓCIO Lote P.01 Gleba 006 - PIO Rio
Tinto d/Município e Comarca - área - 2,6085 ha.

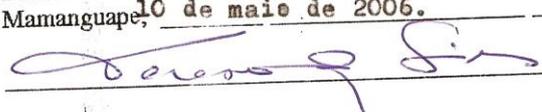
OUTORGANTE(S) / NOME E CPF Prefeitura Municipal de Mamanguape -
08.898.124/0001-48, repres. Sr. Fábio Fernandes Fonseca -873.
061.404-00.

ENDEREÇO Mamanguape-PB

OUTORGADO(S) / NOME E CPF Universidade Federal da Paraíba -
repres. pelo seu Reitor - Romulo Seares Pelari- 003.406.424-91.

ENDEREÇO João Pessoa-PB.

DATA E ASSINATURA DO TITULAR OU PREPOSTO
 Mamanguape, 10 de maio de 2006.



RECEBI
 em 10 de 05 de 06
Edio Madureza
 DISTRIBUIDOR

CARTÓRIO SILVA RAMOS
 1.º OFÍCIO
 Mamanguape - PB
 Teresa Ramos Lins
 TABELA E OFICIAL DO REGISTRO

Anexo E**Escritura de Doação do Terreno da UFPB - Unidade Rio Tinto****OFÍCIO ÚNICO****Bel. Adson Hugo Pimentel**
Tabelião e Oficial**LIVRO: 18-E**
FLS: 47/47v**NATUREZA: ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO.**
OUTORGANTE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO TINTO.
OUTORGADO(A)(S): UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.



Bel. Adson Hugo Pimentel
Tabelião e Oficial

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

OFÍCIO ÚNICO

R. da Mangueira nº 29 – Centro – Rio Tinto (PB)
Cep – 58297-000 – Fone: (083) 3291-2342

LIVRO: 18-E
FLS. 47/47v.
1º TRASLADO

ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO, NA
FORMA ABAIXO:

S A I B A M quantos esta Pública Escritura de Doação, virem que, aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete (22/10/2007), nesta cidade de Rio Tinto, Estado da Paraíba, neste Serviço Notarial, sito à Rua da Mangueira, nº 29, perante mim Tabelião, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber, como Outorgante Doadora, a **“PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DE RIO TINTO”**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF. sob o nº 08.899.940/0001-76, com sede à Rua Assis Chateaubriand, s/nº, Centro desta cidade, neste ato devidamente representada por sua Prefeita Constitucional, Sra. **MAGNA CELI FERNANDES GERBASI**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 940.201-SSP/PB., inscrita no CPF/MF. Sob o nº 456.649.354-72, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua da Mangueira, nº 54, e, de outro lado como Outorgada Donatária, a **“UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA”**, Instituição Autárquica Federal de Educação Superior, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Cidade Universitária, em João Pessoa, Estado da Paraíba – CEP 58059-970, inscrita no CNPJ/MF. sob o nº 24.098.477/0001-10, neste ato representada por seu Reitor Professor **ROMULO SOARES POLARI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº RG 127.607-SSP/PB., inscrito no CPF/MF. sob o nº 003.406.424-91, residente e domiciliado na cidade de João Pessoa-PB., à Rua Professor Joaquim Santiago, nº 256, aptº 404, Bairro Expedicionários – CEP 58041-050, os presentes capazes juridicamente, identificado(s) por mim Notário, através dos documentos que me foram exibidos, do que dou fé. E perante mim, pela **Outorgante Doadora**, por sua representante legal, acima referida, me foi dito: 1º) que sendo senhora e legítima possuidora de um terreno próprio, medindo uma área total de **5,2406ha². (Cinco hectares, vinte e quatro ares e seis centiares)**, desmembrado do imóvel denominada de **“PARQUE INDUSTRIAL”**, localizado na zona urbana desta cidade de Rio Tinto, Estado da Paraíba, situado à Av. Santa Elizabeth, s/nº - Centro, limitando-se ao NORTE, com a citada Avenida e Riacho; ao SUL, com a área remanescente do Parque Industrial da Companhia de Tecidos Rio Tinto; ao LESTE, com o Riacho e com a área remanescente do Parque Industrial da Companhia de Tecidos Rio Tinto, e, ao OESTE, com a área remanescente do Parque Industrial da Companhia de Tecidos Rio Tinto e a Av. Santa Elizabeth, adquirido da Companhia de Tecidos Rio Tinto, através da Escritura Pública de Confissão de Dividas com Dação em Pagamento de 20 de julho de 2007, lavrada nas Notas deste Serviço Notarial, às fls. 22/22v do Livro nº 18-E, devidamente registrada sob o nº sob o nº R.1/1.788, em 20 de julho de 2007, na ficha 1 da Matrícula nº 1.788 do Livro 2, no Registro de Imóveis desta Comarca; 2º) Que nos termos da Lei nº 849 de 29 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial do Município, em 29/01/2007, adiante transcrita, em que a Prefeita do Município foi autorizada pela Câmara Municipal a Doar a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, para a edificação do **CAMPUS UNIVERSITARIO – LITORAL NORTE - UFPB**, no terreno acima descrito e caracterizado; 3º) Que, possuindo assim, como de fato possui, o referido terreno, o qual se encontra livre e desembaraçado de hipotecas, penhora, Ônus legais ou convencionais de qualquer natureza, o que é afirmado sob as penas da Lei; a **Outorgante Doadora**, por seu representante legal por bem desta escritura e na melhor forma de direito, e ainda em face da autorização que lhe foi dada pela Lei nº 849/07, faz a **DOAÇÃO** a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA** do mencionado terreno acima caracterizado, como de fato doado fica a partir da assinatura desta escritura, transmitindo a **Outorgada Donatária**, todo

o domínio, posse, direitos e ações que ela Outorgante Doadora exercia sobre o mesmo, até agora, para que a **Outorgada Donatária** as considere como sua que é e fica sendo de ora por diante, dando-se a esta doação o valor estimado de **R\$ 354.200,00 (Trezentos e cinquenta e quatro mil e duzentos reais)**. 4º) Fica acordado entre as partes, que o terreno ora doado, **reverterá** ao Patrimônio Municipal, se no prazo de dois (02) anos, a partir da data da assinatura da presente escritura a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA** não utilizar o mesmo para os fim mencionado no art. 2º da citada Lei. Pela **Outorgante Donatária**, por seu representante legal, acima referido, me foi dito que aceita a presente escritura em todos os seus expressos termos, tal como se acha redigida. "Lei nº 849/07 – ESTADO DA PARAÍBA – PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO TINTO – BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO – ANO XXI – Nº 111900/01 – SEGUNDA FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2007 – ATO DO PODER EXECUTIVO: DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE IMÓVEL PARA A CONSTRUÇÃO DO CAMPUS LITORAL NORTE – UFBP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RIO TINTO, ESTADO DA PARAÍBA, Faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: ARTIGO 1º - Fica o Poder Público Municipal autorizado a doar uma área total de 5.240ha, desmembrada da propriedade Preguiça, situada no perímetro urbano da cidade de Rio Tinto, Estado da Paraíba, pertencente a Companhia de Tecidos Rio Tinto, e demais confrontações, conforme anexo único deste projeto. ARTIGO 2º - A doação aprovada por esta Lei, visa favorecer a educação em nosso município, bem como o favorecimento a classe estudantil, para a construção do Campus Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba. ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em cartório. GABINETE DA PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RIO TINTO, ESTADO DA PARAÍBA, em 29 de Janeiro de 2007. (a) MAGNA CELI FERNANDES GERBASI – PREFEITA CONSTITUCIONAL. MAGNA CELI FERNANDES GERBASI - Prefeita Constitucional". A presente Doação, está isenta do recolhimento do ITCD, conforme determina o art. 4º da Lei Estadual nº 5.123/89. A **Outorgante Doadora**, declara(m) expressamente dispensar a apresentação das Certidões relativas a tributos sobre o imóvel ora transacionado, respondendo pelo pagamento dos débitos existentes, conforme determina o Art. 3º do Provimento Nº 01/86, de 29.04.86, da Corregedoria de Justiça deste Estado, eximindo este Serviço Notarial de quaisquer responsabilidades. Assim o disseram e dou fé. A pedido das partes, lavrei esta Escritura, a qual feita e lida(s) sendo lida, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinaram, sendo dispensadas a presença e a assinatura de testemunhas, de acordo com Art. 1º do Provimento nº 03/87 da Corregedoria Geral da Justiça deste Estado. Emolumentos R\$ 5.438,60 - FARPEN R\$ 29,94 – FEPJ – R\$ 163,15. Eu, Adson Hugo Pimentel, Tabelião, lavrarei a presente Escritura e subscrevo. (aa) **MAGNA CELI FERNANDES GERBASI - ROMULO SOARES POLARI – ADSON HUGO PIMENTEL**. Está conforme o original, dou fé. Rio Tinto(PB), em 22 de outubro de 2007.

Em Teetº da Verdade

Adson Hugo Pimentel
TABELIÃO / OFICIAL

Cartório Pimentel-Ofício Único
REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

PROTOCOLADO sob o n.º 3578 às fls. 55, do
Livro N.º 1.B Registrado na Folha N.º 1
da Matrícula 1788 do Livro 2 sob o N.º R.21788
Rio Tinto - PB, 22 de Outubro de 2007

OFICIAL

